

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Joana Maria Pedro

MULHERES HONESTAS E MULHERES FALADAS:

UMA QUESTÃO DE CLASSE

Papéis sociais femininos na sociedade de
Desterro/Florianópolis - 1880/1920

Tese apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do grau de doutora em
história social.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo

Março de 1992

Este trabalho é dedicado a Sebastiana
Correa Pedro. Nascida em 1929,
ex-operária da fábrica de papel de
Itajaí, foi mãe de 6 filhos, de um
marido e de um neto: meu filho. Hoje é
dancarina de um grupo folclórico.

AGRADECIMENTOS

Para uma aprendiz de rendeira é importante, além da paciência própria, a da mestra, no ensino do manejo dos bilros, na colocação dos alfinetes, nas amarrações que vão formando a renda. Na construção deste trabalho, contei com a dedicação, a paciência e a erudição da orientadora e amiga Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias.

Além dela, inúmeras pessoas participaram desta confecção, através do apoio, da ajuda, da companhia e do estímulo. Quero agradecer à Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Departamento de História, que me liberou das funções docentes para que pudesse me dedicar integralmente a esta pesquisa, além de fornecerem bolsa, através do programa CAPES/PICD.

Ao Aimberê Araken Machado, que leu, com paciência, e corrigiu a redação de todas as versões.

À Maria Bernardete Ramos Flores, que cedeu suas entrevistas gravadas para que eu pudesse utilizá-las no trabalho, e que leu vários textos fazendo comentários importantes.

À Lígia de Oliveira Czesnat, que também leu com atenção vários textos, fazendo sugestões valiosas.

Às entrevistadas Idalina, Irene, Luiza e Maria Cordélia, pelas informações gentilmente concedidas.

Aos professores: Dr. Walter F. Piazza e Iaponam Soares, pelos dados fornecidos.

Aos que colaboraram na pesquisa dos jornais e do arquivo: Carlos, Eduardo, Joe, Rogério e Taís.

Ao grupo de mulheres de São Paulo: Cândida, Cristina, Lúcia, Luiza, Marina, Rose e Sílvia, e aos membros do Núcleo de História do Trabalho em Santa Catarina: Bernardete, Cristina, Cíntia, Lígia, Miriam, Rosângela, Rose e Tereza, pelo apoio e fértil troca de idéias.

Às componentes da "República Catarinense de São Paulo": Bernardete, Cristina, Dedé, Dóris, Rose e Tereza, pela amizade e solidariedade.

Meus agradecimentos, ainda, aos funcionários dos vários arquivos em que estive pesquisando: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Cúria Metropolitana e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aos meus familiares e amigos, que estiveram próximos, que sofreram meus humores e partilharam minhas alegrias, os mais profundos agradecimentos. Sem todos eles, seria impossível elaborar esta tese.

ÍNDICE

	Página
Introdução	1
Notas	9
CAPÍTULO I	
Imagens femininas na formação da elite de Desterro ...	12
Notas	58
CAPÍTULO II	
As crises das elites e as mulheres como "pilares" da sociedade	71
Notas	111
CAPÍTULO III	
Consolidação da elite e outras formas de distinção ...	120
Notas	165
CAPÍTULO IV	
As mulheres na história de Desterro/Florianópolis: sobrevivências, imagens e resistências	173
Notas	249
Bibliografia e fontes	271
Anexos:	
1: Número de fichas por jornal	294
2: Textos sobre mulheres publicados no Jornal do Comércio	295
3: Textos sobre mulheres publicados no Jornal República	296
4: Textos sobre mulheres publicados no Jornal O Dia	297
5: Jornais juntos: O Dia, Jornal do Comércio, República - textos sobre mulheres	298
6: Classificação dos textos dos jornais	299
Quadro:	
I: Distribuição das prisões de mulheres por profissão, estado civil e crime nos anos de 1910-1911	229

Abreviaturas

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

BC/UFSC - Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

F.M.F. - Forum Municipal de Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros tipos de renda produzidos pelas mulheres da Ilha de Santa Catarina, destaca-se um, mais comum, chamado "tramóia". Na confecção da tramóia, além das habilidades da rendeira, manuseando os bilros, é importante a colocação estratégica dos alfinetes, a partir dos quais vão se fazendo as amarrações. Da mesma forma, na construção da história de Desterro/Florianópolis⁽¹⁾, a reconstituição das tramas sociais exige, além de habilidades com o manuseio dos documentos, a atenção sobre determinados pontos nodais, a partir dos quais é possível reconstruir a trama.

As mulheres são, para a construção desta história, um desses pontos que, se esquecidos, comprometem a reconstrução das tensões sociais que permeiam a história de toda formação social, em particular a de Desterro/Florianópolis no final do século XIX e início do XX.

Maria Odila Leite da Silva Dias aponta, em sua rica análise Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, que a reconstrução histórica das relações sociais pressupõe a dos papéis sociais femininos⁽²⁾.

Neste trabalho, pretendo, além de reconstruir os papéis sociais femininos, desempenhados no final do século XIX e início do XX em Desterro/Florianópolis, perceber as imagens idealizadas das mulheres que, principalmente, os jornais desta cidade divulgaram, no período de 1880 a 1923.

A reconstituição de imagens femininas corre o risco de apenas reproduzir o mítico, as normas, os estereótipos, presentes na longa duração da cultura ocidental cristã. Dar historicidade a estas imagens é buscar, não as suas origens ou causas - esta seria uma falsa questão⁽³⁾ -, mas os momentos em que, numa determinada formação histórica, tais

imagens são reativadas e proliferam como cogumelos num campo úmido. Demonstram, não somente a resistência dessas normas culturais, como também a importância das mulheres e de seu comportamento nos embates sociais.

Em Desterro/Florianópolis, no final do século XIX e início do XX, as mulheres e seu comportamento foram um valioso ponto de referência para a delimitação de distinções entre as elites. Nas camadas populares, alvos do poder público, as mulheres sofreram investimentos específicos, por conta de imagens às quais não correspondiam.

Inúmeros trabalhos têm discutido imagens femininas. Maria Antónia Lopes, em seu livro Mulher, espaço e sociabilidade, tentou inferir, das imagens femininas, o cotidiano das portuguesas na segunda metade do século XVIII. Utilizou, para isso, os textos literários masculinos da época, em Portugal. Pretendeu a autora perceber as transformações nos papéis sociais femininos, a partir dessas imagens da literatura⁴. Dulcília Helena Schroeder Buitoni, em Mulher de Papel, também pesquisou imagens femininas, estas, porém, divulgadas pela imprensa feminina brasileira nos anos de 1880 a 1970⁵.

Neste trabalho pretendo analisar as imagens femininas divulgadas por jornais masculinos ligados aos partidos políticos, entre os anos de 1880 e 1923. Através deles, perceber as imagens femininas e sua relação com as questões que envolveram a elite de Desterro/Florianópolis, a qual utilizou essas imagens como ponto de referência para a determinação de distinções em relação ao restante da população, e como sinal de prestígio no interior de suas disputas.

A busca de distinção em relação ao restante da população, por parte das elites, já foi bastante analisada em centros maiores. Na Europa, no Rio de Janeiro, a

burguesia⁶, em vários momentos, procurou demarcar espaços, definir códigos de demonstração de prestígio social.

No século XIX, em Londres, essa diferenciação podia ser vista nos edifícios imponentes que se construía, e que sugeriam "primordialmente o poder da burguesia, um poder que deveria parecer grandioso, infinito e esmagador". Assim, apareciam os edifícios como o do Banco da Inglaterra, o City of London Coal Exchange, os hotéis de luxo, os quais contrastavam com as fachadas idênticas e despojadas das casas que eram alugadas para os trabalhadores urbanos⁷.

Havia, de acordo com Maria Stella Bresciani, uma "intenção de permanência" nos edifícios mandados construir no século XIX pela burguesia. "Presentes em muitas cidades européias, essas construções majestosas fincaram-se na paisagem urbana como marcos do poderio burguês"⁸.

Junto com as pesadas construções vieram as novas avenidas, espaços privilegiados para a circulação das famílias ricas, isolando, e impedindo o acesso fácil para as camadas populares; e, ao mesmo tempo, como por exemplo em Viena, a partir de 1860, derrubavam, à sua passagem, as antigas fortificações medievais. Afinal, a nova sociedade comandada pela burguesia estabelecia para si espaços que eram, ao mesmo tempo, resultado da destruição da antiga elite e impedimento à circulação da população. Na busca de diferenciação e afirmação social, a burguesia foi além da suntuosidade dos edifícios e da largura das avenidas: foram criadas, também, "redes subterrâneas de distribuição de água e a coleta de esgoto"⁹.

Mas, além desse desdobramento da diferenciação que se apresentava no campo do visível, Alain Corbin assinala, a partir do século XVIII, a preocupação burguesa com o olfato. Havia uma "vontade burguesa de desodorização". Denunciavam o "fedor do povo". Buscavam negar os produtos de sua

fisiologia, a ausência de cheiro, em contraste com o "populacho imundo", com a podridão do cheiro do trabalhador que era preciso afastar das proximidades; não só da sensibilidade olfativa da burguesia, como do contato que possibilitaria riscos de infecção¹⁰.

A busca do isolamento a que a burguesia se impôs é evidenciado por Philippe Ariès. Ele nos mostra o surgimento da família moderna, do sentimento de família, da intimidade, coincidindo com a auto-definição burguesa. Assim, processou-se com a emergência desta classe uma série de mudanças no relacionamento familiar; as crianças que, na antiga sociedade¹¹, viviam misturados com os adultos, foram retiradas de seu convívio e colocadas em instituições destinadas a sua educação; as casas adquiriram divisões internas, fazendo aparecer corredores e cômodos independentes; os jogos foram divididos entre aqueles destinados à elite e os outros destinados às camadas populares¹².

Michel Foucault, no volume A vontade de saber de sua História da sexualidade, apontou que o controle sobre a sexualidade foi, inicialmente, aplicado sobre a burguesia, sendo a mulher da elite a primeira personagem a ser investida pelo dispositivo da sexualidade. Para a burguesia, o cuidado com o corpo e a sexualidade significava afirmar "sua diferença e sua hegemonia". Esta classe tomou consciência de si através da "afirmação do corpo". Somente a partir de meados do século XIX é que iniciou-se toda uma campanha de "moralização" das camadas populares¹³.

Na busca de demarcar seu lugar social, a burguesia redefiniu multiplamente seu espaço, seu corpo, sua sensibilidade, em relação às outras camadas da população. A sua ascensão coincidiu com toda uma nova sensibilidade, um

sentimento, uma forma de expressão de afeto que priorizou a família e dentro dela, as mulheres e as crianças.

A bibliografia atual tem demonstrado fartamente estas várias formas de diferenciação que, aliás, não ocorreram somente na Europa. Um processo semelhante ocorreu no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Inúmeros estudos foram produzidos documentando a ascensão e a busca de diferenciação por parte da burguesia carioca, em especial no fim do século XIX e início do século XX⁽¹⁴⁾.

No Brasil, o advento da República trouxe uma grande movimentação na elite. Fortunas acumularam-se e se perderam com muita rapidez. Medidas financeiras como as do "encilhamento" e a entrada de capitais no país, em função do processo de internacionalização destes capitais, proporcionaram, no Rio de Janeiro, uma série de empreendimentos, discursos, comportamentos, que demonstravam uma vontade, por parte da elite, de tornar visível a sua riqueza e a solidez desta.

No Rio de Janeiro observou-se, então, uma preocupação com a visibilidade da riqueza, a qual se expressava nos edifícios revestidos de mármore, nas praças e jardins com estátuas feitas na França e em outros países europeus; a abertura de avenidas, em especial a avenida central; a derrubada de casarões coloniais. E para caminhar por entre os novos edifícios, nas novas avenidas, havia a nova moda. Diferente da antiga sobrecasaca negra e a cartola, igualmente negra, aparecia o paletó de casemira clara e o chapéu de palha. Isso para os homens. Para as mulheres, a moda vinha de Paris, ou melhor, do que as mulheres de Paris haviam usado na estação do ano anterior⁽¹⁵⁾.

A sensibilidade olfativa também estava presente. Nicolau Sevcenko cita artigos onde aparece a sensibilidade em relação às "sovaqueiras suadas" da população e a

tentativa de afastá-las dos narizes da elite. Para tanto, a elite carioca abriu avenidas, derrubou pensões baratas e tentou preservar a área central da cidade para o passeio das famílias ricas. A elite procurava estar em dia com os "menores detalhes do cotidiano do velho mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e, até, as doenças; tudo, enfim, que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio" (14).

A elite do Rio se europeizava. Afinal, o processo capitalista de produção já assumira há muito tempo sua característica de internacionalidade, não só na acumulação como nas várias formas de expressão das relações sociais.

Como a burguesia européia e a do Rio de Janeiro, a elite de Desterro procurou determinar seus espaços e estabelecer diferenciações em relação ao restante da população. Porém, a definição desse processo guardou as especificidades históricas das regiões onde penetrou, sendo diverso na Europa, Rio de Janeiro e Desterro. Semelhanças e diferenças são passíveis de serem observadas nos vários locais onde se estuda um determinado processo histórico. Penso que iluminar, em Desterro/Florianópolis, o desejo de diferenciação da elite e os seus embates, através dos registros idealizados das mulheres, é perceber, não apenas a generalidade do processo de formação da burguesia como classe que se internacionaliza, mas também a especificidade que a formação histórica de Desterro representa.

Tal especificidade delinea-se, de início, com a constatação de que, apesar da importação de toda uma ideologia burguesa, o fôlego frágil da acumulação de

riquezas que se processou em Desterro nos leva a não utilizar o termo "burguesia" para designar a camada enriquecida local. Mesmo porque, até o final do século XIX, ela nutria formas de representação e ostentação característicos de valores aristocráticos; daí porque, neste trabalho, adota-se o uso do termo "elite" para designar o grupo composto por elementos enriquecidos com o transporte e o comércio de mercadorias.

A análise que Jürgen Habermas fez da sociedade burguesa européia, a partir da constituição das esferas pública e privada¹⁷, serve, em relação à formação histórica específica de Desterro/Florianópolis, para estabelecer balizas que enriquecem a análise da constituição de uma classe que, ao enriquecer, reelaborou valores transmitidos internacionalmente a partir de questões da cultura local e de sua história.

A elite de Desterro/Florianópolis buscou, nos cargos públicos que se ampliaram com o advento da República, alternativas de manutenção de rendas que, do final do século XIX em diante, tenderam a restringir-se, com o declínio do comércio e do porto - forjador inicial das riquezas que se acumularam. Esse contexto impediu a completa separação entre os setores público e privado, característica ideológica das sociedades burguesas européias. Provocou, também, entre as famílias que compunham a elite, uma intensa disputa pelos cargos públicos que, entre outras coisas, explicitou-se na busca acentuada de referências de prestígio com focalização especial nas mulheres e em seu comportamento.

Utilizando os pressupostos de Jürgen Habermas, pretendemos, também, perceber até que ponto "a esfera restrita da família delimitou-se perante a esfera da reprodução social"¹⁸, uma vez que essa delimitação foi

ponto de referência para distinguir as famílias de prestígio.

Nas camadas populares, principalmente, a precária acumulação de riquezas que se processou na cidade impediu a destruição das formas domésticas de produção. Isto significa que, apesar da intensa difusão de imagens idealizadas de mulher vinculadas aos papéis de esposa-mãe e dona-de-casa, a própria configuração econômica local impediu que se tornassem iguais as normas divulgadas e os papéis efetivamente exercidos⁽¹⁹⁾.

Perceber a proliferação de textos contendo imagens femininas; notar a preocupação com a transmissão às camadas populares de ideais de domesticidade; focalizar a multiplicidade de papéis sociais exercidos pelas mulheres em Desterro/Florianópolis, no final do século XIX e início do XX, tudo isso implica em recolocar, na trama da construção da história social desta cidade, um dos pontos nodais, um dos alfinetes que permitam a confecção da "tramóia".

N O T A S

- ‘1’ A atual cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, foi fundada em 1673 com o nome Nossa Senhora do Desterro. Em 1º de outubro de 1894 passou a chamar-se Florianópolis.
- ‘2’ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7.
- ‘3’ NIETZSCHE, Friederich. Genealogia da moral: um escrito polêmico. Tradução por Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81.
- ‘4’ LOPES, Maria Antónia. Mulheres, espaço e sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 232p.
- ‘5’ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de papel. São Paulo: Edições Loyola, 1981. 168p.
- ‘6’ Quando falo de burguesia, não estou me referindo somente aos donos dos meios de produção; penso em todo um grupo cuja preocupação em se auto-identificar gera um longo processo, nem sempre muito claro para o historiador, porém detectável. Gostaria, aqui, de usar uma frase de Peter Gay que, quando define a burguesia, diz que o que "... tinham em comum no século XIX era a qualidade negativa de não serem nem aristocratas nem operários". Neste caso, estou pensando na burguesia como classe econômica e politicamente privilegiada da sociedade ocidental capitalista, cuja história de auto-formação é possível acompanhar através de vasta bibliografia atual. O texto citado, de Peter Gay, encontra-se em A experiência burguesa da Rainha Vitória

a Freud: a educação dos sentidos. Tradução por Per Salter. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 33.

- «7» BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Cultura e Cidades. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, v.5, nº 8 e 9, p. 42. set/84/abr/85.
- «8» Ibidem. p. 43-4.
- «9» Ibidem. p. 44-5.
- «10» CORBIN, Alain. Sabores e Odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX. Tradução por Lígia Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 183-225.
- «11» Estou usando a categoria "antiga sociedade" para designar aquela que existiu no período medieval, e "família moderna" para aquela que surgiu com a burguesia, e que corresponde aproximadamente ao estereótipo que se tem da família atual.
- «12» ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 279p.
- «13» FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade de saber. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 114-9. Assim como definir burguesia é muito difícil, definir camadas populares também é. Em todo o caso, para a pesquisa que estou realizando, incluo, nesta categoria, os elementos que pertencem ao operariado, aos pobres em geral, e, em especial, à pobreza urbana.
- «14» Sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, ver:

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. 3a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 258p.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986. 249p.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, v.5, nº 8 e 9, p. 117-38 set/84/abr/85.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 196p.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.

<15> SEVCENKO, N.. Op. cit.. p. 25-41.

<16> Ibidem. p. 34-6.

<17> HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução por Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

<18> Ibidem. p. 43.

<19> ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (Org.). A mulher, a cultura e a sociedade. Tradução por Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-64.

CAPÍTULO I

Imagens femininas na formação da elite de Desterro

"Mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó. Nestas seis palavras existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável"⁽¹⁾.

Na elite que se formou em Desterro, os papéis femininos que passaram a ser valorizados foram aqueles das "seis palavras". Estes aparecem, com frequência, nos jornais locais e se constituíram em vitrine de classe, forma de distinção e, ao mesmo tempo, de legitimação da desigualdade que a acumulação de riquezas tornava cada dia mais flagrante.

Como se vê nesta publicação do Jornal do Comércio de 1891, não se destacava a proprietária, a lavadeira, a mulher que escalava o peixe, que fazia a farinha, que plantava, que colhia; enfim, não interessavam as inúmeras atividades que eram exercidas pelas mulheres. Somente seus papéis familiares na relação com os homens é que contavam.

A elite, na sua constituição, contou com o apoio de toda uma população de pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários. Camada letrada que encontrava, nos jornais, formas de expansão de suas aspirações de ascensão social, expondo modelos idealizados para os novos sujeitos que se construíam.

Em contrapartida, as camadas populares viram-se pressionadas com a crescente proletarização e com os inúmeros mecanismos de controle e fiscalização, que a sociedade foi criando à medida em que crescia, e ia tomando uma nova complexidade.

A historiografia mais recente tem mostrado como se constituíram novos sujeitos na sociedade de Desterro, bem como suas formas de diferenciação em relação ao restante da população⁽²⁾. É preocupação deste trabalho perceber a construção de imagens idealizadas de mulher, no interior desse processo, as quais atestam a constituição de uma nova configuração da elite.

Os novos personagens que passaram a compor a elite eram oriundos, principalmente, do comércio e do transporte de mercadorias. Deram início à formação de uma esfera pública burguesa, estabelecendo uma cisão em relação ao poder público⁽³⁾; este era, originalmente, formado por funcionários civis e militares enviados para a administração da Ilha de Santa Catarina.

A posição estratégica da Ilha de Santa Catarina, ponto de parada e abastecimento para os navios que seguiam para o Sul, seja na direção do Rio da Prata, seja para as índias Orientais, através do Estreito de Magalhães, determinou o povoamento planejado e a transformação da Ilha em base militar.

Data de 1737 o estabelecimento do primeiro contingente militar na Ilha. Este, deu-se em função das lutas contra a Espanha por causa da Colônia do Sacramento. Nesta ocasião, famílias de militares de alta patente, estabeleceram-se em Desterro. Os primeiros Governadores da Capitania eram militares. Em 1739, o Brigadeiro José Silva Paes, então Governador, iniciou a construção de várias fortificações na Ilha⁽⁴⁾. Ficava configurado, assim, o caráter militar da ocupação de Desterro, e a sua hierarquia dava, nesta época, o tom das distinções entre os habitantes.

A vinda de colonos das ilhas de Açores e da Madeira, entre 1748 e 1756, num total de 6.071 pessoas⁽⁵⁾, esteve, também, vinculada a estes objetivos militares. Esperava-se

que os colonos recém-chegados, os açorianos, como eram chamados, produzissem para as tropas que lutavam no extremo sul a farinha de mandioca, o peixe seco e, além disso, que fornecessem soldados.

A chegada dos açorianos modificou a composição social de Desterro, e provocou a utilização de inúmeros mecanismos de controle por parte da administração da Ilha com vistas ao governo da população⁴. Esta colonização feita com núcleos familiares, obrigou, na viagem marítima que durava em média três meses, a utilização de expedientes para resguardar a "moral" das famílias. As mulheres e as crianças viajavam trancadas nas câmaras, só podendo sair para assistir à missa, uma vez por semana e, ainda assim, isoladas por uma guarda armada⁵. Todas essas precauções deviam estar ligadas ao inusitado da presença de mulheres a bordo dos navios.

A distribuição de pequenos lotes de terra para estes colonos recém-chegados marcou o povoamento da região, caracterizada pelo número reduzido de escravos⁶. Uma outra característica foi a vinculação, de forma subsidiária, à economia de exportação que se realizava em outros centros⁷. Uma produção voltada para a subsistência, e de forma diversificada, caminhou para uma produção especializada em farinha de mandioca, abastecedora de centros exportadores, mormente em épocas em que estes produtos exportados ganhavam preço no mercado internacional, e os contingentes de escravos eram concentrados na produção de tais artigos.

É possível que em Desterro a posse de escravos representasse, para alguns, muito mais uma demonstração de posição social do que vínculos com os processos de produção. Além disso, os viajantes denunciavam a presença, lado a lado, de escravos e brancos pobres trabalhando nas lavouras,

demonstrando, não só a existência de uma escravidão de pequena monta e complementar envolvida na produção para a subsistência⁽¹⁰⁾, como, também, a possível existência de uma ética do trabalho, diferente daquela que se encontrava nas regiões escravistas. Em Desterro, a população branca desempenhava trabalhos braçais e, ao que parece, não considerava isso uma "deshonra"⁽¹¹⁾.

Obviamente, não era a elite a executora destes trabalhos. Esta era, inicialmente, formada por militares de altas patentes. Com o estabelecimento da administração, esta elite passou a ser formada, também, por funcionários civis, muitos deles vindos especialmente para tais cargos administrativos⁽¹²⁾.

Dessa sociedade, cuja elite era formada por funcionários civis e militares, algumas imagens femininas são possíveis de serem captadas através do relato de vários viajantes que aportavam na Ilha de Santa Catarina. Graças a estes, dispomos de inúmeras informações sobre a cidade e seus habitantes.

Henrique Luiz Pereira Oliveira, analisando os relatos dos vários viajantes que passaram pela Ilha, entre os anos de 1712 e 1828, destacou quatro elementos na construção das imagens que aqueles viajantes faziam do local e de seus habitantes:

- "a) a apazibilidade e beleza natural da Ilha, e suas qualidades portuárias;
- b) a prodigalidade do meio natural em fornecer os víveres necessários à existência dos habitantes e à tripulação das embarcações que ali aportavam;
- c) a simplicidade ("pobreza") das condições materiais de vida de seus habitantes, comparativamente aos produtos oferecidos pela civilização;
- d) a sociabilidade dos moradores da Ilha, notadamente os de Desterro, em especial as suas mulheres"⁽¹³⁾.

Esta sociabilidade das mulheres de Desterro aparece, muitas vezes, em comparação com outras regiões do país, como neste trecho de August de SAINT-HILAIRE:

"As mulheres são muito claras; de um modo geral têm olhos bonitos, os cabelos negros e, muitas vezes, uma pele rosada. Elas não se escondem à aproximação dos homens e retribuem os cumprimentos que lhes são dirigidos. Já descrevi os modos canhestros das mulheres do interior, que, ao saírem à rua, caminham com passos lentos uma atrás das outras, sem virarem a cabeça nem para um lado nem para o outro, e sem fazerem o menor movimento. Não acontece com as de Santa Catarina. Elas não demonstram o menor embaraço, e às vezes chegam mesmo a ter um certo encanto; frequentam as lojas tão raramente quanto as mulheres de Minas (1820), mas quando andam pelas ruas em grupos, colocam-se geralmente ao lado uma das outras; não receiam dar o braço aos homens e, muitas vezes, chegam a fazer passeio pelo campo. Para sair, elas não se envolvem num manto negro ou numa capa grossa, e se vestem com mais decência e bom-gosto do que as mulheres do interior"⁽¹⁴⁾.

*♀ Timidas
-semom as
de SP; procinco
pelo qual ele patto
em viagem*

Ainda sobre a forma de vestir-se informa que:

"As mulheres do campo, que não trabalham fora de casa e em nada se parecem com as nossas camponesas, não se apresentam, como as de Minas, com os ombros e o colo nus; todas elas, sem exceção, usam vestidos de chita ou de musselina e um xale de seda ou de algodão"⁽¹⁵⁾.

Sobre a autoridade dentro de casa:

"As mulheres da Ilha de Santa Catarina exercem, dentro de suas casas, uma autoridade de que não desfrutam as do interior do país"⁽¹⁶⁾.

Carl Seidler, mercenário suíço-alemão, um dos viajantes que fizeram observações a respeito das mulheres da Ilha de Santa Catarina, também fez comparações ao referir-se ao fornecimento de fogo e de água por parte dos habitantes:

"(...) jovens, que aqui não são tão retraídas e tímidas como em muitos outros pontos do império, ainda melhoram o refrigério porque geralmente vinham elas, de mão suave e rosto risonho, trazer a água ao sedento. Muitas vezes, então, nos convidam para entrar na casa e nunca notei, como no Rio de Janeiro, que ao entrar o estranho as senhoras ou moças fugissem; ao contrário, justamente então todo o

peçoal feminino aparecia nos melhores trajes e procurava, por meio de palestra à vontade, alegre e às vezes espirituosa, distrair da melhor maneira possível o hóspede"⁽¹⁷⁾.

Estas imagens de mulheres, mais sociáveis do que as dos demais lugares do país, são recorrentes nos relatos dos viajantes e devem estar vinculadas à composição racial da Ilha, aos preconceitos raciais dos ditos viajantes, à cultura específica da população que aí se instalou, bem como, possivelmente, a uma formação social que proporcionava um modo de vida diferente daqueles resultantes de uma economia escravista de exportação, com um processo de concentração vigoroso de propriedade e de rendas.

Miriam Lifchitz Moreira Leite nos alerta para o fato de que, muitas vezes, os viajantes, ao falarem das mulheres brasileiras, referiam-se exclusivamente às brancas de família abastada. Alguns ignoravam a existência de filhas de imigrantes pobres, das mulatas e negras livres, enquanto outros nem sequer as classificavam como mulheres, pois nem sempre eram capazes de levar em conta as contradições da vida paralela das diferentes camadas sociais"⁽¹⁸⁾.

Possivelmente, a formação social de Desterro, com um componente racial branco mais numeroso que o negro, e um modo de vida vinculado à pequena propriedade - livre, portanto, de "sistemas de controle característicos das famílias pertencentes à aristocracia rural"⁽¹⁹⁾, deve ter feito com que os viajantes reconhecessem como mulheres, as brancas pobres que percorriam as ruas de Desterro, comuns, também, em outras cidades do Brasil porém com um outro componente racial.

Este componente racial, característico da Ilha, mais branco, e aos olhos preconceituosos dos viajantes, mais digno, não impediu que as mulheres na rua fossem também

vistas como prostitutas. Maria Odila Leite da Silva Dias lembra que "Saint-Hilaire, impressionado com o movimento de rua das mulheres paulistas, parece ter exagerado a sua incidência. É sugestivo que comentasse a falta de cosmopolitismo e de maneiras agressivas das prostitutas francesas: retraídas e furtivas, as paulistas guardavam recato e esquivança" ⁽²⁰⁾. Sugere que ele as confundia com as agregadas, escravas e moças pobres que aproveitavam a noitinha para tratar dos ofícios necessários ⁽²¹⁾.

Já em Desterro, Saint-Hilaire, comentando sobre o maior número de mulheres em relação ao de homens, dizia:

"Esta desproporção, bem como o exagerado amor das mulheres pelos atavios, tornaram a prostituição extremamente comum" ⁽²²⁾.

Como se vê, Saint-Hilaire não viu "prostitutas" somente em São Paulo. As mulheres de Desterro, enaltecidas inicialmente por sua sociabilidade e beleza, também foram acusadas de buscar, na prostituição, formas de obter adornos, embora fossem "claras" e tivessem "olhos bonitos" ⁽²³⁾.

É difícil averiguar se, realmente, a quantidade de mulheres era superior à de homens. Na verdade, esta afirmação foi feita em várias ocasiões por comentaristas, e aparecia no final do século XIX em jornais, alertando as mulheres para a conquista de seu "raro" marido. É possível pensar-se que estas referências deviam estar vinculadas a controles de comportamentos femininos, muito mais que a qualquer realidade empiricamente comprovada ⁽²⁴⁾. No caso de Saint-Hilaire, sua observação talvez tivesse muito mais fundamento na atividade pesqueira e marítima, que periodicamente afastava os homens da cidade, e principalmente, nos recrutamentos feitos na Ilha, por ser este ponto estratégico na defesa do sul, nas lutas

desenvolvidas na foz do Rio da Prata. Além disso, a colonização feita com casais deve ter contribuído para promover o equilíbrio entre os sexos, colaborando na supremacia numérica feminina denunciada por Saint-Hilaire⁽²⁵⁾.

Embora repletas de preconceitos da época, é possível verificar-se que estas imagens femininas, retratadas pelos viajantes, diferiam, em muito, daquelas que passaram a frequentar os jornais de Desterro, a partir de meados do século XIX. Eram, então, outras as vozes e outra a sociedade que se configurou, em vista da paulatina inclusão de comerciantes e armadores na elite local.

A década de 50 do século XIX tem sido apresentada, pela historiografia local, como um marco na História de Santa Catarina e, particularmente, na de Desterro. Embora não represente um significativo crescimento urbano⁽²⁶⁾, esse período tem sido apontado como aquele da definitiva inclusão da economia catarinense, em geral, e a de Desterro, em particular, no circuito do comércio agrário-exportador brasileiro, como subsidiária, ou seja, como exportadora de alimentos para o mercado interno⁽²⁷⁾.

Tal década, marcada pela abolição do tráfico de escravos, pela expansão cafeeira e pela Lei de Terras, representou, também, um conseqüente aumento nos preços dos alimentos que subiram até 200%. O aumento dos preços do café no mercado externo, e a subsequente destinação da mão-de-obra escrava para a produção deste artigo, promoveram uma procura geral dos demais alimentos, estimulando as exportações para as áreas cafeeicultoras. É nesta conjuntura que Santa Catarina se insere, fortemente, no mercado, com um aumento de 105% de suas exportações entre 1851 e 1855⁽²⁸⁾.

Nessas exportações, passou a destacar-se o porto de Desterro, que não só exportava os alimentos produzidos na

própria Ilha e imediações, como, também, fazia a reexportação de produtos de várias regiões da Província, e ainda a importação dos artigos necessários a estas.

Tais atividades deram ensejo ao surgimento de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores de navios que irão, no decorrer da segunda metade do século XIX, promover o aparecimento de uma esfera pública formada por pessoas privadas, da qual os jornais serão um dos órgãos privilegiados para a divulgação e o diálogo.

Embora o primeiro jornal de Desterro tenha sido publicado em 1831⁽²⁹⁾ na década de 50 do século XIX surgiram inúmeros periódicos⁽³⁰⁾. Muitos tiveram vida efêmera, permanecendo em circulação por período muito reduzido. Henrique Luiz Pereira Oliveira, analisando jornais de Desterro desse período, percebe a proliferação de textos que se tornaram frequentes no decorrer do final do século XIX. Neles, a mulher, o amor e a maternidade eram enfocados em tom romântico⁽³¹⁾.

"É o coração de uma mãe a fonte mais pura da ternura. É o depósito mais sagrado dessa chama, que diviniza a mulher e a faz credora da mais sublime veneração na escala social. Eis em fim definido... mas que digo? As palavras são poucas para que possam d'alma narrar os sentimentos. Quem justamente poderá descrever o estado do coração materno nos transe da saudade quando, ao separar-se de um filho, a quem consagra tantos títulos de amor, vai representar a cena da despedida?"⁽³²⁾

Este texto, de 1855, exprime toda uma idealização do papel social da mulher como mãe, o qual vinha, há muito, sendo divulgado na Europa. Vinculava-se à valorização da criança e da vida, que a sociedade burguesa inaugurava. Philippe Ariès sugere que, a partir do século XVII, modificou-se, na Europa, a concepção de infância que os adultos possuíam. Dessa época em diante, as crianças

passaram a obter dos adultos mais atenção; estes preocuparam-se, igualmente, com sua educação e sua vida³³.

No bojo dessa preocupação com a infância, no século XVIII inaugura-se, na Europa, uma grande quantidade de discursos que centraliza, nas mães, o interesse pela vida e pela educação das crianças. Elizabeth Badinter mostra como se passou a fazer, acentuadamente, a associação entre as palavras "amor" e "materno", bem como houve um certo tipo de recrudescimento da valorização da mulher enquanto mãe³⁴.

A simetria entre aquelas divulgações na Europa, iniciadas no século XVII, e estas dos jornais de Desterro, atestam, não só a cópia dos modelos europeus, como o espraiar-se de um processo burguês de construção de sujeitos a que a nova configuração econômica da cidade dava ensejo.

Essas imagens, envolvendo mulher, amor e maternidade, estiveram presentes nos jornais, ao longo de todo o final do século XIX e início do XX; porém, em determinados momentos, foram delineadas com cores mais vivas. Acompanhando tais eventos é possível inferir-se algumas questões que as motivaram. Entre estas destacaram-se: a formação de uma elite ligada as atividades comerciais e ao transporte de mercadorias, bem como a mobilidade social dela decorrente.

Em sua constituição, essa elite reformulou o espaço urbano de Desterro, e procurou delimitar espaços sociais. Novos sujeitos sociais foram construídos, novas mulheres e homens experimentaram a ordem burguesa que se constituiu. Criaram, para si próprios, códigos de distinção e de identificação. Entre estes, o registro de uma mulher ideal.

Essas imagens idealizadas de mulher encontravam-se em vários registros, não apenas nos jornais. Na literatura, nos sermões da Igreja, nos textos escolares, na tradição local, tais imagens também eram frequentes; no entanto, diferentes

daquelas veiculadas pelos periódicos, estas vinham ligadas a uma temporalidade vinculada à longa duração. Eram estereótipos que constituíam como que um pano de fundo da sociedade ocidental, onde tais imagens circulavam entre as diversas classes sociais; estavam presentes, também, nos discursos de variadas instituições.

Nos sermões da Igreja, por exemplo, em Desterro, em meados do século XIX, o Arcipreste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva³⁵, ao falar das mães, reproduzia imagens que se encontravam nos textos gregos da antiguidade. Nos sermões de Paiva, a Virgem Maria, exemplo de todas as mães, era considerada "receptáculo", "vaso de honra onde se depositou o penhor de nossa salvação"³⁶.

Tal idéia de "receptáculo" é possível encontrar em Aristóteles, visto que este considerava a mulher uma personagem secundária na concepção. Ela era a terra onde a semente germinaria³⁷.

Nos jornais, no entanto, é outra a temporalidade. As imagens de mulher publicadas nos periódicos de Desterro vinham ligadas a um tempo linear, presas a uma conjuntura específica. Embora também reproduzissem estereótipos de origem secular, a sua intensa reprodução acompanhava uma conjuntura determinada, onde a demonstração de distinção e a exposição de um certo verniz social implicava em focalizar as mulheres de uma determinada classe. Nas imagens dos jornais, por exemplo, diferentes daquelas da Igreja, das mães dependia o progresso e a civilização, visto que diferentes de "vaso" ou "receptáculo", elas eram consideradas, principalmente, como as criadoras e educadoras das novas gerações.

Nos jornais de Desterro, as imagens femininas foram, em determinadas ocasiões, focalizadas com mais veemência. Na compreensão dessas imagens e de sua inserção na história

local, é importante destacar as formas de acumulação e de ostentação da riqueza, que se estabeleceram no espaço urbano de Desterro.

A constituição de um espaço urbano e de suas demandas teve origem, ainda, no século XVIII, com a chegada dos colonos açorianos a Desterro. O controle da população recém-chegada exigiu a criação de novos cargos administrativos e, com isso, deve ter surgido uma nova gama de pequenos funcionários, que, estabelecidos na vila, criaram a procura por novos serviços urbanos, assim como o incremento do consumo de alimentos.

Frequentemente, em Desterro, as importações excediam as exportações³⁸. O consumo local esteve, muitas vezes, vinculado ao que podia ser realizado pelos funcionários civis e militares, e dependente, portanto, do atraso, ou não, de soldos e pagamentos desses funcionários.

Como já apontamos, a década de 50 do século XIX representou uma mudança importante nas condições de acumulação em Desterro, com destaque para o porto; através deste fazia-se o comércio com o exterior, com várias regiões do país e, ainda, com os portos da própria Província de Santa Catarina - em especial os do litoral médio-Sul³⁹.

Em função do porto, estabeleceram-se agências de navegação, estaleiros⁴⁰ e casas exportadoras, entre as quais, em 1883, podiam destacar-se: Barbosa Veiga & Cia., Boaventura da Costa Vinhas, Domingos Luiz da Costa, Ernesto Vahl & Cia., João do Prado Lemos & Cia., e outros⁴¹.

O porto de Desterro foi, no século XIX, o mais importante porto da Província. Como entreposto principal, promoveu a acumulação de riquezas, criando uma próspera classe de comerciantes, armadores e agenciadores de navios. Em 1883, um grupo deles protestava contra os impostos sobre

a importação. Eram os membros das firmas mais fortes da praça, como: "João do Prado Lemos, Carl Hoepcke, Manoel Ferreira dos Santos Magano, Antônio Brinhoza, Bittencourt & Rodrigues, Joaquim M. Jacques e outros" (42).

Comerciava-se, principalmente, com o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e, inclusive, com países da Bacia Platina, como o Uruguai e a Argentina, no caso as praças de Montevideu e Buenos Aires (43).

Embora Desterro fosse o porto mais movimentado da Província, em relação ao movimento geral de comércio do país esse porto, assim como a própria Província, tinha uma contribuição pouco significativa. Para se ter uma idéia, no período 1840-41 a 1862-63 a participação de Santa Catarina no comércio geral brasileiro foi de 0,62%. Ainda é importante perceber que, no exercício de 1871-72, época de maior movimento do comércio catarinense em função da demanda de produtos alimentícios devido à Guerra do Paraguai, a participação no comércio geral foi de 1,1% (44).

Parece conveniente ter em conta estas limitações, ao estudar-se a possibilidade de acumulação de riquezas proporcionada pelo porto de Desterro. Convém, entretanto, destacar que, mesmo de forma limitada, foi devido ao porto que a cidade urbanizou-se. Especialmente em função dele surgiram as várias casas comerciais. Em 1796, por exemplo, havia 44 "tabernas de molhados". Já em 1870, havia 91, assim distribuídas: 66 de molhados, "9 grandes armazéns, 14 casas especializadas só em vender carne-seca, 1 só em vender farinha de trigo, 1 só de querozene..." (45).

A frequência de navios de passageiros no porto promoveu, também, o aparecimento de hotéis, estalagens, pensões, restaurantes, bem como de um comércio ambulante de comidas que frequentava os trapiches e as ruas centrais.

A respeito de hotéis, tem-se notícia, através de Oswaldo Rodrigues Cabral, de vários deles; havia, por exemplo, em 1856, os seguintes: Hotel do Café e Hotel Brasil; em 1857, o Hotel do Vapor. Na década de 60, o Hotel Universo; o Hotel do Brasil ainda existia, e havia também o Hotel dos Paquetes. Na década de 70, havia o Papini, pelo visto recém-instalado, e na de 80, o Grande Hotel, que ficava no Largo do Palácio⁴⁴.

Quanto a restaurantes, sabe-se que havia um no Hotel do Vapor, o de Alexandre Bourgouin. Em 1883, uma mulher chamada Madame Touchaux inaugurou um restaurante, localizado na esquina da praça com a rua do Senado (atual Felipe Schmidt)⁴⁷.

Havia, também, as quitandeiras - que também eram quituteiras -, vendendo várias espécies de comidas. Em especial nas festas religiosas, alinhavam-se defronte à matriz na oferta de variados doces⁴⁸. Alvo constante de fiscalização e de disputas, a venda de alimentos que se realizava nas barraquinhas defronte à matriz foi, em 1845, transferida para as proximidades do forte de Santa Bárbara⁴⁹.

Na ligação entre o Continente e a Ilha, atuavam, fazendo o transporte de pessoas e de mercadorias, inúmeras baleeiras, lanchões e lanchinhas; nesse trabalho, empregavam-se inúmeras pessoas, entre elas, possivelmente, algumas mulheres, como proprietárias de barcos.

No comércio, cuja área era próxima ao porto, destacavam-se os varejistas, localizados, principalmente, na Rua do Príncipe. Os atacadistas eram estabelecidos à Rua Augusta e no Largo do Palácio⁵⁰. Havia, ainda, os retalhistas. Muitos destes ocupavam a Praça do Mercado. Dentre eles, havia algumas mulheres. Elas solicitavam à

Câmara licença para alugar casinhas que estavam sob sua administração:

"D. Madalena Castel Perru pretende alugar, por 6 meses, a casinha nº 1 da Praça do Mercado desta cidade, pelo último aluguel por que foram arrematadas as que se acham ocupadas"⁽⁵¹⁾.

Como podemos perceber, a acumulação de riquezas, bem como a diversificação de atividades na área urbana, teve nas atividades do porto seu principal elemento. No entanto, outros fatores também contribuíram para a formação de riquezas. Um destes foi a produção e, principalmente, o comércio de alimentos, especialmente a farinha de mandioca. Esta destacou-se em vários momentos, na pauta de exportações do porto de Desterro.

A alta dos preços dos alimentos da década de 50 do século XIX, foi um destes momentos. Além deste, um outro foi o da Guerra do Paraguai, em vista da necessidade de alimentação das tropas no Sul⁽⁵²⁾.

Produto agrícola tradicional do litoral de Santa Catarina, a farinha de mandioca era, na Ilha, produzida inicialmente para subsistência. Passou, depois a suprir não só o mercado consumidor do Desterro, como tornou-se um dos principais itens da pauta de exportações da Ilha, tendo, no período 1865-66, um grande incremento ao lado de períodos como os de 1878-79 e 1884-85. Estas fases de grande exportação podiam ser explicadas pelo aumento da procura provocada pela escassez do produto em outras regiões do país, devido a questões climáticas. Por exemplo: o aumento das exportações de farinha do período 1884-85 deu-se em função da seca e da peste, que assolou o Nordeste do país⁽⁵³⁾.

Era para o porto do Rio de Janeiro que se escoava a maior parte da farinha exportada, sendo possivelmente, de lá, reexportada para outros locais⁵⁴.

Considerada grossa e de qualidade inferior, a farinha era, em geral, procurada quando faltava a de outras regiões. Além disso, foi, desde o início de sua produção, sujeita a embargos por parte da Coroa que, muito irregularmente, e isso quando fazia, pagava tais embargos⁵⁵. Estes embargos visavam à alimentação das tropas, e se repetiram até 1886, trazendo inúmeras dificuldades aos agricultores, em especial aos pequenos proprietários⁵⁶.

Para os pequenos proprietários, os embargos da coroa representavam prejuízos; entretanto, estes proporcionaram a acumulação de riquezas para comerciantes açambarcadores. Eram, em geral, gente ligada à administração. Compravam a farinha alegando destinar-se às tropas, e vendiam-na em outros lugares. Além disso, os produtores ficavam, muitas vezes, sem receber, por conta dos embargos da coroa. Entretanto, tal não ocorria com os revendedores. Estes sempre recebiam, graças às influências e a outros recursos, até mesmo a subornos⁵⁷.

Além da mandioca, plantava-se, principalmente, milho, arroz, café, legumes, cana-de-açúcar e algodão⁵⁸. Estes produtos, porém, embora às vezes também exportados, vinculavam-se, em geral, ao consumo da Ilha.

A especialização na produção da farinha de mandioca levou à necessidade de abastecimento com produtos fornecidos por outras regiões; isto, aliado a dificuldades deste abastecimento, e ainda à política governamental das requisições de farinha, promoveu o aparecimento de uma elite ligada ao comércio, à especulação e ao contrabando, a qual, junto com os elementos enriquecidos através das atividades do porto, promoveram uma mudança nas formas de distinção

social. Estas eram dadas inicialmente pela ocupação de cargos públicos e/ou pela graduação na hierarquia militar. Outros referenciais de distinção passaram a ser formulados a partir de então, entre eles a construção social de mulheres destinadas exclusivamente às funções de esposas, mães e donas-de-casa e, portanto, a símbolos de status, de um "brilho" recém-adquirido.

A acumulação de riquezas promoveu, também, inúmeras mudanças na paisagem urbana de Desterro. A cidade, que em 1763 era descrita como bastante pequena, tendo apenas duas edificações de sobrado, sendo as demais casas térreas do estilo "porta e janela"⁵⁹, foi modificando-se no decorrer do século XIX, principalmente em seu último quartel.

Estas casas de "porta e janela", das quais ainda se encontram algumas na Ilha, foram descritas por Oswaldo Rodrigues Cabral como não tendo assoalho, mas apenas chão batido. Não possuíam forro, e apresentavam caibros sem qualquer beneficiamento.

"Sobre pequenos 'xoens' de duas e mesmo de uma braça e meia de frente, eram assim levantadas as pobres e pequeninas casas de porta e janela, as chamadas 'moradinhas de casas', dos menos abastados, (...)"⁶⁰.

Muitas mulheres apareciam como proprietárias dessas casinhas, no tombamento feito em 1817: Maria Francisca, viúva, era proprietária de uma delas na rua da cadeia. Ainda nesta rua, a preta forra Maria Joaquina tinha comprado uma por 76\$800. Ainda a viúva D. Ana Maria do Sacramento tinha quatro dessas casas, também na rua da cadeia. Na Figueira, Maria Vieira de Bittencourt era co-proprietária, junto com outros herdeiros, de uma dessas casinhas⁶¹.

A presença de maior número de sobrados, ou seja, de casas de dois pavimentos, pôde ser notada por Saint-Hilaire em 1820. A Câmara Municipal procurou, em vários momentos,

disciplinar a construção das casas, tentando embelezar a cidade. Em 1871, já havia 151 sobrados e 31 assobradados, e 1360 casas térreas⁴².

Estes sobrados eram construídos para atender às atividades de moradia e de comércio. No andar térreo, ficava a loja e, no superior, a moradia da família. A localização destes era, em geral, no centro da cidade, nas ruas do Príncipe e Augusta. O crescimento do porto direcionou a expansão urbana na direção dos trapiches, local onde se fazia todo o movimento de cargas e passageiros⁴³.

O aparecimento dos sobrados não significou o desaparecimento das casinhas de "porta e janela". Elas foram saindo do centro da cidade, acompanhando a expulsão dos pobres dessa área, e passaram a localizar-se, aos poucos, em bairros como o da Figueira, da Toca, da Pedreira e até da Tronqueira⁴⁴.

Este processo de retirada gradual das casinhas de "porta e janela" encontra-se no bojo de toda uma nova delimitação de espaços sociais, que se tornou bastante visível no último quartel do século XIX. A nova elite, formada por comerciantes e armadores, passou a desempenhar cargos administrativos, antes ocupados por funcionários civis e militares enviados para a Ilha para estas funções.

A par de tais funções administrativas, a nova elite produziu novos hábitos, que pretendiam copiar aqueles que eram usuais em grandes centros como o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro era, além da principal praça destinatária da importação e exportação que se fazia através do porto, o modelo que se pretendia seguir. De lá chegavam os jornais com notícias, modas, questões, que eram, em grande parte, transcritos nos jornais locais. Pretendia-se imitar o Rio, ele era o grande modelo. As casas de modas

anunciavam "moda do Rio", os modelos de "civilidade" e "gosto" eram os do Rio de Janeiro.

A nova elite criou variados mecanismos de diferenciação social, já demonstrados por Hermetes Reis de Araújo:

"Estes segmentos sociais que aburguesavam seus hábitos e que produziam novos modos de percepção e representação, demarcavam, sob novas distribuições, categorias de pertencimento e exclusão em relação aos modelos de comportamento que passaram a irradiar, de maneira mais ampla, na vida urbana da cidade. A esta burguesia, ansiosa por ascender a posições que lhe garantissem situações de segurança material e prestígio, e a incorporar as modas e os hábitos que importava do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário; era preciso ser 'civilizado', ter 'gosto' e ser higienizado"⁴⁶.

Os bondes, instalados em 1880, tornaram-se um espaço de demonstração de "civilidade" e de "lugar-social". A Companhia Carris Urbanos e Suburbanos de Florianópolis proibia a entrada nos bondes de "pessoas maltrapilhas ou incorretamente trajadas", e ainda exigia que o passageiro estivesse "calçado e asseado"⁴⁶.

Atestando, ainda, a riqueza acumulada, havia as chácaras na Praia de Fora, no Forte de Sant'Ana e na direção do Saco dos Limões e da Santíssima Trindade. Estas chácaras eram uma espécie de refúgio, em especial nos tempos de epidemias, para fugir aos "miasmas" da cidade⁴⁷.

Algumas mulheres apareciam como proprietárias de algumas dessas chácaras. Em 1848, D. Maria Braga tinha uma, próxima à atual Praça Getúlio Vargas. Em 1876, D. Marina do Livramento era proprietária de outra, também naquelas proximidades⁴⁸.

A riqueza acumulada era, também, no último quartel do século XIX, demonstrada através do aumento dos sobrados, do ornamento das fachadas, onde apareciam azulejos importados

de Portugal; as portas eram almofadadas. Nas janelas e nas portas das sacadas havia "vidros estrangeiros, metidos em caixilhos rendilhados, apresentando desenhos de engenhosa combinação". As sacadas de ferro batido, retorcidos, apresentavam, por vezes, em complicados desenhos, as iniciais do proprietário⁶⁹.

O interior das casas, atestando a riqueza do dono, era revestido com papel importado da Inglaterra. Móveis de jacarandá também eram importadas. Atrás do sofá da sala, havia muitas vezes, um quadro pintado a óleo retratando o dono da casa, o qual, se fosse um ex-vendeiro enriquecido, poderia aparecer ao lado de um livro-caixa ou livro-razão⁷⁰.

Por entre os móveis e cortinas, no andar superior do sobrado, deveria caminhar uma mulher especial, cujas imagens os jornais delineavam. As ascendentes dessas mulheres tinham participado diretamente da acumulação da riqueza que, agora, na ostentação, exigia sua reclusão no andar superior.

Catherine Hall, no texto "Sweet Home", apontou, na Inglaterra, as transformações no comércio como o motivo para o isolamento gradativo das mulheres na esfera privada⁷¹. Em Desterro, o crescimento do comércio também determinou uma nova distribuição de funções e delimitação de papéis sexuais.

Nas vendas, nas pequenas casas comerciais, as mulheres eram uma presença constante, atendendo à freguesia, auxiliadas ou não pelos maridos⁷². Nas grandes casas comerciais e nas atividades do transporte marítimo de grande monta a presença feminina tornou-se rara; embora, na agricultura, nos engenhos de farinha de mandioca, na limpeza e secagem do peixe, a presença feminina, continuasse sendo marcante. O isolamento das mulheres nas atividades de esposa, mãe e dona-de-casa tornou-se forma de distinção para

uma classe urbana abastada e, também, para funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários urbanos, estes desejando, ascensão social.

Eram, os homens que compunham o judiciário, que chefiavam a polícia, o exército, a administração, os que decidiam sobre a educação, faziam sermões religiosos, votavam e eram eleitos, enfim, aqueles que participavam dos órgãos político-administrativos, eram, também, os redatores e os leitores dos principais jornais da cidade. Eles prescreviam as formas de ser "distinto" e "civilizado", que incluía modelos idealizados para as mulheres, segundo os quais estas deveriam restringir-se aos papéis familiares.

Estes jornais tematizavam questões morais, notícias, educação e comportamento ético, além de questões político-partidárias. Como os hebdomários moralistas do século XVIII, descritos por Jurgen Habermas⁷³, o público que lia e comentava os jornais de Desterro via-se, nos periódicos, como tema destes. Porém, estes jornais de Desterro, além de prescrições morais, refletiam a discussão político-partidária local. Constituíam-se, portanto, além de instrumentos pedagógicos, divulgadores de "civilidade" e "moralidade", em formadores de opinião pública.

Jurgen Habermas situa no início do século XIX, na Inglaterra, essa passagem da imprensa "publicadora de notícias" para, além disso, construtora da opinião pública⁷⁴. Os jornais de Desterro parecem reunir, no final do século XIX, as características dos hebdomários moralistas à publicação de notícias e das lutas político-partidárias. De qualquer forma, esses periódicos tornaram-se a expressão de uma esfera pública que se formava em Desterro.

Possivelmente, os jornais de Desterro não acompanhavam, como ondas atrasadas, todos os movimentos dos periódicos dos grandes centros. Estes tinham uma história

específica. Oswaldo Rodrigues Cabral vincula a existência dos periódicos à política partidária local. O fato de não haver, à época, um diário oficial, fazia com que os decretos, as leis e atos oficiais fossem publicados nos jornais. Nesse caso, aqueles que surgiam para defender um certo partido, ou candidato, garantiam a sua existência com a vitória deste. Entretanto, caso o patrono fosse derrotado, a falta dos recursos advindos das publicações oficiais impediam a sua continuidade⁷⁵.

Tiveram, também, vida efêmera as publicações literárias - os jornais ditos "imparciais". Entre 1880 e 1923, período em que se pretende focalizar as imagens de mulher divulgadas por estes periódicos, circularam 109 jornais. Muitos não passaram dos primeiros números. Dentre os jornais de maior periodicidade, destacamos, para análise, o Jornal do Comércio, o República e O Dia.

O surgimento de jornais em Desterro não eliminou outras formas escritas de circulação de informações. Ainda no início do século XX, persistia a tradição do uso dos pasquins. Estes consistiam em textos manuscritos, que corriam de mão em mão e, às vezes, iam terminar este percurso em alguma casa comercial local. Continham, em geral, informações sobre a vida privada dos moradores da localidade⁷⁶. Esta tradição de divulgação manuscrita de informações estava presente na Europa no século XVI e, junto com folhas volantes, cartazes, almanaques, brochuras religiosas e ocultistas, permaneceram circulando até meados do século XIX, como "literatura ambulante popular"⁷⁷.

É possível que, em Desterro, nas camadas populares, estes pasquins, bem como as conversas, as redes informais de comunicação, tivessem maior eficácia que os jornais. Porém, provavelmente, as notícias, os folhetins, os provérbios, as quadrinhas, presentes nos jornais, também circulavam para

além dos meros assinantes e dos leitores dos jornais, através das tais redes informais de comunicação. Walter Benjamin nos informa que, nos cafés de Paris, em 1830, com o surgimento, nos jornais, dos folhetins, "grupos de várias pessoas rodeavam um exemplar" (78).

Convém destacar, também, a importância dos jornais para a sociedade de Desterro. Oswaldo Rodrigues Cabral conta-nos como os fregueses nas casas comerciais reuniam-se para ler os jornais chegados da Corte, no último pacote surto no porto. Estes fregueses procuravam ler as notícias "antes que os jornais da terra as passassem para as suas colunas, no ingente trabalho de recortar e colar", e gostavam de comentar as notícias políticas, antes que os "jornalistas locais o fizessem, em função das suas paixões partidárias" (79).

Este relato aponta-nos uma espécie de cisão do público leitor de jornais. Havia os que liam diretamente dos jornais chegados de centros maiores. Possivelmente a "camada letrada local", e os demais, que obtinham as informações através dos jornais locais.

Esta "camada letrada" escrevia nos jornais, fazia transcrições, comentários, e até traduções. Desta forma, os periódicos resultavam de uma mistura de "extraídos" com algumas informações, e produções literárias locais. Eram numerosos os artigos em que, ao final, menciona-se a palavra "extraído" e, ainda, aqueles que citavam os jornais de onde tiraram as notícias, como: "um dos redatores de 'Le Fígaro', de Paris, (...)" (80), ou "Fiquei indignado ao ler na 'Gazeta de Notícias' (...)" (81) e "The Guardian", que se publica em Bombaim, (...)" (82). Algumas vezes, o nome do jornal não era citado: "um jornal americano perguntou (...)" (83). Não raro, eram feitas traduções de trechos de literatura estrangeira, principalmente a francesa.

Embora os jornais já tenham sido identificados com o empobrecimento da cultura através de sua massificação, de sua "elegância barata"⁽⁸⁴⁾, é importante destacar que, em cidades do porte de Desterro, este é um veículo cultural de suma importância. É o que a população alfabetizada, que em Desterro era bastante reduzida, lia.

Em 1872, havia, no município de Desterro, 5.073 pessoas alfabetizadas; em 1890, este número crescera apenas para 7.011 e, em 1903, subia para 13.474 pessoas⁽⁸⁵⁾. Deste total, o número de mulheres alfabetizadas era menor que o de homens⁽⁸⁶⁾.

Embora fosse lido por um número menor do que o do total das pessoas alfabetizadas, o jornal teve grande importância na hierarquização das classes sociais - muito bem demonstrado por Henrique Luiz Pereira Oliveira:

"Já pelo simples fato de circularem, os jornais afirmavam uma clivagem no interior da população entre aqueles que têm acesso ao saber escrito, à ciência e à civilização, e aqueles que, limitados à cultura oral, perpetuavam práticas e valores classificados entre as coisas regidas por costumes, (...)"⁽⁸⁷⁾.

Além da cisão entre os que sabiam ler e aqueles limitados à cultura oral, e ainda entre os que liam os jornais diretamente importados e os que obtinham informações a partir dos jornais locais, estes periódicos de Desterro, promoviam alegoricamente, em suas páginas, a divisão entre o público e o privado. Mormente na primeira página, estes periódicos dirigiam-se a um público interessado na disputa político-partidária. Porém, da segunda página em diante, encontravam-se outros textos, alguns com notícias extraídas de jornais de centros maiores. Estes textos, pela abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se ao público feminino. Em alguns deles, esse direcionamento aparece explícito, como no seguinte trecho da história chamada

"Amélia", de autoria de Leocádio Pereira da Costa: "(...) as leitoras dispensarão, por certo, mais comentários a respeito: (...)".⁸⁸

Farta bibliografia tem identificado o aparecimento do romance como destinado ao público feminino. Parece que o local privilegiado do romance foi a cesta de costura das mulheres da elite⁸⁹. Os jornais também contaram com o público feminino, sendo os folhetins costumeiramente lidos em voz alta, nos serões familiares.

Na segunda metade do século XIX, surgiram, no Rio de Janeiro, inúmeros jornais e revistas dedicados à família e à mulher⁹⁰. Em Desterro, no período de 1880 a 1923, inúmeros pequenos jornais de vida efêmera, com conteúdo literário, também pareciam dirigir-se às mulheres. Nos grandes jornais, como os que se pretende analisar, a divisão de gêneros parece dar-se através das páginas. A primeira e, às vezes, parte da segunda, destinavam-se aos leitores; as demais às leitoras. Esta divisão, porém, obviamente não era rígida. Os folhetins, por exemplo, inicialmente costumavam aparecer na primeira página.

Como se percebe, de forma alegórica as primeiras páginas destinavam-se à esfera pública e, nas seguintes - em especial no setor de "variedades" - abria-se um espaço para a subjetividade originada na esfera íntima da família⁹¹. Nesse setor, as mulheres eram o principal tema.

Nas páginas internas dos jornais, eram reproduzidas imagens idealizadas de mulheres, onde se explicitavam formas que deveriam ser assumidas, bem como aquelas que deveriam ser evitadas, constituindo-se, estes jornais, em instrumentos normatizadores de conduta. Não era, entretanto, somente às mulheres que se dirigiam. Henrique Luiz Pereira Oliveira e Hermetes Reis de Araújo demonstraram, para os períodos de 1850 e 1860 e do final do século XIX e início do

XX, respectivamente, este papel de normatizador de conduta urbana, exercido pelo jornal⁹².

Em relação às mulheres, tal papel dos jornais de Desterro era flagrante. Em inúmeros textos, virtudes e defeitos femininos eram apresentados assumindo formas de poemas, provérbios, comentários, notícias, piadas, etc... De maneira geral, referiam-se a uma "natureza feminina", que ora era valorizada, ora criticada.

O caráter normatizador dos jornais, para as mulheres, tem sido destacado por diversos trabalhos. Maria Fernanda Baptista Bicalho em: O Belo Sexo. Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, mostrou a difusão, pelos jornais femininos, da "ação normatizadora da educação feminina", que visava "regular o comportamento da mulher de acordo com a elevada missão que lhe compete na sociedade - a de mãe e mestra dos filhos"⁹³.

Nesse trabalho, a autora analisou a imprensa feminina como manifestação de uma ideologia individualista, a partir das reflexões de Dumont e de Simmel, privilegiando, ainda, a importância da noção de subjetividade na construção do indivíduo moderno, enquanto categoria. Mostra como os jornais femininos reivindicavam a educação para as mulheres, como suporte indispensável à sua emancipação⁹⁴.

Neste trabalho, não tencionamos analisar os jornais femininos, mesmo porque o primeiro jornal feminino de Florianópolis surgiu somente em 1918. Pretendemos perceber as imagens de mulheres que apareciam em jornais dirigidos por homens, no final do século XIX e início do XX.

Entretanto, é possível verificar que muitos dos assuntos apontados por Maria Fernanda Baptista Bicalho, constantes dos jornais femininos, no Rio de Janeiro,

apareciam, igualmente, nos jornais de Desterro. Isso nos leva a inferir que alguns destes jornais femininos talvez chegassem a Desterro, ou que, sendo temas de debates, à época, ultrapassavam os limites da imprensa feminina. Um exemplo disso é um texto sobre as mães, que aparece no jornal República, em 1891.

"Ser mãe é:

Renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância, aos espetáculos em que se ri ou em que se chora, mas em que o espírito se deleita e se abre avidamente, com a sofreguidão dos sequiosos; é deixar de aparecer nos bailes, de valsar, de ir a piqueniques sem temer o sol, o vento, a chuva, uma independência feliz; é passar as noites num cuidado incessante, em sonhos curtos, leves, com o pensamento sempre preso à mesma criaturinha rósea, pequena, macia, que lhe magoa os braços, que a enfraquece, que a enche de susto, de trabalho e de prevenções, mas que a faz abençoar a ignata Providência de a ter feito mulher para poder ser mãe"⁹⁵.

Este mesmo texto reaparece, citado por Maria Fernanda Baptista Bicalho, no nº 23 do jornal feminino O 15 de novembro do sexo feminino⁹⁶. Além disso, outra autora, Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, cita-o em seu livro Mulheres de ontem?, como sendo de autoria de Júlia Lopes de Almeida e publicado no jornal A família em 14 de novembro de 1889⁹⁷.

A exemplo desse texto, outros temas se repetem nos jornais do Rio e nos de Desterro. É o caso das questões relativas à educação das mulheres, que foi analisada no trabalho de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes. Neste, a autora buscou, através de três blocos de documentação, expor as vozes masculinas e as femininas a respeito da educação das mulheres. Na primeira parte do trabalho, a autora expôs as opiniões dos escritores do final do século XIX sobre a importância da educação das mulheres, extraídas do "Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios", do Rio

de Janeiro, em 1881. Na segunda parte, através dos personagens femininos dos romances da época, procurou dar a versão masculina da condição feminina do período. Na terceira parte do trabalho, analisou jornais femininos entre 1840 a 1890, buscando resgatar as vozes das mulheres de letras sobre a questão da educação feminina.

Muitos dos trechos reproduzidos e das opiniões formuladas, apresentados nos textos citados por Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes acerca da educação das mulheres, surgiram, com formulações diversas, nos jornais de Desterro, cujos diretores eram homens.

Tais constatações permitem notar que, guardadas as especificidades locais, os articulistas dos jornais de Desterro estavam engajados, de uma forma ou de outra, nas discussões que aconteciam nos grandes centros. É possível, entretanto, que nas escolhas dos textos, as cores locais tivessem um peso de grande importância: afinal, os articulistas, ao fazerem tais escolhas, teriam em mente os leitores locais. A história, a cultura própria da região, deviam, portanto, pesar nas decisões dos articulistas. Por outro lado, fica difícil saber como eram lidos tais textos, como eram vividas, experimentadas no cotidiano, essas imagens de mulheres que os jornais reproduziam. Somente se pode saber o que era publicado, e não como era lido e entendido pelos leitores.

Para analisar as imagens, é preciso levar em conta as formas como se apresentam. Muitas delas apareciam em forma de crônicas, outras eram veiculadas através de notícias. Outras, ainda, eram organizadas sob forma de piadas, provérbios, quadrinhas. Essas variadas formas podiam produzir impactos diferenciados. É importante estar atento a que a notícia, por exemplo, possui um "conteúdo de verdade" que tende a criar uma "realidade" (90). Diferente,

pois, do efeito produzido por uma piada, um poema ou, ainda, pela opinião formulada em forma de crônica.

Por outro lado, é possível que uma piada, uma quadrinha, um provérbio, sejam lidos com mais facilidade. Repetidos, poderão alargar o âmbito da mensagem para além dos leitores dos jornais.

São numerosas as piadas que aparecem nos jornais sobre as mulheres. Os principais alvos eram as sogras. Mas havia, do mesmo modo, aquelas sobre a vaidade feminina, a idade, a velhice, a busca do casamento. Parece que pretendiam ridicularizar os desvios de comportamentos, fortalecendo as normas vigentes. As "minorias" costumam ser alvos de piadas. No entanto, seria ingênuo pensar que o humor tivesse sempre tal caráter funcional⁽⁹⁹⁾.

Friedrich Nietzsche ligou riso e crueldade. De acordo com este autor: "sem crueldade não há festa". Vincula, assim, o riso às zombarias cruéis, à livre vazão, à maldade⁽¹⁰⁰⁾. Elias Thomé Saliba percebeu um lado "desagradável e sinistro", e uma certa "crueldade cínica", nos textos de Juó Bananére, reproduzidos em pequenos jornais paulistas entre 1910 e 1920⁽¹⁰¹⁾. Essa "crueldade cínica", também é possível encontrar em algumas piadas transcritas nos jornais de Desterro, principalmente naquelas que tematizam as sogras. Nestas o humor encontrava-se nos sofrimentos que fossem infligidos às sogras. Por outro lado, Mikhail Bakhtin apontou o riso "enquanto forma universal de concepção do mundo"⁽¹⁰²⁾. Convém destacar que, embora as piadas zombem dos desvios de comportamentos, e, desta forma, critiquem as "megeiras", as "vaidosas", as "mandonas", por outro lado dão visibilidade a comportamentos que fogem da norma. Vemos, aí, como Natalie Zemon Davis, o caráter ambíguo dessas piadas, pois, se por um lado, reforçam a

norma, por outro "mantém aberta uma via alternativa" (103) de viver fora das imagens idealizadas.

"Desespero:

- O senhor tem cães para vender?
- Sim, senhor.
- E não tem nenhum cão que morda, que esteja danado?
- Ah! Isso não, senhor.
- Neste caso, não quero.
- Mas... para que quer cão danado?
- Para... para morder minha sogra" (104).

Os articulistas dos jornais, ao divulgar piadas desse tipo, as estavam escolhendo dentre a variada gama de temas que vinham através dos vários jornais dos grandes centros. Ao decidir sobre os temas, estavam voltados para o leitor. Um dado discurso, esclarece José Luiz Fiorin, para obter efeitos de verdade e de realidade, depende de "determinações inconscientes", e é "constituído de um conjunto de temas e figuras que" constituem a "maneira dominante de explicar os fatos do mundo numa dada época". São, em geral, "oriundos de outros discursos já articulados, cristalizados, e cujas condições de produção foram apagadas" (105). Levamos em conta que a visão de mundo que os jornais de Desterro veiculavam era a de uma sociedade burguesa e masculina. Por outro lado, esses temas não emergiam somente na linguagem escrita dos jornais; nas formas verbal, visual, gestual: eles se reproduziam. Não eram temas isolados; estavam presentes em outras formas de discurso, nesta formação social concreta (106).

Estes textos que os jornais reproduziam não eram apenas reflexos, ou "uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade" (107). Parafraseando Mikhail Bakhtin, pode-se dizer que a palavra escrita é o "território comum" do escritor e do leitor. "Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como

pelo fato de que se dirige a alguém"«108». Desta forma, o escritor, o articulista de jornal, ao escrever, ao selecionar os textos, por mais que seja guiado por decisões subjetivas, seria conduzido, pela existência do leitor, a escolhas que respondessem aos interesses, às visões de mundo que circulavam em Desterro. "O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo"«109».

Os leitores dos jornais, por sua vez, estabeleceriam a verdade, a falsidade ou a mentira do discurso a partir dos valores de sua visão de mundo. Porém, a forma da apresentação das imagens, a linguagem empregada, poderia colaborar, mais ou menos, para o estabelecimento da verdade. Seria oportuno levar em conta que a "finalidade última de todos os atos de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado"«110».

Muitas vezes, porém, os articulistas dos jornais de Desterro não estavam preocupados em persuadir seus leitores. A necessidade de preencher espaços para fechar a edição parecia ser maior. Quando faltavam assuntos para ocupar as quatro páginas do jornal, apelava-se para qualquer coisa. Publicavam-se, então, grosseiras explicitações de misoginia, reproduções de textos já impressos e, às vezes, puras invenções, às quais o articulista não dedicava um mínimo de cuidado para ter a aparência de "verdade".

Um exemplo flagrante é o texto que surgiu no jornal O Dia, em 1901, e que trazia o título "15 maridos". Nele, o articulista dizia que colheu no jornal O imparcial a história de uma mulher que teve 15 maridos. O primeiro casamento dera-se aos 15 anos, e o último aos 75 anos, morrendo viúva aos 76 anos«111». Estas e outras notícias, sobre nascimentos de crianças monstruosas, mulheres barbadas, mulheres grotescas, pareciam constituir-se,

realmente, em necessidade de preencher espaços vazios nos jornais. Entretanto, ressalve-se que os "vazios" poderiam ser completados com outro tipo de "notícias", outros textos. No entanto, a maneira como eram preenchidos estes espaços vazios nas edições refletia as preocupações da sociedade. E, podemos notar, o motivo de inquietação eram as mulheres.

Num artigo do Jornal do Comércio de 1881, aparecem não somente expressões de misoginia, como, também, o reconhecimento de que, para o tipógrafo do jornal, a mulher representava a possibilidade de complementação de uma página.

"A mulher

A mulher que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte, e para Salomão uma vingança, é, para o médico, um corpo; para o juiz uma ré; para o pintor, um modelo; para o poeta, uma flor; para o militar, uma camarada; para o padre, uma tentação; para o enfermo, uma enfermeira; para o são, uma enfermidade; para o republicano, uma cidadã; para o romântico, uma diva; para o versátil, um brinquedo; para o gastrônomo, uma cozinheira; para o menino, um consolo; para o noivo, um desejo; para o marido, uma carga; para o viúvo, um descanso; para o pobre, uma calamidade; para o rico, uma ameaça; para o jovem, um pesadelo; para o velho, um inimigo; para o homem, um estorvo; para o diabo, um agente; para o mundo, uma força; e, para o tipógrafo... uma página"⁽¹¹²⁾.

É possível que a referência ao tipógrafo tenha sido criação do articulista acerca de um texto já existente. Isso se confirma ao observarmos que, no mesmo Jornal do Comércio, em 1882, esse texto é novamente reproduzido, porém sem a referência ao tipógrafo⁽¹¹³⁾.

A escolha de numerosas imagens de mulher, seu uso no preenchimento de espaços no fechamento das edições, e as numerosas formas como essas imagens apresentavam-se, denota uma preocupação muito viva com a construção de papéis femininos. Papéis ideais que restringiam-nas ao lar, como na

nota abaixo, de 1886, do jornal do Comércio, em que a "mulher boa" é identificada com a felicidade familiar.

"A mulher boa, meiga mas ignorante, pode - ainda assim - tornar o lar doméstico um asilo casto, uma enseada tranquila. A mulher doce, carinhosa, mas instruída, de talento, com a dupla chama imaterial do amor e da inteligência a flamejar-lhe no coração e no cérebro, essa tornará o recinto da família prestigioso como um templo invencível como as mais roqueiras cidadelas"⁽¹¹⁴⁾.

Notas como esta eram recorrentes, pertenciam às imagens que há longo tempo circulavam na cultura ocidental; podia-se encontrá-los sob as mais variadas formas, em instituições diversas. No entanto, a reprodução dessas notas nos jornais configurava uma tendência à fixação de padrões de comportamento da elite, preocupada com sua afirmação social.

Na definição de padrões, a elite contou com inúmeros jornais, dentre eles o Jornal do Comércio, o qual, começou a circular em 19 de fevereiro de 1880, em pleno auge da exportação de farinha de mandioca e das atividades do porto de Desterro. Durou até 1894. Era de propriedade de José Joaquim Cascaes. Permaneceu semanal até 01 de janeiro de 1881. A partir de então, tornou-se diário⁽¹¹⁵⁾.

Desde 18 de novembro de 1884, o Jornal do Comércio passou a trazer o subtítulo de Diário imparcial, que conservou até 1887. Tinha, inicialmente, formato 36 cm por 25 cm, e próximo de sua extinção estava um pouquinho maior: 42 cm por 27 cm. Em suas 4 páginas, apareciam colaborações da intelectualidade local, tais como Horácio Nunes, Cruz e Souza, Virgílio Várzea⁽¹¹⁶⁾.

Nas páginas do Jornal do Comércio, é possível encontrar todas as espécies de recomendações com funções normativas, por meio das quais ditava-se e vigiava-se os comportamentos no espaço urbano.

Com relação aos papéis femininos, esse jornal publicou inúmeros textos. Nestes, o comportamento feminino era o tema principal. É possível perceber, através do anexo 2, a quantidade e a variedade de textos que tematizavam as mulheres e, ainda que os períodos de maior frequência de tais matérias eram aqueles em que a riqueza da cidade estava em pleno apogeu; ou seja, até por volta de 1885, quando teve início, lentamente, o declínio das atividades do porto e da exportação da farinha de mandioca.

Esta constatação leva-nos a inferir que, para além da reprodução de temas recorrentes na cultura ocidental, essa ostensiva publicação de textos sobre as mulheres tinha a função de estabelecer papéis femininos definidores de distinção na sociedade local.

Dentre a variedade de imagens publicadas no Jornal do Comércio, é possível delinear alguns contornos mais nítidos, uma dessas imagens era a da esposa ideal. Em 1888, esse jornal publicava "Os dez mandamentos da mulher":

- 1º - Amai a vosso marido sobre todas as coisas.
- 2º - Não lhe jureis falso.
- 3º - Preparai-lhe dias de festa.
- 4º - Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe.
- 5º - Não o atormenteis com exigências, caprichos e amos.
- 6º - Não o enganéis.
- 7º - Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades.
- 8º - Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos.
- 9º - Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido.
- 10º - Não exijais luxo e não vos detenhaiis diante das vitrines.

Estes dez mandamentos devem ser lidos pelas mulheres doze vezes por dia, e depois ser bem guardados na caixinha da toilette"⁽¹¹⁷⁾.

Textos informando sobre o comportamento esperado de uma esposa foram frequentes. Alguns até explicitavam a classe social da esposa-modelo. Num conto de 1880, chamado "Amélia", de Leocádio Pereira da Costa, eram delineadas as imagens de esposa e esposo para a classe média.

"(...)

Pedro era artista. Typógrafo de algum merecimento, ganhava bastante para satisfazer a maior parte de suas necessidades.

Se não era rico, também a miséria não lhe batia a porta, e podia viver honradamente sem sacrificar a moça que escolhesse para sua mulher.

(...)

Amélia não tocava piano, nem falava francês, porém a sua educação doméstica era perfeita.

Nos trabalhos de agulha e misteres da casa, poucas lhe levariam vantagens; por isso, com esse trabalho suave, porém necessário para distração, poupava ao marido muitas despesas.

(...)"⁽¹¹⁸⁾.

Uma esposa que ajudasse o marido e não lhe arranjasse mais despesas, era o desejado. Um outro artigo, também de 1880, falava da dificuldade do funcionário público, cuja esposa pretendia levar uma vida de mulher rica. E assim:

"(...) em vez de ter uma companheira que o ajude com o produto de um serviço executado por ela, e filhos que, dedicando-se à indústria, ao comércio e à lavoura, se habilitem para mais tarde garantir não só a subsistência individual, como a da família, vê-se na dura contingência de manter uma senhora em bem completa ociosidade (...)"⁽¹¹⁹⁾.

O artigo prosseguia, sugerindo que se educassem as mulheres e se desse a elas profissões "ou ofícios adequados perfeitamente à atividade da mulher". Estes ofícios sugeridos eram "as lojas de perfumarias, de modas, de cabelereiros, de floristas, as indústrias manuais delicadas, em que seria ocioso empregar a virilidade de um homem

ganhando pingues ordenados, bem como as oficinas de tecelagem e de outros artefatos, pois tudo isso lhe fornecia recursos de vida. (...)”⁽¹²⁰⁾.

Reclamava, ainda, o autor que, para um funcionário que ganhava “pouco mais de cem mil réis” mensais, tornava-se difícil “andar asseado, fazer visitas de cerimônia, dar chás em sua casa, levar sua família, trajada à moda, aos bailes e reuniões”⁽¹²¹⁾.

Através deste texto, é possível inferir, não só as dificuldades financeiras do funcionário público, como o comportamento social esperado dos componentes da elite, difícil de ser seguido pelos candidatos à ascensão social.

Machado de Assis, em Quincas Borba, construiu dois personagens envolvidos na busca de ascensão social, no século XIX: o casal Sofia e Cristiano Palha. Ela era filha de um velho funcionário público, e ele “zangão da praça”: ganhava dinheiro, era “jeitoso” e tinha “o faro dos negócios e das situações”. Mas gastava tudo em “reuniões frequentes, vestidos caros e jóias para a mulher”. Costumava ir a teatros e festas, não tanto para se divertir como para exibir a mulher⁽¹²²⁾. Por seu lado, Sofia trajava-se à moda, preocupava-se em introduzir-se entre as damas mais conhecidas da sociedade e procurava manter-se fora de qualquer comentário maledicente. Ela e o marido participaram da educação de uma sobrinha, Maria Benedita, proporcionando-lhe “o mínimo dos adornos de uma educação de sala”⁽¹²³⁾.

A semelhança deste retrato, delineado por Machado de Assis, com as questões levantadas pelo Jornal do Comércio acerca da educação das mulheres e das dificuldades enfrentadas pelos candidatos à ascensão social, faz-nos pensar que se trata do mesmo processo: a demonstração de distinção social, centrada principalmente no comportamento

feminino. Daí a preocupação em delinear a esposa e a mãe ideal.

Na tentativa de construir uma esposa e uma mãe ideal, a educação das mulheres foi uma discussão que esteve sempre presente, e não somente em Desterro.

A preocupação com a educação da mulher era questão discutida nos jornais femininos do Rio de Janeiro, desde a década de 50 do século XIX. Buscava-se a "emancipação moral" das mulheres, e isto significava instruí-las. Pretendia-se, não que ela saísse do lar e fosse competir com o homem no espaço público, mas que exercesse melhor os papéis de esposa e mãe⁽¹²⁴⁾.

Mas não era somente para instruir as futuras esposas que se preconizava a educação das mulheres. Coerentemente com a idéia de uma "natureza feminina" maniqueisticamente voltada, ora para o bem, ora para o mal, reivindicava-se, em 1887, através da reprodução de um artigo extraído de "um jornal do Norte", a educação, para não "deixar a mulher seguir inconscientemente as inclinações frívolas, que são naturais a seu sexo". Por fim, o autor acrescentava:

"(...)

Não se pense que, com estas palavras, pensamos em desviar a mulher do seio da família, do recinto sagrado e puro do lar, para arremessá-la de encontro às alternativas e perigos da vida das multidões.

Bem diverso é nosso pensar: a praça pública não convém ao delicado sexo que tão elevada missão tem a cumprir. (...)"⁽¹²⁵⁾

Nem é preciso lembrar qual é a "elevada missão" que a mulher teria a cumprir. Como podemos observar, além de prepará-la para tal missão, a educação a afastaria das más inclinações, "naturais ao seu sexo" e não a desviaria da família, visto que a praça pública não seria o lugar adequado para o "delicado sexo".

Esta educação que reivindicavam, destinava-se, portanto, ao lar urbano e a uma classe social que podia dispensar o vai-e-vem das mulheres vendedoras, lavadeiras, que faziam da rua, da "praça pública", seu lugar de trabalho, ou seu caminho em direção a este. Possivelmente, essas mulheres que viviam os "perigos da vida das multidões" não eram consideradas como pertencentes ao "delicado sexo".

Em Desterro, a educação das mulheres da elite se fez, principalmente, através do ensino particular, na própria casa da aluna ou em escolas dirigidas por professoras particulares. A Sra. Luiza Nahas Bonassis, nascida em 1896, filha de comerciante, informou, em entrevista recente, que não frequentava a escola. Era a professora que ia à sua casa⁽¹²⁴⁾.

Em 1875, havia, em Desterro, 24 escolas, sendo 21 públicas e 3 particulares. Nessas escolas, havia 429 alunas e 648 alunos. Nessa época, a população abrangia, em média, 25.000 pessoas. A diferença na quantidade de meninos e meninas que frequentava a escola pública - 630 meninos e 356 meninas - invertia-se na escola particular: 18 meninos e 73 meninas⁽¹²⁷⁾, de onde se infere a preferência dos pais, com algumas posses, pela educação das meninas em escolas particulares da cidade. Leda Maria Pinheiro Rodrigues nos mostra que, em São Paulo, os pais consideravam a escola pública reservada aos pobres "sem meios para terem em seus lares professores particulares"⁽¹²⁸⁾. É possível que em Desterro, acontecesse o mesmo, sendo os meninos das famílias de posse enviados para estudar em centros maiores como o Rio de Janeiro.

O ensino público em Desterro, assim como em Santa Catarina e no país, foi marcado pela preocupação com a constituição da nação brasileira que, embora despontasse em vários momentos, após a independência, teve na década de 70

do século XIX um dos pontos de destaque no processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros. A "geração de 1870", de acordo com Lúcia Lippe de Oliveira, pretendia "iluminar o país através da ciência e da cultura" e confiava que a "educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens"⁽¹²⁹⁾.

Na constituição dos "homens melhores" que formariam a nação brasileira, além da escola era necessária a formação no lar, e esta deveria ser ministrada por uma mãe instruída. Foi dentro desta filosofia que se reivindicou a educação pública para meninos e, principalmente, para meninas.

Entretanto, o ensino secundário, em Santa Catarina, iniciou-se masculino. Os primeiros colégios foram destinados apenas aos meninos. Em 1864, os Padres da Companhia de Jesus instalavam em Desterro, um colégio. Em 1861 foi aberto o Liceu Provincial, fechado, porém, em 1864⁽¹³⁰⁾. Em 1874, era criado o Atheneu Provincial. Este estabelecimento só admitia "menores livres do sexo masculino, nacionais ou estrangeiros de qualquer religião ou cor"⁽¹³¹⁾. Era organizado de forma a permitir internato e externato, além de possuir ensino primário e secundário. Foi exclusivamente para meninos até sua decadência, em 1882⁽¹³²⁾. Já o Lyceu de Artes e Ofícios admitia meninas. As aulas, para elas, foram inauguradas em 1885. Nesta data, de um total de 37 matriculados 11 eram de alunas⁽¹³³⁾. Este estabelecimento fechou suas portas em 1908⁽¹³⁴⁾. Mais tarde, porém, reabriu. Em 1920, estavam matriculados no referido Liceu 129 rapazes e 62 moças⁽¹³⁵⁾.

Em 1880, foi criado o Curso Normal⁽¹³⁶⁾, porém nenhum aluno ou aluna matriculou-se. No ano de 1883, o Atheneu Provincial foi transformando em Instituto Literário e Normal. Mas, ao que parece também não obteve grande sucesso, já que em 1887, contava apenas com 35 alunos⁽¹³⁷⁾. Em 1892, presumimos que o Curso Normal estava em pleno funcionamento,

pois publicava-se na ocasião, a tabela com os salários de seus professores⁽¹³⁸⁾.

A instrução pública das meninas, no entanto, encontrou resistências. Na freguesia de Santo Antônio, na Ilha de Santa Catarina, a professora primária Francisca Carolina Willinzton, em 1881, reclamava que os pais das alunas dificultavam a frequência destas às aulas, dando-lhes inúmeros "afazeres domésticos"; além disso, de acordo com a professora, eram muito pobres, e faltavam-lhes roupas e material escolar⁽¹³⁹⁾.

Isto, porém, não era exclusivo de Desterro. Leda Maria Pinheiro Rodrigues informa que, em São Paulo, em 1857, os pais de muitas alunas pediam à professora que se preocupasse mais em ensinar costura às meninas, visto que ler e escrever não lhes serviria para nada⁽¹⁴⁰⁾. Mostra, ainda, que os pais costumavam tirar as filhas da escola, tão logo aprendiam as primeiras letras e alguns trabalhos de agulha⁽¹⁴¹⁾.

Como podemos constatar, em Desterro, como em São Paulo, apesar das preocupações da elite, principalmente da "elite letrada", com a "civilização", e a construção da nação brasileira, dessa preocupação não participavam as camadas populares. Eram os grupos que compunham a elite de Desterro que estavam envolvidos num processo de auto-afirmação, e que se empenhavam em "parecer civilizados".

De acordo com Norbert Elias, o conceito de civilização "expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo"⁽¹⁴²⁾. Parafraseando-o diríamos que, em Desterro, esta palavra era utilizada, nos textos dos jornais, significando a auto-imagem que a elite fazia de si mesma: de suas maneiras, de seu comportamento, de suas casas, de sua família.

Ter uma família "civilizada" era possuir uma esfera familiar, separada da pública, onde reinava uma esposa educada para as funções de mãe e dona-de-casa. Uma família restrita a pai, mãe e filhos, excluídos os demais parentes. Foi possivelmente com esta preocupação, de construir a "família civilizada", que os jornais empenhavam-se, de maneira acintosa, em ridicularizar as sogras.

Torna-se interessante observar como as mães, homenageadas como as responsáveis pela civilização, pelo heroísmo, pela piedade cristã dos homens, fossem percebidas como estorvo ao se tornarem sogras. Além disso, não se tratava de qualquer sogra, mas a do homem. Era ele quem publicava, nos jornais, piadas como esta, de 1883:

"Remédio

- O senhor já experimentou o remédio do Dr. Lacerda contra mordedura de cobras?
- Já, e posso afirmar que é infalível. Faço uso dele todas as vezes que brigo com minha sogra"⁽¹⁴³⁾.

Na cultura açoriana, pesqueira e marítima da Ilha de Santa Catarina, onde os homens se ausentam por longos períodos, existe, ainda hoje, a tradição de manter a filha e o genro morando na casa dos pais da mulher, ou nas proximidades. Trabalhos domésticos, envolvendo a secagem do peixe e a segurança e solidariedade necessários nas longas ausências dos maridos, podem explicar essa tradição de residência matrilocal⁽¹⁴⁴⁾. A urbanização e o aburguesamento dessa sociedade, que tem como modelo a família nuclear, deve ter encontrado resistência na tradição matrilocal. Além disso, no embate entre a nova ordem que se pretendia implantar e os costumes locais de origem açoriana, morar com a sogra passava a não ser mais "civilizado". Era fazer parte de uma tradição que estava sendo desqualificada.

A nova família "civilizada" - que se pretendia compor - deveria ser diferente daquela do restante da população: nela, qualquer parente, além de pai-mãe-filhos, atrapalharia. Uma quadrinha de 1886 dava a medida desse estorvo:

"Aos namorados.
 Quem se casar nesta terra
 não more com sua sogra,
 porque sossego não logra,
 e vive com contínua guerra:
 grita o genro, a filha berra,
 urra a sogra destemida,
 acode a chusma atrevida
 dos cunhados fariseus, e
 por milagre de Deus, escapa
 um homem com vida"⁽¹⁴⁸⁾.

Embora da nova família idealizada se pretenda excluir qualquer parente, a sogra era o principal alvo de agressões; na coluna de variedades, em 1881, o "Jornal do Comércio" publicava um "projeto de lei" para as sogras, que, além de pretender ser humorístico, expunha o papel normativo que estes textos sobre as sogras possuíam.

"(...) No Cruzeiro, propõe um genro o seguinte projeto de lei:

- Art. 1º: Abolição das sogras recalcitrantes.
- Art. 2º: Expulsão completa das sogras rabujentas do lar doméstico.
- Art. 3º: Proibição à sogra de conspirar contra o genro.
- Art. 4º: Proibição à sogra de dar à filha conselhos de emancipação contra as leis autoritárias do marido.
- Art. 5º: Não se envolver, nem excitar, como de costume, sua filha contra o marido.
- Art. 6º: Não empregar (como é notório) contra o genro a terrível arma do ciúme da mulher.
- Art. 7º: Quando houver alguma pequena explicação de família, não meter colherada, nem fazer berreiro em casa.

Art. 8º: Quando se der o caso do marido se demorar mais tempo por fora, não inculcar à filha que é mentiroso, que são histórias, que é tal causa, etc...

Art. 9º: Não alvoraçar a casa com gritos sediciosos, tais como: 'Estou muito aflita! Acudam-me, que vou desmaiar!', pelo simples fato do marido fazer bruscamente à mulher uma observação em presença da sogra.

Art. 10º: Como regra geral, tornar-se-á dever da sogra, mesmo no caso de alguma explicação um pouco viva ter lugar na casa do genro, pôr-se nobremente ao fresco e ir majestosamente para sua casa.

Disposição Penal:

Art. único: Se nada disto bastar, a sogra deverá ser entregue a um domador de feras, a fim de ser convenientemente domesticada⁽¹⁴⁶⁾.

Estes mandamentos da sogra, que aparecem em forma de projeto, falam de sogras que visitam a casa da filha, e que não devem interferir nas discussões da casa. Mas no Art. 4º o texto se refere às "leis autoritárias do marido". Este termo utilizado - "autoritárias" - pode muito bem demonstrar o quanto o autor do texto percebe a importância da sogra, na disputa de poderes em casa. A imagem de megera construída para a mãe que se tornava sogra, pode, portanto, estar ligada, também, à disputa de poder que se processava no novo lar. Como mãe, ela tinha muita influência sobre a filha, enquanto esta era solteira. No novo lar, teria que dividir o poder com o genro. Além disso, a filha recém-casada passava a ter acesso a uma certa socialização de conhecimentos femininos que, geralmente, podiam ser dados pela mãe, e que representariam mais poder em suas relações com o marido.

Nas famílias com tradição açoriana, com residência matrilocal, deveriam ocorrer, também, conflitos entre sogras e genros ou noras, porém, estes não eram explicitados, como fazia a elite, pelos jornais. Eram as elites urbanas que estavam empenhadas em delimitar espaços sociais e

estabelecer modelos de comportamento e de família, que se prestavam a legitimar a desigualdade.

Neste processo de busca de formas de distinção e de exclusão, os jornais tiveram, como se vê, papel importante, e, em relação às mulheres, utilizaram-se, muitas vezes, de mitos e símbolos da cultura masculina, branca e ocidental. Simone de Beauvoir afirma, em O segundo sexo, que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher"⁽¹⁴⁷⁾, e esta construção das mulheres é realizada tanto pela família, como pela vizinhança, pela escola, Igreja, literatura, etc... No caso de Desterro, ao ressuscitar mitos e símbolos envolvendo as mulheres, os jornais estavam, possivelmente, não só contribuindo com a construção social das mulheres, como determinando para elas uma forma legítima de ser, pois lhes reservavam apenas papéis familiares.

Muitas vezes explicitavam uma certa misoginia, comparando as mulheres à comida como nesta nota de 1884:

"A mulher é um manjar digno dos deuses, quando o diabo não o tem cosinhado"⁽¹⁴⁸⁾.

Pareciam querer desvalorizar as mulheres, impor, por exemplo, a idéia de que eram "objetos" capazes de serem comprados⁽¹⁴⁹⁾, vendidos⁽¹⁵⁰⁾ e, até, possíveis de serem perdidos no jogo, como nesta piada de 1882:

"Havia quinze dias que um jogador acérrimo não aparecia nas casas onde costumava ir jogar, quando encontra um amigo que lhe pergunta o motivo desta ausência:

- Ah! meu caro, lhe responde ele, não me fales nisso, perdi minha mulher!

O outro, com muito interesse:

- Na banca ou na roleta?"⁽¹⁵¹⁾.

A forma máxima de objeto, para a mulher, foi dada pelo jornal, em 1890, sob a forma de notícia:

"Inventor acaba de fabricar, em Paris, uma boneca do tamanho de uma mulher, com movimentos, voz, etc...

Elas podem caminhar, mover os olhos, pálpebras, conversar, rir e cantar.

Qualquer rapaz que quizer casar, pode ir à fábrica e escolher a companheira do seu gosto: (...) clara ou morena, etc... e, ainda por cima, mais esta vantagem - fica livre da sogra.

Ela executa as ordens muito bem.

A mulher artificial não come, não importuna o marido com pedidos de vestidos novos, e não tem filhos"⁽¹⁵²⁾.

É possível que, apesar de todo o empenho dos jornais na construção social das mulheres, mesmo quando ressuscitavam mitos e símbolos de uma temporalidade ligada à longa duração, embora sob nova roupagem, e portanto vinculados a uma temporalidade linear, enfim, apesar de tantas imagens, a única forma de obter-se a esposa ideal seria comprar uma de "borracha".

De qualquer forma, todas essas imagens compuseram o cotidiano de homens e mulheres de Desterro. Ficaram estabelecidas como modelos a serem seguidos ou evitados, pelos pretendentes à ascensão social.

Para a elite que se formou em Desterro na segunda metade do século XIX, através da acumulação de riquezas provenientes do transporte e do comércio de mercadorias, as mulheres foram alvos privilegiados da preocupação com a distinção, bem como com a busca de diferenciação em relação ao restante da população. O processo de legitimação da desigualdade contou com a participação de funcionários públicos, pequenos proprietários e comerciantes, camada letrada que, nos jornais, estabelecia, através de padrões

importados, modelos a serem seguidos pelos grupos envolvidos na ascensão social.

Além do Jornal do Comércio, já visto, outros jornais e Desterro, no final do século XIX e início do XX, focalizaram as mulheres; em alguns momentos, de maneira acintosa. Para entender melhor tal sociedade, torna-se importante focalizar estes outros momentos, nos quais os jornais regurgitaram de imagens idealizadas de mulheres.

NOTAS

- ‘1’ Jornal do Comércio, nº 131, 27/07/1891, p. 1, c.5.
- ‘2’ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo, PUC, 1990. 330p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estudou a constituição de novos sujeitos em Desterro entre 1828 e 1887.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, PUC, 1989. 216p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, percebeu, também, a constituição de sujeitos no final do século XIX e início do XX.
- ‘3’ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução por Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.
- ‘4’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 41.
Ver também PIAZZA, Walter Fernando. O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional. Florianópolis: UFSC; Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande; Florianópolis: FCC Edições, 1988. 172p.
- ‘5’ PIAZZA, Walter Fernando e MELO, Osvaldo Ferreira. A epopéia acoriana (1748/1756). Influência cultural dos Acores em Santa Catarina. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1987, p. 15. Nem todos os

imigrantes permaneceram na Ilha, espalharam-se pelo litoral até São Miguel no Rio Grande do Sul.

- ‘6’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 33.
- ‘7’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.1, Notícia, p. 452.
- ‘8’ A maior porcentagem de escravos em relação à população registrada em Desterro foi de 40,16% em 1831. PEDRO, Joana Maria et alii. Negro em terra de branco. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 20.
Ver também PIAZZA, Walter Fernando. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis: UDESC, 1985. 232p.
- ‘9’ CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960. p. 20-1.
- ‘10’ PEDRO, J.M.. Op. cit.. p. 17.
- ‘11’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 105
- ‘12’ É o caso dos juízes de fora, dos ouvidores e outros.
- ‘13’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 129 (grifos nossos).
- ‘14’ SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina. Tradução por Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978. p. 173-4.
- ‘15’ Ibidem. p. 174.
- ‘16’ Ibidem. Apud. OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 132.
- ‘17’ SEIDLER, Carl. In: SANTA CATARINA, Ilha de. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Compilado por Paulo Berger. Florianópolis: Ed.

UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. p. 317.

- «18» LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 22.
- «19» OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 133.
- «20» DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 152.
- «21» Ibidem. p. 152.
- «22» Apud. OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 139.
- «23» SAINT-HILAIRE, A.. Op. cit.. p. 173.
- «24» De qualquer forma, convém registrar que o recenseamento de 1900 aponta em Florianópolis 16.701 mulheres e 15.528 homens. Cf. BRASIL. Sinopse do Recenseamento. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística - 31/12/1900. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905.
- «25» DIAS, M.O.L.S.. Op. cit.. p. 19, assinala, também, em São Paulo a presença de "mulheres sós de maridos ausentes".
- «26» OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 248.
- «27» CARDOSO, F.H. e IANNI, O.. Op. cit.. p. 51.
- «28» CEAG - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII - 1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980. p. 58-9.

- '29' O primeiro jornal de Desterro data de 1831, chamava-se "O Catharinense" e foi fundado por Jerônimo Coelho. Conforme CABRAL, O.R. 1970. Op. cit.. p. 186.
- '30' Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, estão catalogados 10 jornais deste período.
- '31' OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 242-3.
- '32' Jornal O Mensageiro, 22/09/1855, p.3. Apud OLIVEIRA, H.L.P. Op. cit.. p. 243.
- '33' ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução por Dora Flaksman, Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 11-2.
- '34' BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado. O mito do amor materno. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 146.
- '35' Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira Paiva nasceu em Desterro em 12/06/1821, foi vigário de Desterro entre 1851 e 1869 e nomeado Arcipreste das Igrejas da Província e vigário da Vara da Comarca em 1863. Foi deputado à Assembléia Legislativa Provincial em várias legislaturas e autor de inúmeros textos literários, sacros e históricos. Vários de seus sermões, pronunciados na Igreja de Nossa Senhora do Desterro foram publicados em 1862. Conforme GALBERTO, Hermesília. Arcipreste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva: Notícia bio-bibliográfica. Revista Signo. Florianópolis, Academia Catarinense de Letras, Nº 2, ano 2, p. 121-3, 1969. PIAZZA, Walter Fernando (Org.). Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 388.

- ‘34’ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Ensaio oratório na tribuna evangélica: collecção de sermões, panegyricos, orações de ação de graças e fúnebres. Florianópolis: Typografia Catharinense, 1862. p. 9-10 e 90.
- ‘37’ Apud BADINTER, E.. Op. cit.. 32.
- ‘38’ HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 17.
- ‘39’ Ibidem. p. 30.
- ‘40’ Ibidem. p. 18, informa que em 1847 havia 4 estaleiros e em 1870, 3.
- ‘41’ Ibidem. p. 91.
- ‘42’ Ibidem. p. 73.
- ‘43’ CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 366.
- ‘44’ HÜBENER, L.M.. Op. cit.. p. 46-7.
- ‘45’ CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 369.
- ‘46’ CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 405-6.
- ‘47’ Ibidem. p. 107.
- ‘48’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.2, Memória, p. 272.
- ‘49’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 201-2.
- ‘50’ HÜBENER, L.M.. Op. cit.. p. 18.
- ‘51’ Ofícios diversos a Câmara Municipal de Desterro 07/04/1854 - setor de obras raras da BC/UFSC.
- ‘52’ HÜBENER, L.M.. Op. cit.. p. 81.

- «53» Ibidem. p.81-4
- «54» Ibidem. p. 86.
- «55» CARDOSO, F.H. e IANNI, O.. Op. cit.. p. 36.
- «56» HÜBENER, L.M.. Op. cit.. p. 91.
- «57» CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 281-2.
- «58» CARDOSO, F.H. e IANNI, O.. Op. cit.. p. 43.
- «59» CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 207.
- «60» Ibidem. p. 208-9.
- «61» Ibidem. p. 214-5.
- «62» Ibidem. p. 242.
- «63» Ibidem. p. 243.
- «64» Ibidem. p. 245.
- «65» ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. p. 79-80.
- «66» Ibidem. p. 40-1.
- «67» CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 261-2.
- «68» Ibidem. p. 265-8.
- «69» Ibidem. p. 250-3.
- «70» Ibidem. p. 255.
- «71» HALL, Catherine. Sweet Home. In: FERROT, Michelle et alii. História da vida privada. Tradução por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4, p. 62-9.
- «72» Em entrevista realizada por Joana Maria Pedro em 16/10/1989, com Idalina da Silva Ávila com 92 anos, esta relatou que possuía uma casa de comércio e que

enquanto o marido fazia inúmeras viagens, comprando pelo atacado dos agricultores da vizinhança, ela permanecia na venda, atendendo a freguesia, além de cuidar da casa e dos filhos, sendo auxiliada, algumas vezes, por suas sobrinhas.

- ‘73’ HABERMAS, J.. Op. cit.. p. 58-9.
- ‘74’ Ibidem. p. 213-5.
- ‘75’ Conforme entrevista com Oswaldo Rodrigues Cabral, concedida ao Jornal A ponte, nº 89, primeira semana de maio de 1981. p. 4-6.
- ‘76’ Conforme entrevista concedida à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores por Maria dos Passos Costa, de 83 anos, e sua filha Anete, em 24/05/1990 e, ainda, entrevista com Francisca, de 97 anos, Ricardina, de 67 anos. Entrevistas também concedidas à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores, em 25/06/1989.
- ‘77’ ALBERT, P. & TERROU, F. História da Imprensa. Tradução por Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 5-6.
- ‘78’ BENJAMIN, Walter. Paris do segundo império. In: Obras escolhidas III. Tradução por José Carlos Martins. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 23.
- ‘79’ CABRAL, O.R.. v.1 - Notícia. Op. cit.. p. 250.
- ‘80’ Jornal do Comércio, nº 114, 06/07/1893, p. 2, c. 5.
- ‘81’ Jornal O Dia, nº 509, 16/09/1902, p. 1, c. 5.
- ‘82’ Jornal República, nº 763, 05/08/1892, p. 2, c. 2.
- ‘83’ Jornal do Comércio, nº 245, 16/12/1892, p. 2, c. 4.
- ‘84’ BENJAMIN, W.. Op. cit.. 23-5. Ainda conforme ALBERT, P. & TERROU, F.. Op. cit.. 12, Rousseau afirmava que o

jornal era "uma obra efêmera, sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelos letrados, só serve para dar às mulheres e aos tolos vaidade sem instrução".

- ‘85’ Convém salientar que estes números representavam, respectivamente, 19,73%; 22,84% e 22,26%, em relação à população. Conforme ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. 79.
- ‘86’ Em 1874, havia 1077 alunos nas escolas de Florianópolis. Destes, 648 eram meninos e 429 eram meninas, conforme fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva, em 21/03/1875. Typografia de J.J. Lopes, 1875. p. 50.
- ‘87’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. 225.
- ‘88’ Jornal do Comércio, nº 27, 18/08/1880, p.2. c. 2-3.
- ‘89’ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. p. 71. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- ‘90’ Ibidem. p. 73.
- ‘91’ HABERMAS, J.. Op. cit.. p. 65.
- ‘92’ OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit. e ARAÚJO, H.R. Op. cit.
- ‘93’ BICALHO, M.F.B.. Op. cit.. p. 133.
- ‘94’ Ibidem. p. 2-5.
- ‘95’ Jornal "República", nº 503, 02/08/1891, p. 2, c. 3.
- ‘96’ BICALHO, M.F.B.. Op. cit.. p. 178.

- '97' BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. p. 170.
- '98' FIORIN, José Luiz. O Regime de 1964: Discurso e Ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 1. Mostrou como, com um discurso de um "não-fato", pretendeu-se criar uma realidade.
- '99' FONSECA, Cláudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 310-33. A autora mostra a dificuldade de explicar o riso pelo seu aspecto normativo.
- '100' NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral: um escrito polêmico. Tradução por Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 68-9.
- '101' SALIBA, Elias Thomé. Juó Bananére: testemunho da belle époque paulista. O Estado de São Paulo, ano VIII, nº 545, p. 8, 19/01/1991
- '102' BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de Francois Rabelais. Tradução por Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, Brasília: Ed. da UnB, 1987. p. 58.
- '103' DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 112-21.
- '104' Jornal República, nº 591, 19/11/1891, p.3, c.2.
- '105' FIORIN, J.L.. Op. cit.. p. 12.
- '106' Ibidem. p. 13.

- «107» BAKHTIN, Mikhail (Volochenov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. Tradução por Miguel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 33.
- «108» Ibidem. p. 113.
- «109» Ibidem. p. 121.
- «110» FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto/EDUPS, 1989. p. 52.
- «111» Jornal O Dia, nº 271, 27/11/1901, p. 2, c. 4.
- «112» Jornal do Comércio, nº 233, 29/10/1881, p. 2, c. 2.
- «113» Idem, nº 231, 01/10/1882, p. 3, c. 2.
- «114» Idem, nº 245, 28/10/1886, p. 2, c. 4.
- «115» Conforme SILVEIRA, Adília dos Santos. Catálogo Analítico Descritivo dos Jornais de Desterro, 1850-1894. O Jornal como fonte histórica. Florianópolis, UFSC, 1981. p. 372-3. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- «116» Ibidem. p. 372-3.
- «117» Jornal do Comércio, nº 8, 28/02/1888, p. 2, c. 3.
- «118» Idem, nº 23, 04/08/1880, p. 3, c. 3.
- «119» Idem, nº 1, 19/02/1880, p. 3-4, c. 3 e nº 4, 10/03/1880, p. 3-4, c. 3.
- «120» Idem, Idem.
- «121» Idem, Idem.
- «122» ASSIS, Machado de. Quincas Borba. São Paulo: Formar, [s.d.]. p. 31.
- «123» Ibidem. p. 57.

- «124» BICALHO, M.F.B.. Op. cit.. p. 97-8.
- «125» Jornal do Comércio, nº 6, 26/02/1887, p.1, c. 4.
- «126» Entrevista concedida por Luiza Nahas Bonnassis em 21/06/1991, realizada por Joana Maria Pedro.
- «127» Fala do Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 21/03/1875. Desterro: Typ. J.J. Lopes, 1875. p. 50.
- «128» RODRIGUES, Leda Maria Pereira. A instrução feminina em São Paulo. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962. p. 94-5.
- «129» OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 79-85.
Ver também VERÍSSIMO, José. O modernismo. In: História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 1981. p. 233-9.
- «130» PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua História. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. p. 471.
- «131» Acto de 22 de junho de 1874, estabelecendo regulamento para o Atheneu Provincial. p. 119.
- «132» Relatório com o qual o Sr. João Rodrigues Chaves passou a administração da Província ao Dr. Joaquim Augusto do Livramento, 3º vice-presidente, em 9/03/1882. Desterro, Gabinete - Typographico, 1885. p. 15-16.
- «133» Ofício do Diretor da Instrução Pública, Francisco de Paula Lima P. da Costa para o Presidente da Província, 14/10/1885.

- «134» Mensagem do Governador do Estado, Coronel Gustavo Richard, na 3ª sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo, em 16/08/1909. Tipografia Boehm, Joinville, 1909.
- «135» Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador, no exercício do cargo de governador, ao Congresso Representativo, em 22/07/1920.
- «136» Fala do Presidente da Província, Dr. Antônio Gonçalves Chaves, na abertura da primeira sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 6/10/1882, Typ. de José J, Lopes, 1882. p. 15-6.
- «137» FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p. 70-1.
- «138» Regulamento da Escola Normal Catarinense. In: Regulamento Geral da Instrução Pública. 1892.
- «139» Ofício de Francisca Carolina Willington ao Diretor da Instrução Pública, 5 de março de 1881. APESC.
- «140» RODRIGUES, L.M.P.. Op. cit.. p. 84.
- «141» Ibidem. p. 98.
- «142» ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 23.
- «143» Jornal do Comércio, nº 16, 30/01/1883, p.4, c. 1.
- «144» MALUF, Sonia Weidner. Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias

na Lagoa da Conceição. Florianópolis, UFSC, 1989. p. 55-62. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

- <145> Jornal do Comércio, nº 228, 08/10/1886, p. 2, c. 1.
- <146> Idem, nº 10, 14/01/1881, p.2, c. 2-3.
- <147> BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo I: a experiência vivida. v.2. Tradução por Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1967. p. 9.
- <148> Jornal do Comércio, nº 92, 20/04/1884, p.3, c. 1.
- <149> Idem, nº 99, 13/05/1881, p.3, c. 1.
- <150> Idem, nº 174, 02/08/1882, p.1, c. 4 e nº 230, 09/10/1883, p.3, c. 3.
- <151> Idem, nº 174, 02/08/1882, p.3, c. 4.
- <152> Idem, nº 201, 23/10/1890, p.2, c. 4.

CAPÍTULO II

As crises das elites e as mulheres como "pilares" da sociedade.

O período que se inicia com a proclamação da República, até os primeiros anos do século XX, caracterizou-se por uma forte crise política, econômica e social em Desterro. Nesse período, em vários momentos os jornais ficaram repletos de textos, envolvendo as mulheres. Mais uma vez, recorreram a imagens atávicas; expressaram, em formas de piadas e provérbios, misoginias antigas. Estabeleceram, num mar de instabilidade, pontos de referência que permitiam distinguir as famílias honradas: as mulheres.

Barbara Welter, em "The cult of true womanhood: 1820-1860" explica-nos como o "culto da verdadeira feminilidade" representou a manutenção de valores religiosos para os homens norte-americanos, os quais, no século XIX, estavam construindo uma sociedade materialista e negligenciando a religião. Além disso, naquela sociedade - cuja mobilidade social representava a instabilidade das riquezas e dos valores - uma coisa, pelo menos, permanecia inalterada: a idéia de que uma "verdadeira mulher era uma verdadeira mulher"¹.

Em Desterro, o declínio das riquezas acumuladas nas décadas anteriores e a mudança das relações de produção oriunda da extinção da escravidão; a modificação do regime político, da Monarquia para a República; o aparecimento de novos cargos político-administrativos; a disputa por esses cargos; a Revolução de 1893 e a mudança do nome da cidade que, a partir de 1894² passou a chamar-se Florianópolis, todos esses fatores marcaram o final do século XIX e o início do XX com uma grande instabilidade.

Em meio a essa instabilidade, os jornais de Desterro/Florianópolis continuaram divulgando imagens femininas. Em algumas ocasiões, tais imagens foram publicadas com mais intensidade. Na compreensão desse período tão tumultuado da História de Desterro/Florianópolis, convém perceber as imagens femininas e suas possíveis relações com a crise que se configurou.

Dentre as crises pelas quais passou a sociedade de Desterro, a decadência de seu porto foi uma das mais importantes, pois representou o desaparecimento definitivo de uma das formas de enriquecimento local.

O porto de Desterro, elemento importante na acumulação de riqueza e na formação de uma elite, sofreu, no início do século XX, uma decadência que levou, aos poucos, a sua completa eliminação na atualidade. Foi substituído por outros portos, como os de Itajaí, São Francisco e Laguna, em função de estes apresentarem melhores condições naturais e obterem reformas e melhoramentos que permitiam acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o aumento do tamanho dos navios. Entre 1880 e 1885, Desterro era ainda o porto mais importante da Província, com 36% do total das exportações. Porém, no período de 1896 a 1900, este percentual tinha descido para 20,8%, enquanto que no mesmo período São Francisco movimentava 29,3% e Itajaí 26%. No período de 1917 a 1919, o movimento das exportações do porto de Florianópolis desceu para 14,7%; e em 1937, para apenas 6,9%⁽³⁾.

A decadência do porto de Desterro não foi presenciada de forma passiva. Inúmeros pedidos para a melhoria do porto foram feitos. Em 1889, por exemplo, Fernando Hackradt Junior, Galdino José de Bessa, Júlio Melchior de Trompowsky, Domingos Lydio do Livramento e Alexandre Marcelino Bayma formaram uma comissão para estudar a possibilidade de

promover melhoramentos no porto. Para tanto, impunha-se o aprofundamento do canal principal, situado entre o estreito e a barra do norte. Da forma como estava, com a ampliação do calado dos navios, tornavam-se necessárias baldeações que encareciam os fretes das mercadorias transportadas⁴. Em 1907, foram feitos serviços de dragagem no Canal do Taboleiro⁵. Porém, a decadência do porto já era irreversível.

Todavia, não foi somente o porto que entrou em decadência. A farinha de mandioca, que proporcionava possibilidade de acumulação de riquezas, a partir de 1886, teve sua exportação paulatinamente reduzida. Embora se mantenha até os dias de hoje como um dos produtos típicos da Ilha de Santa Catarina, não mais alcançou o montante das exportações anteriores, e deixou de representar condições de enriquecimento⁶.

As atividades industriais em Desterro nunca chegaram a ter grande expressão. Nesta cidade, não chegou a se construir um parque industrial, capaz de proporcionar uma acumulação de grande monta. É bom destacar ainda que, em 1907, a empresa Carl Hoepcke era a única que representava Florianópolis, num rol de grandes empresas do Estado⁷.

Foi nesse quadro de início de declínio econômico que, em 1889, chegou a Desterro a notícia da Proclamação da República. Esta mudança na forma de governo no país trouxe também reordenamentos nos grupos que compunham a elite de Desterro, levando a lutas que desembocaram na Revolução Federalista, agravando a crise econômica.

Com a Proclamação da República, surgiu também um novo periódico em Desterro: o jornal República. Teve início em 19 de novembro de 1889 e começou a ser impresso nas oficinas do jornal Conservador, órgão do partido do mesmo nome, em vista

da influência dos conservadores no novo governo que se instalou⁽⁸⁾.

O jornal República possuía 4 páginas em formato 34 cm por 46 cm, e começou como diário⁽⁹⁾. Em suas páginas, surgiram em inúmeras ocasiões textos onde se delineavam imagens femininas. Uma dessas, bastante frequente, era a que relacionava mulher e casamento, retratando as mulheres como "caçadoras de marido".

Apesar de toda a discussão dos jornais a respeito da educação das mulheres, e de destiná-las às funções de esposa e mãe, os mesmos periódicos ridicularizavam a busca feminina pela única carreira destinada a elas pela "natureza", ou seja, o casamento. Publicaram inúmeras piadas a esse respeito. No jornal República as mulheres eram retratadas como estando sempre à espreita para agarrar um marido, como nesta frase publicada em 1892:

"As mulheres não têm gosto. Não há monstro de tolice ou fealdade que se conserve solteiro, por falta de mulher que o queira, desde que tenha ele duzentos contos de renda"⁽¹⁰⁾.

Entretanto, para os homens, o casamento aparecia como incômodo, e o "espertalhão" era aquele que não casava, como nesta piada do jornal República de 1896:

"Perguntando-se a um espertalhão porque não casava, ele respondeu:

- Por quatro razões: se a mulher é feia, aborrece; se é formosa, dá trabalho a guardar; se é rica, temos que sofrê-la; se é pobre, que sustentá-la"⁽¹¹⁾.

Além disso, os jornais se preocupam em informar que havia mais mulheres que homens no mundo, inclusive em Florianópolis, onde, em 1899, o jornal República afirmava que, no ano anterior, havia na Ilha de Santa Catarina 18.946 mulheres e 16.877 homens⁽¹²⁾.

Não era apenas no jornal República que a questão do maior número de mulheres em relação ao de homens era debatida. O Jornal do Comércio, que circulou até 1894, também trazia tal preocupação. Num dos textos, chegava a sugerir como solução a poligamia, como neste, de 1890:

"A apóstola que prega a poligamia é filha do defunto Brigham Young, chefe dos mórmons. Ela prega que, como na sua terra, a Inglaterra, há mais 750.000 mulheres do que homens, há necessidade da poligamia. Ela acredita que as mulheres são bem tratadas pelo marido, e que brevemente a poligamia seria obrigatória, pois o número de mulheres aumentará muito"⁽¹³⁾.

É possível que essa acentuada preocupação com o casamento para as mulheres, bem como a repetida imagem de mulheres "caçadoras de marido", possa ser justificada pela crise econômica que se acentuou no final do século XIX.

Para as moças casáveis da classe média, o mercado matrimonial, no final do século XIX, possivelmente, estava se restringindo. Educadas para seguir a "carreira" do casamento, e buscando ascensão social através dele, encontrariam dificuldades em duas questões: o declínio das atividades do porto devia estar provocando a saída dos jovens casadouros para outros centros, em busca de melhores oportunidades; havia, ainda, o costume de mandar os filhos estudarem em cidades maiores, principalmente no Rio de Janeiro.

Na elite, uma rica herdeira teria tantos pretendentes quanto suas posses. Talvez outras questões a fizessem permanecer solteira, porém não a falta de candidatos⁽¹⁴⁾. A preocupação dos jornais era, pode-se inferir, destinada portanto, à classe média. Eram as moças dessa classe que, para ascenderem socialmente e/ou manterem o padrão de vida, precisariam de um casamento com possibilidades de elevação do nível social, ou então permanecerem solteiras. Um casamento menos vantajoso representaria um empobrecimento

que, com certeza, muitas não estariam dispostas a aceitar. Além disso, como eram preparadas para serem esposas e mães, não possuíam a experiência de trabalho fora de tais funções.

Convém, entretanto, ressaltar que textos relacionando mulher e casamento já eram publicados antes da crise econômica da década de 90. Em 1882, por exemplo, o Jornal do Comércio publicava esta receita para casar:

"Receita infalível para casar

Toda mulher que quiser casar deve sair de casa e seguir sempre do lado direito das ruas; entrará numa loja e pedirá um metro de fita verde e voltará para casa sempre pelo lado direito. Às 9 horas da noite, fitará os olhos em 3 estrelas e dirá:

- Três estrelas no céu vejo e a Deus quatro; esta fita na minha perna ato, para que "Fulano" não possa comer nem beber, nem descansar sem comigo casar"⁽¹⁵⁾

No entanto, junto com "receitas" para as mulheres conseguirem casar, embora com menos frequência, apareciam também textos referindo-se à fantasia masculina de casar com moça rica, como nestes dois de 1886 e 1885, respectivamente, publicados no Jornal do Comércio:

"- Já sabe que o nosso amigo "F." está para casar-se?

- Com quem? Como se chama a noiva?

- Vinte contos de réis, do nome me esqueci"⁽¹⁶⁾.

"São Tomás de Aquino - já não sou menino

São Canuto - é o meu tributo

São Tiago - Já está bem pago

São Sebastião - Quero um peixeão

São Torquato - De mui recato

São Sinfrônio - Não um demônio

São Vicente - Mimoso ente

São Miguel Arcanjo - Que seja um anjo

São Bartolomeu - Tendo de seu

São Marcelo - Um dote belo!"⁽¹⁷⁾.

Como se vê, na "oração" masculina retrata-se a noiva ideal, que, além de bonita, recatada, bondosa, não podia deixar de ter um "dote belo". Como as mulheres pouco escreviam nos jornais, fica-se sem saber sobre o noivo ideal para elas.

Como vemos, nas imagens das mulheres como caçadoras de maridos, percebem-se diferenças e continuidades. Diferenças, pelo fato de os jornais de antes explicitarem também as fantasias masculinas de casamento, coisa que deixaram de fazer no final do século. Aliás, pelo contrário, o homem esperto passou a ser aquele que não casava. Porém, tanto na década de oitenta como na de noventa, as mulheres continuavam procurando "agarrar" um marido. Portanto, em meio à instabilidade da crise econômica, as mulheres permaneciam como eminentemente casadoiras. O que os jornais faziam era, então, acentuar, com a frequência da reprodução desse tipo de texto a imagem da mulher como "caçadora de marido".

Quanto ao número de mulheres ser superior ao de homem em Florianópolis, isto realmente podia ser comprovado em 1900. Naquela época havia 16.701 mulheres e 15.528 homens. Porém, isso não justifica, por si só, o medo, reproduzido nos jornais, de ficar solteira. A proporção entre homens e mulheres no mercado matrimonial não pode ser avaliado pelos números absolutos então existentes. É necessário levar em conta a idade e a classe social e, como vimos, eram as moças da classe média que encontravam, no final do século, dificuldades para encontrar o marido adequado.

Nos jornais, as solteironas eram ridicularizadas. Falavam delas como figuras universais, sem classe social, e invariavelmente "despeitadas"⁽¹⁹⁾. Elas eram as supremas "caçadoras de maridos".

Há, ainda, uma outra questão que deve ter reforçado a preocupação com o casamento para as mulheres, e isso independentemente de classe social. O casamento, ou a união consensual, tem sido pensado para a mulher como a única forma legítima de exercer a sua sexualidade. Além disso, a própria veiculação das imagens femininas como sendo, somente, esposas e mães, reforçava, no cotidiano dessas mulheres, tal possibilidade como o único ideal de vida possível.

Com o advento da República, novos noivos apresentavam-se no mercado matrimonial de Florianópolis. Eram os funcionários dos recém-criados órgãos públicos. Entre eles, alguns eram advogados, recém-formados na Faculdade de Direito de Recife⁽²⁰⁾. Vinham para a cidade compor o quadro do Judiciário, que, em 1891, ampliou-se consideravelmente, com a instalação do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto aos funcionários públicos em geral, passaram a formar, cada vez mais, o grupo que escrevia e que lia os jornais. As colunas sociais do início do século XX referem-se, quase exclusivamente, a eles.

Tornavam-se, por sua vez, junto com filhos de comerciantes, os noivos principais das filhas da classe média. Em entrevista recente, Luiza Nahas Bonnassis, 94 anos, Irene Silva Beck, 75 anos, e Maria Cordélia Gomes de Albuquerque, 70 anos, relacionando os nomes e profissões dos seus maridos, de suas amigas, de suas mães e parentes, mostraram que, com grande frequência, casavam-se com pequenos comerciantes, ou com filhos destes e de funcionários públicos. E, ainda, que muitos desses funcionários públicos eram filhos de comerciantes⁽²¹⁾.

O declínio das atividades portuárias deve ter provocado a busca de novas alternativas de renda nos cargos

públicos implantados com a República, os quais passaram a ser de alçada local; podem-se explicar, assim, as acirradas disputas partidárias em Desterro/Florianópolis e, talvez em relação às mulheres, uma intensa vigilância sobre o comportamento destas, além das claras explicitações de misoginia manifestadas nos jornais.

A instalação da República em Santa Catarina, e especialmente em Desterro, deflagrou uma acirrada disputa na elite local; nessa disputa, as mulheres e seu comportamento participaram do jogo político.

A notícia da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, chegou a Desterro através de um telegrama endereçado à empresa Hoepcke; nesse telegrama, o representante comercial da firma no Rio de Janeiro, encarregado de mantê-la a par das cotações monetárias do dia, informou que não havia câmbio por não haver mais governo⁽²²⁾.

Para substituir os liberais no poder organizou-se uma Junta Governativa composta de três membros, dos quais apenas um, o farmacêutico Raulino Julio Adolfo Horn, era republicano⁽²³⁾.

A forma como foi recebida, em Desterro, a notícia da proclamação da República, bem como a composição da Junta Governativa, demonstra quão perplexa ficou a elite política local com a mudança do regime. Em Santa Catarina, e particularmente em Desterro, o Clube Republicano, até aquela data, tivera uma expressão muito reduzida.

Apesar da imediata adesão dos antigos membros dos partidos Liberal e Conservador ao novo regime, a instalação do novo governo foi feita em meio a acirradas disputas. Os membros dos partidos do Antigo Regime pretenderam participar do novo governo, e tentaram, por todos os meios,

desqualificar os novos governantes, apontando-os como inexperientes e incompetentes.

Foi grande a oposição ao governo de Lauro Severiano Muller, indicado para governar o Estado de Santa Catarina, em substituição à Junta Provisória. Para os antigos membros dos partidos Liberal e Conservador, era difícil aceitar os novos governantes, oriundos do Clube Republicano que, no novo regime, assumiram funções e direitos que anteriormente lhes cabiam⁽²⁴⁾.

As ilusões de ex-liberais e ex-conservadores de participar, com os republicanos, do novo governo, caíram por terra por ocasião da indicação, em 1890, dos candidatos à eleição para o Congresso Nacional Constituinte. Deixados de fora da chapa oficial, formaram um bloco oposicionista chamado "União Nacional". Muitas de suas opiniões passaram a ser publicadas no Jornal do Comércio⁽²⁵⁾, onde figuravam, inclusive, algumas idéias monárquicas. Posteriormente, formaram o "Partido União Federalista"⁽²⁶⁾, através do qual empreenderam as lutas para retomar o poder.

As disputas entre as famílias que compunham a elite política do Império e aquelas que passaram a ocupar cargos no governo republicano, refletiam-se nas páginas dos jornais locais. Nas primeiras páginas, apareciam as acusações aos adversários políticos e os discursos, e nas páginas internas proliferaram inúmeras imagens femininas.

Assim, as notícias políticas, tanto locais quanto as do Rio de Janeiro, e os respectivos desdobramentos dos embates da política nacional, vinham acompanhados de imagens idealizadas das mulheres; nestas, os comportamentos que deveriam ser assumidos, bem como aqueles que deveriam ser evitados, eram explicitados em poemas, piadas, provérbios e comentários.

A honra das famílias, e, no interior delas, a das mulheres aparentemente, tornou-se um dos alvos visados pelos jornais. Para as mulheres dessas famílias, envolvidas nas disputas políticas, a "honestidade" teria que ser inquestionável. Qualquer "mau passo", qualquer "deslize" que as tornasse "faladas", poderia eliminar sua família da arena política. Foi possivelmente por isso, que, neste momento, nas páginas interiores dos jornais, as imagens femininas foram tão abundantes: as mulheres eram um dos pontos-chave no processo de exclusão dos grupos que disputavam o poder local.

Assim, a preocupação com o comportamento das mulheres, explicitado em forma de imagens idealizadas, acompanhou, nas páginas dos jornais, cada passo das disputas locais, bem como as notícias que chegavam do Rio de Janeiro, dando conta dos acontecimentos a nível nacional.

Quando do fechamento do Congresso Nacional, em 1891, por Deodoro da Fonseca, governava Santa Catarina o vice-governador Gustavo Richard, visto que o governador Lauro Muller havia sido eleito deputado federal⁽²⁷⁾. O governador em exercício apoiou o golpe do Marechal Deodoro da Fonseca, não sendo esta a atitude de Lauro Muller que, na ocasião cumpria seu mandato na Câmara Federal⁽²⁸⁾.

Reassumindo as funções de governador, Lauro Muller expressou oficialmente sua repulsa ao fechamento do Congresso. Logo em seguida, Deodoro renunciou, assumindo, então, Floriano Peixoto. A oposição viu, nestes acontecimentos, a oportunidade para reaver o poder. Empreenderam acirrada campanha, tentando incompatibilizar Lauro Muller com o governo Floriano Peixoto, sob a alegação de que o governo catarinense havia apoiado o golpe de Deodoro⁽²⁹⁾.

A oposição a Lauro Muller chegou a ponto de este ser ameaçado, na rua, por um grupo de praças, em 25 de novembro de 1891. No entanto, do interior do Estado vinha apoio ao governador, principalmente de Blumenau, de onde partiram Hercílio Luz e Bonifácio Cunha, com 120 homens armados, em direção à Capital³⁰.

Para evitar o confronto armado, Lauro Muller afastou-se do cargo - embora sem renunciar - em 29 de dezembro de 1891. Seu vice-governador não se dispôs a assumir. O cargo foi, então, entregue ao Comandante da Força Estadual, Major Firmino Lopes Rego. Neste clima de intranquilidade, o Jornal República deixou de circular entre 26 e 31 de dezembro daquele ano³¹.

Uma Junta Governativa Provisória passou a governar, no dia seguinte ao afastamento do governador. Entre os membros da junta, encontrava-se o representante do Partido Federalista, Cristóvão Nunes Pires, o qual era, também, francamente monarquista³².

Esta junta dissolveu o Congresso Representativo do Estado, formado por republicanos. Era o retorno ao poder da antiga elite política, dos ex-conservadores e ex-liberais, agora abrigados sob o Partido Federalista.

Para governar Santa Catarina foi enviado, do Rio de Janeiro, um interventor: o Tenente Manoel Joaquim Machado. Apesar dos esforços dos republicanos para entrarem em contato com este, foram os federalistas que conseguiram levá-lo para a sua causa. Quando, em abril de 1892, foram realizadas eleições para o Congresso Estadual, venceram os federalistas, sendo que os republicanos nem mesmo participaram³³.

O novo Congresso Estadual fez uma segunda Constituição para Santa Catarina, e elegeu como Presidente

do Estado o Tenente Manoel Joaquim Machado. Tornou, também, nulos todos os direitos, isenções e privilégios que haviam sido concedidos anteriormente pelos republicanos³⁴.

Nesse período, a oposição republicana ficou bastante frágil. O jornal República, no ano de 1892, deixou de circular por duas ocasiões³⁵. Por seu lado, o Jornal do Comércio, que desde o início ficara ao lado dos ex-conservadores e ex-liberais, assumia, cada vez mais, a causa dos federalistas, agora no poder.

Em fevereiro de 1893, teve início no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista. O Presidente do Estado de Santa Catarina, na ocasião, declarou seu apoio ao governo de Floriano Peixoto, porém, em abril daquele ano, rompeu oficialmente com o governo central³⁶.

Em junho de 1893, a Justiça Federal de Santa Catarina condenou o Presidente do Estado, Tenente Machado, por ter ordenado a prisão e deportação ilegal do republicano Victorino de Paula Ramos. O Presidente foi, então, afastado, assumindo em seu lugar o vice-presidente Elizeu Guilherme da Silva, que era abertamente, partidário da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul³⁷.

A oposição ao governo federalista de Santa Catarina era formada pelos republicanos históricos, pelos funcionários federais e oficiais do exército. Estes, sob a chefia de Hercílio Luz, formaram uma "guarda cívica" e atacaram e ocuparam o palácio do governo em Desterro, em 31 de julho de 1893³⁸.

Floriano Peixoto, contraditoriamente, não reconheceu o ato dos "hercilistas", restituindo o governo para Elizeu Guilherme da Silva. Este, tendo que viajar para o Rio de Janeiro, deixou no governo o segundo vice-Presidente do

Estado, Cristóvão Nunes Feres, também federalista e monarquista³⁹.

Quando, em setembro de 1893, eclodiu no Rio de Janeiro a Revolta da Armada, à qual se uniu a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, a situação política em Santa Catarina era francamente favorável aos revoltosos; foi, portanto, oportuna a decisão dos revoltosos de estabelecer em Desterro a base militar e política do governo rebelde. Assim, em 14 de outubro de 1893 instalou-se, em Desterro, o "Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil"⁴⁰.

Todos esses acontecimentos, essas lutas, tiveram início com a Proclamação da República, e o conseqüente remanejamento de grupos no comando. Foram amplamente noticiados pelo jornal República e Jornal do Comércio, que estamos analisando. Lendo-se estes jornais, o que transparece é a ausência de personagens femininos. Somente os homens participam de todos esses embates. As mulheres, no entanto, aparecem nos jornais sob a forma de imagens.

Nas páginas centrais do jornal, preenchendo espaços nas edições dos dois jornais, figuraram inúmeras imagens femininas. Estas apareciam nas discussões intensas sobre a educação feminina, avanços do feminismo, modelos de mulher, sogras, fidelidade e inclusive, davam vazão a inúmeras formas de misoginia.

Pode-se inferir, dessa proliferação de imagens femininas, a importância da honra familiar no interior dos embates partidários. Nas lutas políticas, nas disputas pelo poder, os grupos familiares sempre estiveram presentes⁴¹ e, neste caso, a honra da família era um elemento frágil, que podia desqualificar os grupos em disputa. Como as mulheres eram as principais referências da honra familiar,

seu comportamento precisava ser, antes de tudo, observado e delimitado.

Os anos de 1891 e 1892, principalmente nos dois jornais, foram férteis em imagens femininas. Dentre elas, podia-se destacar uma preocupação muito grande com a fidelidade das mulheres. Assim, enquanto os federalistas e republicanos disputavam acirradamente o governo em Santa Catarina, e faziam e desfaziam concessões e privilégios, também afirmavam que as mulheres eram traidoras e não mereciam a confiança masculina.

Os jornais República, representando os republicanos, e o Jornal do Comércio, defendendo os federalistas, discordavam sobre quem deveria compor a administração do Estado: no entanto, sobre as mulheres afirmavam igualmente que elas eram fúteis, vaidosas e frágeis. Muitas dessas imagens vinham sob a forma de provérbios, como estes, publicados no jornal República de 1892:

"Há coisas que uma vez perdidas nunca mais se recuperam: na mulher a inocência e no homem a confiança nela"⁽⁴²⁾.

"Sentenças de Salomão:
A lágrima sendo a expressão da fraqueza, é a força da mulher"⁽⁴³⁾

Ou este, publicado em 1893, no Jornal do Comércio:

"Mulher formosa - ou dada ou presunçosa"⁽⁴⁴⁾.

Estes provérbios, delineando imagens femininas, são recorrentes. Jean-Louis Flandrin, em O sexo e o Ocidente, no texto "A jovem nos antigos provérbios franceses", observou a imagem que a sociedade francesa antiga fazia da jovem ideal e bem educada⁽⁴⁵⁾. Mostra, no entanto, uma outra sociedade, com outras referências. Nestes provérbios, a associação que se fazia era entre pudicícia e habilidade para o trabalho, por um lado, e, por outro, coqueteria, impudor e preguiça.

Nos provérbios dos jornais de Desterro, a associação era entre meiguice, fragilidade e amor, de um lado, e, de outro, vaidade, futilidade e traição. O que mais diferenciava os dois grupos de provérbios era a referência ao trabalho das mulheres. O que os aproximava era que ambos falavam de mulheres idealizadas.

Ainda, com relação às diferenças, era possível que a questão do trabalho da mulher não fosse mais objeto da ação normativa dos provérbios nos jornais, embora pudesse estar presente na tradição oral das camadas populares de Desterro/Florianópolis. Os jornais, por se dirigirem a uma classe social que pretendia demonstrar sua riqueza através da ociosidade - ao menos na aparência das mulheres -, reproduziam provérbios que respondiam muito mais às preocupações da classe à qual se dirigiam. Daí porque, talvez, as referências à virtude estarem ligadas à meiguice relacionadas à fragilidade e ao amor, enquanto que, no negativo, relacionavam modéstia com seriedade e fidelidade.

Estas imagens não vinham apenas sob a forma de provérbios; nas piadas, as mulheres eram retratadas como infiéis, vaidosas, ignorantes. Mas a preocupação principal parecia ser com a fidelidade das mulheres. No jornal República, piadas sugerindo a infidelidade feminina eram frequentes, como esta, de 1891:

"O divórcio

Um marido, querendo divorciar-se, vai ter com um advogado e conta-lhe que, entre outras queixas, pode provar que a mulher se recusou uma vez a abrir-lhe a porta.

- É preciso ser justo, contudo, diz o advogado com placidez: talvez não estivesse só...!"⁽⁴⁶⁾.

A fidelidade feminina parecia ser a grande "virtude" a ser exigida das mulheres, pois elas tendiam a ser

"traíçoeras", como dizia esta quadrinha, publicada no jornal República, em 1892:

"Lenda eslava

Deus criou o homem e ficou satisfeito.
Deus criou a mulher e sentiu-se remordido na sua santa consciência.
E então disse:
A mulher será vaidosa, incostante e pérfida.
Enganará o homem e o homem será infeliz.
E para consolá-lo, criou o cão"⁽⁴⁷⁾.

Esses jornais estavam, em tais matérias, ressuscitando imagens atávicas, de uma misoginia que remontava ao simbólico e ao mítico, os quais pertenciam à tradição judaico-cristã. É preciso investigar as razões pelas quais, na formação social específica deste período, essas imagens retornaram com tanta força, embora se revestissem de novos sentidos. Misoginias antigas explicitavam-se na quadrinha que, também, o jornal República publicou em 1893:

"Quando a Eva Deus criou
do homem pra companheira
e aquela mulher pecou
ao mundo a culpa primeira
por seu pecado largou
Por uma mulher então
foi o mundo de uma vez
arrastado à perdição
e se a primeira isto fez,
o que as outras não farão?"⁽⁴⁸⁾.

Quadrinhas, provérbios, piadas, falavam do perigo que o sexo feminino poderia representar. Seria uma mulher com uma sexualidade difícil de controlar? Michel Foucault mostrou como as sociedades ocidentais modernas instalam, principalmente a partir do século XVIII, o dispositivo da sexualidade superpondo-se ao dispositivo da aliança, embora sem colocar este de lado. Ambos articulavam-se aos parceiros sexuais, porém de forma diferente. Pelo dispositivo de

aliança (casamento, transmissão de nome e herança), ficavam definidas as regras do que era proibido ou não, muitas vezes dadas pela doutrina eclesiástica. Já o dispositivo da sexualidade tinha, como razão de ser, "o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada, e controlar as populações de modo cada vez mais global"⁽⁴⁹⁾.

No final do século XVIII e início do século XIX, apareceram na Europa uma série de textos médicos que discutiam a masturbação, as doenças venéreas, as perversões. Era o surgimento de uma medicina especialmente preocupada com o sexo. Buscava-se o controle do sexo e da fecundidade⁽⁵⁰⁾.

Através da família burguesa, a sexualidade, tanto da criança quanto da mulher, foi primeiramente medicalizada. "A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável"⁽⁵¹⁾. Foi a mulher burguesa a primeira personagem a ser investida pelo dispositivo da sexualidade. A minuciosa medicalização do corpo e do sexo da mulher burguesa era feita "em nome da responsabilidade que ela teria no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade"⁽⁵²⁾.

Colocou-se, na mulher burguesa, a responsabilidade por um dos fatores de auto-diferenciação que a burguesia criou para si, ou seja, a geração de uma prole plena de força, vigor, saúde, enfim, de vida. Em Desterro, a preocupação com a sexualidade das mulheres da elite não parecia, entretanto, vincular-se apenas à busca de um distanciamento em relação às camadas populares, a uma legitimação da desigualdade. A preocupação com sua fidelidade parecia prender-se, em especial no final do

século XIX, à redefinição das famílias que compunham a elite.

Essa elite de Desterro, já vimos, estava, no final do século XIX, passando por um forte remanejamento. O declínio das atividades portuárias e a queda no rendimento das exportações da farinha de mandioca pressionavam os grupos que se destacavam nessa sociedade.

O crescimento das áreas de colonização alemã e italiana carreava, para a capital, recursos que podiam ser apropriados através dos cargos político-administrativos, os quais, após a proclamação da República, passaram a ser disputados pela elite política local.

Tais cargos devem ter representado não somente influência política, como alternativa de manutenção de rendas familiares; daí, talvez, a razão para, no final do século, acontecer esta acirrada disputa que se expressou em cisões de grupos, como os ex-conservadores e ex-liberais que formaram o "Partido União Federalista" e os republicanos do "Partido Republicano Catarinense".

O que estamos supondo é que a modelação das famílias, o ressurgimento de imagens atávicas referentes à mulher, podem ser explicadas por essa intensa mobilidade social que estava se processando, no final do século XIX e início do XX. Na busca de influências, de cargos, de vantagens, a desqualificação do concorrente também podia ser feita pela família, apontando-a como não condizente com a "moral e a civilização". As mulheres, neste processo, eram um ponto-chave. A preocupação com a fidelidade das mulheres podia estar na pauta dos que pretendiam disputar os espaços, e, assim, manter posição numa elite que cada vez mais se afunilava.

A honra da família, sua permanência ou ascensão aos grupos de comando, parecia depender do comportamento da mulher. Sua forma de se portar carregava as possibilidades, não da sobrevivência pura e simples, mas da manutenção nos grupos de comando, ou a ascensão a eles.

Arlete Farge, no texto "Famílias, a Honra e o Sigilo", percebeu a importância da honra familiar para a sobrevivência das famílias nas camadas populares da França, no século XVIII⁽⁵³⁾. Em Desterro, é possível perceber a preocupação com a honra, na elite, através da veiculação de numerosos textos, nos jornais, acusando a mulher de traiçoeira, infiel, vaidosa. Além disso, talvez estejam, também, na preocupação com a honra, as razões para acusarem com tanta veemência as mulheres de "faladeiras".

Apesar da vinculação, cada vez maior, da elite com a palavra escrita, isto não a impedia de ser atingida pela circulação de fofocas, falatórios, suspeitas, as quais eram, de acordo com os jornais, divulgadas pelas mulheres "tagarelas". Esta imagem foi muitas vezes composta com piadas, como esta, do Jornal do Comércio, de 1893:

"Um amigo pergunta a outro:

- Por que razão Jesus, ao ressucitar, mostrou-se em primeiro lugar a uma mulher?

- Porque queria que a notícia se espalhasse depressa"⁽⁵⁴⁾.

Esta imagem da mulher faladeira não constitui qualquer originalidade por parte dos jornais de Desterro: é, na verdade, uma imagem recorrente. Esteve presente em vários momentos da história da relação dos gêneros. Foi formulada de formas diversas, em face de diferentes formações históricas. Além disso, esteve nos jornais da cidade, em várias ocasiões anteriores à crise do final do século XIX,

como neste texto de 1881 - publicado no Jornal do Comércio -, onde se delineava a imagem das tagarelas.

"(...)

As tagarelas

São pouco agradáveis, falam como papagaio de porta de venda, conhecem os homens solteiros, casados que têm namoradas, os taboquoados e os que são noivos.

São capazes de falar duas horas, sem dar lugar para seus interlocutores dar um aparte.

Servem bem para pregoeiras de leilão. Em casa, quando não falam, cantam, e algumas até assoviam modinhas. Sempre têm o que contar, embora sejam fatos publicados em todas as gazetas da capital (...)"⁽⁵⁵⁾.

De maneira geral, as palavras das mulheres têm sido desqualificadas pelas instituições masculinas. As mulheres foram proibidas de falar na Igreja Católica. Seus sermões só eram ouvidos quando produzidos por algum tipo de transe divino⁽⁵⁴⁾. O protestantismo, entre suas inovações, concedeu alguma voz às mulheres, nos cultos. Assim mesmo, com muita relutância, e de forma limitada⁽⁵⁷⁾.

As conversas femininas eram consideradas tagarelices, diferentes das vozes dos homens que, controlando a escrituração oficial, tinham suas palavras registradas. Maria Odila Leite da Silva Dias mostrou como a "palavra falada era instrumento essencial do seu trato de sobreviver de mulheres analfabetas (...)"⁽⁵⁸⁾. Michelle Perrot esclareceu como a fala das mulheres mantinha "toda uma rede de comunicações horizontais" que, diferentemente daquela dos homens "apanhados pelas redes do texto", escapava ao poder que modelava e normatizava⁽⁵⁹⁾.

As mulheres foram ensinadas a silenciar, sua conversa foi rebaixada e chamada de tagarelice, enquanto a dos homens era considerada séria e digna de ser ouvida. As mulheres mais bem educadas nem ousavam falar na presença dos homens⁽⁶⁰⁾.

O que se percebe é que, no final do século XX, esta preocupação com as "faladeiras" se acentua, possivelmente, em vista da preocupação com as fofocas e comentários que poderiam surgir a respeito da honra das mulheres.

Referências acerca das murmurações e intrigas sobre a "honra" feminina, nas tradições populares e nas recomendações da Igreja sempre estiveram presentes; porém, estas surgiam de forma pontual, diversa daquela dos jornais - em especial no final do século XIX -, onde a proliferação desses textos nos fazem deduzir que devia ter uma importância muito grande, naquele momento, o comportamento feminino.

Ao folhear os jornais do final do século XIX, é possível sentir uma certa agressão, uma tentativa de intimidação em relação às mulheres e, principalmente, no que diz respeito à sua "honra".

Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, retratando a sociedade carioca do final do século XIX, descreveu o medo da opinião pública, a respeito da "honra" da esposa, sentido pelo personagem Lobo Neves. O autor definia a opinião pública como "(...) esse tribunal anônimo e invisível, em que cada membro acusa e julga (...) que lhe arrastaria a vida por todas as ruas (...)".⁴¹

Esse "tribunal anônimo" era tão preocupado com a "honra" feminina porque vinculava esta à honra do marido e da família toda. Em Desterro, no final do século, a deshonra podia trazer, além da vergonha costumeira, a perda de prestígio político, a impossibilidade de se manter nos grupos de comando ou de ascender a eles.

Era necessário que o comportamento feminino não desse margem a qualquer comentário, que as mulheres não se tornassem "faladas", pois, se fossem alvo de "murmurações",

a "honra" das famílias estaria irremediavelmente perdida, assim como estariam em perigo as aspirações de ascensão social e a permanência nos grupos de comando dessa sociedade.

Obviamente, não eram somente os comportamentos femininos que colocaram em risco a família. Os do marido e dos filhos também estavam em questão, porém não com a importância daqueles das mulheres. Além disso, era para os atos femininos que os jornais alertavam, eram as imagens femininas que divulgavam.

Para todo um grupo de funcionários públicos que disputavam cargos do segundo escalão para baixo, a deshonra podia significar a perda de certos privilégios que os fariam manter os postos, apesar dos embates entre as facções em disputa. E eram, em geral, tais funcionários os que escreviam e os que mais liam os jornais. Para eles, suas esposas e demais leitores, o Jornal República, de 1891, alertava:

"Confia tua boca aos ventos, mas não confies teu coração às mulheres, porque a onda é menos pérfida que a promessa de uma mulher.

Cícero"⁽⁴²⁾

Frases como esta, atribuída a Cícero, a Salomão ou a outro "sábio" qualquer, compunham, com o "apoio dos mestres", imagens femininas nas quais se denunciava a dificuldade de controlar as mulheres. Estes textos indicavam ligações entre "natureza" e "mulher". Dita ligação podia justificar a dificuldade de entender e controlar as mulheres.

Foram frequentes as referências a animais, plantas, astros, atmosfera, enfim, aos elementos da natureza, em relação às mulheres, como nesta frase, publicada no Jornal do Comércio, em 1891:

"O sol e a mulher parecem ter dividido entre si o império do mundo - um nos dá os dias, a outra os embeleza e os ameniza"⁽⁴³⁾.

A relação entre mulher e natureza tem sido discutida pela Antropologia. Representa um tema recorrente nas várias sociedades estudadas, e é justificada por uma suposta maior proximidade entre a mulher e a natureza, em vista das funções maternais⁽⁴⁴⁾. Não se pretende, neste trabalho, explicar a razão dessa relação, e sim mostrar como os jornais de Desterro apropriavam-se do tema e o reproduziam, como nesta frase, também do Jornal do Comércio, de 1891:

"As flores e as mulheres enfeitam e guarnecem a terra"⁽⁴⁵⁾.

As mulheres que "enfeitam" não poderiam ser as mesmas que eram lavadeiras, vendedoras, costureiras, agricultoras, prostitutas. Que faziam farinha e salgavam o peixe. Tais imagens deviam referir-se àquelas destinadas a demonstrar a distinção familiar. Essa distinção tornava-se, possivelmente, mais importante para o pequeno funcionário público, que tentava garantir sua ascensão ou permanência nas proximidades das elites políticas. Para estes, junto com a distinção, era preciso fazer visitas, conversar, aparentar uma largueza de recursos que não possuíam, tal como já se queixava o autor do artigo do Jornal do Comércio, em 1880⁽⁴⁶⁾.

Nos textos dos jornais, as imagens femininas são de seres "universais". Não possuem classe social, cor ou cultura específica. Talvez, por isso, nessa relação entre mulher e natureza, elas estejam, maniqueisticamente, divididas em boas ou más. No poema publicado em 1891, no jornal República, elas eram retratadas como eminentemente más:

"A mulher

Mulher que monstro és tu, tremendo, horrível!
 Cobra, víbora, hiena ardida, fera!
 Cavilosa e falaz como a pantera!
 Como te chamam anjo? Isto é possível?
 (...) "67".

Muitos dos textos relacionando, de forma maniqueísta, mulher e natureza, representavam a divulgação de discussões que estavam se processando na Europa. Por exemplo: em 1892, o jornal República publicou as opiniões de Cesare Lombroso sobre as mulheres. Num dos textos, o articulista comenta que Lombroso afirmava que as mulheres teriam menor sensibilidade à dor física, embora pudessem demonstrar, ou apresentar, maiores "manifestações externas de dor" '68'. No outro texto, o articulista informava que Lombroso "é de opinião que a mulher é mentirosa por natureza" '69'.

Mencionadas afirmações faziam parte de uma questão mais ampla, ligada ao evolucionismo, na qual Lombroso tentava demonstrar os vários estágios da evolução dos seres humanos, através de características físicas. Neles, as mulheres estavam sempre num patamar inferior ao dos homens '70'. E, assim como tal "evolucionismo" foi um dos carros-chefe da justificativa do neo-colonialismo do século XIX e da legitimação de diferenças, servia, no caso da discussão de Lombroso sobre as mulheres, para operar também uma divisão sexual da riqueza social.

Pertencendo a um estágio inferior, por estarem presas ao trabalho de reprodução, as mulheres não estariam aptas ao exercício do comando político e/ou econômico. Sua ligação com a natureza tornava-as seres perigosos, difíceis de controlar. Como na frase publicada pelo Jornal do Comércio, em 1891:

"O coração das mulheres é como esses países desconhecidos, que se aborda sem se poder penetrar"⁽⁷¹⁾.

Numa extensão da ligação entre a mulher e a natureza, muitos textos reivindicavam das mulheres beleza e juventude eterna. Associando mulher e flor, mulher e beleza que "enfeita e guarnece a terra", os articulistas pareciam ter dificuldades para entender as mulheres de carne e osso que envelheciam, e que nem sempre eram belas. Nos jornais, as mulheres idosas eram ridicularizadas. A imagem delas era a de velhas, que procuravam esconder a idade e tentavam parecer jovens. Era o que transparecia nestas frases, publicadas em 1893 no jornal República:

"(...) as mulheres têm sempre trinta ou sessenta anos. Para o genero feminino, os quarenta anos não existem"⁽⁷²⁾.

"Múmia - mulher velha bem conservada"⁽⁷³⁾.

A agressão, no caso, não se dirigia somente à mulher, mas à velhice, de maneira geral. É possível que, junto com a fidelidade, a elegância e a educação, a beleza e juventude da esposa fossem, também, símbolos de distinção que se prestavam a diferenciações nas lutas no interior da elite social. Por outro lado, toda essa referência às mulheres e à natureza podia significar desejo de continuidade, diante da instabilidade que a sociedade local estava vivendo; afinal, pensar que, apesar de todas as mudanças econômicas, sociais e políticas, as mulheres, como a natureza, permaneceriam as mesmas, podia ser alentador.

Convém lembrar, ainda, que as idéias republicanas, inspiradas no positivismo, destinavam, preferencialmente, para as mulheres, o tradicional papel de mãe e de esposa, de "guardiã do lar"⁽⁷⁴⁾. A política, a cidadania e a igualdade

eram destinadas aos homens, as mulheres deveriam permanecer em "seus lugares", na esfera do privado.

É possível que os articulistas dos jornais temessem que as mulheres não aceitassem voluntariamente tais papéis. Elas eram apresentadas como potencialmente destruidoras⁽⁷⁵⁾. Era, então, necessário mostrar-lhes que a "natureza" já lhes ditara funções determinadas, e que, portanto, não lhes restava outra alternativa senão obedecer. Como, no entanto, elas pareciam esquecer, o jornal República lembrava-lhes em nota de 1892:

"A toda hora, é mister lembrar a uma menina que ela é destinada a fazer a felicidade de um homem. Seu gênero de educação deve consistir em lhe fazer conhecer os meios e lhe inspirar o gosto de conseguir esse fim, fazendo repousar nisso toda sua glória"⁽⁷⁶⁾.

Notas, comentários, artigos, piadas, foram frequentes sobre como deveriam ser as mulheres, e como se deveria educá-las para que elas exercessem a contento os papéis a elas destinados.

Uma série de artigos, publicados no jornal República entre novembro e dezembro de 1891, de autoria de Ed. Schutel, jornalista local, dá o tom das preocupações com a educação das mulheres, e de certa forma sintetiza toda a discussão que se reproduzia nos jornais a esse respeito.

Nos artigos, o autor, embora se dirigisse a todos os pais, direcionava o assunto, na verdade, apenas aos que tinham recursos e que pretendiam destinar suas filhas à carreira do casamento. Isto fica claro, quando aconselha as mães a ensinar às filhas os afazeres do lar, "embora não tenham de o praticar"⁽⁷⁷⁾.

No primeiro dos artigos, o autor esclarecia como deveria ser a educação das mulheres, em função de sua "natureza". Assegurava, então, que a mulher tinha que viver

sempre sujeita e dependente, "bem cedo acostumá-la - pois é preciso - à sujeição e à dependência". Para tanto, é preciso educá-las, é preciso torná-las dignas dos homens, pois a mulher "em tudo carece do auxílio e do apoio do homem" (70).

Informava que as meninas "são muito sensíveis aos adornos e enfeites", e que é preciso contê-las. É preciso acostumá-la a "trocar, frequentemente, os brinquedos pelo trabalho", "sem murmurar", pois assim "ela se criará dócil, e a docilidade é um tesouro de inestimável valia, para quem toda a vida tem de viver sujeita". O autor ainda acrescentava que "agradar é um dever para a mulher" (71).

A respeito do que ensinar às filhas, o autor pedia que os pais não se deixassem "iludir pelo que vulgarmente por aí chamam uma educação brilhante", que mais "vale uma educação sólida e moral, baseada sobre os princípios da religião, da razão e da virtude". Sugeriu, então, que se ensinasse costura, e que o principal brinquedo "é e será sempre a boneca" (72).

Considerava, ainda, Ed. Schutel, que era preciso "ensinar-lhes também artes agradáveis". E quais seriam estas "artes agradáveis", no entender do autor? Eram o desenho e a música. O autor sugeria que desenvolver esses talentos recreativos seria útil, pois podiam, "prendendo o marido em casa, oferecer-lhe, nela, o encanto que ele poderá buscar fora, com risco, talvez, da paz da família". Como se percebe, além de esposa e mãe, a mulher deve exercer o papel de "recreadora" do marido, de acordo com o autor, pois, caso contrário... (73).

Mas não são somente desenho e música as artes que deviam ser ensinadas às filhas, de acordo com o autor. Ele lembra que não se devia deixar a mulher na ignorância, "dai-lhes uma idéia do globo que habitam; falai-lhes sobretudo de Deus e dos destinos da humanidade; ensinai-lhes

até um bocado de filosofia prática, que lhes inspire resignação" (82). Temos aí, então, outras disciplinas: Geografia, Religião, Filosofia. Não qualquer filosofia, mas aquela que ensine a resignar-se.

O autor esclarecia que: "a instrução não pode ser para a mulher senão objeto secundário" pois, caso contrário, "desvia-a da sua verdadeira missão para que ela foi criada". Ele não informava qual a verdadeira missão, supõe que o leitor saiba. Mas concluía que "as mulheres não nasceram para sábias". Pois o trabalho sério, as vigílias, "são fatais aos encantos de tão mimosa criatura". Mas alertava que não se devia deixá-las na ignorância, em especial na ignorância sobre a moral. Aqui, denotava-se a preocupação com a suposta existência de uma natureza pérfida na mulher. O autor aconselhava que se ensinasse às mulheres "a desconfiarem de si próprias" (83).

Sugeria que, ao ensinar as meninas, se adotasse um método que, de acordo com ele, era mais aceito por elas - o ensino através de histórias exemplares. Essas histórias apareciam, com frequência, nos jornais. Além disso, aconselhava a proibição da leitura de muitos romances (84).

Pedia que os pais ensinassem as filhas a amar a religião, e que, sobre instrução científica, pouco já bastava. Mas, alertava, "amor às ciências áridas e abstratas - se descobirdes nelas o primeiro germen desta peçonha - sufocai-o depressa, antes que o mal não tenha cura. Abaixo de uma mulher varonil e guerreira, não conheço senão um homem mulherengo, e abaixo de uma mulher sábia e literata, nada" (85).

Como vemos, na escala de valores do autor, uma mulher sábia e literata ocupava o degrau mais baixo. O que pensariam as mulheres de seu tempo que tivessem aspirações literárias, que gostassem de escrever poesias ou contos,

romances, etc...? Com elas, o autor não tinha piedade. Dizia que "uma mulher literata é o flagelo de seu marido", e acrescentava que tal coisa não era "missão da mulher", e que isso era "aberrar a natureza". Pois as mulheres que abandonam tudo para escrever, a única coisa que conseguiam era "tornarem-se ridículas; renunciam à glória de fazer a felicidade de seus maridos, criar e educar seus filhos"⁽⁶⁶⁾.

Que uma mulher fizesse versos ou escrevesse algumas linhas como "passatempo", o autor até admitia, "não vejo nisto um grande mal, mas que aspire ao título de letradas, (...) não compreendo". O autor, então, concluiu esta série de artigos, praguejando contra as tais letradas:

"A missão da mulher é nobre, elevada e sublime, em nada inferior à do homem. Preencha-a ela leal e escrupulosamente, e terá direito à recompensa de Deus no céu, e à estima e veneração dos mortais na terra. Mas, se quiser erguer-se acima de seu destino, caia abaixo dele"⁽⁶⁷⁾.

Aparentemente, toda essa agressão às letradas fazia efeito. Delminda da Silveira, por exemplo, publicou seus poemas somente em 1908, embora seu primeiro texto remonte a 1885⁽⁶⁸⁾. Não deveria ser fácil, para as mulheres da época, ousar "erguer-se acima de seu destino", assumindo-se como letrada.

O que o autor Ed. Schutel desejava era a delimitação rígida das esferas privada e pública: a mulher reinaria na primeira e os homens na segunda. Este desejo de fixar o lugar da mulher foi explicitado em inúmeros textos. Em muitos deles, o papel das mães como educadoras dos filhos era salientado. Num artigo de 1892, o jornal República apontava que:

"O homem é muito ocupado e a educação de seus filhos ele entrega aos cuidados de mestres.

A mãe, porém, cujo coração a torna mais inquieta e previdente, tira de seus afetos a autoridade e a força para desempenhar-se de tão importante tarefa. (...)“(89)”.
 .

Tal referência às mães como educadoras, e ao “coração” materno, não era novidade nos jornais locais; porém, o que se percebe neste momento, após a proclamação da República, é a proliferação destes textos que enfatizam a determinação das funções femininas, e que atribuem às mães a tarefa da educação.

É possível que essa ênfase na tarefa materna de educadora dos filhos estivesse vinculada ao projeto republicano de “atualizar o Brasil” e fazê-lo ingressar no “século civilizado”“(90)”. Tal tarefa precisava contar com o auxílio das mulheres. No Jornal do Comércio e no jornal República, vários textos reivindicavam educação para as mulheres, para que estas pudessem colaborar na tarefa de educar os homens. É o que podemos deduzir de textos como estes, respectivamente de 1892 e 1893, publicados no Jornal do Comércio:

“As mulheres governam-nos.

Pois então procuremos torná-las perfeitas, porque, quanto mais luzes elas tiverem, tanto mais esclarecidos seremos nós, os homens. Da cultura de seu espírito depende nossa sabedoria, e é por intermédio de mulher que a natureza escreve no coração do homem”“(91)”.
 .

“Uma boa mãe vale cem mestres. Na família, ela é o imã de todos os corações, a estrela polar de todos os olhos, Constantemente é ela imitada, e a imitação é comparada por Bacon a um mundo de preceitos”“(92)”.
 .

A ênfase na educação estava no programa dos republicanos, candidatos em Santa Catarina à Assembléia Constituinte do Estado“(93)”; no entanto, as lutas políticas em que esteve empenhada a elite local impediu qualquer realização efetiva nesse campo, antes de 1894. Por outro lado, os federalistas, quando ocuparam o poder, também não

conseguiram implementar qualquer ação neste sentido. Portanto, as questões envolvendo a educação e, especialmente, a educação feminina, não saíram das páginas dos jornais.

Assim, foi desta forma, ou seja, delineada como imagem, que se concretizou a participação feminina nas disputas que antecederam a instalação do "Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil", em Desterro. No entanto - convém destacar -, uma vez instalado o novo governo, tais imagens tornaram-se menos frequentes. Nessa ocasião, o jornal República saiu de circulação, permanecendo o Jornal do Comércio.

O Jornal do Comércio não era o único que apoiava a Revolução Federalista. O jornal O Estado era o periódico oficial do Partido Republicano Federalista⁹⁴.

Durante o período que durou o "Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil", os federalistas fizeram um amplo remanejamento no pessoal administrativo. Demitiram inúmeros funcionários federais que haviam abandonado os cargos⁹⁵. Entre os próprios federalistas a situação não ficou calma. Disputas entre as lideranças gaúchas, paranaenses e catarinenses levaram a inúmeros remanejamentos administrativos.

Nesse período, aparentemente as mulheres estiveram afastadas do palco dos acontecimentos políticos e militares que envolveram a cidade de Desterro. Estariam reclusas na esfera do privado? A verdade é que nem mesmo suas imagens eram divulgadas nas páginas internas dos jornais. Em tal momento, os periódicos eram a própria expressão da esfera pública; não lhes sobrava, portanto, qualquer espaço para a esfera privada.

Apesar disso, algumas referências às mulheres, nos jornais, podem ser constatadas na historiografia local. Carlos Humberto Correia, em Militares e civis num governo sem rumo, ao descrever os festejos de recepção a Gumerindo Saraiva, chefe federalista do Rio Grande do Sul, relata que o jornal O Estado noticiara as saudações feitas pelas "gentilíssimas Hermínia Veiga e Judith Pires" ao "proto-herói da Revolução Rio-Grandense". Narra, ainda, que o chefe federalista recebeu inúmeros ramalhetes de flores das moças da sociedade⁹⁴.

O chefe revolucionário da Revolta da Armada, Almirante Custódio de Mello, também foi alvo de homenagens, quando esteve em Desterro. Na ocasião o jornal O Estado publicou uma poesia escrita em sua homenagem por Maria Vieira Caldas, esposa do Desembargador Vieira Caldas⁹⁵. Como podemos observar, nesta luta, aparentemente, o lugar das mulheres era o de reverenciar os "heróis".

Mas a revolução não se fez somente de festas. A contra-ofensiva de Floriano Peixoto foi violenta e contou com o apoio das lideranças republicanas. A 17 de abril de 1894, a esquadra legalista conseguiu derrotar e desalojar os federalistas de Desterro.

Para governar o Estado de Santa Catarina, foi enviado, a 19 de abril de 1894, o Delegado do Governo Federal, Coronel Antônio Moreira César. Em Desterro, este governador fez inúmeras prisões e fuzilamentos sumários. Desterro viveu, então, dias de terror. Inúmeros componentes da antiga elite foram fuzilados, degolados ou atirados ao mar⁹⁶.

Sob o governo de Moreira César foi, também, restaurada a Constituinte Estadual de 1891 e marcadas eleições para governador e vice, bem como para os cargos legislativos. O Partido Republicano Catarinense

reorganizou-se, agrupando, de acordo com Jali Meirinho, "republicanos históricos e representantes da classe média urbana em que se incluíam militares graduados, funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais e representantes rurais" (99). Nas eleições, foram eleitos: para governador, Hercílio Luz, e para vice-governador Polydoro Olavo São Thiago.

Com a derrota dos federalistas, o Jornal do Comércio deixou de circular; o jornal República voltou a ser publicado, tornando-se o órgão oficial do governo: publicava nomeações, exonerações, discursos, etc...

Ainda durante o período em que governava o Coronel Antônio Moreira César, foi proposta a mudança do nome da capital de Desterro para Florianópolis. Oswaldo Rodrigues Cabral sugere que a idéia foi aceita por todos porque "os carabineiros do Coronel Moreira César ainda andavam por aqui". Neste caso, ninguém teria coragem de discordar da mudança do nome (100).

No início do governo de Hercílio Luz foi sancionado o novo nome da Capital. Durante seu governo, Hercílio Luz tentou, também, recuperar as finanças do Estado, que se desorganizaram frente às turbulências dos anos anteriores. Preocupou-se com a remodelação da capital e tentou recuperar o porto de Florianópolis, promovendo obras de desobstrução da barra. Promoveu, também, reformas administrativas tentando promover a modernização da administração pública (101).

Neste período de governo de Hercílio Luz - 1894 a 1898 -, a antiga elite política - aqueles que não haviam sucumbido ao extermínio promovido pelo Coronel Antônio Moreira César -, ficou totalmente afastada da direção política local. Somente em 1902 foi realizada a união entre os ex-federalistas e os republicanos, com o retorno de

muitos daqueles componentes da antiga elite aos cargos públicos.

O fim da Revolução Federalista e o retorno dos republicanos ao poder não significou o reaparecimento das imagens femininas nos jornais. Embora até fossem publicadas algumas delas, estas eram pontuais, e não apareciam mais com a virulência dos anos anteriores à Revolução.

No entanto, a preocupação com a educação, em especial a das mulheres, que constava das páginas dos jornais, foi implementada. Em 1897⁽¹⁰²⁾, por exemplo, foi criada a Escola Modelo e, em janeiro de 1898, inaugurou-se o Colégio Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs da Congregação da Divina Providência, oriundas de Münster, na Alemanha. Este Colégio era particular, e destinava-se às filhas da elite. Afluíram para este estabelecimento, não só moças da elite local, como as de outras localidades do Estado⁽¹⁰³⁾.

Naquela mesma data, o jornal República publicava o seguinte anúncio:

"Colégio Coração de Jesus

Das irmãs da Providência Divina
Escola do sexo feminino.

Além de ensino primário, bem profundo e completo, o secundário conterà as matérias seguintes: Doutrina Cristã, História Sagrada, línguas portuguesa, alemã, francesa, Aritmética, História do Brasil, História Universal, Geografia, Física, História Natural, Desenho, conta e trabalhos de mão⁽¹⁰⁴⁾.

A ênfase em disciplinas humanistas e os "trabalhos de mão" ensinados no Colégio Coração de Jesus demonstram que, como nos demais colégios, escolas normais e primárias, pretendia-se privilegiar a construção da boa esposa e dona-de-casa. A profissão alternativa que estes colégios ofereciam era a de professora, a qual, no entanto, podia ser considerada uma extensão das funções maternas.

Convém lembrar que, para os rapazes, também não havia muitas alternativas educacionais na cidade. Era comum os filhos das famílias com algumas posses irem estudar em centros maiores, como o Rio de Janeiro.

A educação das mulheres que, durante o final do século XIX, nos jornais, era reivindicada para a construção das mães, responsáveis pela educação dos filhos, parece mudar de enfoque por volta de 1901. Não mais no jornal República, mas no jornal O Dia, sugeria-se que as mulheres deveriam ser educadas para brilhar nos salões da sociedade. Neste artigo, o articulista falava do marasmo e da monotonia da vida social de Florianópolis. Lembrava que, apesar de os clubes "bailantes", como o "12 de agosto" e o "16 de abril", reunirem o que há de "mais seleta, de mais belo, de mais educado em nossa elite", limitavam-se a festas enfadonhas e "corriqueiros bailes". Sugeriu, então, que as moças se reunissem e promovessem "soirée musical ou literário". Ele desejava "que as moças, por si mesmas, procurem essa luz e esse espaço, que floresçam, perfumando os nosso salões, e que abram as asas cantando pela nossa sociedade afora! (...) "«105».

O que mudava em Florianópolis? Será que as mulheres, como donas-de-casa e mães, não eram mais referências de distinção familiar na elite local?

Na elite de Florianópolis, novos remanejamentos ocorreram em 1900 com a divisão dentro do próprio Partido Republicano Catarinense, por ocasião das eleições legislativas. Esta cisão foi chefiada pelo ex-governador Hercílio Luz.

Durante as eleições, o jornal República, até aquela data "órgão do Partido Republicano", passou a atacar o governador da época, Felipe Schmidt. Este governador fundou, nessa ocasião, o jornal O Dia, que passou a fazer a

defesa de seu grupo e de seu governo contra os liderados por Hercílio Luz, que controlavam o jornal República⁽¹⁰⁶⁾.

Na apuração das eleições, os dois jornais publicaram resultados diferentes. Por fim, vários federalistas e hercibilistas foram "depurados". Este resultado aprofundou a cisão do Partido Republicano e provocou a aproximação entre federalistas e hercibilistas⁽¹⁰⁷⁾.

A reunificação do partido ocorreu no governo Lauro Muller - entre 1902 e 1906 -, conciliando as várias facções, inclusive os federalistas.

Esta crise no Partido Republicano tirou de circulação, em 1903, o jornal República, só retornando este periódico em 1918, quando Hercílio Luz voltou novamente a ser governador do Estado⁽¹⁰⁸⁾. No período entre 1901 e 1918 ficou circulando, como periódico oficial do Partido Republicano e do governo, o jornal O Dia. Nas páginas desse periódico eram publicados os atos do governo. Era diário, e possuía, inicialmente, um formato 34 cm por 47 cm, crescendo em tamanho, mais tarde, para 43 cm por 60 cm⁽¹⁰⁹⁾.

Às páginas internas do jornal O Dia retornaram, novamente as imagens femininas, embora com menos virulência do que no período anterior à Revolução Federalista. Novamente discutiu-se a fidelidade feminina, o feminismo, o casamento para as mulheres, as sogras e, até mesmo, claras expressões de misoginia, como nestas frases de 1903:

"É lavar no mar e semear na areia o fundar esperanças no coração da mulher"⁽¹¹⁰⁾.

"A instrução torna os homens geralmente amáveis; as mulheres, nunca"⁽¹¹¹⁾.

No entanto, alguma mudança pode ser percebida na publicação destas frases: elas já não vêm mais referendadas

por "sábios", como Cícero ou Salomão, tal como se apresentavam no século XIX os vários provérbios referentes às mulheres. Algumas frases vinham, agora, inclusive sob o título "Que conceitos!" Significaria uma modificação nas imagens femininas? Ao invés de representar a "verdade eterna" do provérbios seriam apenas "conceitos"? Podiam estar sugerindo que se constituíam num exagero, como nesta nota de 1901:

"Que conceitos!

A franqueza nas mulheres não pode ser senão uma contradição.
 Nas fileiras dos homens desgraçados, podem-se classificar aqueles que tiveram a sorte de casar com uma mulher má"⁽¹¹⁸⁾.

Apesar das mudanças, as imagens femininas publicadas em muito se assemelhavam àquelas divulgadas entre 1890 e 1893. É possível que os novos remanejamentos na elite local, com a cisão do Partido Republicano e o retorno à arena política dos antigos federalistas, estivesse provocando esse ressurgimento de imagens.

Novamente as famílias que compunham a elite local estavam em disputa, embora não mais com aquela violência: então, mais uma vez as mulheres tornavam-se o ponto principal da honra familiar. Talvez, por isso, suas imagens idealizadas voltassem a circular.

Em 1902, por exemplo, o jornal O Dia publicava um texto de autoria de Victor Hugo, onde a mulher era enaltecida por suas funções no lar:

"A mulher é a humanidade vista pelo seu lado tranquilo: a mulher é o lar, é a casa, é o centro de todos os pensamentos suaves. É o eterno conselho de uma voz inocente, no meio de tudo o que nos envolve, nos irrita e nos arrasta. (...)"⁽¹¹⁹⁾.

Publicações de textos como este, definindo o lar como o lugar da mulher, mostram que a restrição desta aos papéis

familiares continuava sendo uma referência para a distinção das famílias que participavam das disputas locais.

Nas páginas do jornal O Dia retornaram, embora não com a intensidade do período anterior a Revolução Federalista, as imagens das mulheres como faladeiras e até como sogras megeras, que mereciam pancadas. É o que podemos observar nestes exemplos, respectivamente de 1902 e 1903:

"No júri.

- Acusado: porque bateu tanto em sua mulher?
- Foi por engano, senhor juiz, eu pensava que era minha sogra...

Absolvido por unanimidade"⁽¹¹⁴⁾.

"No mercado:

Passa X com sua mulher.

- ó patrão, compre-me estas gralhas.
- Deus me livre! já tenho duas em casa.

A mulher:

- Para que és mentiroso? Que gralhas temos nós em casa?
- É boa! Tu e tua mãe"⁽¹¹⁵⁾.

O declínio do comércio e do transporte de mercadorias, que se acentuou após a Revolução Federalista, deve ter tornado ainda mais disputados os cargos públicos. Por algum tempo os republicanos mantiveram um certo consenso na divisão de tais cargos, direitos e privilegiados, possíveis de se obterem através do governo estadual. Porém, com a cisão dos republicanos e o retorno dos ex-federalistas, a disputa tornou-se mais tensa. Daí, talvez, o retorno das diversas imagens femininas, em função da quais era possível medir a distinção das famílias.

No entanto, novas formas de distinção passaram a ter importância no jogo político. O jornal O Dia inaugurou em 1903 uma coluna chamada "Salão Azul" onde eram publicadas notícias de aniversários, casamentos, batizados e participações das mulheres em clubes culturais e associações beneficentes. Ao que parece, já não bastava que as mulheres desempenhassem seus papéis de esposa e mãe; era preciso ter seus nomes publicados no jornal, no desempenho dessas funções e, ainda, irradiando sua generosidade e cultura "pela nossa sociedade afora". Os jornais da época, além de divulgarem imagens idealizadas, passavam a exigir, para as mulheres, uma educação que as fizesse "brilhar" na sociedade. Eram outros os tempos....

N O T A S

- «1» WELTER, Bárbara. The cult of true womanhood: 1820-1860. In: GORDON, Michael (ed.) American family in social - historical perspective. New York: Saint Martin Press, 1973. p. 224-50.
- «2» Sobre a Revolução de 1893, a participação de Santa Catarina e a mudança do nome da capital de Desterro para Florianópolis, ver CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970. p. 260-80, MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1982. 127p. e CORREA, Carlos Humberto. Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário no sul do Brasil, 1893-1894. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1990. 157p.
- «3» CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1982. p. 105 e 154.
- «4» HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 37-8.
- «5» Ibidem. p. 38-9.
- «6» Ibidem. p. 84-5 e CUNHA, I.J.. Op. cit.. p. 157, mostra que no ano de 1945 a farinha de mandioca representava 15,8% da produção agrícola de Santa Catarina.
- «7» CUNHA, I.J.. Op. cit.. p. 94.
- «8» MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 39.
- «9» MORAES, Laura do Nascimento Rotolo. Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Florianópolis, 1894-1914: o jornal como fonte histórica.

Florianópolis: UFSC, 1985. p. 313-319. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.

- «10» Jornal República, nº 803, 25/09/1892, p. 2, c. 1.
- «11» Idem, nº 48, 29/02/1896, p. 1, c. 6.
- «12» Idem, nº 20, 24/01/1899. O jornal chega a estes números por projeção a partir de dados de 1890.
- «13» Jornal do Comércio, nº 148, 20/08/1890, p. 1, c. 5; essa informação se repete no mesmo jornal no nº 162, 10/05/1885, p. 2, c.4, e ainda outras notícias falam do número de mulheres e de homens: Jornal do Comércio, nº 170, 16/09/1893, p. 2, c. 1; Idem, nº 231, 02/12/1893, p. 2, c. 2 e ainda o Jornal República, nº 112, 05/07/1903, p. 2, c. 1.
- «14» Sobre as opções pela solteirice ou pelo casamento entre as mulheres da elite e as da classe média, ver FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não-) casamento entre pequeno-burguesas do início do século. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.9, nº 18, p. 99-120, ago./set. 89.
- «15» Jornal do Comércio, nº 217, 24/09/1882, p. 1, c. 4.
- «16» Idem, nº 291, 24/12/1886, p. 1, c. 4.
- «17» Idem, nº 221, 04/10/1885, p. 3, c. 1.
- «18» Synopse do Recenseamento. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística- 31/12/1900. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905, p. X e 91. Neste mesmo período o Rio de Janeiro contava com 926.035 pessoas, enquanto Florianópolis somava 32.229.

- «19» O jornal República, nº 522, 27/08/1891, p. 2, c. 2, fala de uma sociedade de solteironas que teria sido fundada em Francfort (sic!) na qual as mulheres se comprometiam a não se casar, sob pena de enorme multa. Mas o articulista afirma que, caso apareça um pretendente, elas pagam a multa sem se importar. Conclui, com isso, que se trata de uma sociedade "composta de despeitadas que, em virtude da idade e de outras circunstâncias, ficaram pra trás".
- «20» Informação obtida em conversa com Walter F. Piazza, na qual este acrescentou que uma brincadeira, que se fazia em Florianópolis, mostrava o quanto o judiciário era composto de nordestinos. Conta-se que, o padrinho, ao abençoar o afilhado dizia-lhe: "vai estudar direito e ser juiz em Santa Catarina". O primeiro Tribunal de Justiça do Estado, criado em 1891, era composto por nordestinos, formados na Faculdade de Direito de Recife.
- «21» Entrevista com a Sra. Luiza Nahas Bonnassis em 21/06/1991, com a Sra. Irene Silva Beck em 20/06/1991, e com a Sra. Maria Cordélia Gomes de Albuquerque também em 20/06/1991.
- «22» MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 35.
- «23» Ibidem. p. 36.
- «24» Ibidem. p. 42.
- «25» O porta voz oficial da União Nacional era o jornal Tribuna Popular, de acordo com MEIRINHO, J. Op. cit.. p. 43. O Jornal do Comércio publicava também as opiniões dos ex-liberais e ex-conservadores. Mais tarde tornou-se porta-voz dos Federalistas. Cf. CORREA, C.H.. Op. cit.. p. 42-8.

- ‘26’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 44.
- ‘27’ CORREA, C.H.. Op. cit.. p. 44.
- ‘28’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 48.
- ‘29’ Ibidem. p. 48.
- ‘30’ Ibidem. p. 48.
- ‘31’ Ibidem. p. 50.
- ‘32’ Ibidem. p. 50.
- ‘33’ Ibidem. p. 53.
- ‘34’ Ibidem. p. 55.
- ‘35’ Ibidem. p. 55.
- ‘36’ CORREA, C.H.. Op. cit.. p. 53-4 e MEIRINHO. J.. Op. cit.. p. 55.
- ‘37’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 56.
- ‘38’ Ibidem. p. 57-8.
- ‘39’ CORREA, C.H.. Op. cit.. p. 56.
- ‘40’ Ibidem. p. 17.
- ‘41’ FERROT, Michelle. Funções da família. In: História da vida privada. Tradução por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4, p. 114.
- ‘42’ Jornal República, nº 633, 16/01/1892, p.2, c.3.
- ‘43’ Idem, nº 732, 28/06/1892, p.2, c.3.
- ‘44’ Jornal do Comércio, nº 253, 30/12/1893, p. 2, c. 2.
- ‘45’ FLANDRIN, Jean-Louis. A jovem nos antigos provérbios franceses. In: O Sexo e o Ocidente. Tradução por Jean Progin. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 275-79.

- '46' Jornal República, nº 548, 27/09/1891, p.2, c.5.
- '47' Idem, nº 661, 20/02/1892, p.2, c.2.
- '48' Idem, nº 176, 23/09/1893, p. 2, c. 1, este texto vem com o título de "Epigrama" e a autoria de Severiano de Azevedo.
- '49' FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p, 101.
- '50' GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. Tradução por Per Salter. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 204-37.
- '51' FOUCAULT, M.. Op. cit.. p. 114.
- '52' Ibidem. p. 137.
- '53' FARGE, Arlette. Famílias, a Honra e o Sigilo. In: CHARTIER, Roger (Org.). História da Vida Privada. Tradução por Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v.3, p. 581-617.
- '54' Jornal do Comércio, nº 153, 26/08/1893, p. 2, c. 3.
- '55' Idem, nº 98, 12/05/1881, p. 3, c. 1.
- '56' BROWN, Judith C. Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. Tradução por Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 90-2.
- '57' DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do Povo - Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 63-106.

- ‘58’ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12.
- ‘59’ PERROT, Michelle. A mulher Popular Rebelde. In: Os excluídos da História. Tradução por Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 206.
- ‘60’ Ibidem, p. 207.
- ‘61’ ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Cultrix, 1967. p. 159.
- ‘62’ Jornal República, nº 62, 24/12/1891, p. 2, c. 4.
- ‘63’ Jornal do Comércio, nº 173, 18/09/1891, p. 1, c. 4.
- ‘64’ ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Tradução por Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-118.
- ‘65’ Jornal do Comércio, nº 178, 24/09/1891, p. 1, c. 2.
- ‘66’ Citado no primeiro capítulo.
- ‘67’ Jornal República, nº 595, 24/11/1891, p.3, c.11.
- ‘68’ Idem, Idem, nº 773, 19/08/1892, p. 2, c. 1.
- ‘69’ Idem, Idem, nº 794, 15/09/1892, p. 1, c. 4.
- ‘70’ SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 81-110.
- ‘71’ Jornal do Comércio, nº 182, 29/09/1891, p. 1, c. 2.
- ‘72’ Jornal República, nº 884, 30/03/1893, p.2, c.3.

- «73» Idem, nº 884, 30/03/1893, p.2, c.3.
- «74» CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 93.
- «75» HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle et alii. História da vida privada. Tradução por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4, p. 49-51.
- «76» Jornal República, nº 224, 20/11/1892, p. 2, c. 3.
- «77» Idem, nº 592, 20/11/1891, p. 2, c. 3.
- «78» Idem, nº 585, 12/11/1891, p. 1, c. 5.
- «79» Idem, nº 588, 15/11/1891, p. 3, c. 1.
- «80» Idem, nº 590, 18/11/1891, p. 1, c. 5.
- «81» Idem, nº 582, 20/11/1891, p. 2, c. 3.
- «82» Idem, Idem.
- «83» Idem, nº 599, 28/11/1891, p. 2, c. 3.
- «84» Idem, nº 602, 02/12/1891, p. 2, c. 5.
- «85» Idem, nº 610, 12/12/1891, p. 2, c. 5.
- «86» Idem, nº 615, 18/12/1891, p. 2, c. 5.
- «87» Idem, nº 620, 24/12/1891, p. 2, c. 5.
- «88» Delminda Silveira de Souza, publicou Lizes e martyrios, em 1908, pela Tipografia Gutemberg de Florianópolis, mas seu primeiro texto foi escrito em 1885. Tratar-se-á das escritoras, mais pormenorizadamente, no último capítulo desta pesquisa.
- «89» Jornal República, nº 640, 26/01/1892, p. 2, c. 1.

- ‘90’ OLIVEIRA, L.L.. Op. cit.. p. 90.
- ‘91’ Jornal do Comércio, nº 237, 06/12/1892, p. 2, c. 1.
- ‘92’ Idem, nº 262, 01/01/1893, p. 2, c. 3.
- ‘93’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 45.
- ‘94’ CORRÊA, C.H.. Op. cit.. p. 71.
- ‘95’ Ibidem. p. 73.
- ‘96’ Ibidem. p. 117.
- ‘97’ Ibidem. p. 118.
- ‘98’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 63.
- ‘99’ Ibidem. p. 67.
- ‘100’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.1, Notícia, p. 40.
- ‘101’ MEIRINHO, J.. Op. cit.. p. 111.
- ‘102’ Mensagem apresentada pelo Governador ao Congresso Representativo, na instalação da 3ª sessão ordinária da 3ª Legislatura, em 10/08/1897. Gabinete Typographico Catarinense, 1897. p. 7.
- ‘103’ Entrevista concedida pela Sra. Maria Cordélia Gomes de Albuquerque, 70 anos, em 20/06/1991, realizada por Joana Maria Pedro.
- ‘104’ Jornal República, nº 6, 09/01/1898, p.2, c.6.
- ‘105’ Jornal O Dia, nº 108, 10/05/1901, p.2, c.1-2-3.
- ‘106’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ed. Laudes, 1970. p. 282-3.
- ‘107’ Ibidem. p. 282-3.
- ‘108’ Ibidem. p. 282-3.

- «109» MORAES, L.N.R.. Op. cit., p. 184-9; e BOITEUX, José. A Imprensa Catharinense. (Conferência). Rio de Janeiro: Estabelecimento Litho-Typografico Alexandre Borges & C., 1911. p. 15.
- «110» Jornal O Dia, nº 717, 31/05/1903, p.2, c.5.
- «111» Idem, nº 647, 03/03/1903, p.2, c.4.
- «112» Idem, nº 239, 17/10/1901, p.2, c.5.
- «113» Idem, nº 444, 29/06/1902, p.2, c.2.
- «114» Idem, nº 409, 16/05/1902, p.2, c.5.
- «115» Idem, nº 646, 01/03/1903, p.2, c.2.

CAPÍTULO III

Consolidação da elite política e outras formas de distinção

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, em Desterro, por múltiplos movimentos. A consolidação da República e da nova elite política permitiram inúmeras transformações e interferências do poder público no espaço urbano. Com relação às imagens femininas divulgadas pelos jornais, estas foram rareando, em especial no final da década de 10 e início da década de 20. Ao lado disso, novas formas de distinções, baseadas nas mulheres, pareciam configurar-se: eram as publicações nos jornais, em especial nas colunas sociais, dos eventos familiares, bem como da participação das mulheres em atividades culturais e beneficentes.

A área central de Florianópolis, neste início do século, passou por inúmeras reformas e melhoramentos: em 1909, foram instaladas as primeiras redes de água encanada; entre 1913 e 1917, foi construída a rede de esgotos; em 1919, instalada a iluminação pública com energia elétrica; em 1919, também, foi dado início à construção da primeira avenida da cidade a qual, em sua conclusão, passou a chamar-se Avenida Hercílio Luz. Em 1922, foi dado início à construção de uma ponte ligando a Ilha de Santa Catarina ao Continente fronteiro; esta, em sua conclusão em 1926, também chamou-se Hercílio Luz⁴¹.

Convém destacar que nessa época, nenhuma atividade nova, na cidade, permitiu qualquer nova forma de acumulação. O porto continuou em declínio; o comércio, em constante decadência, se restringia ao consumo local. A produção industrial era diminuta. A produção agrícola da Ilha nem ao menos abastecia suficientemente a população local. Vinham de

outras localidades do Estado os produtos necessários². Portanto, as reformas urbanas, realizadas em Florianópolis no início do século XX, dependeram, principalmente, da força de sua elite política. Apesar das pressões para remover a capital do Estado para o interior, esta elite não só conseguiu mantê-la em Florianópolis, como também carreu recursos públicos para a remodelação da Capital.

Grande parte da força da elite local vinha do controle que as famílias que a compunham possuíam sobre os cargos públicos, a nível estadual e federal. Somente do final da década de 20 em diante é que estes grupos perderão, em parte, sua força, com a ascensão dos políticos oriundos da região da pecuária do planalto catarinense³.

Embora, no início do século, a capital estivesse em pleno declínio econômico, o mesmo não ocorria com as demais áreas do Estado de Santa Catarina. A indústria, o comércio e a agricultura, principalmente do Vale do Itajaí, estavam em plena expansão. Desta forma, Florianópolis acabou por ser beneficiada, como Capital do Estado, pelo crescimento econômico das demais áreas.

As reformas urbanas das primeiras décadas do século XX, em Florianópolis, contaram, além dos recursos públicos oriundos de impostos, com vultuosos empréstimos internacionais, além de convênios. O saneamento, por exemplo, foi possível através de convênio com a Fundação Rockefeller⁴.

A limitação dos recursos econômicos privados, na elite local, deve ter promovido um grande empenho na disputa por cargos públicos, direitos e vantagens proporcionadas pelo governo do Estado. A dependência de cargos políticos controlados pelas principais famílias locais, manteve as mulheres como os principais pontos de referência, os quais asseguravam a manutenção nos grupos de comando. Daí, talvez,

a razão para atitudes e discursos tão conservadores entre as mulheres locais.

As mulheres da elite e da classe média desta cidade mantiveram-se, em sua maioria, em ocupações de esposas e professoras. Em Florianópolis, por exemplo, não surgiram movimentos femininos em favor do voto para as mulheres.

Algumas mulheres arriscaram a expor-se publicamente como escritoras; porém, com exceção de Antonieta de Barros, apresentaram um discurso tão ou mais conservador que aqueles dos jornais masculinos do século XIX. Estas mulheres, por seu comportamento e discurso, demonstravam o quanto eram distintas das demais mulheres que não participavam dos grupos de comando. Estes grupos tendiam a depender, cada vez mais, do carreamento de recursos alocados a nível estadual e federal, os quais significavam: para a cidade, melhoramentos urbanos; para as famílias, rendas, nas forma de cargos e contratos.

No carreamento de recursos estaduais, federais e até internacionais para a cidade de Florianópolis, destacou-se o governador Hercílio Pedro da Luz, que foi, por três vezes, conduzido ao cargo. Na primeira ocasião, após a Revolução Federalista, entre 1894 e 1898; mais tarde, entre 1918 e 1922, como o vice do governador Lauro Muller, o qual se afastou para assumir o cargo de senador; e finalmente foi eleito governador para o período de 1922 a 1926, morrendo, porém, em 1924.

As disputas entre Hercílio Luz e Lauro Muller haviam promovido, em 1900, a divisão do Partido Republicano Catarinense, e, conseqüentemente, deixara de circular o jornal República em 1903, por defender os interesses dos "hercílitas". Representando o governo, na época, desempenhado por Felipe Schmidt, passou a circular o jornal O Dia.

O jornal República voltou a ser publicado em 1918, quando retornou, ao governo do Estado, Hercílio Luz. Nessa ocasião, foi o jornal O Dia que saiu de circulação.

Lauro Muller, em 1918, tomava as decisões do Partido Republicano Catarinense. Sua atuação em ministérios e chancelarias do governo federal conferia-lhe grande prestígio no Estado. Ele indicou, então, para candidato a governador de Santa Catarina o Dr. Abdon Batista³⁵.

No entanto, Hercílio Luz, também com grande prestígio na política local, não aceitou a candidatura indicada por Lauro Muller. Para que o partido não se dividisse mais uma vez, houve um arranjo segundo o qual sairiam candidatos, respectivamente, como governador e vice-governador, Lauro Muller e Hercílio Luz. Ficara também decidido que Lauro Muller se afastaria, e o cargo titular seria assumido pelo vice-governador³⁶.

Assim, com a eleição de Hercílio Luz, os "hercिलistas" voltavam aos cargos públicos e, com eles, o jornal República voltou a circular, deixando de ser publicado somente em 1924, após a morte de Hercílio Luz. Retornou, mais uma, vez em 1926, permanecendo até 1937³⁷.

O arranjo político feito pelo Partido Republicano, com a eleição de Lauro Muller e Hercílio Luz, não impediu sua divisão. Nereu Ramos e seus correligionários, durante o governo de Hercílio Luz, fundaram a "Reação Republicana", em oposição ao governador. Mais tarde, esse grupo fundou a Aliança Liberal, liderando a política local na década de 30³⁸.

Nestes embates entre os republicanos até a década de 20, fica clara a divisão da liderança da política do Estado entre Lauro Muller e Hercílio Luz. Com predominância inicial do primeiro e declínio, no período da primeira guerra,

quando, por ser originário de Itajaí e de ascendência alemã, foi acusado de simpatizante da Alemanha. Passa a impor-se, a partir daí, a liderança de Hercílio Luz, nascido em Desterro em 1860, o qual vai carrear grande parcela de recursos para sua cidade natal, na forma de melhoramentos urbanos.

Para as famílias da elite política local, era imperioso juntar-se a este ou aquele líder e, assim, garantir privilégios e cargos que poderiam assegurar rendas. Para tanto, tornava-se necessário deixar explícito o prestígio da família, além, evidentemente, de sua honra inatacável.

Esta busca de prestígio familiar pode ser percebida observando-se os jornais O Dia e República que, no século XX, representaram, respectivamente, as influências de Lauro Muller e Hercílio Luz na política local.

Estes jornais tornaram-se órgãos eminentemente representativos dos funcionários públicos locais e suas famílias. Neles se publicavam, além das nomeações, exonerações e discursos políticos, os acontecimentos da esfera íntima familiar dos componentes do governo. No jornal O Dia, a coluna "Salão Azul", e no jornal República, após 1918, a coluna "Notas Sociais", divulgaram os nascimentos, aniversários, casamentos, viagens, doença, e até a morte de funcionários públicos e de membros de suas famílias.

No entanto, tais jornais promoviam, em suas páginas, uma hierarquização dessas notas. Quando se tratava de notícias, mesmo referentes à esfera privada de altos membros da elite política catarinense, estas vinham publicadas com destaque em suas primeiras páginas, muitas vezes, até mesmo, na página de rosto. Porém, os funcionários públicos menos graduados tinham suas notas publicadas em coluna especializada, seja no "Salão Azul", de O Dia, seja em "Notas Sociais", do República.

Assim, os fatos da vida privada dos altos membros da elite política ganhavam destaque no espaço do jornal destinado à discussão política, como, por exemplo, estas notas divulgadas no jornal O Dia, em 1901 e 1903, respectivamente:

"Acha-se melhor a Exma. Sra. D. Felisbina Schmidt, virtuosa consorte do Sr. Major Felipe Schmidt e mãe do nosso prestimoso amigo e chefe, Senador Felipe Schmidt"⁽⁹⁾

"Completa hoje mais um ano de existência a Exma. sra. D. Maria das Mercedes da Câmara e Souza, virtuosa esposa do nosso ilustrado representante no Congresso Federal, Sr. Tenente-Coronel Francisco Tolentino V. de Souza. Nossos sinceros parabéns"⁽¹⁰⁾

Também podemos observar esta divulgação no jornal República após 1918, como nestas notas de 1921:

"Decorre hoje o aniversário natalício da Exma. Sra. D. Carmem da Luz Collaço, virtuosa esposa do nosso prezadíssimo amigo e colega, Sr. Dr. José Collaço, ilustre Deputado ao Congresso do Estado.

Figura de alto relevo na sociedade florianopolitana, a aniversariante é dona de uma educação aprimorada, realçada por uma bondade excessiva, que a torna cada vez mais admirada de todos que têm o subido prazer de sua convivência (...)"⁽¹¹⁾.

"A galante senhorita Zizi Luz, diletta filha de nosso eminente chefe e amigo Sr. Hercílio Luz, ilustre governador do Estado, faz anos hoje.

Meiga, de uma meiguice que encanta, é dona de uma bondade que atrai. Zizi, como é conhecida na intimidade de sua Exma. família, verá quanto é querida pelas suas numerosas amiguinhas.

Com os melhores votos de muitas felicidades, enviamos à distinta aniversariante os nossos sinceros parabéns"⁽¹²⁾.

Os aniversários e as inúmeras viagens da família do governador Hercílio Luz eram constantemente noticiadas na primeira página do jornal República, como nesta nota de 1923:

"Regressou, ontem pela manhã para Taquaras, a Exma. Sra. D. Corália Ferreira da Luz, virtuosa consorte do exmo. Sr. Dr. Hercílio Luz, governador do Estado.

No trapiche municipal, onde se verificou o embarque da distinta senhora, compareceram os srs.: (...)"⁽¹²⁾

Nesta nota, o jornal, relacionava os inúmeros políticos, correligionários e amigos que compareceram ao embarque da esposa do governador.

Toda esta deferência, prestada pelos políticos locais, não se restringia ao fato de ser a "esposa" do governador mas, também, porque, desde 1920, Hercílio Luz encontrava-se enfermo, e D. Corália tornara-se uma espécie de interlocutora privilegiada, levando e trazendo pedidos, ordens, solicitações de políticos e do governador.

Era portanto, a doença do governador que tornava os movimentos de D. Corália notícias de primeira página do jornal República. Nestes, eram divulgados os seus embarques a Taquaras, onde o governador repousava, e ao Rio de Janeiro, bem como seus retornos a Florianópolis. Também este fato justificava a divulgação do nome dos correligionários que compareciam a tais eventos.

A separação entre os setores público e privado ficava, dessa forma, diluída, embora se desse em função de D. Corália ser a "esposa". Neste momento, ela assumia as funções públicas, era importante elo do poder público; daí porque tanta deferência daqueles que representavam o poder público em Santa Catarina.

Para os demais funcionários, havia as colunas "Salão Azul" e "Notas Sociais". No jornal O Dia, a coluna "Salão Azul" começou em 1903; antes, havia uma coluna chamada "Várias", onde constavam, além de notas sobre as famílias, os passageiros que chegavam ou saíam do porto de

Florianópolis, e algumas piadas e comentários onde surgiam inúmeras imagens femininas, semelhantes àquelas veiculadas no século XIX.

Nestas notas, publicadas na coluna "Várias", assim como no "Salão Azul" do jornal O Dia, as mulheres da família dos funcionários públicos eram sempre "diletas filhas" e "dignas" ou "virtuosas esposas", como nestas notas de 1901:

"Ontem, colheu mais uma violeta no jardim verdejante e florido de sua existência, a gentil senhorita Marieta, dileta filha do nosso prezado e ilustre amigo Major José T. Raposo, Secretário do Interior.
Nossas felicitações"⁽¹⁴⁾.

"Festejou ontem o seu aniversário natalício a Exma. Sra. D. Esther Adelina da Costa Lobo, digna esposa do nosso distinto amigo Sr. Francisco Campos da Fonseca Lobo, ativo Superintendente deste município.
Nossas sinceras felicitações"⁽¹⁵⁾.

As famílias dos comerciantes também tinham notas publicadas, como esta de 1901:

"Ante-ontem, colheu mais uma violeta no jardim primaveril de sua existência a senhorita Olga Ramos, dileta filha do Sr. Francisco José Ramos, negociante nesta praça"⁽¹⁶⁾.

A princípio, portanto, no jornal O Dia misturavam-se, na coluna "Várias", imagens femininas e notas sociais; nestas, as mulheres tinham seus nomes publicados, porém na condição de esposas, filhas, mães, irmãs - e até sogras - de funcionários públicos e/ou comerciantes.

A distinção das famílias que, até então fora demonstrada pela restrição das mulheres aos papéis familiares, parecia, aos poucos, encontrar novas formas de demonstração de prestígio. As mulheres tornavam-se temas dos jornais, não mais apenas como imagens. Os periódicos davam publicidade às suas relações familiares e à sua

sociabilidade. Aparecer nos jornais tornou-se uma nova forma de distinção. Alguns, até pagavam para ter seus nomes divulgados⁽¹⁷⁾.

Além disso, não eram só mulheres que apareciam nestas colunas; os aniversários, as enfermidades e viagens dos próprios funcionários também eram noticiados, como estas do jornal O Dia, de 1902:

"Completo, ontem, 20 anos de serviço postal, o nosso conterrâneo Pedro Alexandrino Duarte Silva, segundo-oficial da administração dos correios desta cidade"⁽¹⁸⁾.

Obviamente, quando eram nomes masculinos, estes não vinham acompanhados daqueles de suas esposas ou mães. Eles não eram os "diletos filhos" ou os "dignos" e "virtuosos esposos". Esta não era a referência que os distinguia.

As famílias da elite de Florianópolis, cada vez mais, tendiam a controlar os cargos públicos como forma de manutenção da renda e do prestígio. No entanto, ficavam em dificuldades quando o líder do grupo que compunham era afastado. Assim, quando, em 1900, o Partido Republicano dividiu-se, Hercílio Luz foi afastado da política local, ocupando cargos no Legislativo Federal; esse afastamento enfraqueceu as famílias que o apoiavam. Alguns membros de seu grupo foram colocados em funções federais; porém, os que pertenciam ao segundo escalão tiveram seu prestígio e influência política reduzidos e ou eliminados. Não conseguiram, por exemplo, manter o jornal República, porta-voz dessa facção.

A divisão do Partido Republicano, em 1900, levou à criação do jornal O Dia, para apoiar o então governador Felipe Schmidt. O jornal República ficou circulando até 1903.

Nas páginas do jornal O Dia, o grupo no poder regozijava-se pela ausência do líder rival: Hercílio Luz. Em suas páginas, nos primeiros anos, aparecia a contagem dos dias em que o Estado de Santa Catarina se "sentira livre da presença de Hercílio Luz".

A partir de 1903, o jornal República deixou de circular; isto significa que a facção que ele representava perdera força na cidade, e já não significava qualquer ameaça ao grupo no comando. A partir de então, no jornal O Dia, observa-se um crescimento paulatino de notícias sobre mulheres de "carne e osso", tanto da cidade como de grandes centros do país e do exterior. Paralelamente, as imagens femininas idealizadas foram se tornando menos numerosas.

À mesma época, no jornal O Dia surgia uma coluna especializada em notícias das famílias locais: o "Salão Azul". Como exemplo, esta nota de 1903:

"Salão Azul

Aniversários

(...) a Exma. Sra. D. Josephina de Souza Livramento, virtuosa esposa do nosso amigo Manoel Luz do Livramento, 2º Oficial da Secretaria Geral"⁽¹⁹⁾.

As notícias dos eventos familiares não eram novidade nos jornais de Florianópolis. Ainda no século XIX, já se publicavam algumas delas; a diferença está em que, no início do século XX, estas foram não só crescendo em número, como em destaque, ganhando até mesmo coluna especializada.

Além disso, também em outras cidades, como no Rio de Janeiro, a crônica social fazia sucesso. Nicolau Sevckenko relata-nos que o figurinista Figueiredo Pimentel, tido, no Rio de Janeiro, como criador da crônica social, tornou "as senhoras e senhoritas da alta sociedade carioca pelo menos tão conhecidas como os ministros de Estado, (...)"⁽²⁰⁾.

Guardadas as devidas proporções, o "Salão Azul", do jornal O Dia, bem como outras publicações de eventos das famílias mais importantes, divulgavam e fixavam o rol dos grupos que estavam no comando, delimitando espaços, promovendo a exclusão dos demais grupos que neste início do século estavam afastados do poder local.

As famílias que controlavam o poder político local eram os privilegiados temas dos jornais; suas mulheres deixavam de ser objetos de poemas e idealizações, e passavam pouco a pouco a aparecer como um público, em suas relações familiares, em sua educação e em sua sociabilidade. Na coluna "Salão Azul", eram publicados até os aniversários das senhoritas "diplomadas pela Escola Normal do Estado"^(e1): os nomes das alunas e os resultados dos exames escolares^(e2).

Outras notícias que passaram a ser divulgadas com maior destaque, a partir do início do século XX, foram as atividades culturais e beneficentes das mulheres da elite de Florianópolis. Assim, enquanto, no século anterior, a divulgação das imagens idealizadas super-valorizavam os papéis de esposa e mãe - e o conseqüente "retraimento familiar" das mulheres serviu como forma de distinção das famílias -, no século XX as mulheres da elite passaram a exercer uma "missão irradiadora"^(e3). De educadora dos filhos passaram, também, a ser transmissoras de cultura na sociedade. Além de mães carinhosas e dedicadas, passaram a figurar como "beneméritas" e protetoras dos pobres.

Jacques Donzelot, em A polícia das famílias, mostra como a mulher burguesa, na França, através da revalorização das tarefas educativas, estabelece uma continuidade entre as atividades familiares e suas atividades sociais. "Ela descobre um domínio de missão, abre para si um novo campo profissional de propagação das novas normas assistenciais e

educacionais". Ela se tornou instrumento de "irradiação cultural"⁽²⁴⁾.

Em 6 de outubro de 1901, fundava-se, em Florianópolis, a Sociedade Literária Recreativa Catarinense⁽²⁵⁾, composta exclusivamente de moças⁽²⁶⁾. Estas promoviam "soirée familiar", no clube 12 de Agosto⁽²⁷⁾, concertos familiares⁽²⁸⁾, aulas de trabalhos⁽²⁹⁾, reuniões familiares⁽³⁰⁾.

O jornal República, de 1902, descrevia a "Sociedade Literária Recreativa Catarinense", dizendo que faziam "parte dela inteligentes e ilustradas moças de nossa fina sociedade". O jornal esclarecia, ainda, que essa Sociedade, diferente das "sociedades femininas combatidas pelo gênio masculino", eram defendidas⁽³¹⁾. Possivelmente, porque suas componentes correspondiam às imagens idealizadas. Tais moças tinham passado suas infâncias sob o bombardeio dessas imagens, não só nos jornais, mas também na Igreja, na escola. Eram fruto de construções sociais, que se faziam desde meados do século XIX, sobre suas mães e avós. Não era, pois, contestatória essa Sociedade e, ao que parece, nem as demais que surgiram no início do século XX, como o "Grêmio das Violetas"⁽³²⁾ e o "Grêmio Myozottis"⁽³³⁾.

Estas sociedades eram formas de "irradiação" cultural das mulheres da elite de Florianópolis. Formas, inclusive, de ganhar individualidade. A diretoria dessas Sociedades tinha seus nomes publicados nos jornais devidamente desacompanhados dos nomes masculinos. Não se constituíam em formas de avanço, de busca de espaço e de igualdade entre os gêneros. Os sobrenomes destas mulheres, já era suficiente para identificar as famílias a que pertenciam e, desta forma, demonstrar o prestígio familiar.

A partir de 1918, quando do retorno do Jornal República, além das "Notas Sociais" e das atividades

culturais, algumas mulheres da elite tornaram-se "beneméritas damas de caridade". O jornal República noticiava seus eventos, reuniões, festas, como nesta nota de 1922:

"Amanhã, às 18:30 horas, haverá, na sala de conferências da Igreja de São Francisco, sessão de Assembléia Geral da benemérita Associação das Damas de Caridade, devendo ser lido o relatório anual"⁽²⁴⁾.

Seus nomes, publicados no jornal República, também atestavam o prestígio das famílias locais, como nesta nota de 1921:

"Damas de Caridade

Deram-nos ontem, o prazer das suas visitas as Exmas. Sras. DD. Almerinda Sanches Trindade e Sophia Veiga de Faria, dedicadas presidente e secretária da benemérita Associação das Damas de Caridade, que vieram agradecer-nos a notícia da festa de N. Senhora de Sant'Anna, publicadas por esta folha"⁽²⁵⁾.

Embora fossem outras as famílias que, com o retorno de Hercílio Luz ao comando da política local, passaram a controlar os cargos públicos, as formas de demonstrar o prestígio familiar permaneceram. Foram acrescentadas, apenas, com maior intensidade, as atividades assistenciais, como forma de distinção.

Entretanto, o jornal República, em seu retorno em 1918, apresentou uma mudança sensível em relação aos demais periódicos locais e até mesmo, à sua primeira fase, entre 1889 e 1903: a redução visível da publicação de imagens idealizadas das mulheres. Nas páginas deste jornal, ao invés de imagens, cresciam em número as publicações de nomes de mulheres de "carne e osso". Embora a maioria delas pertencesse à elite e estivesse referenciada pelo desempenho de papéis familiares. No entanto, tinham, também, seus nomes publicados nas exonerações e admissões ao serviço público, o qual, no século XX, tendeu a crescer. Além disso, ao

participarem de associações culturais e beneficentes, ganhavam publicidade.

É possível que, nesta época, as famílias de prestígio, que haviam ascendido com a Proclamação da República, já estivessem devidamente demarcadas, assim como a distribuição, entre elas, dos cargos e das influências que possuíam sobre os demais grupos; e, ainda, que a estabilidade das famílias do comando político local já não sofresse tanto a ameaça daqueles que pretendiam ascender socialmente; daí, porque, um certo "descuido", um certo "relaxamento" com a vigilância sobre as mulheres das famílias da elite, representado pela sensível redução, nos jornais, da publicação de imagens idealizadas das mulheres.

Isto não significa que as mulheres deixavam de ser as referências privilegiadas da honra das famílias, mas, apenas, que as "famílias honradas" já haviam se estabelecido o suficiente e já se conheciam o bastante e que, portanto, podiam, pelo menos naquela época, dispensar as inúmeras preocupações com a constituição das distinções familiares.

As mulheres da elite de Florianópolis, contudo, permaneceram reclusas aos papéis normativos. Além de esposas, mães, filhas, irmãs e sogras, elas podiam ser, no máximo, damas beneficentes ou da diretoria de alguma associação cultural. Professora era, também, uma profissão aceita, principalmente para a moça solteira.

Embora no ideário da República brasileira constasse a igualdade, a cidadania para todos concretizava-se apenas para os homens alfabetizados que podiam participar da esfera pública política votando e sendo eleitos. Para as mulheres foi reservado o cerne da esfera privada, ou seja, a esfera íntima; portanto, não lhes foi ao menos assegurada a possibilidade de adquirir a "maioridade" garantidora da cidadania.

No entanto, em centros maiores, como no Rio de Janeiro, as mulheres reivindicavam o direito ao voto. Os jornais de Desterro/Florianópolis davam publicidade a esta luta, que não era exclusiva do Brasil. Nos jornais locais, também se reproduziam debates acerca da luta pelo voto feminino nos Estados Unidos e na Europa. Nos jornais analisados, porém, não se encontra qualquer notícia de associação de mulheres reivindicando o voto ou, até mesmo, qualquer protesto isolado. Ao que parece, a união das mulheres em Florianópolis, dedicou-se à assistência e à recreação. Não tinham pretensões emancipadoras, apenas demarcavam distinções.

O termo "feminismo", e discussões sobre a "emancipação da mulher", aparecem em inúmeras notícias, crônicas e piadas nos jornais de Desterro/Florianópolis. Porém, a análise desses textos permite-nos pensar o limite das cronologias gerais, a existência de múltiplas temporalidades. Muitas discussões que se processavam nos grandes centros eram divulgadas nos jornais locais. Isso, entretanto, não significa que tais debates trouxessem uma resposta imediata ou retardatária nas políticas e atos do cotidiano.

Embora muito do que era discutido e reproduzido nos jornais trouxesse modificações à vida local - umas vezes imediatamente, outras tardiamente - algumas sequer a tocaram. Foi o caso do feminismo. Apesar de toda a discussão, as mulheres do final do século XIX e início do XX, em Florianópolis, aparentemente dela não participaram. Isso nos leva a pensar que uma certa cronologia que dê conta da história dos grandes centros, não corresponde, necessariamente, às cidades menores. Não significa, também, que as cidades maiores sejam o carro-chefe de acontecimentos que irão, em ondas sucessivas, atingir, obrigatoriamente, os pequenos centros. Muitas discussões que, nos grandes

centros, levaram a mudanças estruturais, não atingiram, a não ser apenas suas palavras e discursos, as localidades menores. Por outro lado, seria conveniente lembrar que, como Desterro, existem inúmeras pequenas cidades. Para estas a cronologia dos grandes centros não é suficiente.

Neste caso, falar do "feminismo no Brasil" e situar suas primeiras manifestações no início do século XIX, como faz June E. Hahner³⁶, não tem qualquer significado para a história das mulheres de Desterro. Nem as primeiras, nem as segundas ou terceiras manifestações das mulheres feministas no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, fizeram eco em Desterro/Florianópolis. O primeiro jornal feminino de Florianópolis surgiu em 1918, e nem sequer reivindicava o voto feminino: reproduzia, na verdade, imagens de mulher ligadas a uma "missão" que as destinava às funções de esposa e mãe³⁷.

Nos jornais de Desterro, o termo feminismo vinha associado à luta pelo voto feminino e à busca de "igualdade", embora o jornal, em geral, usasse esse termo na crítica à ocupação paulatina, por mulheres, de cargos antes ocupados unicamente por homens. Dir-se-ia que os jornais chamavam de feminismo a ocupação, por parte das mulheres da classe média, de trabalhos, cargos e estudos antes exclusivos dos homens daquela classe.

O século XIX acendeu, em vários países, a discussão sobre a igualdade entre os gêneros. Nos Estados Unidos, tal discussão surgiu junto com a campanha pela abolição dos escravos e, principalmente, por ocasião da reivindicação dos direitos políticos para os negros. No Brasil, também, o grande impulso para a luta pelo sufrágio feminino teve início com as campanhas abolicionista e republicana. Já em 1875, o jornal feminino do Rio de Janeiro, "O Sexo Feminino", reivindicava o voto para as mulheres³⁸.

Nos jornais de Desterro aparecem, no período analisado, artigos a favor e contra o feminismo. Um artigo de 1883 do Jornal do Comércio criticava o homem por impedir o pleno desenvolvimento da mulher, e sugeria que o trabalho da mulher a libertaria da "necessidade moral do matrimônio". Afirmava, ainda, que, no casamento, "dois braços avigorados pelo labor consciente a ampararem o lar" poderiam oferecer "o futuro, mais ou menos garantido, dos filhos"⁽³⁹⁾.

Um outro artigo, de 1893, do Jornal do Comércio resumia a defesa dos direitos políticos para as mulheres:

"Nada mais justo do que conceder-se direitos políticos às mulheres, uma vez entendermos que são elas contribuintes de impostos, e, como tais, têm direito a participar da gerência dos negócios públicos (...)"⁽⁴⁰⁾.

Já os textos contra o feminismo eram veiculados, não só em forma de crônicas, mas, também, como pequenas histórias e piadas. Uma crônica, do mesmo jornal, em 1881, afirmava que:

"Emancipação da mulher, esta frase que o nosso século está farto de ouvir, é para nós vazia de sentido. A mulher não pode ser emancipada. A sua função e o seu destino estão estabelecidos e determinados desde a sua origem como os dos homens: não há que modificá-los, há somente que estudá-los bem. Tudo o que a sociedade representa naqueles que se ocupam deste assunto, pode e deve fazer, é desenvolver e utilizar com vantagem o ser feminino, sobretudo em proveito do meio comum, em que este ser se move, as propriedades particulares com que a natureza os dotou (...)"⁽⁴¹⁾

Um outro texto de 1884 afirmava que, embora o autor fosse a favor da emancipação dos escravos, era contra a emancipação das mulheres. Perguntava o que queriam "as belas filhas de Eva com sua decantada independência?" O autor respondia, pelo que tinha lido nos jornais,

"o belo sexo, não satisfeito com as prerrogativas de que goza nos salões, clubes, teatros, bailes, igrejas, e até no coração e destino do homem, quer mais e nada menos do que envolver-se nos negócios do

Estado, como, por exemplo, votarem, serem eleitas deputadas, senadoras, vereadoras, juízas de paz...
 Para que havia de dar?...
 O que? Pois querem? ... E os filhos?...
 Aqui é que bate o ponto; é que está o busilis da coisa. (...)"(42)

Em outro texto, desta mesma data - uma historieta - procurava ridicularizar a busca de igualdade por parte das mulheres:

"Entusiasmo feminil
 É de um jornal inglês a seguinte história, que não sabemos se é verdadeira ou se para inglês ver.

Em uma reunião popular a favor do sufrágio do belo sexo, uma êmula de Humbertina Auclert, obtendo a palavra, fala:

- Sim! A mulher é em tudo igual ao homem. A sua reputação de bravura já não é desmentida...

Neste momento, um rato atravessava o estrado em direção da gentil oradora; esta saltou sobre a mesa que tinha diante de si, em gritos horríveis.

O auditório, composto do mesmo sexo em tudo igual ao do homem, abandonou as bancadas em completo pânico. Seguiram-se desmaios e faniquitos"(43).

O que se depreende da crítica ao feminismo feita pelos jornais, no final do século, é sempre um apelo à natureza feminina que, de acordo com o jornal, não se adaptaria a esta tal emancipação, essa igualdade pretendida, pois, além de abandonar a missão de mãe e esposa, a que foi destinada, sua natureza frágil a traição, como no episódio do medo de rato.

O perfil da feminista foi traçado num artigo, do jornal República, de 1892, chamado "Congresso feminino". Depois de afirmar que "a mulher emancipada é um aborto ainda no nosso século", decreve aquela, que reclama a emancipação, como "uma criaturinha feia, vestida com trajes masculinizados, frequentando assiduamente as bibliotecas,

onde compulsa, com a mão diurna e noturna infólios, conhecendo admiravelmente as línguas mortas". Conclui o artigo afirmando que "uma mulher igual ao homem há de ser sempre um homem manqué"⁴⁴.

Havia, ainda, o apelo à ciência. Num artigo, do Jornal do Comércio, de 1894, assinado por Lopes da Cunha, de Recife, vinha a afirmação de que "está bem provado que o poder mental da mulher é inferior ao do homem". Dizia o autor que as modernas afirmações comprovavam que a mulher tinha "um poder mental, seja ele embora grande, puramente analítico". Já o homem, tinha o "poder sintético". Em vista disso é que "uma senhora é incapaz de dirigir, com sagacidade e precisão, uma empresa comercial". Aqui nesta frase, ele cita Augusto Comte para reforçar sua afirmação. O autor ainda acrescenta que, por ser a mulher "um ente sensível", então, "o lugar da mulher na sociedade é o lar doméstico"⁴⁵.

No início do século, o tom das críticas ao feminismo suavizou-se. Um artigo de 1923, do jornal República, aceitava-o, mas reclamava que se tratava de importação de idéias americanizadas. Sugeriu que se divulgassem as idéias feministas nas escolas, para que as futuras gerações a aceitassem

"(...)

Se a mulher brasileira de amanhã quizer a sua emancipação completa, os seus direitos todos amparados pela lei e pelo Estado, é preciso que as feministas de agora não exorbitem de suas funções, que, sobretudo, devem ser exercidos no meio das gerações de amanhã, lançadas essas sementes carinhosamente no seio das crianças das escolas (...)"⁴⁶.

O escritor, que se assinava com as iniciais R. B., pelo visto aceitava o feminismo, mas não para as mulheres da geração dele, e sim para as próximas.

Discutia-se, principalmente, o direito de voto para as mulheres. Notícias da Europa e dos Estados Unidos davam conta das reivindicações e das vitórias da campanha feminina pelo voto. Estas eram publicadas no jornal República nos anos de 1890, 1896, 1918 e 1920:

"Na Câmara dos Deputados de Nova York, a comissão de constituição pediu o direito de voto para as mulheres"/1890⁽⁴⁷⁾.

"Lord Salisbury foi procurado por uma comissão de senhoras inglesas, que lhe pediram o apoio para a pretensão de serem dados direitos políticos às mulheres"/1890⁽⁴⁸⁾.

(...)

"Em alguns Estados da União, tais como o Wyoming, o Colorado e o Kansas, a mulher já tem o direito de votar em matérias eleitorais, ao passo que, no Massachussets, não o possuem para questões referentes à organização das escolas. (...)/1896⁽⁴⁹⁾.

"A Câmara dos Lordes aprovou a concessão que permite às mulheres a votação para os cargos políticos eletivos, excetuando para a Câmara dos Lordes"/1918⁽⁵⁰⁾.

"Roma, 21. A Câmara dos Deputados concedeu às mulheres o direito do voto"/1920⁽⁵¹⁾.

As notícias do Rio de Janeiro, desde 1891, davam conta das reivindicações no Brasil, como nesta notícia do Jornal do Comércio:

"Constava, no Rio, que, no dia 13 do corrente, entraria em discussão na Constituinte uma emenda, assinada por trinta representantes, concedendo direitos políticos às mulheres"/1891⁽⁵²⁾.

Era no Rio a luta das mulheres pelo direito do voto, frustrado com a Constituição de 1891. Antes, porém, desta data, em 1886, o Jornal do Comércio noticiava que, no Rio Grande do Sul, uma mulher formada em ortodontária pela Faculdade de Medicina da Bahia, pedia a inclusão de seu nome no alistamento eleitoral. O juiz de direito negou-lhe o pedido, e ela tencionava recorrer de seu julgamento⁽⁵³⁾.

Como podemos perceber, apesar de toda esta publicidade dada pelos jornais sobre as discussões acerca do voto feminino, em nenhum momento, do final do século XIX ou do início do XX, os periódicos analisados noticiaram qualquer envolvimento das mulheres de Florianópolis com a luta pelo direito ao voto. Será que aceitavam a esfera pública política como exclusivamente masculina?

Quanto às inúmeras profissões, anteriormente exercidas somente por homens, os jornais divulgavam o avanço das mulheres nestas ocupações, bem como na formação profissional, em outras cidades e não em Florianópolis. Assim, já em 1881, o Jornal do Comércio informava que, em São Francisco da Califórnia, uma mulher estava advogando⁵⁴. Ainda naquele ano, vinha a notícia de que, em Paris, uma menina russa fora aceita na "Sociedade Médico-Psicológica"⁵⁵, que duas jovens italianas tinham, recentemente, se formado "doutoras em ciências naturais na Universidade de Roma"⁵⁶.

No mesmo Jornal do Comércio, em 1881, dois artigos defendiam que as mulheres eram as mais indicadas para, como médicas, cuidarem da saúde das mulheres, isto porque "a mulher com outra não tem o acanhamento para revelar suas moléstias, suas misérias, suas faltas fisiológicas, que têm diante do homem"⁵⁷. Entretanto, de acordo com June E. Hahner, as primeiras médicas no Brasil encontraram dificuldades para exercer a profissão; foram alvo de hostilidade e objeto de ridicularização. Muitos da elite, que defendiam a emancipação feminina através do exercício de profissões, não as queriam entre suas parentes, e nem admitiam que as mulheres ocupassem profissões de prestígio como a medicina⁵⁸.

Advogavam, porém, para as mulheres das camadas populares, o trabalho, como forma de sustento honesto, para

elas e suas famílias⁶⁰. Não era, entretanto, necessário esta defesa. As mulheres das camadas populares nunca haviam se afastado do trabalho fora dos lares, e também dentro deles, independentemente de qualquer discurso da elite intelectual da época.

As mulheres da classe média de Desterro/ Florianópolis, além da profissão de professora, poucas alternativas eram oferecidas fora da carreira do casamento. Enquanto pelos jornais noticiava-se a ocupação, por parte das mulheres, de inúmeras funções em diversas partes do mundo, em Desterro as oportunidades continuaram restritas por muito tempo.

As notícias mostravam que, em outros locais, as mulheres estavam ocupando lugares. Elas apareciam no Jornal do Comércio, em 1882, como diplomatas, na Costa Rica⁶¹; queriam fazer parte da Marinha dos Estados Unidos, em 1884⁶². Eram telegrafistas, médicas, advogadas, oradoras e até pretendiam pregar na missa, na Espanha, também em 1884⁶³. Em 1885, nos Estados Unidos, estavam frequentando a Universidade⁶⁴; em Florença dirigiam orquestra⁶⁵; em Dublin uma moça irlandesa conseguia o título de bacharel⁶⁶; uma orquestra de senhoras austríacas chegava ao Rio de Janeiro⁶⁷. E assim por diante. Os jornais apresentavam as várias profissões que estavam sendo ocupadas por mulheres em várias partes do mundo, e também no Brasil; porém, de Desterro nada se noticia.

Em 1881, o Jornal do Comércio trazia a notícia da próxima formatura, em medicina, nos Estados Unidos, de duas mulheres brasileiras, Maria Augusta Generoso Estrella e Josepha Azevedo Felisbela de Oliveira⁶⁸. Em 1888, três mulheres, recém-formadas no curso de direito em Recife, solicitaram ao Instituto dos Advogados Brasileiros permissão para exercerem a advocacia e a magistratura⁶⁹. Em 1890,

Anna M. Falcão sustentava, perante a Faculdade de Medicina da Bahia, teses para obtenção do grau de doutora em medicina⁶⁹. Em 1892, o jornal República informava que havia, no Brasil, "seis senhoras médicas"⁷⁰. Em 1902, o jornal O Dia relatava que estreava no Juri de São Paulo a advogada D. Maria Augusta Saraiva⁷¹. No Rio, de acordo com o jornal República, em 1919, as mulheres estavam substituindo os barbeiros⁷², trabalhando em várias repartições e, até, como "chauffeurs"⁷³. Em 1921, de acordo com o jornal República, no Rio, o Dr. Magalhães Azevedo manifestava-se "favorável à ilegibilidade das escritoras brasileiras à Academia de Letras"⁷⁴. Em 1923, o mesmo jornal noticiava que o Departamento Nacional de Saúde Pública abria, no Rio, uma Escola de Enfermagem⁷⁵.

Em Desterro, no século XIX, estes avanços femininos não repercutiam. As mulheres da classe média e da elite continuavam sendo, principalmente, esposas e professoras. Algumas, porém, despontavam como donas de loja⁷⁶, outras como proprietárias de casas, terrenos, chácaras, etc...

Mas, no século XX, é possível encontrar, em Florianópolis, mulheres em outro tipo de empreendimento. Em 1904, as viúvas Costa, Moreira e Pacheco possuíam cocheiras; Alice da Purificação Feijó e Maria da Silva Feijó possuíam, cada uma delas, uma empresa de encadernações⁷⁷.

No entanto, na administração pública estadual encontram-se, apenas, os nomes de duas mulheres: D. Adelina Regis Lobo, professora da Escola Normal em trabalhos de agulha, e D. Dorothea Mascarenhas, da estação telegráfica de São Francisco do Sul⁷⁸.

No Guia do Estado de Santa Catarina de 1927, no entanto, a situação apresenta-se bastante diversa. Além de um maior número de mulheres no quadro da administração pública, é possível encontrá-las dirigindo inúmeras casas

comerciais e aparecem, até, algumas profissionais liberais: a dentista Maria Passarino e a farmacêutica Hilda Bruggemann⁽⁷⁹⁾.

No jornal República, a mudança era apontada já em 1919.

"A senhorita Alyde Livramento, diplomada pela "Escola Veloz" do Rio de Janeiro, foi nomeada professora de datilografia desta capital pelo Sr. Dr. José Boiteux.

Este ato permite àquele instituto abrir às moças catarinenses um futuro melhor, facultando-lhes o fácil curso da máquina de escrever e uma profissão honesta e bem remunerada.

O trabalho de datilografia pode ser exercido por qualquer pessoa que saiba ler bem e tenha boa vista, não importando a idade.

É um passo à frente na civilização catarinense⁽⁸⁰⁾.

Este "passo à frente na civilização" podia ser comprovado no ano seguinte. Um artigo do jornal República chamado "A vitória do feminismo" afirmava que: "Por toda parte a mulher vai conquistando, pelos seus dotes morais e intelectuais, elevadas posições no meio social, adquirindo a sua independência". Informava então, o autor, que já era "notável o papel que a mulher vem desempenhando em vários ramos da administração pública", em nosso país, ocupando funções exercidas pelos homens, e isso acontecia inclusive em Florianópolis, onde era grande "o número de senhoritas e senhoras que estão exercendo os cargos de datilógrafas nas repartições públicas e nos estabelecimentos bancários"⁽⁸¹⁾.

Mas, ao que parece, esta "vitória do feminismo" causava preocupação. Um texto, do jornal República, de 1895, dava o tom da preocupação do articulista com o fato de as mulheres estarem ocupando funções que eram, anteriormente, exclusivas de homens.

"Em 1870, não havia nos Estados Unidos (...) uma única mulher que exercesse a profissão de guarda-livros, atualmente há 27.777. O número de mulheres copistas, secretárias, etc... elevou-se de 8.016 a 64.018. O das atrizes subiu de 692 a 3.949. O das literatas, de 159 passou a 2.795. O das jornalistas, de 35 subiu a 888. O das pintoras e escultoras, de 412 elevou-se a 10.810. O das médicas e operadoras, de 527 subiu a 4.555. O das músicas (sic!), aumentou de 5.735 a 34.518.

Em compensação, o número de costureiras, engomadeiras, lavadeiras, amas secas etc, tende a desaparecer. Essas profissões já são, em sua maior parte, exercidas por chineses. Neste andar, os papéis do homem e da mulher, nos Estados Unidos, estarão, dentro em pouco, invertidos em tudo e para tudo!"⁽⁸²⁾.

Este texto denota a preocupação com a eventual inversão dos papéis. Outros textos, nesta época, discutiam, com preocupação, a possibilidade de perda da feminilidade que este avanço feminino poderia representar. Assim, em 1880, o Jornal do Comércio noticiava que uma viúva, em São Paulo, após os 60 anos, começou a criar barba⁽⁸³⁾. Em 1881, o mesmo jornal dava outra notícia de mulher que, após os 44 anos, começou a criar uma barba que "chegou-lhe até a cintura"⁽⁸⁴⁾.

Tais notícias, além de absurdas, demonstram a dificuldade de imaginar mulheres assumindo papéis diferentes dos normativos. Por outro lado, estas mulheres "barbadas" já não eram jovens: denotariam, também, uma idéia de perda da feminilidade acarretada pela velhice?

Nessa preocupação com a perda da feminilidade, através da troca de papéis, outros textos reforçavam esta imagem. Algumas notícias, por exemplo, contavam sobre homens que viviam travestidos de mulher, por longo tempo, sendo, por fim, descobertos⁽⁸⁵⁾. Algumas piadas também retratavam a inversão dos papéis, como esta do jornal O Dia, de 1901:

"Progresso do século

Duas amigas falam uma à outra dos seus filhos. Diz D. Teté:

- Minha filha mais velha estuda para medicina, e a mais nova já é advogada. E os seus filhos?
- O Alfredo tem um bom emprego numa loja de modas, faz chapéus para senhoras, e a Ritinha é guarda-livros"⁽⁸⁶⁾.

A presença de mulheres da camada popular, no trabalho e nas ruas, não era novidade; entretanto, o que era diferente, nos grandes centros, eram as mulheres da classe média desempenhando funções anteriormente restritas aos homens. Significava, para as mulheres desta classe, a possibilidade de seguir uma carreira diferente do casamento, e que poderia garantir um padrão de vida melhor que a mera sobrevivência - tão comum entre as mulheres da camada popular. Além disso, as novas profissões que se abriam para as mulheres eram diversas daquelas ligadas à extensão de seus papéis de esposa, mãe e donas-de-casa.

Em Florianópolis, como vimos, por muito tempo as mulheres da classe média tiveram, como única carreira, um "bom" casamento. Somente na segunda década do século XX começaram a despontar novas profissões para elas. Isto não significa que tais mulheres não sonhassem, insistissem e reclamassem por carreiras mais autônomas. As vozes femininas, a este respeito, não foi possível recuperar. Podemos, entretanto, inferir que as notícias sobre os avanços femininos, em várias partes do mundo e nas grandes cidades brasileiras, despertaram sonhos de maior autonomia nas mulheres de Florianópolis.

Os jornais, porém, ao lado de notícias sobre novas conquistas profissionais e políticas das mulheres, publicavam textos que pretendiam cercear estes anseios femininos. Eram as ameaças de um perigo que, real ou

ficticiamente, corriam as mulheres quando estavam longe da proteção de um pai, marido, irmão, filho, etc...

Eram abundantes, nos jornais, as notícias de violências sofridas pelas mulheres, como estas, respectivamente, do jornal República, de 1902 e do Jornal do Comércio, de 1888:

"Há em Paris, atualmente, um bando de perversos que se entretêm em atirar vitriolo sobre mulheres. (...)"⁽⁸⁷⁾.

"Londres.

Foi encontrada assassinada em seu quarto uma mulher degolada, com o ventre aberto, tendo as entranhas e o coração de fora"⁽⁸⁸⁾.

É possível que o destaque dado a estas violências contra as mulheres fosse uma forma de chamar a atenção do leitor com notícias que causavam horror e espanto. Uma maneira de, quem sabe, aumentar a vendagem do jornal. Entretanto, é bom destacar, estas notícias não costumavam aparecer na primeira página. Ainda não era o tempo das letras garrafais pingando sangue, tão comum nos jornais populares dos dias de hoje.

O inusitado da violência contra as mulheres, também pode explicar o destaque. De acordo com as imagens de homem e de mulher que os jornais veiculavam, era de se esperar que as mulheres, por sua "natureza" meigas e frágeis, não devessem ser alvos de violência, diferentes dos homens, envolvidos nas competições, nas guerras, na luta. De qualquer forma, a frequência com que estas notícias apareciam⁽⁸⁹⁾ devia amedrontar, reforçar a imagem de indefesa, de necessidade de proteção de um lar e de um homem protetor.

As notícias envolvendo violência entre homens eram diferentes daquelas envolvendo mulheres, ou ambos os

gêneros. Nos textos envolvendo homens, estes eram, em geral, tratados no coletivo. Eram revoltas, conflitos que envolviam grupos, sendo raras aquelas em que um homem aparecia na notícia, como vítima única; a não ser que fosse alguém famoso, como por exemplo, esta notícia do jornal República, de 1919:

"Ferido.

Copenhague, 18. O primeiro ministro Leitão foi ferido quando fazia uma visita ao "front"⁽⁹⁰⁾.

Sobre as violências contra as mulheres, as notícias referiam-se, em geral, a uma única vítima, não tratavam de crimes coletivos, como por exemplo, esta do jornal O Dia, de 1901:

"A polícia de Roma acaba de descobrir um crime horrível no cemitério de Garbagnato. Trata-se de um cadáver de uma menina horrivelmente mutilado, tendo sido antes estuprada"⁽⁹¹⁾.

Não queremos, com isso, afirmar que não se praticavam violências contra as mulheres, ou que os jornais as inventavam. A questão que levantamos é em relação ao destaque que se dava, nos jornais, a tais notícias, e o quanto isso podia amedrontar as mulheres com pretensões de autonomia.

É possível que estas notícias amedrontadoras cerceasse, nas mulheres da elite e da classe média de Florianópolis, a busca por outros papéis, outras profissões, diferentes dos normativos. Porém, pensamos que outra não poderia ser a atitude dessas mulheres. Elas e seus companheiros estavam presos a redes de influência, ligados às famílias controladoras dos cargos públicos, e portanto das rendas, as quais estabeleciam como distinção familiar a restrição feminina aos papéis familiares. Fugir às normas

era por em perigo as possibilidades de participar da partilha, dos recursos acumulados pelo poder público.

Assim, as mulheres da elite e da classe média de Florianópolis, por muito tempo, estiveram distantes da esfera pública política e nem sequer reivindicaram qualquer participação. No entanto, enquanto público leitor, e através dos clubes culturais, participaram da esfera pública literária. Escritores como Delminda da Silveira e Antonieta de Barros e, ainda, o jornal feminino Pena, Agulha e Colher, são expoentes representativos desta esfera pública literária. Convém recordar, como salienta Jurgen Habermas, que nas camadas cultas a esfera pública política e a esfera pública literária são consideradas idênticas, aparecendo à opinião pública como indivisíveis⁹².

A participação das mulheres na esfera pública literária, em Florianópolis, tornou-se mais efetiva no século XX, quando, além de participar de clubes culturais, passaram a divulgar seus poemas e seus textos nos jornais locais e em livros.

No século XIX, a publicação de textos escritos por mulheres foi bastante restrita; contava inclusive, com uma opinião pública desfavorável. Vimos, no capítulo anterior, como o articulista Ed. Schutel, através do jornal República, em 1891, dizia que as mulheres até poderiam fazer poemas como "passatempo", mas nunca deveriam aspirar ao "título de letrados"⁹³. Assim, as escritoras de Desterro pouco publicavam. Foi sob o pseudônimo de Brasília Silva que Delminda Silveira de Souza publicou, no início do século XX, inúmeros poemas nos jornais. Porém, aos poucos, foi assinando suas produções e passou a publicar sob o nome de Delminda Silveira, assumindo o papel de "letrada".

Delminda Silveira de Souza nasceu em 1855 em Desterro, filha de José Silveira de Souza e de Caetana

Pacheco da Silveira. Era sobrinha do Conselheiro João Silveira de Souza, que se destacara, no século XIX, em inúmeras funções públicas no Império: desde a presidência das Províncias do Ceará, Maranhão e Pernambuco, até a de Ministro de Estrangeiros. Era ele, também, poeta^{'94'}.

Delminda escrevia desde menina. Publicou alguns poemas na Revista Catarinense, em 1900^{'95'} e, somente em 1908, publicou uma coletânea de versos sob o título Lizes e Martyrios. Nesta Coletânea, constavam versos escritos desde 1885. Publicou, também, em 1914, um texto chamado Cancioneiro, que destinava-se aos grupos escolares do Estado. Ainda, em 1931, publicou Passos dolorosos, uma série de poemas que relatavam a "via sacra".

Colaborou em vários jornais, e publicou poemas no jornal feminino de Florianópolis, Pena, Agulha e Colher. Foi professora particular, era muito religiosa e, até, membro de irmandade. Fez parte da Academia Catarinense de Letras. Muito respeitada, era cumprimentada, pelos jornais locais, por ocasião de seu aniversário. Nunca casou-se. Morreu com 77 anos, em 29 de janeiro de 1932^{'96'}.

Os poemas e as prosas poéticas de Delminda Silveira de Souza denotavam uma vinculação com o romantismo. Em muitos de seus textos, reproduzia algumas imagens idealizadas de mulher, semelhantes àquelas que os jornais masculinos divulgavam no século XIX.

No livro Cancioneiro, os papéis femininos eram limitados às funções normativas de mães, filhas, irmãs e esposas:

"(...)
 Dos puros corações das valorosas mães e filhas, irmãs, noivas e
 esposas,
 Voam esperanças mil ao teu regaço,
 Depois... depois nas páginas da História,
 Elas a luz fulguram de tua glória,

Como as estrelas pelo infinito espaço"⁽⁹⁷⁾.

Em Lizes e Martyrios, num poema chamado "Filha, Esposa e Mãe", Delminda sintetizou estes papéis na relação com os homens. A filha é a "luz da noite" e a "flor do jardim" do pai ancião; a esposa é, para o marido, aquela que sente seus "fundos amargores" e sua "ventura mais gosa". Já a mãe, é a "mulher santa" que dá o "sorriso" e alimenta com seu "sangue" a criança, embora, neste caso, não fique definido o sexo dessa criança⁽⁹⁸⁾.

Na "via sacra" do livro Passos Dolorosos, o "coração materno" aparece no poema "Ao sopé da Cruz":

"(...)
Oh coração materno angustiado,
Que ali palpita ao sopé da Cruz,
N'esse Amor que a minh'alma não traduz,
Aquece o Filho teu enregelado!"⁽⁹⁹⁾.

São imagens de mulher que circulavam; faz-nos pensar em sua eficiência. Delminda as reproduzia porque fizeram parte de sua vida. Eram lidas nos jornais, ouvidas nas missas, veiculadas em livros. Compunham seu cotidiano: como não reproduzi-las?

Esta mulher, entretanto, não viveu os papéis de esposa, mãe e noiva. Deve ter, porém, sonhado com eles. É o que podemos deduzir de vários de seus poemas. Ela teve um prestígio social que vinha de seu desempenho como literata; no entanto, em seus poemas, enaltecia os papéis normativos femininos. Seriam contradições entre imagens idealizadas e papéis sociais efetivamente vividos?

Em dois poemas, de seu livro Cancioneiro, Delminda enaltecia mulheres em papéis não normativos. Tratava-se do

poema em homenagem a Anita Garibaldi, como guerreira⁽¹⁰⁰⁾, e um outro intitulado "As operárias catarinenses".

Neste poema, as operárias exercem o papel normativo de filhas e irmãs; porém, têm também funções ativas, como as abelhas:

"(...)
São laboriosas quae abelhas quando
Doce mel buscando pelas flores vão;
Elas, do trabalho no sagrado horto
Procuram conforto, vão ganhar o pão"⁽¹⁰¹⁾.

Estes são os únicos poemas em que as mulheres são retratadas em papéis diferentes dos normativos. Isso nos leva a inferir que, como os homens que escreviam nos jornais, a mulher Delminda Silveira reproduzia as mesmas imagens que restringiam as mulheres, aos papéis normativos. Como filha de família da elite, era de se esperar que explicitasse as mesmas imagens femininas que serviam de distinção a estas famílias.

Também reproduzindo as mesmas imagens das mulheres, passou a ser publicado, em 1918, o jornal feminino Pena, Agulha e Colher. Este jornal começou como coluna de um periódico católico chamado A Época, em 1917; aos poucos, porém, a coluna foi ocupando espaço no periódico, a ponto de tornar-se um suplemento e a ser vendido, separadamente, do jornal que lhe deu origem. Assim, em 1918 passou a circular, autonomamente.

Em 1917, quando ainda era uma coluna, mas já com o nome que depois tomou como jornal, sua idealizadora, cujo pseudônimo era Zenir Alcáa, sugeria a criação do periódico, e explicava qual a orientação que este teria.

Zenir dizia não pretender criar um jornal que lutasse pela emancipação da mulher, pois isto não condizia com a vida de uma jovem católica; e argumentava:

"(...) bem sei que o lugar da mulher é o lar, e que sua energia deve ser gasta, primeiramente, nos trabalhos domésticos, para que gozem todo o bem-estar possível os membros de sua família; porém se ela, sem deixar de cumprir seus deveres de esposa, mãe ou filha, puder dedicar-se a trabalhos intelectuais, por que não fazer?"⁽¹⁰²⁾.

E, assim, surgiu o Pena, Agulha e Colher. As mulheres que o publicavam reivindicavam algum "trabalho intelectual", depois de ter cumprido "todos os deveres".

Eram mulheres católicas, muitas "filhas de Maria"⁽¹⁰³⁾, de classe média. Ridicularizavam as mulheres que pretendiam ser "deputadas, senadoras, soldadas, engenheiras e eleitoras" Faziam-no numa época em que, nos centros maiores, as mulheres da classe média ocupavam inúmeras profissões e reivindicavam o direito ao voto.

Em Florianópolis, mesmo, vimos como inúmeras mulheres já ocupavam funções em repartições públicas e bancárias, além de exercerem profissões liberais. No entanto, essas redatoras do Pena, Agulha e Colher reafirmavam o lar como o espaço próprio da mulher. O máximo de avanço que pretendiam era algum trabalho intelectual, após a realização dos deveres do lar.

Nas páginas deste jornal, eram publicadas receitas de comida, informações sobre romances apropriados para as moças, moda, poesias, contos, etc...

Num dos números de 1917, era publicada uma crítica à proposta de criação de um "Tiro Feminino"⁽¹⁰⁴⁾; nela, Zenir afirmava que os "pais e maridos lucrariam" muito mais com outro tipo de associação feminina como uma "Liga de Modéstia Cristã", ou uma "Liga de Abnegação"; através destes, a moça

faria pequenos sacrifícios como um "meio de acostumar a jovem a abnegar-se, para que, mais tarde, saiba fazer a vontade do marido, em tudo o que for justo, para que reine a felicidade no lar" (105).

Estabelecer, como função da mulher, "fazer a vontade do marido", é repetir a mais conservadora das imagens que os homens veiculavam nos jornais do século XIX. Aliás, como vimos, os jornais masculinos apontaram debates, no final do século XIX e início do XX, que eram bem menos conservadores.

O jornal Pena, Agulha e Colher, possivelmente, representava o segmento mais conservador das mulheres de Florianópolis. Não acreditamos que, mesmo na classe média local, todas as mulheres pensassem deste modo, em 1917. Como, porém, este é o único jornal feminino da cidade nessa época, inferimos que, pelo menos este segmento de mulheres da classe média envolvido com o jornal, assimilou completamente as imagens idealizadas que vinham sendo divulgadas para suas avós e mães, desde o século XIX.

Alguns textos chegavam ao absurdo de sugerir que o pai era quem sabia melhor escolher o marido para a filha. Num conto de 1918, de autoria de Zanessa (?), abordava-se a história de um pai e de uma filha. Este, quando ficou doente, informou à filha que ia casá-la. Ela aceitou a decisão paterna, porque "o pai era o único possuidor do coração da filha, e a ele ficou o encargo de escolher aquele que devia ser o seu sucessor" (106).

Em dois outros textos de 1918, reafirma-se a conveniência de o pai escolher o futuro marido da filha (107) e, ainda, que este tipo de casamento trazia a felicidade, diferentemente daquele escolhido pela paixão (108).

Ao que parece, as articuladoras deste jornal feminino julgavam-se incapazes de, elas próprias, escolherem o

marido. No entanto, no número 42 de 1918, um texto, assinado pela mesma Zanessa, demonstra uma certa consciência das discriminações sexistas. Neste artigo, a autora narra uma visita feita a uma amiga que estava impedida de ir a uma festa, devido à febre de seu filho de 6 anos. Tal mãe, apontando para o filho pequeno, que se debatia no berço, dizia:

"- Aqui está o trabalho que temos para formar um homem; e é esta mesma criaturinha, que, depois de habilmente preparada e cuidada por mãos femininas, diz, a torcer o bigode e de cabeça erguida, que as mulheres vieram ao mundo para trabalho e desespero dos homens!..."⁽¹⁰⁹⁾.

É possível que esse menino, quando crescesse, realmente concretizasse essas previsões de sua mãe. Era isso o que se poderia esperar de homens educados por mulheres que afirmavam que "o lugar da mulher é o lar" e que sua função é "fazer a vontade do marido". Afinal, além das mulheres, os homens também são socialmente construídos.

Este jornal feminino encerrou suas atividades em 1919, embora o periódico que lhe deu origem tenha prosseguido até 1921. Deve ter enfrentado problemas de custos para sua circulação, pois, em vários números, a diretora, Zenir, pedia colaboração; ela mesma, várias vezes, subscreveu doações.

Este jornal, embora pudesse não ser representativo do pensamento de todas as mulheres de Florianópolis - nem mesmo daquelas da classe média, haja vista sua dificuldade em manter-se devido ao reduzido número de leitoras -, pode informar-nos juntamente com os poemas de Delminda Silveira, acerca da eficiência das imagens, na construção de uma prática discursiva das mulheres. Estas mulheres repetiam muitas das imagens que os jornais masculinos divulgavam.

Não temos como constatar se elas escreviam o que pensavam realmente, nem se elas agiam conforme prescreviam. O que podemos é perceber suas vozes, e estas eram ecos das masculinas; muitas vezes, com um acento até mais conservador.

Aquela profusão de imagens - que constatamos e tentamos delinear nos vários jornais, compôs o cotidiano das avós, das mães e destas mesmas mulheres. Tais imagens construíram uma prática discursiva, porque atuaram como expectativa, como modelo a ser seguido, colaborando na construção de papéis sociais.

No entanto, as camadas populares, e até mesmo algumas mulheres da elite e da classe média urbana, desempenharam, junto com os papéis normativos, inúmeras outras funções; algumas, inclusive, eram costumeiramente desempenhadas por homens. Muitas mulheres de Florianópolis, além de esposas, mães, filhas, etc..., foram, também, lavadeiras, agricultoras, doceiras, vendedoras, prostitutas, empresárias, comerciantes, professoras, funcionárias públicas, bancárias, etc... e muitas delas, talvez, até repetissem alguns discursos normativos, parecidos com aqueles veiculados no Pena, Agulha e Colher. Não podemos esquecer que, como mulheres da elite, estas escritoras sabiam que seguir ou aparentar seguir tais imagens femininas idealizadas, era o que as distinguiu das demais mulheres; daí, talvez, a razão do empenho, tão conservador, de delimitar para as mulheres, os papéis normativos. No entanto, o próprio ato de publicar seus escritos, embora sob pseudônimo, não representaria, nesta cidade, uma certa transgressão? Afinal, escrever e publicar permitia dar publicidade ao desempenho, por parte dessas mulheres, de funções distantes daquelas da esfera íntima familiar. Era participar intensamente da esfera pública mesmo sendo a literária.

Uma outra personagem feminina importante, que ganhou destaque independentemente das funções de esposa e mãe, foi Antonieta de Barros. Nascida em 1901, foi aluna particular de Delminda Silveira de Souza. Era negra, e seus biógrafos atribuem-lhe origem humilde¹¹⁰. Foi, no entanto, protegida do líder político da época, Vidal José de Oliveira Ramos¹¹¹. Destacou-se como professora, escritora, jornalista e política.

Foi professora do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis - colégio da elite local -, entre 1937 e 1945. Nomeada, também, diretora do Instituto de Educação e Colégio Dias Velho. Fundou um curso primário que teve o seu nome, o qual dirigiu até sua morte, em 1952¹¹². Foi, também, lente substituta de Português da Escola Normal Catarinense, tendo sido efetivada em 1934¹¹³.

Antonieta pertencia ao Partido Liberal Catarinense. Como Deputada, fez parte do Congresso Legislativo que, em 1935, elaborou a Constituição de Santa Catarina. Entre 1947 e 1951, retornou como deputada estadual, suplente convocada, pelo Partido Social Democrático. Colaborou em vários jornais, escrevendo inúmeros textos sob o pseudônimo de "Maria da Ilha". Fundou e dirigiu o periódico A Semana, entre 1922 e 1927. Dirigiu, também, o periódico Vida Ilhêa, em 1930. Em 1937, uma coleção de seus textos foi publicada sob o título de Farrapos de Idéias¹¹⁴.

Apesar de levar uma vida ativa e de desempenhar papéis tradicionalmente exercido exclusivamente por homens, como deputada e como jornalista, Antonieta não se identificava como "feminista". Por outro lado, era uma ferrenha defensora da educação para as mulheres.

Em um artigo, publicado no jornal República de 1932, afirmava que "um futuro melhor" chegaria quando houvesse "bastante cultura e sólida independência para as mulheres,

para que se considerem indivíduos". Afirmava, entretanto: "Não somos feministas". Na defesa de uma educação para as mulheres, Antonieta afirmava ser esta necessária, em vista de serem elas aquelas que, "no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce da moral do indivíduo futuro". Reclamava, ainda, que "a alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa" (113).

A afirmação de Antonieta "não somos feministas" devia ter como intenção afastar os preconceitos que, na época, nesta cidade, este termo possuía.

Assim como os textos de Antonieta, os jornais masculinos de Desterro/Florianópolis, já no final do século XIX, reivindicavam a educação para as mulheres por serem elas, como mães, as responsáveis pela educação dos filhos. No entanto, Antonieta vai mais longe: ela pensava que um "futuro melhor" seria aquele em que as mulheres tivessem independência.

Thomas Foster, analisando o texto de Júlia Kristeva, "Women's time and housekeeping", em "History, critical theory and women's social practices"; aponta que a primeira geração das feministas buscava a participação no "tempo monumental", ou seja, "buscavam ganhar um lugar no tempo linear visto como o tempo de projeto e história". Quando Antonieta reivindica a educação para as mulheres para que elas se tornem "indivíduos", e, ainda, a própria vivência de Antonieta como deputada, nos permite identificá-la como pertencendo, como classifica Kristeva, à primeira geração feminista que pretende entrar na história, tomando o poder "sem transformá-lo ou questioná-lo de modo adequado" (114). Embora a própria Antonieta não se identifique como tal.

Em alguns textos, Antonieta de Barros definia a função das mulheres no mundo como a de educadoras por excelência:

"(...)

Mulher, à proporção que mais penetra na vida, mais compreendo as responsabilidades que nos cabem na felicidade do mundo.

(...)

É que somos, dentro da vida, as que educamos, como mães e como mestras"⁽¹¹⁷⁾.

Entre Delminda e Antonieta, passara-se mais de uma geração: Delminda nascera em 1855 e Antonieta em 1901. Nos textos da primeira, repetiam-se imagens idealizadas; nos da segunda também; porém, em Antonieta, além do papel normativo de mãe, era idealizado o de mestra.

Em vários textos, Antonieta falava sobre a "missão" da professora, como um destino marcado por Deus.

"(...)

Ides ensinar pequeninos

E os pequeninos são um lindo sonho que vivificaremos pelo nosso zelo, pela nossa dedicação de mulheres cujo destino o Senhor marcou com uma estrela de luz"⁽¹¹⁸⁾.

Em seus textos, Antonieta discorreu sobre várias questões que envolveram as mulheres. Discutiu a participação das mulheres no serviço militar, alertando que este não era função delas"⁽¹¹⁹⁾. Em vários momentos, escreveu contra a guerra, e conclamou as mães a se unirem contra a guerra que as transformava "em simples fornecedoras de carnes para canhões"⁽¹²⁰⁾.

Esse texto conclamando as mães a se unirem contra a guerra representa um grande avanço em relação às imagens veiculadas até então. Nos jornais e principalmente, em

livros escolares da época, a "glória das mães" era ter filhos "heróis de guerra".

No entanto, a vida desta mulher representou muito mais quebra de estereótipos do que seus textos. Além disso, desconhecemos qualquer publicação sua sobre os preconceitos raciais que amiúde circulavam - e circulam - na sociedade de Florianópolis.

É possível que o peso dos discursos normativos fosse grande demais para ser sacudido. O fato de, apesar dos preconceitos sexistas e étnicos, ter sido aceita por esta sociedade, deve ter-lhe custado muita luta e muito cuidado.

O fato de ser aceita não implicava, no entanto, em abertura para as demais mulheres, nem para as outras negras e negros; também não lhes abria a possibilidade de ganhar individualidade e respeito. Antonieta alcançou prestígio, mas somente ela. Seus discursos precisavam ser comedidos, a sua ascensão tinha preço. Ela tinha sido alçada a uma espécie de redoma, de onde os escolhidos olham em volta olímpicamente, sem se misturarem com os que estão do lado de fora. Os avanços precisam ser controlados, pois podem significar a exclusão de tal ambiente.

Num texto sobre o despertar da cidade de Florianópolis, Antonieta fala de operários e operárias como alguém que olha de cima, de sua janela, observando, encantando-se, mas sem se envolver:

"(...)

Do retângulo aberto do meu gabinete, numa dessas manhãs sufocantes (quando nos convencemos de que, de fato, chegar à janela é, de certo modo, sair de casa, sem dela arredar o pé), assistimos em parte à ressurreição da cidade.

(...)

A passos apressados, passa o operariado: homens, com o cigarro ao canto da boca, deixando, no caminho percorrido, uma tênue nuvem de fumaça...

E as mocinhas das fábricas, sobraçando embrulhos, conversando, comentando fatos do serviço, rindo muito⁽¹⁸¹⁾.

O texto prossegue, descrevendo os empregados e empregadas do comércio, o mercado, o açougue, etc... Tudo isso ela olha e descreve, olhando por detrás de sua janela. Não se identifica com qualquer dos personagens, apenas os observa.

Tendo sido "alçada" ao "gabinete", o máximo que lhe era permitido fazer, era, agora, observar. Caso contrário, possivelmente dedos em riste viriam acusá-la, acendendo todos os preconceitos.

Assim como Delminda, Antonieta nunca se casou. A individualidade de ambas foi ganha, também, com o sacrifício de suas sexualidades. Delas, dizia-se que eram "honestas". Não significava, apenas, que ambas pagassem suas contas em dia e/ou cumprissem compromissos, mas, principalmente, que nunca tinham exercido sua sexualidade; como esta só era permitida para as "honestas" dentro do casamento, a elas estava vedada.

Para a história social das mulheres de Florianópolis, Delminda, Antonieta e as redatoras do jornal Pena, Agulha e Colher, são vozes femininas isoladas, no meio de uma imensidão de textos masculinos, estes dizendo como as mulheres deveriam ser, principalmente as da elite. Todas estas escritoras, com exceção de Antonieta, haviam nascido no interior da elite local, sabiam o que se esperava delas, que papéis deveriam desempenhar, que discursos deveriam repetir, para servirem de atestado da classe. Antonieta de Barros, apesar de sua origem humilde, transitou nesta mesma

classe social; por isso, talvez, tenha também, repetido muitos de seus discursos.

Todas essas vozes, as das escritoras e as dos jornais maculinos, tinham um público alvo: era à elite local e, no máximo, à classe média culta, que se dirigiam. Isto implica em relativizar a importância do jornal como fonte histórica. Este veículo descreve imagens e vidas que não abrangem a sociedade como um todo. Fora do público que lê e escreve nos jornais, milhares de outras vidas desempenham outros papéis e reproduzem outras imagens. Uma visão da História Social das mulheres de Desterro/Florianópolis fica seriamente comprometida se ficar restrita aos jornais.

Além disso, os jornais que analisamos eram eminentemente político-paritidários. Eles foram os que, no período, tiveram vida mais prolongada, justamente por estarem subvencionados por um partido político. Isso implica em reconhecer que, mesmo nos jornais, outros fatos, outras imagens femininas, podem ter circulado.

Além disso, como órgão de classe os jornais reproduzem, apenas, o que lhes diz respeito: o público dos jornais é seu próprio tema. As demais pessoas, os acontecimentos que não envolvem o público dos jornais, são geralmente deixados de lado, ou, quando ganham publicidade, vêm em forma desabonadora, como nesta nota do jornal O Dia, e 1901:

"O Exmo. Sr. Dr. Prefeito de Polícia mandou deter ontem a cafetina Maria Domingas, muito conhecida como tal entre nós"⁽¹²²⁾.

Como podemos perceber, a nota sobre Maria Domingas não vem acompanhada dos familiares masculinos; no entanto, esta deveria possuir pai, irmão e filho. Obviamente, tal não se dá porque Maria Domingas não pertence à classe social constituída pelo público leitor deste jornal.

Os jornais do final do século XIX e início do XX analisados, tiveram, nesse período, pouca mudança. Possuíam 4 páginas, no máximo, com exceção de alguns dias em que as notícias, especialmente em épocas de troca de governo, exigiam uma folha suplementar. Seu tamanho variou bem pouco. O Jornal do Comércio, no século XIX, possuía um tamanho inicial de 36 cm por 25 cm e, mais tarde, passou a 42 cm por 27 cm. Dos demais jornais, O Dia era o que possuía tamanho maior, 43 cm por 60 cm⁽¹²³⁾.

Entre eles, em relação às imagens femininas que publicavam, pouca mudança se percebe. Lendo-se estes jornais, obtém-se a ilusão de que as mulheres de Desterro/Florianópolis se restringiram aos papéis normativos. No entanto, o jornal República, em seu retorno em 1918, trouxe uma novidade: uma sensível redução na divulgação de imagens e a publicação, com maior intensidade, de mulheres em notícias, colunas sociais, notas sobre associações culturais e beneficentes.

Quando do retorno do jornal República, em 1918, Hercílio Luz trouxe do Rio de Janeiro o jornalista Oscar Rosas, para ser o diretor do citado periódico⁽¹²⁴⁾. É possível que algumas das mudanças que este jornal apresentou se devessem a este jornalista, mais entrosado com o jornalismo que se praticava nos grandes centros. Convém, no entanto, salientar que, apesar de Oscar Rosas ser o novo diretor do jornal, José Arthur Boiteux, que em 1903 era Diretor-proprietário, retornava em 1918 como redator-responsável. Isto talvez justifique o fato de as inovações, trazidas por Oscar Rosas serem tão limitadas.

Nas páginas do jornal República, embora reduzidas, as imagens femininas divulgadas eram idênticas àquelas do século XIX. Nelas, as mulheres eram retratadas em papéis bastante restritos. Para encontrar mulheres vivendo outros

papéis é preciso recorrer a outros documentos. Nas páginas dos jornais, mulheres com personalidades fortes, ocupando funções e cargos diversos dos normativos, são notícias raras, observadas com curiosidade. Para o público leitor e que escrevia nos jornais a "verdadeira mulher" era aquela que desempenhava restritamente as funções familiares.

Em 1920, o jornalista Crispim Mira, num livro chamado Terra Catarinense, delineou o perfil da mulher, não só de Florianópolis, mas de Santa Catarina, e que devia ser representativa da imagem que a elite local tinha de suas próprias mulheres:

"Na generalidade, a mulher catarinense tem uma expressão casta, de bondade e carinho, que a não deixa confundir-se com nenhuma outra.

Estatura média, rosto oval, faces pálido-rosadas (sic), olhos castanhos ou pretos com longos cílios e olheiras arroxadas.

Sua palavra é sempre afetuosa, e o som que emite, repassado de imensa doçura.

Não há noiva, esposa ou mãe mais dedicada. É tão terna, tão resignada, tão paciente e zelosa que parece ter sido feita para sofrer. Ama ao extremo, num maravilhoso devotamento que faz a ventura do lar catarinense. (...)"⁽¹⁸⁰⁾.

É possível que Crispim Mira tenha composto esta imagem da mulher catarinense através daquelas que eram divulgadas nos jornais. Para encontrar mulheres de "carne e osso", de outras classes sociais, e até mesmo da elite, é preciso consultar relatórios de polícia, ofícios à câmara municipal, processos jurídicos, cartas, diários entrevistas, enfim, outros documentos que não prendam as mulheres a papéis tão restritos.

Os papéis familiares como os únicos próprios para as mulheres, eram referências de distinção apenas para a elite e para a classe média locais. As camadas populares não partilhavam destas referências, embora as mulheres dessas

camadas pudessem sofrer, por parte das autoridades, uma série de repressões que as visavam por serem pobres e mulheres; estas não correspondiam às imagens femininas construídas para a elite, e que determinavam como devia ser uma "verdadeira mulher".

N O T A S

- ‘1’ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, PUC, 1989. p. 17-8. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- ‘2’ Ibidem. p. 46.
- ‘3’ Ibidem. p. 122
- ‘4’ MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina (1889-1900). Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1982. p. 108-9.
- ‘5’ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 283.
- ‘6’ Ibidem. p. 283.
- ‘7’ SCHLICHTING, Aida Melo. Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis 1914-1930: o jornal como fonte histórica. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 592-6. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. MORAES, Laura do Nascimento Rotolo. Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis 1894-1914): o jornal como fonte histórica. Florianópolis: UFSC, 1985. p. 313-9. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- ‘8’ CABRAL. O.R.. Op. cit.. p. 283.
- ‘9’ Jornal O Dia, nº 220, 24/09/1901, p.2. c.4.
- ‘10’ Idem, nº 745, 04/07/1903, p.2. c.3.
- ‘11’ Jornal República, nº 866, 04/09/1921, p.1. c.3 e 4.

- «12» Idem, nº 927, 01/12/1921, p.2. c.3.
- «13» Jornal República, nº 1472, 12/10/1923, p.1. c.2.
- «14» Jornal O Dia, nº 139, 16/06/1901, p.2. c.2.
- «15» Idem, nº 149, 02/07/1901, p.3. c.1.
- «16» Idem, nº 155, 09/07/1901, p.3. c.1.
- «17» Conforme informação concedida pelo Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, em 23/10/1991.
- «18» Jornal O Dia, nº 459, 18/07/1902, p.2. c.1.
- «19» Idem, nº 845, 11/11/1903, p.2. c.5.
- «20» SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 38.
- «21» Jornal O Dia, nº 811, 30/09/1903, p.2. c.4.
- «22» Idem, nº 124, 14/03/1905, p.3. c.1-2.
- «23» DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução por M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 46-7.
- «24» Ibidem. p. 46-7.
- «25» Jornal O Dia, nº 233, 09/10/1901, p.2. c.3.
- «26» Idem nº 264, 19/11/1901, p.1, c. 5.
- «27» Idem nº 811, 30/09/1903, p.2, c. 5.
- «28» Jornal República, nº 113, 10/04/1902, p. 2, c. 5.
- «29» Idem nº 046, 23/01/1903, p.2, c. 1.
- «30» Idem nº 097, 18/06/1903, p.1, c. 2.
- «31» Idem nº 04, 23/11/1902, p.2, c. 1.

- '32' Jornal O Dia, nº 399, 02/05/1902, p.2, c. 4-5.
- '33' Idem nº 917, 05/02/1904, p.2, c. 2.
- '34' Jornal República, nº 1120, 29/07/1922, p.2. c.1.
- '35' Idem, nº 831, 24/07/1921, p. 3, c. 5.
- '36' HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. Tradução por Maria Thereza F. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 25-6.
- '37' Voltaremos a esse jornal no decorrer do capítulo.
- '38' BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O belo-sexo, imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988, p. 187-196. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.
- '39' Jornal do Comércio, nº 137, 14/06/1883, p. 2-3, c. 3-4 e nº 138, 20/06/1883, p. 3, c. 1-3.
- '40' Idem, nº 252, 29/12/1893, p. 1, c. 5.
- '41' Idem, nº 34, 13/02/1881, p. 2-3, c. 4-1.
- '42' Idem, nº 277, 29/11/1884, p. 2, c. 2.
- '43' Idem, nº 252, 28/10/1884, p. 2, c. 1 - Os grifos são do autor do texto.
- '44' Jornal República, nº 748, 17/07/1892, p.1, c. 5.
- '45' Jornal do Comércio, nº 278, 09/02/1894, p.2, c. 1.
- '46' Jornal República, nº 1278, 18/02/1923, p. 1, c. 5.
- '47' Idem, nº 157, 02/06/1890, p. 2, c. 2.
- '48' Idem, nº 165, 12/06/1890, p. 2, c. 2.

- ‘49’ Idem, nº 73, 29/03/1896, p. 2, c. 6.
- ‘50’ Idem, nº 42, 19/11/1918, p. 1, c. 2.
- ‘51’ Idem, nº 633, 23/11/1920, p. 2, c. 3.
- ‘52’ Jornal do Comércio, nº 271, 18/01/1891, p.2, c. 2.
- ‘53’ Idem, nº 291, 24/12/1886, p. 1, c. 3.
- ‘54’ Jornal do Comércio, nº 64, 22/03/1881, p.3, c. 2.
- ‘55’ Idem, nº 250, 19/11/1881, p. 2, c. 3.
- ‘56’ Idem, nº 226, 21/10/1881, p. 2, c. 3.
- ‘57’ Idem, nº 211, 30/09/1881, p. 3, c. 3.
- ‘58’ HAHNER, J.E.. Op. cit.. p. 74-5.
- ‘59’ Ibidem. p. 73.
- ‘60’ Jornal do Comércio, nº 190, 02/08/1882, p.3, c. 4.
- ‘61’ Idem, nº 86, 13/04/1884, p. 1, c. 4.
- ‘62’ Idem, nº 212, 12/09/1884, p. 2, c. 4 e nº 78, 03/04/1884, p. 1, c. 4.
- ‘63’ Idem, nº 75, 07/04/1885, p. 1, c. 4.
- ‘64’ Idem, nº 51, 06/03/1885, p. 2, c. 4.
- ‘65’ Idem, nº 09, 13/01/1885, p. 2, c. 4.
- ‘66’ Idem, nº 241, 28/10/1885, p. 1, c. 2.
- ‘67’ Idem, nº 52, 08/03/1881, p.3, c. 1.
- ‘68’ Idem, nº 225, 22/10/1888, p. 1, c. 4.
- ‘69’ Idem, nº 201, 23/10/1890, p. 1, c. 5.
- ‘70’ Jornal República, nº 664, 23/02/1892, p. 2, c. 4.
- ‘71’ Jornal O Dia, nº 472, 02/08/1902, p.2, c. 5.

- '72' Jornal República, nº 79, 04/01/1919, p. 3, c. 1.
- '73' Idem, nº 172, 30/04/1919, p. 1, c. 4.
- '74' Idem, nº 684, 23/01/1921, p. 4, c. 5.
- '75' Idem, nº 1246, 09/01/1923, p. 2, c. 2.
- '76' Anúncios de lojas de propriedade de mulheres: Jornal do Comércio, nº 35, 15/02/1881, p.2, c. 1; nº 288, 13/12/1884, p. 2, c. 4; nº 78, 03/04/1884, p. 1, c. 2 e nº 10, 21/04/1888, p. 4, c. 2.
- '77' BOITEUX, José Arthur. Anuário Catharinense para 1904. Florianópolis: Moderna, 1904. p. 177-85.
- '78' Ibidem. p. 137 e 147 respectivamente.
- '79' ENTRES, Godofredo (Org.). Guia do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Alberto Entres, 1927.
- '80' Jornal República, nº 147, 27/03/1919, p. 1, c. 1.
- '81' Idem, nº 431, 13/03/1920, p. 2, c. 3.
- '82' Jornal República, nº 205, 11/09/1895, p. 1, c. 6.
- '83' Jornal do Comércio, nº 21, 23/07/1880, p.2, c. 3.
- '84' Idem, nº 42, 23/02/1881, p. 2, c. 2.
- '85' Exemplos. Jornal do Comércio, nº 171, 25/07/1884, p.2, c. 3; Jornal O Dia, nº 493, 27/08/1902, p.2, c. 2; Idem, nº 169, 25/07/1901, p. 2, c. 4.
- '86' Idem, nº 261, 14/11/1901, p. 2, c. 4.
- '87' Jornal República, nº 651, 09/12/1892, p. 1, c. 5.
- '88' Jornal do Comércio, nº 174, 21/09/1888, p.3, c. 1.
- '89' Ver a frequência das notícias sobre violências contra as mulheres no anexo nº 5.

- «90» Jornal República, nº 313, 19/10/1919, p. 3, c. 4.
- «91» Jornal O Dia, nº 11, 13/01/1901, p.2, c. 2.
- «92» HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução por Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 73.
- «93» Jornal República, nº 620, 24/12/1891, p. 2, c. 5.
- «94» Jornal A Gazeta de 02/02/1941, p.2.
- «95» Idem.
- «96» Idem.
- «97» SOUZA, Delminda Silveira de. Cancioneiro. Florianópolis: Typ. da Livraria Central, 1914, p. 9.
- «98» Idem. Lizes e Martyrios. Florianópolis, Typ. Gutemberg, 1908, p. 11.
- «99» Idem. Passos Dolorosos. Kevelaer (Rhenânia). Typ. de Butzon Bercker, 1931, p. 19.
- «100» Idem. Cancioneiro. Op. cit, p. 77.
- «101» Ibidem. p. 56.
- «102» Jornal A Época, nº 42, 18/08/1917, p.2.
- «103» Associação de mulheres, promovida pela Igreja Católica, ligada ao culto mariano. Ver PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: História da vida privada. Tradução por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.v.4, p. 272.
- «104» As associações de tiro ao alvo eram bastante comuns em Santa Catarina e reuniam os homens em competições esportivas e caçadas.
- «105» Idem, nº 2, 27/10/1917.

- «106» Jornal Pena, Agulha e Colher, nº 28, 27/04/1918, p.2.
- «107» Trata-se de texto chamado "Tempos Antigos" do jornal de nº 29 de 11/03/1918, p. 4 e de outro chamado "Superstição" de nº 34, de 15/06/1918.
- «108» Trata-se do texto "Veremos qual das duas tem razão" do nº 13 de 19/01/1918, p. 4.
- «109» Jornal Pena, Agulha e Colher, nº 42, 10/08/1918, p.3.
- «110» Dados biográficos constantes da contracapa da 2ª edição de BARROS, Antonieta. Farrapos de Idéia. Florianópolis: Elegraf Ltda., 1971.
- «111» Informação fornecida em entrevista informal pelo Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, em 23/10/1991.
- «112» BARROS, A.. Op. cit.. (contracapa)
- «113» PIAZZA, Walter F. (Org.). Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 71.
- «114» Ibidem. p. 71.
- «115» Jornal República, 13/03/1932, p. 1.
- «116» FOSTER, Thomas. History, critical theory, and women's social practices: "Women's time and housekeeping". In: Signs Journal of Women in culture and society, 1988. v.14, ano 1.
- «117» BARROS, A.. Op. cit.. p. 227-8.
- «118» Ibidem. p. 231.
- «119» Ibidem. p. 133-5.
- «120» Ibidem. p. 178.
- «121» Ibidem. p. 52.

- <122> Jornal O Dia, nº 87, 14/04/1901, p.2. c.5.
- <123> SCHILICHTING, A.M.. Op. cit.. p. 592-6 e MORAES, L.N.R. Op. cit.. p. 313-7. Também: SILVEIRA, Adélia dos Santos. Catálogo analítico descritivo dos jornais de Desterro, 1850-1894: o jornal como fonte histórica. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 372-3. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- <124> Informação obtida em entrevista informal com o Prof. Iaponan Soares, em 07/01/1992.
- <125> MIRA, Crispim. Terra Catarinense. Florianópolis: Moderna, 1920. p. 13-4.

CAPÍTULO IV

As mulheres na história de Desterro/Florianópolis: sobrevivências, imagens e resistências

A presença de mulheres das camadas populares nas ruas do centro urbano de Desterro/Florianópolis, no final do século XIX e início do XX, improvisando inúmeras formas de sobrevivência, foi mal suportada pela elite local, que pressupunha a restrição das mulheres na esfera íntima familiar como referência principal das famílias distintas.

Através de inúmeras práticas, os representantes do poder público tentaram impedir a livre circulação dessas mulheres, no bojo de uma política que visava retirar das áreas centrais os "inconvenientes", que desabonavam a imagem de cidade "limpa" e "civilizada" que pretendiam construir.

Uma política que visava disciplinar as camadas populares a partir de pressupostos vinculados às relações de produção assalariadas, teve, acerca das mulheres, características específicas. Tal política encontrou entraves na resistência das mulheres e na fraca acumulação que se processou na cidade, apresentando um precário mercado de trabalho formal. Isto resultou em que, apesar dos investimentos do poder público, as mulheres da cidade, por força da própria busca de sobrevivência, mantiveram formas costumeiras de ganho, extrapolando os papéis de esposa e mãe destinados a elas pelas imagens idealizadas que circulavam e pelas quais eram julgadas. A infinidade de atividades que desempenharam, no afã de sobreviverem, concretizou resistências às imagens que eram divulgadas, que tiveram, para as diversas classes sociais, diferentes implicações.

A luta contra preconceitos sexistas exige que se dê historicidade aos papéis sociais femininos⁴¹, tornando-os

visíveis dentro de uma determinada formação histórica. No entanto, a construção de uma história que incluía as mulheres exige do historiador todo um trabalho de garimpagem, buscando, entre ofícios, processos, notas, os retalhos da participação feminina. As fontes escritas com referências às mulheres costumam ser escassas. Muitas vezes, elas aparecem mediadas por papéis normativos.

O relatório da Exposição Provincial de Santa Catarina é um exemplo eloquente de fonte escrita que, parcimoniosamente, esconde os nomes femininos: os poucos que apresenta são mediados por papéis familiares. Em 1866 foi promovida, na cidade de Desterro, a "Exposição Provincial de Santa Catarina". Era a primeira que se fazia na Província. Havia um total de 789 produtos expostos; cada qual trazia o nome do produtor e o do expositor. Entre todos os nomes de produtores, apareciam apenas o de 11 mulheres; porém, destes produtos, 5 eram expostos por homens. Somente 6 mulheres, ao que parece, compareceram aos festejos, para exporem os artigos que produziam⁽²⁾. Alguns artigos, produzidos por mulheres, traziam, na identificação, ao invés do prenome e do sobrenome, o papel familiar da produtora. Elas eram então identificadas como netas, esposas, filhas dos expositores de seus produtos⁽³⁾. Além disso, trabalhos comumente considerados de produção feminina, tais como rendas, crochet, etc., eram expostos por um homem que se auto-identificava como colecionador destes⁽⁴⁾.

Esta exposição foi realizada numa década de grande crescimento econômico em Desterro⁽⁵⁾. Observando-se o catálogo dos artigos da Exposição, poder-se-ia pensar que os homens eram os principais responsáveis por aquela riqueza que se acumulava, e que se expunha orgulhosamente aos olhos dos visitantes. Entretanto, era o trabalho de escravos, agregados, mulheres e crianças, que também estava sendo

exposto. Porém, com as exceções já colocadas, era apresentado pelo proprietário, do sexo masculino e branco.

Foi com documentos assim que se escreveu a história de Desterro e de Santa Catarina. A ausência, em muitos documentos escritos, dos nomes femininos contrasta com a presença dos masculinos, que se podem encontrar na nominata dos cargos administrativos, na razão social das empresas, nas listas de eleitores e na dos candidatos a cargos eletivos, nas nomeações e exonerações, que apareciam nos jornais locais. Porém, um olhar cuidadoso nesta mesma documentação teria encontrado as mulheres. Elas estavam presentes em todas as atividades econômicas, políticas e sociais. No entanto, apareciam de forma marginal ou exercendo papéis normativos. Invisíveis, portanto, por conta dos valores masculinos e burgueses que, a cada dia, se afirmavam e que, em particular na imprensa local, se expressavam.

Foi, com esta documentação, onde os nomes masculinos eram preponderantes - e sem a preocupação de encontrar os das mulheres -, que se escreveu a História de Santa Catarina e, em particular, a de Desterro/Florianópolis.

Nessa historiografia, as mulheres aparecem, em geral, mencionadas como esposa, mãe, filha, às vezes amante⁶. Fica-se conhecendo, assim, Maria Pires Fernandes por ser a esposa do fundador da povoação do Desterro que, em 18 de abril de 1662, teria vindo de São Paulo, acompanhada do marido, filhos e filhas⁷. Das filhas desta, sabe-se, além de seus nomes, que duas delas teriam sido "desonradas" pelos piratas que mataram o fundador, provocando, assim, a decadência do povoado recém-implantado⁸.

Esta é a mais antiga referência que se possui de mulheres na História do Desterro. De seus trabalhos, de suas

funções, nada se conta. Aparecem na história por serem famílias do fundador.

Outra referência antiga é a de Urbana Rodrigues Velha, esposa de um dos "mandões da terra": Manoel Manso de Avelar que, no início do século XVIII, teria se estabelecido em Florianópolis, sendo considerado como um segundo fundador⁽⁹⁾.

Na historiografia sobre Desterro, a obra de Oswaldo Rodrigues Cabral é a que mais se refere às mulheres; embora elas apareçam, frequentemente, em seus papéis normativos, é possível entrever, aqui e ali, referências a papéis sociais improvisados, distantes das normas. O autor da obra se propõe a descrever uma história "autêntica, sincera e pitoresca". Uma "história banal, corriqueira, sem importância, que nem devia ser contada..."⁽¹⁰⁾. No entanto, é nesta "história banal" que as mulheres são mais citadas.

Desempenhando papéis normativos, há uma referência a Dona Mariazinha, "mulata do governador" D. Luiz Maurício da Silveira, que passeava de carruagem, vestida de vermelho, pelas ruas de Desterro, em 1817⁽¹¹⁾; a Dona Maria da Glória, filha do Presidente da Província, Bandeira de Gouveia, que em 1871 casou-se com o Dr. José Mario do Vale Júnior⁽¹²⁾; a Dona Caetana, esposa do governador Francisco de Souza Menezes (1765-1775) que, "amante da música, atraía cantadores e executantes à sua casa, para ouvi-los, gostando principalmente das modinhas populares, doces e ingênuas, importadas dos Açores e mesmo do reino"⁽¹³⁾. É ainda como esposa que é citada Dona Marcelina Clara de Melo Carvalho, viúva do Tenente da Marinha Imperial na guerra do Paraguai, morto em 1865, Álvaro Augusto de Carvalho, considerado como herói: conserva seu nome em teatro da cidade. E Dona Marcelina? Sabe-se que ficou com quatro filhos menores, na maior pobreza⁽¹⁴⁾.

Nem sempre, ao citar as mulheres, Oswaldo Rodrigues Cabral consegue esclarecer os seus nomes, possivelmente limitado pelas próprias fontes que, em geral, omitem os nomes das mulheres. É o caso da descrição de um naufrágio da barca "Garça", ocorrido em 1862, no qual "pereceram a esposa do Capitão Antônio Inácio de Oliveira e uma filha de 16 anos; a esposa de José Joaquim Brandão e uma filhinha de 6 anos; (...)"¹⁵.

Entre os relatos sobre naufrágios, destaca-se uma mulher que, embora fosse "filha", não teve um comportamento usualmente esperado das mulheres. Trata-se de Amália Bainha, filha do Capitão do navio "Proteção", Alexandre José de Souza Bainha. No naufrágio desse navio, em 18 de julho de 1878, próximo a Laguna, Amália e o pai socorreram todos os tripulantes e passageiros, abandonando o navio no último bote¹⁶.

Encontram-se, na obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, algumas mulheres em papéis bastante diferentes dos normativos: são os casos das célebres bêbadas da cidade. Trata-se de Micaela e Carlota. Ambas frequentadoras, em épocas diferentes, dos registros da polícia:

"A Micaela era amiga da branquinha e, quando se excedia, entrava na fase do leão, ficava braba e proferia cada nome cabeludo que daria para assustar o Sindicato dos Barbeiros"¹⁷.

De acordo com Oswaldo Rodrigues Cabral, em 1879 Micaela talvez já não existisse, mas era substituída por Carlota Papagaio, "que tomava cada porre de arromba e desovava um palavreado capaz de fechar de vergonha o Sindicato dos Estivadores e as confrarias do Cais do Porto"¹⁸.

Ainda em papéis não normativos, aparecem as mulheres mandadas para a Ilha de Santa Catarina como desterradas: em

1782, uma tal Maria Bernarda veio para cá exilada "porque ainda que casada não faz vida com seu marido". Maria Candelária, amásia de um soldado enviado para Angola, veio para cá por furto. Francisca, preta forra, "por desordens e se conduzir em uma vida irregular"; Rita Maria, por ser "apanhada com um desertor"; Maria Ribeiro, "por justos motivos"; Francisca Xavier, "por ser amiga de Maria Candelária"⁽¹⁹⁾.

Oswaldo Rodrigues Cabral, também, cita algumas proprietárias, entre elas Dona Ana Maria da Cunha, que, em 1783, alugou uma casa para abrigar tropas recém chegadas à cidade⁽²⁰⁾ e, ainda, Dona Francisca de Paula Barreto da Fontoura, que vendeu sua casa, em 1838, para nela ser instalada a Tesouraria Geral da Província de Santa Catarina⁽²¹⁾.

Falando de sociedades dramáticas particulares, que se estabeleceram em Destero na segunda metade do século XIX, Oswaldo Rodrigues Cabral nos informa que muitas dessas sociedades "não contavam com elementos femininos no seu "cast", para representar os papéis destinados a elas. Não era próprio para moças e senhoras de famílias; os pais e os maridos não consentiam que as filhas e esposas se fizessem de "cômicas", com requebros, declarações de amor e outros parangolés pelo estilo... (...). Não havia outro recurso - os marmanjos tinham de se vestir de mulher, escanhoar a cara e falar "daquele jeito", (...)"⁽²²⁾. Entretanto, ao relacionar os artistas desses grupos amadores, cita várias mulheres: em 1863, Dona Bernardina Uliano Pinheiro de Moraes⁽²³⁾; em 1874, Dona Tereza Maria Alcântara⁽²⁴⁾; em 1880, a Sra. Carolina Ribas⁽²⁵⁾. E algumas aparecem com os maridos. São os casos de, em 1871, Dona Virgínia Cândida Coutinho, esposa de José de Araújo Coutinho, e Dona Minelvina Gonçalves, esposa de Francisco Assis Gonçalves⁽²⁶⁾. Todos esses nomes de atrizes amadoras,

citados pelo autor, parecem contradizer sua afirmação sobre a inexistência delas.

Embora Oswaldo Rodrigues Cabral seja o historiador que, sobre Desterro, apresenta maior número de informações sobre as mulheres, seus textos não fogem ao sexismo que impregnava a historiografia local da época. Num texto em que discorria sobre os animais da cidade, afirmava que os animais de montaria eram a segunda conquista masculina e as mulheres a primeira:

"Eram todos eles amarrados pelas rédeas a essas argolas e, enquanto os donos do animal conversavam, barganhavam ou examinavam, atendendo à conversa do dono da casa, muito natural e displicentemente iam os animais bosteando, o melhor que podiam, no meio da rua, enchendo-a de cheiro quente e característica que atraía as galinhas de todo o quarteirão. Nada de ruim... Afinal, a mais importante conquista do homem, depois da mulher, nunca foi capaz de exercer a contento certos controles..."⁽²⁷⁾.

Em outro texto, explicita melhor sua misoginia:

"As mulheres, por incrível que possa parecer, eram as mais duras de coração, as patroas mais impiedosas no trato dos escravos, principalmente quando cuidavam de punir as cativas, as servidoras do seu próprio sexo. Foi aqui regra geral. Os homens eram mais brandos, tinham sempre mais pena do que as mulheres"⁽²⁸⁾.

Torna-se importante esclarecer que esta afirmação de crueldade local das mulheres é seguida de três exemplos de crueldade feminina, e de várias atitudes cruéis de homens para com seus escravos. Dessa forma, a sua afirmação fica no texto sem qualquer reforço de comprovação empírica.

É possível que a imagem que Oswaldo Rodrigues Cabral tinha das mulheres correspondesse ao estereótipo de "fragilidade" e "bondade natural". Ao deparar-se com uma documentação que mostrava atos cruéis cometidos por essas "frágeis" criaturas, tendia a exagerar, generalizando,

fazendo afirmações tão estereotipadas como aquelas que despontavam em suas imagens de mulher.

Apesar de tudo, é na obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, preocupada com a tal "história corriqueira", que mais se encontram referências sobre mulheres. Na História tradicional sobre Desterro, os pesquisadores estavam mais preocupados com a história "séria e cheia de importância": não incluíam nela as mulheres.

No entanto, embora "invisíveis" para a historiografia tradicional, as mulheres de Desterro/Florianópolis, que eram maioria na população em 1900, estiveram presentes na urbanização de Desterro. Contribuíram, com seu trabalho cotidiano, para o enriquecimento da elite e desempenharam inúmeras funções, necessárias à urbanização que se processava⁽²⁹⁾. Improvisaram formas para sobreviver e manter a família. Enfrentaram preconceitos e inúmeras medidas de repressão por parte das autoridades do poder público, que as via como indesejáveis nas ruas do centro.

Na cultura das camadas populares, circulavam imagens femininas que chocavam-se, muitas vezes, com aquelas que os representantes da elite e do poder público local possuíam, e que tentavam divulgar, através da escola, para essas camadas. O desacordo entre tais visões do mundo, representou, para as mulheres, repressões várias, que iam desde a delimitação de seus espaços até a prisão delas e de seus filhos.

A manutenção de estruturas de produção familiar, e de visões de mundo onde as mulheres exerciam papéis de provedoras da existência, assegurou uma forma de resistência, impedindo a divisão rígida de papéis e de esferas entre homens e mulheres. Para isto, também contribuiu a reduzida acumulação de capitais que se processou nesta cidade.

O crescimento da troca de mercadorias, responsável pela delimitação da família perante a esfera da reprodução social, ao romper os limites da economia doméstica³⁰, provocou, no ocidente capitalista, uma nova divisão dos papéis sexuais, e a redução das mulheres aos papéis familiares. Porém, em Desterro/Florianópolis, esse processo atingiu de forma muito limitada uma pequena elite, que encontrou em tal divisão de esferas a forma de demonstrar distinção em relação ao restante da população.

A mercantilização das relações sociais, advinda com a expansão do mercado capitalista, criou cargos e funções que foram destinados exclusivamente aos homens. A complexidade adquirida pelas transações capitalistas criou especialidades, das quais as mulheres foram excluídas. No entanto, em Desterro/Florianópolis, embora a formação de uma esfera pública burguesa garantisse a divulgação de uma ideologia importada dos grandes centros, a fragilidade da acumulação que aí se processou manteve, na maioria da população, não só as relações domésticas de produção³¹, como também, a fluidez nos limites dos setores público e privado, bem como, entre os papéis sexuais.

Assim, embora pudesse ser importante como definição de classe e prestígio familiar a restrição das mulheres aos papéis familiares, tal processo atingiu uma camada muito reduzida da elite local. As demais mulheres, apesar de todas as divulgações de imagens idealizadas, continuaram desempenhando inúmeras funções - muitas delas garantidoras da sobrevivência do grupo familiar - além daquelas tradicionais de esposa, mãe, filha etc...

Imagens idealizadas, como aquelas que os jornais divulgavam, embora compusessem o cotidiano das mulheres e homens de Desterro, na qualidade de modelos a serem seguidos, não encontraram, necessariamente, nem

correspondência, nem ressonância na experiência concreta da execução de papéis no dia-a-dia.

Inúmeros trabalhos têm demonstrado a diversidade entre normas culturais e papéis sociais exercidos concretamente. Michelle Zimbalist Rosaldo, fazendo uma revisão dos vários trabalhos antropológicos, demonstra que as mulheres, nas várias sociedades analisadas, "carecem de poder reconhecido e valorizado culturalmente", e que "os valores de prestígio estão sempre ligados às atividades dos homens". No entanto, ela reconhece que, na relação entre os sexos, a distinção "entre poder e autoridade legitimada culturalmente" tem que ser levada em conta. Isto porque, em muitas sociedades, as mulheres, apesar da autoridade masculina legitimada, possuem "importante influência não formalizada e poder" (32).

Em Desterro, os papéis prescritos, as imagens idealizadas, que, principalmente através dos jornais, eram veiculados, encontravam resistência nas formas costumeiras de sobrevivência das camadas populares; e, até mesmo entre as classes médias e a elite, muitas dessas imagens não eram seguidas.

As mulheres, como já vimos, eram retratadas nos papéis de esposas, mães e donas-de-casa. Tais funções eram consideradas ideais, sendo a casa o espaço privilegiado da mulher. Um trabalho remunerado fora de casa, embora pudesse ser aceito como complementação de rendimento familiar, era encarado como exceção, e temporário, visto que o marido ideal era aquele cujos rendimentos poderiam manter a família sem a ajuda "complementar" feminina.

Enquanto nas camadas populares o trabalho feminino fora de casa podia ser aceito, nas classes médias, com aspirações de ascensão social, a "ociosidade" feminina era forma de ostentar distinção.

Todas estas prescrições não impediram as mulheres de desempenhar, fora do lar, inúmeras ocupações; algumas delas, até, eram costumeiramente ocupadas por homens.

Algumas ocupações femininas em Desterro, já eram tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres: era o caso da produção de tecidos. Os teares, por exemplo pertenciam à tradição açoriana e eram trabalhos eminentemente femininos. As primeiras referências à produção de tecidos datam do século XVIII. A produção era destinada à confecção de roupas da família, e parecia ser comum entre os primeiros moradores a existência de teares nas casas³³.

Em 1874, ainda era possível encontrar referências aos teares; consta que, da Freguesia da Lagoa, saíram para o Rio de Janeiro, como presentes, panos de tecidos, toalhas, guardanapos, sendo muito apreciados³⁴. Dona Francisca - hoje com 93 anos - ainda lembra possuir tear em casa. As mulheres da casa plantavam o algodão, colhiam, preparavam, fiavam e teciam³⁵.

Além dos teares para os tecidos, havia a renda-de-bilro e o crivo, atividades que foram inúmeras vezes descritas por memorialistas, e, até o momento, fazem parte da produção feminina na Ilha. Estes compunham recursos improvisados de subsistência. São ainda utilizados, e fazem parte da memória das mulheres da Ilha.

Dona Inácia, Dona Nilza, Dona Maria, em entrevistas recentes, lembravam que faziam renda, principalmente à noite, à luz de candeeiro, depois dos inúmeros afazeres. Vinham, em geral em grupos, para a cidade, vender as rendas que produziam. Com o dinheiro, traziam o que lhes faltava, aquilo que não encontravam nas redondezas³⁶.

Uma outra atividade, que contou com o trabalho feminino, foi a da fabricação de farinha de mandioca. Já se

mencionou, neste trabalho, a progressiva especialização, neste cultivo, que foi adotado na Ilha, e que, até os dias atuais, constitui-se numa atividade popular do interior da Ilha.

A produção da farinha de mandioca contava com o trabalho das mulheres em todas as suas fases. Desde o plantio até a colheita e fabricação. Dona Francisca, em entrevista, contou que deixava os filhos em casa e ia "para esse morro aqui colher mandioca para fazer farinha (...)". Levava, quase sempre, o filho mais velho. Os demais ficavam sozinhos⁽³⁷⁾. Dona Maria contou que raspava mandioca para fazer farinha. Fazia também beiju e rosca de polvilho⁽³⁸⁾.

Virgílio Várzea, memorialista da Ilha, referindo-se à raspadura da mandioca, testemunhou a presença feminina, nessa atividade, no final do século XIX.

"A mãe de família e as filhas, com as moças da vizinhança - que sempre aparecem para ajudá-las na labuta - imediatamente tomam lugar em volta do monte de mandioca, agachando-se sobre amplas esteiras ou sentando-se em baixos cepos de madeira. Assim postadas, e cada uma com uma faca ou coto de faca (muito usado nos sítios), começa a raspadura que é feita com rapidez e destreza por essas mãos femininas e mimosas, avultando, dentro em horas, ao lado do montão negro cheirando a terra revolvida a fresco, um outro de raízes brancas, que o sovador vai levando, aos balaies, para o cocho da escorredura e para a raladeira"⁽³⁹⁾.

Dona Maria, aos 83 anos, dá sua própria versão da raspadura da mandioca:

"(...) era aquela montoeira, a mandioca ali no meio, cada um à sua roda, né? Então uma jogava o capote na outra. Raspava a metade da mandioca, né, e a outra metade ficava pra outra, tinha que dar conta. A gente raspava bastante, trabalhava bastante"⁽⁴⁰⁾.

Das palavras de Dona Maria, pode-se deduzir até uma certa divisão do trabalho da raspadura da mandioca, envolvida numa brincadeira que se chamava "capote". Na

versão romântica de Virgílio Várzea, o trabalho feminino parecia lazer e nunca trabalho cansativo.

"Todo o trabalho da raspadura é feito alegremente, e sob a maior expansão, numa parolagem contínua, entre ditos graciosos e frescas, sonoras risadas"⁽⁴¹⁾.

A produção de farinha e a pesca eram as principais atividades das camadas que habitavam o interior da Ilha de Santa Catarina. A participação das mulheres nessas atividades foi intensa, e representou, muitas vezes, a garantia de sobrevivência da família. O recrutamento militar tirava da agricultura de 5% a 10% dos homens⁽⁴²⁾, deixando os encargos da sobrevivência familiar nas mãos das mulheres. Na memória das mulheres da Ilha, o trabalho agrícola era contado como um dos principais recursos de sobrevivência.

Dona Nilza, Dona Maria, Dona Francisca, contavam que trabalhavam na colheita do café⁽⁴³⁾. Dona Geni, cujo marido era pescador e vivia a maior parte do tempo ausente do lar, era quem praticamente sustentava a família. De acordo com ela: "aqui, o que valia era a mulher. Se esperasse pelo marido, vou dizer..."⁽⁴⁴⁾.

A atividade pesqueira mantinha, também, os homens distantes das famílias por longos períodos. A sobrevivência diária era dada pelos trabalhos femininos. Os trabalhos eram inúmeros, no afã de garantir o sustento familiar. Dona Inácia conta que, além de trabalhar na raspagem da mandioca, tirava lenha para vender, arranjava peixes, que sobravam dos barcos, na praia; fazia renda e "lavava roupa pra fora"⁽⁴⁵⁾.

Na Ilha de Santa Catarina, a pesca era uma atividade masculina, diferente daquela de Moçambique, onde predominam as mulheres⁽⁴⁶⁾. Entretanto, na limpeza e na secagem do peixe, as mulheres se destacavam.

A descrição feita por Virgílio Várzea nos dá uma idéia deste trabalho:

"Postadas a dona de casa e as moças - filhas e estranhas - em volta ao montão, conforme se viu acima, a faina principia, pegando cada qual um peixe, que é aberto pelas costas e lanhado em sentido longitudinal desde a altura da cabeça até a cauda. Depois de convenientemente extraídas a guelra, as ovas e a banha como lá se chama a uma pasta gelatinosa que a tainha tem no ventre agarrada á espinha, e a qual derretida dá um azeite espesso e escuro, muito utilizado para luz, nesses sítios. Desdobrada, assim, a tainha em numerosos lanhos são estes cobertos por uma mancheia de sal, que é espalhada em toda a superfície das duas bandas. O peixe conserva a escama, e recebido este preparo se o depõe aberto como fica em grandes balaio de taquara. Todo o serviço se faz com certa rapidez e destreza, sendo que, em duas ou três horas, um grupo de dez ou quinze pessoas pode escalar de setecentas a mil tainhas. As ovas recolhem-se num balaio e à parte, depois de terem levado também uma camada de sal. Durante o trabalho, servem-se todos de três gamelas oblongas e de variados tamanhos - uma contendo água, que é renovada de vez em quando, para a lavagem do peixe; outra que recebe as tripas e guelras; e outra, onde está depositado o sal. Os filhos e agregados dos donos de redes, se os possuem, ao chegarem da labuta do mar, atiram-se também ao trabalho de lanhar e salgar, auxiliando as mulheres"⁽⁴⁷⁾.

Farinha de mandioca e peixe eram, e continuam sendo, o alimento básico nas casas dos pescadores e, como se viu, atividades que contam com uma importante participação feminina. No mercado, estes artigos tinham pouca valorização. Quando o preço da farinha subia, quem enriquecia eram os açambarcadores. Nessas ocasiões, na área urbana, as camadas populares passavam fome.

Além disso, os embargos da coroa, que proporcionavam enriquecimento aos açambarcadores ligados ao poder público, representavam prejuízos para os pequenos proprietários.

Por outro lado, a repartição dos pequenos lotes, diante do aumento do número de filhos, deve ter provocado um êxodo para a área urbana, como foi constatado por presidentes da Província no início do século XIX⁽⁴⁸⁾. Tais pessoas engajaram-se nos vários serviços que a urbanização

exigia. Com o desenvolvimento do porto, muitos passaram a trabalhar em suas várias funções. Assim, em 1859, para uma população de 11.000 habitantes de Desterro, trabalhavam no porto 1.774 pessoas, ocupando cargos que iam desde o serviço dentro dos navios, como marítimos, até o conserto de embarcações e trabalhos com as mercadorias⁽⁴⁹⁾. Estes trabalhadores eram do sexo masculino, e sabe-se deles através de registros na Capitania dos Portos; entretanto, é possível que, além destes, todo um exército de vendedoras, prostitutas, lavadeiras, e pessoal envolvido com contrabando, vivesse em função do porto. As dificuldades para entrada, no porto, de navios de grande calado, promoviam a exigência de todo um trabalho de, em pequenos barcos, levar e trazer os produtos. Este trabalho, além de exigir pessoal numeroso, proporcionava o contrabando, que, pelo visto, foi intenso no Desterro. Os presidentes da Província, em seus relatórios, e os comerciantes, pelos jornais, eram unânimes nas queixas e denúncias a respeito da ineficiência da fiscalização⁽⁵⁰⁾.

Na área urbana, as mulheres, no início do século XIX, buscavam formas improvisadas para sobreviver. Muitas vezes, era do exercício de suas costumeiras funções no lar que retiravam o rendimento necessário, o qual era, muitas vezes, reduzidíssimo. Um exemplo é o rendimento que auferiam em seu trabalho de ama das crianças expostas.

Com a criação, em Desterro, da Casa dos Expostos, criou-se, "efetivamente, a profissão de ama dos expostos, que proporcionava às mulheres, além das mensalidades, uma ajuda em roupa para as crianças"⁽⁵¹⁾. Em 1828, a mensalidade foi estipulada em dois mil e quatrocentos réis. Entretanto, tal quantia nem sempre era paga; muitas vezes vinha com atraso, em vista dos reduzidos recursos de que a entidade encarregada dispunha⁽⁵²⁾.

Em ofícios à Câmara Municipal, as amas reclamavam seus pagamentos em atraso: Maria de Jesus do Nascimento, crioula, forra, pedia, em 1834, que a Câmara pagasse pela criação do exposto Luiz, que faleceu, mas que ela criou desde 1815 a 1822, tendo recebido o auxílio somente por dois anos. Reclama, por isso, que a Câmara lhe deve por quatro anos. Argumentava que era pobre, e que necessitava desse pagamento⁵³. Em 1854, Feliciano Rosa de Jesus também pedia que lhe pagassem por criar a exposta Maria⁵⁴.

A década de 50 do século XIX foi apontada, pela historiografia catarinense, conforme já nos referimos no primeiro capítulo, como marco importante na formação da riqueza de Desterro. Naquela década, a economia catarinense, em geral, e a de Desterro em particular, passou a fazer parte, de forma subsidiária, do mercado agro-exportador do país. Sua inserção se deu através do fornecimento de produtos alimentícios às áreas do país voltadas para a exportação. A riqueza que se acumulou a partir de então, criou, na área urbana, oportunidade para o desempenho de inúmeras atividades, muitas das quais exercidas por mulheres.

Nos ofícios à Câmara Municipal, é possível encontrar inúmeras mulheres tentando prover a subsistência com seu trabalho e, muitas vezes, com a ajuda de escravos. Em 1850, Angélica Maria da Conceição pedia, em ofício à Câmara, para ser liberada da licença que deveria pagar para uma "preta vender doce pelas ruas desta cidade, para poder tirar o pão para si e seus inocentes filhinhos". Informava, ainda, Angélica, que vivia na miséria, e que seu marido Manoel Francisco da Silva estava "ausente"⁵⁵.

Ainda em 1850, Ana Joaquina de Campos pagava licença para a "preta Felipa" vender "gêneros comestíveis e alimentares"⁵⁶. Maria Rita Conceição pagava licença para a

escrava Maria Calahá fazer o mesmo⁵⁷. Anna Pereira da Costa pagava licença para ela própria "pombiar", ou seja, vender "gêneros comestíveis e não comestíveis pelas ruas e subúrbios" da cidade⁵⁸. Em 1851, Maria Antonieta Michant pagava licença para vender fazendas e objetos de moda fabricados por ela⁵⁹.

Ainda em 1850, de acordo com Pedro Ferreira da Silva, em suas Reminiscências, na praça de Desterro, "perto da praia, mulheres de cor preta frígiam peixe, cozinhavam mocotó e faziam comida para vender"⁶⁰.

Algumas atividades que contaram com o trabalho das mulheres vieram a desaparecer no decorrer do século XIX; uma dessas atividades foi o preparo do óleo de baleia. Na Armação da Lagoinha havia uma dessas indústrias, fundada em 1772⁶¹. Muitas mulheres escravas participaram da atividade, principalmente no fabrico do azeite e em outros derivados da baleia. A historiografia informa a existência de "escravos de ambos os sexos" nesse trabalho, sem especificar possíveis divisões por sexo nas armações⁶².

Embora, em Desterro/Florianópolis, não tenha se formado um parque industrial capaz de absorver os contingentes populacionais que se urbanizavam no decorrer do século XIX, muitas atividades artesanais tornaram-se pequenas indústrias, e contaram com mão-de-obra feminina. Algumas dessas empresas desapareceram no decorrer do século.

Em 1829, havia na Ilha fábricas de fogos de artifício, que, por volta de 1870, também já não mais existiam⁶³. Caieiras eram comuns; muitas delas já estavam registradas em 1831⁶⁴. Quanto a moinhos de vento para beneficiamento do arroz, havia, em 1854, o de propriedade de Fernando Hackradt e o de Carlos Ebel. Em 1876, o moinho de arroz já era movido a vapor⁶⁵. As olarias foram numerosas, existindo, até mesmo, uma rua que se chamava "Das

Olarias" (66). Fábricas de gasosas existiam já em 1863, e a de cerveja em 1872 (67). Refinarias de açúcar, havia algumas em 1860; já as manufaturas de cigarro e charuto, foram inúmeras. A exposição de 1866 registrou vários fabricantes, entre eles a Viúva Azevedo e Cia. que, em 1877, "possuía uma máquina especial de cortar fumo" (68). Curtumes foi outra atividade que desapareceu no decorrer do século XIX. Em 1870, havia um, que, por imposição das autoridades municipais, havia sido removido do Campo do Manejo (69). Ainda em 1875, inaugurava-se uma fábrica de sabão e velas (70).

Todas essas atividades: confecção de fogos de artifícios, caieiras, beneficiamento de arroz, trabalho em olarias, fábricas de refrigerantes, refinarias de açúcar, fábricas de fumo, curtumes, fabrico de sabão e velas, devem ter contado com o trabalho feminino. A historiografia local, entretanto, não as cita, não dá o sexo dos trabalhadores; aliás, muitas vezes nem cita os trabalhadores, mas somente a propriedade e o proprietário.

Muitas das empresas citadas, como se pode ver, tenderam ao desaparecimento, ou mantiveram-se pequenas, não chegando a constituir-se em um parque industrial capaz de proporcionar uma acumulação de grande monta e proporcionar empregos para a população pobre, que dia a dia se concentrava na cidade.

Na área urbana, as mulheres inventavam inúmeras ocupações que pudessem fornecer algum rendimento. Algumas dessas ocupações foram citadas por Oswaldo Rodrigues Cabral. Assim, Francisca, liberta, com 18 anos, em 1866 era empregada do Hotel dos Paquetes (71); Dona Henriqueta Molina, vinda do Rio Grande, em 1861 ensinava música, piano e canto, na rua do Vinagre, nº 2 (72); Uma senhora, em 1864, se

oferecia, na rua Bela do Senado, para vestir anjos para a procissão de Sexta-Feira da Paixão⁷³.

Através dos anúncios dos jornais, também é possível acompanhar algumas das inúmeras atividades nas quais as mulheres das camadas populares de Desterro estiveram envolvidas. Em 1880, por exemplo, elas se ofereciam como criadas⁷⁴, em 1884, encontravam-se anúncios de parteiras⁷⁵.

O ofício de parteira parece ter sido, na área urbana, uma forma de numerosas mulheres conseguirem alguns trocados. Os relatórios de salubridade denunciavam que "qualquer preta velha, sem meios de ganhar a vida, improvisava-se de parteira (...)"⁷⁶. No entanto, boa parte desta afirmação ficava por conta do preconceito racial e sexista pois, pelo recenseamento de 1872, somente 5 mulheres apresentavam-se com tal profissão em Desterro⁷⁷.

Por esse recenseamento, é possível, ainda, constatar a existência de 15 artistas, todas solteiras⁷⁸. Estas deviam ser as "floristas" de que fala Virgílio Várzea, em seu texto Santa Catarina - A Ilha:

"A indústria, porém, mais interessante, curiosa e estética de Florianópolis, e talvez a menos rendosa pela sua estreiteza, é a das flores artificiais, que têm uma grande procura por parte dos estrangeiros e passageiros dos vapores, que ali tocam nas suas constantes viagens entre a Capital Federal e os portos do Sul da República, até o Rio da Prata"⁷⁹.

Ele nos conta que esses trabalhos eram feitos por moças que usavam, na sua confecção, "penas de pato, pele de ovo, palha comum de gigo, escamas de toda a ordem, canutilho e pequenas conchas ou búzios. Informa, ainda, que as senhoras Silveiras tornaram-se famosas com estes trabalhos⁸⁰.

Ainda pelo recenseamento de 1872, de um total de 25.649 pessoas, 71 mulheres eram colocadas na categoria de capitalistas. É possível que se tratassem de mulheres que viviam autonomamente de seus próprios negócios. Percebe-se, ainda, que 21 delas eram envolvidas com o comércio e com manufaturas. Um total de 822 eram costureiras. Como operárias em tecidos e em tinturaria, aparecem 333 delas. As lavradoras: 420. Criadas e jornaleiras: 192. Nos serviços domésticos aparecem 6.226 mulheres. Sem profissão, 4.964⁽⁸¹⁾.

Boa parte dessas mulheres vivia no limite da sobrevivência, muitas delas como chefes de família: mães solteiras, viúvas ou de maridos "ausentes", buscavam inúmeras formas de subsistência. Algumas mulheres constavam, em 1882, da lista de pessoas que, como chefes de família, haviam se apossado de terrenos nos campos, em Canasvieiras, localizada ao norte da Ilha de Santa Catarina.

Entre os 53 "apossadores", havia 11 mulheres chefes-de-família. No entanto, olhando-se a relação, quantitativamente, percebe-se como, comparativamente aos homens chefes-de-família, essas mulheres eram mais pobres. Assim, enquanto, entre as posseiras, Maria Angélica de Jesus, Laurinda Seberino de Souza, Jesuina Pereira de Paiva, Gufrosina Maria da Rosa possuíam, cada uma delas, uma casa e um cercado, Francisco Rodrigo do Nascimento tinha uma casa, um cercado e um engenho de fabricar farinha. João Vicente Souza tinha uma casa, um cercado para mais de duzentas braças de fundo e um engenho de fabricar farinha. Manoel Justo possuía uma casa e dois cercados, sendo um deles com plantação⁽⁸²⁾.

Virgínia Woolf, em Um teto todo seu, afirma que "as mulheres sempre foram pobres, não apenas nos últimos duzentos anos, mas desde o começo dos tempos"⁽⁸³⁾. Talvez

seja demasiado afirmar a existência dessa pobreza feminina "desde o começo dos tempos", porém, o que Woolf afirma é possível constatar em Desterro. A maior parte das empresas, das terras, da riqueza, era de propriedade masculina, e até mesmo na hora de se apossar de terras devolutas, os homens detinham maior parcela. Andrée Michel, com dados da ONU, informa que, embora as mulheres, neste final do século XX, sejam responsáveis por 66% da totalidade das horas de trabalho, remuneradas ou não, recebem apenas 10% da totalidade da renda mundial, e possuem menos de 1% das propriedades^{'84'}.

Esta diferença sexual na acumulação de riquezas serve para reforçar a hierarquia dos sexos, e sancionar remunerações diferenciadas que reproduziam tal hierarquia. Em Desterro, em 1882, as poucas mulheres empregadas no serviço público recebiam menos que os homens.

Em 1882, Maria Amália e Maria Marcelina eram enfermeiras no Hospital de Caridade de Desterro. Foram contratadas, respectivamente, por 4.000 e 2.500 réis por dia, para trabalharem na Vila de São Miguel^{'85'}. Para a enfermaria da mesma vila, foi contratada como servente e para a lavagem de roupas, Benvinda Maria da Conceição, também em 1882, por 2.000 réis por dia^{'86'}; Maria Angélica, como cozinheira, por 3.000 réis^{'87'}.

Na mesma ocasião, um homem foi contratado para servente na enfermaria de São Miguel, e, ao invés de receber 2.000 réis por dia, como Benvinda, foi contratado por 4.000 réis^{'88'}. Como podemos perceber, os salários femininos eram inferiores aos masculinos. Para obtermos uma idéia do quanto se podia comprar com estes rendimentos, os dados de dois anos depois, ou seja, de 1884, nos informam que as refeições dos praças do exército custavam, cada uma, 630 réis^{'89'}. E,

em 1887, um par de sapatos fornecido à Escola de Aprendizes-Marinheiros custava 4.500 réis¹⁰⁰.

Estes eram, no século XIX, os poucos trabalhos formais nos quais as mulheres das camadas populares encontravam remuneração mais ou menos condigna, embora os salários fossem inferiores aos masculinos.

No último quartel do século XIX, como já nos referimos no primeiro capítulo, a riqueza que havia sido acumulada, oriunda do comércio e do transporte de mercadorias, passou a ser ostentada. Eram as casas de sobrado que passaram a se tornar mais frequentes, e uma nova configuração do espaço urbano que se realizava. Para a elite que se aburguesava, a frequência, nas ruas, de trabalhadores avulsos - homens e mulheres pobres que circulavam pelo espaço urbano -, passou a tornar-se cada vez mais indesejável.

Configura-se, a partir da década de 70 do século XIX, uma preocupação com a "limpeza das ruas" de mendigos, prostitutas e desocupados. Os ofícios de polícia e as posturas municipais da época dão conta de toda uma tentativa de expulsar das ruas e das áreas centrais da cidade os "indesejáveis". Procuravam delimitar espaços para a circulação das famílias distintas, separados daqueles frequentados pela pobreza urbana local, que costumava habitar locais determinados.

Próximo aos trapiches, por exemplo, havia o bairro da Figueira, onde se localizava a área de prostituição e espaço frequentado por marinheiros; objeto de inspeção por parte dos sanitaristas, esse logradouro aparece com frequência nos registros da polícia.

Mas não era somente no bairro da Figueira que se localizavam as prostitutas. Próximo ao Rio do Bulha, ficavam

as casas do Beco-Sujo. Era local da população pobre, habitado por soldados, prostitutas e lavadeiras, que faziam do rio seu local de trabalho. Aliás, nos inúmeros cursos d'água da cidade, reuniam-se as lavadeiras:

"Por todo o trajeto dos riachos e cursos apontados, agrupavam-se as lavadeiras, às primeiras horas da manhã, chalreando, batendo a roupa nas pedras e cantando, enquanto esfregavam entre os dedos as peças espumantes de sabão. Para que as águas não fugissem, correntosas, com pressa além do razoável, provocavam as lavadeiras, à custa de pedra e lama, tranquilos remansos, ficando neles as águas represadas, limosas, cobertas por uma nata do sabão e detritos. Assim, podiam ensaboá-las, deixando para a corrente mais rápida o enxaguamento final"⁽⁹¹⁾.

Nos ofícios da polícia, nos seus relatórios, e nos ofícios diversos do Presidente da Província, encontram-se referências a várias ocupações femininas; algumas delas foram objeto de regulamentação, dificultando o trabalho das mulheres. Um exemplo é o das lavadeiras. As roupas eram lavadas nas diversas fontes e córregos da cidade. Entretanto, em 1880, a Comissão Sanitária do Desterro tentava impedir que lavassem roupas em algumas dessas fontes. A do lugar chamado "Carioca" era uma delas⁽⁹²⁾.

Outra atividade, para a qual tentou-se criar embaraços, foi a produção de limões-de-cheiro. Por ocasião do carnaval, algumas mulheres costumavam fabricar limões-de-cheiro, os quais eram vendidos nas várias casas comerciais ou tabuleiros; por esse comércio pagava-se licença. Estes limões foram objeto de inúmeras posturas, visando proibir seu uso. Porém, em 1870, a polícia renovava tais proibições, sinal de que a atividade permanecia⁽⁹³⁾.

Em busca da sobrevivência, as mulheres improvisavam os mais diversos expedientes. Em 1875, elas comerciavam com os presos da cadeia pública. Os presos recebiam, para a lavagem de suas roupas, duzentos réis cada um. As mulheres, de acordo com o Chefe da Polícia, "com o fim de se

encarregarem desse serviço, compram e levam para vender roupas aos referidos presos" (94). Porém, em 1882, essa atividade foi encerrada. O comerciante Antônio da Rocha Paiva foi encarregado de fornecer alimentação e roupa lavada aos presos (95). Dessa maneira, eliminou-se uma das formas improvisadas de sobrevivência de que essas mulheres dispunham.

A prostituição em Desterro, estimulada pela existência do porto, foi alvo de inúmeras tentativas de disciplinação e de violência. No entanto, somente no final do século XIX é que foram implementadas medidas mais efetivas em relação a esta atividade. Era uma das formas de sobrevivência das mulheres pobres urbanas. Em 1880, Maria Luiza vivia dessa profissão (96).

Uma especificidade da prostituição em Desterro, na década de 70 do século XIX, foi a presença de numerosas mulheres oriundas do Paraguai. Estas, ao que parece, vieram junto com os soldados, após a guerra. Sua presença é marcada pelas agressões que sofriam e pelas queixas que registravam na polícia. Os autores dessas agressões eram justamente os soldados. É possível que essas mulheres tivessem sido conduzidas à prostituição por estes mesmos soldados, e que essas brigas e violências constituíssem formas de cobrança, por parte deles, do rendimento do trabalho como meretrizes. Para termos uma idéia disso, convém destacar que, em 1877, a paraguaia Maria Dolores Silva foi ferida com uma foice pelo soldado Luís José (97); neste mesmo ano, Maria do Socorro foi agredida pelo soldado Matheus de Tal (98); em 1878, Juliana Luis Dias foi ferida gravemente pelo soldado de nome Mateus (99); em 1880, Rosa Cândida Gallina foi morta a facadas pelo soldado Adão da Silva (100); enfim, várias paraguaias foram objeto de violência, registradas pela polícia.

É importante destacar como determinadas agressões às mulheres eram tratadas com descaso pela polícia. Várias violências não eram punidas, com o argumento de que se tratavam de "ferimentos leves". Em 1871, por exemplo, a professora particular Lídia Ambrozina queixou-se que sua escrava, Fausta, fora chicoteada na praça do mercado pelo capitão João Machado de Souza. A autoridade policial não tomou qualquer providência, alegando que os ferimentos eram leves⁽¹⁰¹⁾. Também não tomou qualquer providência, sob a mesma alegação, quando Francisco José espancou Mathilde da Silva Nunes, naquele mesmo ano⁽¹⁰²⁾. Quando, em 1876, Correntina Liberato Gutiers reclamou ter sido chicoteada pelo comandante e pelo Alferes Theotônio, da Fortaleza de Santa Cruz, também não se instaurou qualquer inquérito. Os ferimentos foram considerados "leves"⁽¹⁰³⁾.

Como pudemos perceber, apesar de todo destaque que os jornais davam para a violência a que as mulheres poderiam estar expostas, a polícia tratava-as com descaso. Fica configurada, a diferença que a hierarquia das classes produzia no trato com as mulheres. Nos jornais, a visibilidade dada à violência podia amedrontar as mulheres da classe média, daí a importância dada. Na polícia, percebemos o descaso com a violência efetivamente sofrida pelas mulheres da camada popular. É importante, ainda, lembrar que os homens que escreviam e liam os jornais da cidade eram, em sua maioria, os que ocupavam os postos do poder público; entre eles a chefia da polícia, que tratava com tanto descaso a violência cometida contra as mulheres das camadas populares.

A cadeia de Desterro ocupava o andar térreo do prédio da Municipalidade⁽¹⁰⁴⁾. Em 1871, o delegado de polícia informava, em relatório, que havia na cadeia quatro celas para os homens. A cela das mulheres era um quartinho localizado ao lado da cozinha⁽¹⁰⁵⁾.

Por esta cela feminina, passaram inúmeras mulheres, que eram presas apenas por uma noite e soltas no dia seguinte. Apenas uma mulher era prisioneira constante: a crioula Felisbina, cumprindo pena-de-galés perpétua, por infanticídio. Em outubro de 1872, Felisbina apareceu grávida na cela da cadeia¹⁰⁴. Este acontecimento desencadeou um processo, que nos permite perceber o silenciamento das vozes femininas, numa documentação que poderia ser útil para trazê-las até os nossos ouvidos, atualmente. Além disso, mostra a violência cometida contra uma mulher por representantes do poder público.

De acordo com o chefe de polícia, a gravidez de Felisbina fora constatada quando esta tomara um chá para abortar, e passara mal. O médico, chamado para tratá-la, diagnosticou a gravidez. Em depoimento que não foi assinado por Felisbina - pois ela era analfabeta -, esta contou que ficara grávida de um soldado chamado Furriel Cardoso, que montara guarda na cadeia e que já não se encontrava mais na Província. Ainda informava que as relações sexuais se fizeram através das grades da janela da cadeia, janela esta que estava voltada para o beco e, assim, "com a ajuda deste pela fresta da grade e ela pela parte de dentro, se comunicavam, isto por duas ou três vezes, resultando dessas "entrevistas" noturnas, ficar grávida"¹⁰⁷.

Marisa Correa, em sua obra Morte em família, usa a palavra "fábula" para designar a verdade final produzida por um processo, sendo o "resultado de múltiplas versões, todas elas originadas pelo mesmo ato"¹⁰⁸. No caso de Felisbina, não é possível, sequer, denominar "fábula" no sentido dado, visto que não se trata de "múltiplas versões", mas de uma "única versão", ou seja, aquela da polícia. O processo de Felisbina é sumário, inclui apenas um depoimento. A leitura dele nos leva a pensar que, possivelmente, trata-se de um depoimento forjado, no qual Felisbina não teve qualquer

participação, e que visava inocentar o carcereiro, o delegado e todos os guardas que ainda estivessem na Província, visto que o guarda acusado - esclarecia o depoimento - já não se encontrava em Santa Catarina.

Nos processos judiciais comuns, a "verdade final" é construída a partir de inúmeros depoimentos, no qual participam: a versão do aparato judicial, a das testemunhas, a do réu e, às vezes, a da vítima. Nos depoimentos feitos pela polícia, o que se encontra é, apenas, a versão desta. As vozes daqueles que caem em suas malhas fica silenciada; ouve-se somente a versão da polícia.

Através dessa documentação, entretanto, é possível captar alguns "flashes" do cotidiano. Pelos ofícios do delegado, pode-se acompanhar o percurso de Felisbina na cadeia. Em janeiro de 1873, por exemplo, o delegado solicitou que se pagasse à parteira Severina Roza de Jesus o valor de 10\$000 réis por ter feito o parto de Felisbina¹⁰⁹. Em maio de 1874, Felisbina tentou fugir, limando as grades da janela da prisão¹¹⁰. Em 1892, foi posta em liberdade, tendo sido "perdoada do resto da pena pelo cidadão Presidente do Estado"¹¹¹.

Durante o período em que Felisbina esteve presa, dividiu sua pequena cela com inúmeras mulheres, em geral presas apenas por uma noite. Através dos ofícios, fica-se sabendo a versão da polícia para a causa dessas prisões, as quais, em 1883, somavam um total de 355: 45 para mulheres e 310 para homens¹¹².

Em 1889, foram presas Maria Antônia e Maria Rosa da Conceição, por embriaguês¹¹³; Marcelina, por embriaguês e distúrbios¹¹⁴; Maria Antônia da Conceição e Rita, por embriaguês¹¹⁵.

Ainda em 1889, várias mulheres assinaram "Termo de Advertência", entre elas Amélia Rosa de Jesus, Elysia Elisabeth, Guilhermina Maria da Graça, Philomena Francisca Martins, Júlia de Souza Peixoto¹¹⁴ e Honorata Maria Constância¹¹⁷. O que fizeram, afinal, para que fossem intimadas a assinar um "Termo de Advertência"? Isso ficou irremediavelmente perdido. Sobram-nos as vozes da polícia, relatando este acontecimento.

Nos relatos da polícia, nota-se, além do descaso com a violência contra as mulheres das camadas populares e do silenciamento de suas vozes, o julgamento dos atos dessas camadas com base em valores que não fazem parte de suas visões de mundo.

As imagens idealizadas das mulheres, que eram publicadas nos jornais e que serviam à distinção da elite que se formava no último quartel do século XIX, eram as que norteavam os registros da polícia e seus atos na repressão às camadas populares; daí, as mulheres dessa classe serem reprimidas duplamente: por serem pobres, e por serem mulheres que não correspondiam às imagens que, embora não tivessem sido feitas para elas, eram delas cobradas.

Enquanto, nos jornais da época, eram divulgadas imagens que enalteciam o "coração materno" e a natureza do "amor das mães", nos registros policiais as mulheres que não demonstravam tal "amor" eram consideradas "desnaturadas". Este era o termo usado para designar as mulheres envolvidas em aborto, infanticídio e abandono de crianças.

Além disso, muitas das ações da polícia eram resultado de pressões feitas pelos jornais locais. O caso de Felícia, em 1887, é exemplar a este respeito.

A investigação policial fora deflagrada a partir de denúncia do jornal A Tribuna, o qual publicava, naquele ano,

a notícia do desaparecimento de uma criança recém-nascida, em São José. De acordo com os relatos da Polícia, a "desnaturada mãe", Felícia de Tal, moça, solteira, havia dado à luz uma menina; porém, procurando esconder sua "vergonha", deixara a criança junto à porta de uma casa, perto da fortaleza de Sant'Ana. Cinco ou seis dias depois, a criança falecera. No entanto, para a polícia, inicialmente, Felícia dissera que entregara a criança a um homem, que residia em Barreiros, o qual, quando procurado pela polícia, apresentou uma outra criança, como se fosse a filha de Felícia¹¹⁸.

A partir deste exemplo, é possível constatar a divulgação e a circulação de imagens entre os jornais e a polícia; através de pressões, os primeiros cobram da polícia valores que eles vêm divulgando há muito tempo, tais como: valorização da vida das crianças; criminalização da mãe "desnaturada". Além disso, essa Felícia, que não tem sobrenome, ou que o abandonou¹¹⁹, tentou adequar o seu discurso àquele divulgado pelos jornais, pois escondeu que deixara a criança na porta de uma residência, e afirmou que a entregara a um homem. Além disso, é possível constatar uma certa conivência entre Felícia e o homem - cujo nome não aparece no relato - que a ajudou a tentar enganar a polícia.

Henrique Luiz Pereira Oliveira, discutindo a prática de expor crianças, constatou, em Desterro, o paulatino estranhamento que essa prática sofreu e a tendência à criminalização, no decorrer do século XIX. Lembra que esta era uma prática sancionada pelo costume¹²⁰. É possível que Felícia e o homem que a ajudou encarassem a prática da exposição de crianças de forma diferente daquela que embasava as denúncias do jornal e as ações da polícia; no entanto, no enfrentamento com essas instâncias, reelaboravam o discurso, procurando adaptá-lo, para fazer frente à repressão.

Nesse embate entre os costumes e a vivência das camadas populares, versus a expectativa e os valores que permeavam a ação da polícia, o caso da Escola de Aprendizes-Marinheiros é exemplar.

Essa escola fora criada em 1857, sendo seu primeiro comandante o capitão José Eduardo Wandenkolk. Para estimular a matrícula dos alunos - que deveriam ter entre 10 e 17 anos -, foi estipulado um prêmio de 100 mil réis para os pais que alistassem seus filhos⁽¹²¹⁾.

No entanto, os pais não pareciam muito interessados em alistar seus filhos. Em relatório de 1870, o Presidente da Província queixava-se, à Assembléia Legislativa, acerca da falta de alunos na Escola. Acusava os pais de preferirem manter os filhos na miséria, presente e futura, entregues à ociosidade e ao vício, do que alistá-los na Escola de Aprendizes-Marinheiros. Sugeriu, então, o "emprego de algum rigor por parte das autoridades policiais". Com isso, além de conseguir o progresso daquela instituição, pretendia que fosse vantagem para os pais, pois a Escola poderia dar aos meninos um "honesto meio de vida", tirando-os do "vício e do crime", tornando-os "cidadãos prestimosos"⁽¹²²⁾.

Este "algum rigor" de que falava o Presidente da Província configurou-se na prisão dos menores, pela polícia, e encaminhamento à tal Escola, a ponto de, em 1887, ficar com sua lotação completa⁽¹²³⁾.

Tais prisões de menores atingiam os filhos das camadas populares. Os meninos eram presos por estarem na rua, e não dentro de casa, ou na escola. Através dos protestos dos pais, principalmente das mães, é possível conhecer alguns critérios que obrigariam as autoridades policiais a devolver os meninos presos aos pais.

Um dos quesitos era frequentar uma escola. Bernardino, filho adotivo de D. Caetana da Costa Porto, "que nenhuma pessoa tem em sua companhia", ou seja, não é amancebada, fora preso à noite, na Igreja Matriz, por ocasião da Novena de São José. O Inspetor Escolar solicitou, então, que Bernardino fosse solto, alegando que este estava "regularmente matriculado na escola masculina", e que sua mãe adotiva não vivia amasiada⁽¹²⁴⁾.

Além de frequentar a escola, o menino precisava ter pais regularmente casados, que demonstrassem condições de sustentá-lo. Caso a criança não frequentasse a escola, poderia livrar-se do alistamento compulsório, comprovando que estava empregado em algum trabalho regular⁽¹²⁵⁾.

Esta perda do direito de conservar os filhos, que se configurava mais grave quando se tratava de mulheres, vinha embasada por um discurso de proteção à infância. Jacques Donzelot constatou que, na França, desde 1840, leis protetoras da infância se multiplicaram. Mas que somente a partir de 1889 é que se fez, paulatinamente, a perda da soberania da família "moralmente insuficiente"⁽¹²⁶⁾.

Em Desterro, desde 1870, o Delegado de Polícia prendia e encaminhava à Escola de Aprendizes-Marinheiros os meninos que eram encontrados fora dos lares, oriundos de famílias que poderiam "mantê-los no vício". É possível que esta atitude do Delegado fosse muito mais baseada na prática compulsória e costumeira de alistamento militar, do que em qualquer irradiação de debates acerca da infância, oriunda de famílias "moralmente insuficientes".

É notório que tais prisões de menores atingiam mais as mães pobres, que não tinham certidão de casamento.

Em 1870, Rufina Maria das Dores teve seu filho preso. Ela, então, reclamou ao Presidente da Província. Em ofício,

o Delegado informou ao Presidente que prendera o menino porque este "entregara-se à ociosidade sem que recebesse de sua mãe, que vive amancebada, nesta cidade, educação alguma" (127).

Através do ofício do Delegado, percebemos que Rufina não era casada regularmente, e que seu filho não frequentava a escola e nem ficava em casa, e que vivia a "vagar pelas ruas, sem ocupação" (128). Por outro lado, notamos, também, o empenho de Rufina em reaver o filho. Ela escreve vários ofícios ao Presidente da Província, tentando obtê-lo de volta; inclui neles, inclusive, uma certidão do menino, onde consta ter ele menos de 10 anos - idade mínima necessária para o alistamento.

Era de se esperar que o Delegado se comovesse com essas demonstrações de "amor materno". Porém, para essas mulheres pobres, parece que essa retórica não funcionava. O delegado alega que a certidão fora adulterada, e Rufina não obteve o filho de volta (129).

O crime de Rufina, como pudemos observar, era não atender às expectativas de uma imagem idealizada de mulher que permeava esta sociedade. Embora fosse mãe, e demonstrasse de várias formas querer "padecer no paraíso", ela não era casada regularmente, visto que vivia amancebada. Ainda, diferente do que as autoridades esperavam, não mantinha o filho na escola e nem em casa.

Sabemos bem pouco de Rufina. Nem suas cartas ao Presidente da Província restaram. O que se sabe destas é através das palavras do Delegado, que faz referência a elas. É provável que trabalhasse em diversos lugares - além da ocupação ligada ao lar -, como tantas outras mulheres. É possível, também, que sua casa não permitisse a permanência do filho, como tantas casas pequenas onde mal sobrava espaço para as pessoas dormirem. E, ainda, talvez, não figurasse em

sua visão de mundo, a escola como necessária ao "aprendizado da vida" para seu filho.

Iguais a Rufina, outras mães tiveram seus filhos raptados pela polícia. Seus casos chegam até nós: elas reclamavam ao Presidente da Província, e o Delegado explicava a este as razões da prisão de seus filhos.

Em 1872, Maria Tereza de Medeiros teve seu filho Manoel raptado pela polícia. Demonstrou, através de atestado, que o menino frequentava a escola, e que ela era casada regularmente. No entanto, contra ela, pesando muito mais, constava a informação do Delegado de que, tanto Maria Tereza quanto Manoel, eram sustentados por duas filhas dela, ambas prostitutas. Em vista disso, o Delegado permitiu-se o direito de duvidar da certidão de casamento, "pois foi requerida em nome de quem se acha no Paraguai"; duvidou, ainda, do atestado de estar frequentando a escola, alegando que o professor que o assinou é "amancebado com uma das filhas" de Maria Tereza⁽¹³⁰⁾.

Ainda em 1872, Caetana Porto teve seu filho adotivo, Bernardino, raptado. Embora reclamasse, não lhe foi devolvido por ela ter "mau comportamento" e "numa avançada idade" não poderia reagir "contra os instintos de perversidade que caracterizam o menor Bernardino". O "mau comportamento" de Caetana era ser mendiga⁽¹³¹⁾.

O menino Sérgio, de 6 anos, também foi raptado em 1872. Apesar das reclamações, não voltou para sua mãe porque esta era "amancebada" com "um espanhol de nome José Leandro", que tinha "negócio" numa "das casinhas do mercado"⁽¹³²⁾.

Em 1887, Isabel Maria do Espírito Santo reclamava a devolução de seu filho, também raptado e remetido à Escola de Aprendizes-Marinheiros. Mas, também, Isabel não obteve

qualquer resultado de sua petição. O delegado, para reter o menor, alegava que ela não era casada, e que possuía uma outra filha, de oito anos aproximadamente, vivendo em sua companhia. Argumentava, ainda, para reforçar a negativa da devolução do menino, que "a suplicante é pobre, não dispõe de outros recursos a não ser o seu trabalho e, segundo a informação que tenho, foi abandonada pelo pai de seus filhos, com quem viveu em concubinato durante alguns anos" (193).

Pelos ofícios da Secretaria da Polícia podemos, então, deduzir que às mães pobres, que viviam amancebadas ou que tinham sido abandonadas pelo companheiro, e/ou sem recursos próprios - as tais que possuíam famílias "moralmente insuficientes" -, não adiantava "desdobrar fibra por fibra o coração". Não lhes era reconhecido o "amor materno". Este sentimento fora criado, ao que parece, para outra classe de mães.

Conseqüentemente, as lavadeiras, as domésticas, as prostitutas, as vendedoras, as quituteiras, as mendigas, ou aquelas com filhos de uniões consensuais, não correspondiam à imagem do "anjo que se libra sobre um berço dormindo". Por isso, apesar de serem, também, mães, todo discurso enaltecedor deste papel social não as atingia.

Não queremos, com isso, reforçar o "mito do amor materno", o qual, entendido como pertencendo "naturalmente" a todas as mulheres, estaria sendo negado às mulheres pobres. O que estamos delineando são os limites daquele discurso, que se pretendia universal.

Nos ofícios da Secretaria da Polícia e do Comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros, é possível encontrar inúmeras mulheres que, espontaneamente, entregavam seus filhos à Escola de Aprendizes-Marinheiros, e recebiam 100 mil réis como recompensa.

Em 1871, Isabel Maria da Conceição levou seu filho Juvêncio para a Escola de Aprendizes-Marinheiros⁽¹³⁴⁾. Joanna Maria Toledo, em 1888, levou seu filho Manoel Toledo⁽¹³⁵⁾. O mesmo fez Maria dos Passos, com seu filho Osório⁽¹³⁶⁾. Em 1890, Infância Rosa de Jesus também levou o filho Gustavo⁽¹³⁷⁾.

Obviamente, não eram somente as mães que levavam os filhos para a Escola de Aprendizes. Alguns ofícios trazem nomes de pais, porém estes são bastante raros. Em relatório de 1885, o Comandante dessa Escola esclarecia que as pessoas de Desterro consideravam a Escola um lugar de castigo, destinado à correção de vícios. Sugeria que se criassem estímulos, além do prêmio costumeiramente pago, para atrair os meninos. Reconhecia, ainda, nesse relatório, que a alimentação que os alunos recebiam era insuficiente⁽¹³⁸⁾.

Expõe-se, com este relatório, a desqualificação das mães pobres, que, acusadas de não terem como sustentar os filhos e de lhes dar educação inadequada, tinham seus filhos raptados e colocados em uma Escola onde eram subalimentados e, provavelmente, tratados com muito rigor⁽¹³⁹⁾.

Todos esses raptos, provavelmente, estavam ligados ao processo de determinação de espaços sociais que tivera lugar no final do século, em Desterro. A par da organização do espaço urbano, da expulsão das casinhas de porta-e-janela, das tentativas de disciplinar a prostituição e da prisão de vagabundos e mendigos, a Escola de Aprendizes-Marinheiros representava, na ocasião, um local para a exclusão dos menores inconvenientes das ruas de uma cidade que se pretendia ordeira e civilizada.

Além disso, retirar os direitos sobre os filhos de mulheres que, além de pobres, não espelhavam as imagens idealizadas de mulher, não parecia, para eles, contradizer o discurso que colocava sobre as mães a responsabilidade

pela existência da civilização, divulgado, na mesma época pelos jornais da cidade. Estes periódicos eram escritos e lidos pela mesma classe social à qual pertenciam tanto o Chefe da Polícia quanto o Comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros, e até mesmo o Presidente da Província, todos interlocutores e responsáveis pela produção destes documentos que ora relatamos.

Além da prisão dos menores que "vagavam pelas ruas sem ocupação", outros elementos eram objeto de preocupação e tentativas de retirada do espaço urbano. As "alienadas" eram, por exemplo, uma constante preocupação. Este problema provocava, inclusive, inúmeras disputas entre a Câmara Municipal e a Chefia da Polícia. Estas mulheres eram, muitas vezes, presas e instaladas, por algum tempo, na cela das mulheres, na cadeia pública. Outras eram encaminhadas ao Hospital de Caridade.

A Câmara Municipal, negava-se a cobrir as despesas com alimentação e vestuário, durante o período em que essas permaneciam presas. Alegava a Câmara que, como eram alienadas, precisavam de Hospital, e não de prisão. Bom lembrar que, àquela época, cabia à Câmara o sustento dos presos pobres. Em ofício de 1870, o Chefe da Polícia informava que pretendia transferir a "preta alienada Joanna" para a cadeia de São José. Nesse ofício, ficava evidenciada a questão que envolvia o problema dos alienados. O chefe de Polícia reconhecia que a prisão da capital não oferecia condições para acomodar "essa classe de infelizes", mas também admitia não poder mantê-la solta, pois a alienada "cometia atos que ofendiam a moral e os bons costumes"⁽¹⁴⁰⁾.

O ofício não esclarecia de que forma a "alienada" "ofendia a moral"; porém, mais tarde, num ofício de 1886, uma outra alienada, ofendia a moral "cometendo atos de pudor (?), em estado de quase completa nudez"⁽¹⁴¹⁾. É possível

que a alienada de 1870 "ofendesse a moral" da mesma forma que essa outra de 1886. A convivência com os loucos, com os que fugiam à normalidade, parece ter-se tornado impossível com a urbanização da cidade de Desterro.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, a exclusão social dos indivíduos considerados "loucos" contou, conforme apontou Maria Clementina Pereira Cunha em O espelho do mundo, com a criação, em 1841, do Hospício D. Pedro II no Rio de Janeiro, e, em São Paulo, no ano de 1848, surgiu o primeiro manicômio⁽¹⁴²⁾.

Um episódio de 1874, em Desterro, demonstra uma forma privada de exclusão dos loucos, que antecipou a forma pública. Naquela data, em ofício, o Chefe de Polícia informa que, na localidade de Rio Tavares, na Ilha de Santa Catarina, "um indivíduo chamado Francisco Pereira Nunes conservava em cárcere privado uma sua irmã". Nas averiguações provocadas por denúncias do Jornal Conservador, constatou-se que "ela se achava em estado de alienação mental"⁽¹⁴³⁾.

A forma pública da exclusão dos loucos das ruas da cidade fêz-se, por muito tempo, através de prisão; às vezes, tais doentes eram encaminhadas para o Hospital de Caridade, como a louca Maria Thomázia das Dores que, em 1879, grávida, dormia nas ruas da cidade, havendo sido inicialmente recolhida ao quartel da polícia⁽¹⁴⁴⁾. Outros loucos podiam ser remetidos para a Fortaleza de Santa Cruz, como o foi, também em 1879, Carlota de tal⁽¹⁴⁵⁾.

Nos relatórios, os Chefes-de-Polícia reclamavam a falta de um Hospício. Em um destes, de 1889, argumentava que a cadeia, o Hospital de Caridade e a Fortaleza de Santa Cruz não eram lugares "apropriados para a guarda dos doidos". Reclamava, ainda, que não podia mandá-los para o Hospício D. Pedro II, na Corte, por existir ordem do "governo geral" no

sentido de somente enviar para aquele hospital um número limitado de loucos, sendo essa quantidade, em relação à Província de Santa Catarina, muito pequena⁽¹⁴⁶⁾.

Em Azambuja, Brusque, o Hospital passou a receber os loucos do Estado. Em 1908, eram conduzidas 4 mulheres da cadeia de Florianópolis para aquele Hospital⁽¹⁴⁷⁾. Em 1920, o Governador reclamava que o Hospício de Azambuja - que tinha contrato com o governo do Estado para recolher os loucos - não possuía vagas suficientes para permitir o abrigo de "quantos tenham necessidade de para ali ser enviados"⁽¹⁴⁸⁾.

Além do aumento populacional, que poderia, em parte, explicar o aumento do número de loucos que passam de formas de exclusão privadas e/ou em cadeias públicas para Hospícios especializados, devem-se ter em conta as tentativas de execução de um projeto de urbanidade que produzia inúmeros indivíduos considerados inconvenientes para o convívio social. Eram eles, além dos loucos e loucas, os indigentes, os órfãos, os peregrinos, os doentes, as prostitutas, enfim, toda uma população que, na área urbana, impedia a configuração "ordeira" e "limpa" que se queria aparentar.

Não eram somente cadeias, hospitais e hospícios, instituições que serviam de "depósito" desses "inconvenientes". Várias medidas eram propostas para a disciplinaçãõ dessa população. Em 1888, a Câmara Municipal tentava regulamentar, através de cadernetas de trabalho, os criados e as criadas, seguindo lei Federal de 1883⁽¹⁴⁹⁾.

Em 1889, o Chefe de Polícia sugeria, em relatório ao Presidente da Província, que se passasse a exigir dos Hotéis e Hospedarias "uma relação diária dos nomes dos seus hóspedes, com a designação do lugar da partida e do seu destino". Alertava que solicitasse à Câmara Municipal a elaboração de um código de posturas, naquele sentido. No

mesmo relatório, o Chefe de Polícia sugeria a "captura dos menores vagabundos" para serem remetidos à Escola de Aprendizes-Marinheiros⁽¹⁵⁰⁾.

Era a tentativa de organizar o espaço urbano de acordo com valores burgueses, e de reformular a sociedade atendendo aos anseios das elites locais; determinar os lugares sociais dos inúmeros indivíduos que circulavam no espaço urbano e controlar seus deslocamentos.

Embora se tratasse de uma prática social voltada para a pobreza urbana, a política em relação às mulheres assumia contornos específicos, em função de expectativas e imagens idealizadas que, na época, circulavam com maior frequência, por conta da mobilidade social que se processava.

Além da polícia, no contato com camadas populares alfabetizadas ou não, havia o aparato judicial. Juizes, promotores, advogados, escrivães, julgavam os processos com base em valores que nem sempre eram aqueles dos envolvidos. Através desses processos, é possível, também, perceber as imagens idealizadas de mulher que revelavam, e com as quais julgavam as mulheres, independentemente da classe social a que estas pertencessem.

Vários trabalhos têm, ultimamente, utilizado os processos judiciais para discutir a existência de uma cultura popular. Esta, apesar do contato com a cultura hegemônica, manteria valores próprios e práticas específicas, inclusive em relação às mulheres.

Em seu trabalho Meninas Perdidas, Martha de Abreu Esteves utilizou inúmeros processos judiciais envolvendo, principalmente, defloramentos. Através desses processos, demonstrou a existência de valores populares referentes à família, ao amor e ao casamento, que se distanciavam daqueles que a elite, representada pelo aparato judicial no

Rio de Janeiro, queria impor¹⁵¹. Também Rachel Soihet, em seu trabalho Condição feminina e formas de violência, estudando a sociedade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920, utilizou processos judiciais. Através deles, procurou desmentir as afirmações que os juristas, médicos e literatos faziam, à época, sobre a mulher, dotando-a de uma "natureza" e tratando-a como ser universal¹⁵².

O processo em que esteve envolvida a menina de 13 anos, Joanna Pereira do Nascimento, é exemplar, na construção de imagens e na repressão judicial às mulheres que não correspondiam a essas imagens.

No processo, iniciado pelo pai de Joanna, João Pereira do Nascimento, este narra que, no dia 28 de novembro de 1876, às 11 horas da manhã, Joanna, saindo da escola em companhia de sua prima Josepha Francisca Motta, indo ambas apanhar uns pêssegos a pouca distância da escola, apareceu Francisco Motta Spezim, primo de Joanna e irmão de Josepha.

Francisco ordenou então, à irmã, que se retirasse, e lançou-se sobre Joanna, tapando-lhe a boca para não gritar, e, "valendo-se da superioridade de sexo e de força, brutalmente a deflorou, tendo consumado cópula carnal com essa inocente que, desse modo, foi vítima em sua honra e virgindade".

O pai, intervindo no processo, avaliava o dano causado por Francisco em 20:000\$000, e dizia: "que antes quizera perder se os tivesse de ver sua filha, na flor de sua juventude, deshonrada e perdida para sempre ou antes desgraçada para toda vida"¹⁵³.

No decorrer de todo o processo, nas palavras do pai de Joanna, e nos argumentos do advogado, do promotor e dos juizes, percebe-se um discurso que pertencia a uma classe social diferente daquela à qual pertencia Joanna e sua

família. Portanto, as palavras do pai de Joanna foram montadas por seu advogado, para serem entendidas por pessoas que usavam esse tipo de discurso, esses valores, essas imagens de mulher. Para tal tipo de discurso, as mulheres que perdiam a virgindade ficavam "perdidas" e "desgraçadas para toda a vida".

A construção da verdade, nesse processo, contou com a participação de inúmeras testemunhas, e dos argumentos dos advogados, do pai de Joanna e do réu. Um dos argumentos do advogado de Francisco pode exemplificar, mais claramente, o que representava a virgindade feminina para a sociedade da época.

Na primeira instância, o pai de Joanna perdera o processo. Em vista disso, impetrou recurso. O advogado do réu tentou demover os juizes de aceitar esta apelação. Entre os argumentos utilizados, destacava-se a afirmação de que não se deveria aceitar tal recurso...

"(...) ... a bem dos preceitos da moral pública, dos princípios de civilização que devem predominar na sociedade em que vivemos, não se renove a discussão sobre este processo tanto mais asqueroso quanto, sobre ser calunioso e falso, é além disso movido por um pai, que, cego pelo interesse material de um dote que pretende embolsar a todo transe, não trepida, esquecendo os princípios naturais do amor paterno e fazendo-se surdo à voz da própria natureza, expos sua filha às eventualidades de tão arriscada empresa e aos transe os mais cruéis - apregoando-a, ele mesmo, perante a sociedade, pela imprensa, ante juizes e ante tribunais - como deshonrada!"⁽¹⁸⁴⁾

Algumas palavras do advogado de Francisco são frequentes, nesta época, em outras formas de discurso e em outras instâncias. A referência aos "preceitos de moral" pública podem ser encontrados nos ofícios e relatórios do Chefe de Polícia; "os princípios da civilização" aparecem nos jornais e na escola, "os princípios naturais do amor paterno", encontram também, referências semelhantes nos textos dos jornais.

Essas articulações e semelhanças apontavam para uma construção hegemônica que permeava a sociedade da época, e que produzia essas imagens da mulher, a qual, diversamente dos homens, possuía a honra no uso de seu sexo.

Neste processo, fica bastante clara a dupla moral, que condenava as mulheres e enaltecia os homens, na relação com seus sexos. Um dos recursos, usado pelo advogado do réu, foi trazer, para depor, três homens que atestavam haver tido relações sexuais com Joanna¹⁵⁵.

Independentemente de ser verdade ou não, este recurso nos mostra como, numa sociedade, aquilo que, para as mulheres, deveria ser motivo de vergonha porque a "deshonrava", era, para os homens, passível de exibição e auto-enaltecimento.

Além disso, num outro argumento utilizado pelo advogado do réu, fica configurada a imagem de "mulher honrada" como aquela restrita ao âmbito do lar. Uma das acusações a Joanna, argumentando contra a sua possível inocência e virtude, era a de que ela "ia às tavernas sozinha fazer compras à noite" e, ainda, que andava "a vender bilhetes de rifa pelas estradas públicas e pelas casas da freguesia"¹⁵⁶.

Como se vê, Joanna era "saidinha"¹⁵⁷. O fato de testemunhas terem dito que ela ia à taverna fazer compras e que vendia rifas nas estradas e nas casas tornava-a suspeita. Para esse advogado, assim como, possivelmente, para os demais componentes do aparato jurídico, a imagem de mulher honrada era a daquela que não saía às ruas, a não ser acompanhada pelos pais, irmãos ou parentes mais velhos. Para uma mulher que trabalhasse no lar e em outros afazeres fora de casa, ficaria difícil atender aos requisitos propostos por essa imagem. Ela correspondia a mulheres da elite,

mulheres que se restringiam aos papéis sociais de esposa, mãe e dona-de-casa.

Neste processo, no qual o réu foi absolvido, inúmeras pessoas participaram da construção da verdade final. Através delas, é possível reconstituir vários flagrantes do cotidiano de algumas mulheres, no final do século XIX. Estes nos apontam vidas, que, como a de Joanna, fugiam às imagens idealizadas, explicitadas pelos membros do judiciário em Desterro e pelos jornais da época.

É importante destacar que não foram somente as mulheres das camadas populares que desempenharam outras funções e papéis, além dos familiares. Mulheres da classe média executavam inúmeras atividades que garantiam rendas capazes de complementar os recursos familiares, e que muitas vezes representavam o único rendimento que permitia a sobrevivência.

Algumas dessas atividades eram realizadas em suas próprias residências. Através dos jornais, algumas mulheres ofereciam-se, em 1883 para, em suas casas, ensinarem arte culinária¹⁵⁸. Outras anunciavam-se como modistas¹⁵⁹.

A indústria da moda, o trabalho com costuras, a cópia, pelas costureiras, de modelos da moda, envolveram inúmeras mulheres. Com a moda, as mulheres estiveram envolvidas em sua confecção, venda e ostentação. Gilda de Mello e Souza demonstrou, em O espírito das roupas, como a moda, com a sociedade burguesa, deixou de interessar aos homens e passou a ser do interesse das mulheres. "Na sociedade democrática do século XIX, quando os desejos de prestígio se avolumam e crescem as necessidades de distinção e de liderança, a moda encontrará recursos infinitos de torná-los visíveis"¹⁶⁰.

Nos jornais de Desterro, também, tratava-se de moda. Em 1886, o Jornal do Comércio, num texto com o título "O preço da elegância", informava que:

"O Matin de Paris refere, em um dos seus últimos números, que a suprema elegância, atualmente usado na grande cidade, consiste em usar casacos enfeitados de peles de animais raros. Por isso, a princesa de Ligne, cuja elegância é muito notada naquela cidade, possui uma sortie de bal de veludo cor de fogo, forrada de pele de rapoza azul, que unicamente se encontra nas regiões polares. Custou esta peça a bagatela de 30:000 francos ou 5:400\$000 réis, fortes"⁽¹⁴⁴⁾.

A moda constitui um importante registro de diferenciação social. Foi seguida, mais sofregamente, pela classe média, agarrada a símbolos exteriores de distinção⁽¹⁴⁵⁾. Um interesse exagerado por tudo o que estava na moda denotava, por parte da classe média, o quanto esta era importante, como instrumento de integração no grupo a que aspiravam ascender, ou nele permanecer.

As modas eram lançadas, inicialmente, entre a elite francesa e se espalhavam a seguir pelas demais classes, não só na França, como em outros países. Richard Sennet nos diz que as inglesas de classe média vestiam-se como as francesas o haviam feito dez ou quinze anos antes⁽¹⁴⁶⁾. A este respeito, Nicolau Sevcenko informa que, no final do século XIX - época em que as comunicações permitiam maior velocidade nos contatos entre os países -, o Rio de Janeiro recebia a moda francesa produzida no ano anterior, ou seja, os trajes femininos no Rio seguiam os modelos que haviam feito sucesso no ano anterior em Paris⁽¹⁴⁷⁾. Da mesma forma, em Desterro procurava-se seguir a moda de Paris e do Rio; é o que nos informam os Jornais de Desterro, onde aparecem inúmeros comerciantes que anunciavam a chegada de artigos recentes do Rio de Janeiro e de Paris; como estes do Jornal do Comércio de 1887 e de 1885, respectivamente:

"Admirável Barateza!!

Especial

Ao saber-se que acabamos de receber o grande sortimento que pessoalmente escolhemos no Rio de Janeiro.

Lojas de Fazendas de Regis. O Irmão - Rua do Príncipe nº 20⁽¹⁴⁵⁾.

"A Brasileira!!

Rua João Pinto 24B

Chegou para esta casa um bonito sortimento de diversos gêneros recebidos diretamente de Paris. Fregueses, venham ver. Preços baratos! A dinheiro⁽¹⁴⁶⁾.

Tudo leva a crer que a circulação do comércio mundial de roupas delineava registros de definição e diferenciação social, assim como a divulgação dos códigos em questão. Partiam, em ondas sucessivas, de um centro irradiador, especificamente da Europa, atingindo o Rio de Janeiro e Desterro. Obviamente, cada um desses lugares guardava especificidades históricas locais e, portanto, este "acompanhamento da moda" adquiria as adaptações próprias da região.

A costura, a criação e a imitação de modelos da moda foram uma atividade que contou com a presença feminina. Elas eram as produtoras e consumidores deste tipo de trabalho. Para muitas mulheres da classe média, e até de camadas populares esta atividade representou a garantia de sobrevivência. Em 1884, por exemplo, Joaquina Rosa de Jesus vivia, com sua filha de 16 anos, Júlia Rosa de Jesus, das costuras que fazia⁽¹⁴⁷⁾.

A atividade de modista e costureira tinha, para as mulheres da classe média, a vantagem de poder ser realizada na própria residência, não exigindo o deslocamento de suas casas; portanto, não extrapolava os limites "naturais" do

espaço feminino, ou seja, do lar, no qual esta classe fazia tanta questão de manter as mulheres, por conta de suas aspirações de ascensão social.

Uma outra atividade que contou com grande participação das mulheres da classe média, foi o ensino de crianças, o qual, algumas vezes, também era ministrado na residência da professora. O Jornal do Comércio, de 1887, trazia um anúncio de professora oferecendo-se para ensinar meninas⁽¹⁶⁸⁾. Nos mapas da Instrução Pública, em Desterro, aparecem inúmeras professoras que, de forma particular, davam aulas em suas próprias casas. Em 1885, Leopoldina Cândida de Aguiar, Luciana Amália da Silva, Maria Engracia Soares e Benvinda Roza do Ceo eram professoras particulares em Desterro⁽¹⁶⁹⁾.

Muitas professoras públicas, também, ensinavam em casa, com a diferença de que a residência era alugada pelo governo da Província para servir como escola e residência da professora. Em 1870, por exemplo, D. Idalina pedia, em ofício, para receber 10\$000, em vez de 6\$000 réis que lhe pagava o governo, para cobrir o aluguel da casa onde morava, onde funcionava também a escola⁽¹⁷⁰⁾.

Algumas professoras particulares, à medida que se ampliava a rede pública de ensino, candidataram-se às vagas de professoras públicas. Em 1870, D. Sebastiana Cyriaco Cunha era professora particular em Canasvieiras, e candidatou-se ao cargo de professora pública desta localidade⁽¹⁷¹⁾. O mesmo ocorreu com D. Caetana que, também naquele ano, postulou o cargo de professora pública na Freguesia da Trindade, onde, anteriormente, possuía escola particular para meninas⁽¹⁷²⁾.

É possível que, com a ampliação da rede escolar pública, muitas professoras particulares tenham perdido sua fonte de rendimentos, com o deslocamento das crianças de

suas aulas para as da escola pública. Não lhes restou outra alternativa senão a de se candidatarem aos cargos nessas escolas.

Por seu lado, o poder público dava preferência às mulheres no ensino de crianças. Esta preferência manifestou-se bem cedo, na história da instrução pública em nosso país. Leda Maria Pereira Rodrigues, em seu livro A instrução feminina em São Paulo, informa que, já em 1830, o deputado Ferreira França propunha um projeto para dar preferência às mestras nas escolas públicas¹⁷³. Isto, de certa forma, garantia um campo profissional para as mulheres.

Algumas professoras públicas, em Desterro, queixavam-se das dificuldades que enfrentavam. Em 1881, a professora Francisca Carolina Willington reclamava das dificuldades para ensinar às meninas da Trindade, as quais faltavam muito às aulas. Em carta ao Diretor da Instrução Pública, Francisca afirmava que, por muito tempo, tinha lecionado particularmente, e que já exercia o magistério há 15 anos. Somente agora, na escola pública da Trindade, enfrentava dificuldades. Por não desejar "perder o tempo empregado no magistério público" e devido à "grande necessidade" que tinha para manter os filhos, permanecia na escola¹⁷⁴.

Francisca, bem como outras professoras, apesar dos problemas, precisavam enfrentar um trabalho que, como no caso relatado, significava a sobrevivência delas e de suas famílias. Seus empregos eram ameaçados por constantes reformas na instrução pública, que estipulava números mínimos de alunos para manutenção de classes. Além disso, disputas político-partidárias provocavam transferências para regiões distantes e de difícil acesso.

Para ingresso no magistério, exigia-se, além da comprovação de capacidade, a de moralidade. O comportamento da professora era acompanhado por inspetores e pela vizinhança. Uma conduta desabonadora poderia retirar-lhe o cargo ou provocar sua transferência. Em 1873, a professora Maria Amália da Silva foi "convencida" a pedir transferência de São Pedro de Alcântara para a Enseada de Brito, depois que o Padre Rubert Bucker a denunciou para a Inspeção, afirmando que ela tinha conduta desabonadora¹⁷⁵. Em 1880, a professora Maria Amália Ferreira Mafra teve solicitada a sua exclusão do magistério público, por ter, conforme palavras do Inspetor Geral, abandonado na rua uma criança "fruto de ilícitas relações com um indivíduo desta freguesia"¹⁷⁶.

Estas duas Amálias tornaram-se "mulheres faladas". A penalidade para a transgressão de Maria Amália Silva foi a transferência; a de Maria Amália Ferreira Mafra foi uma licença, que se estendeu de novembro de 1880 a janeiro de 1881¹⁷⁷.

Como pudemos perceber, apesar das exigências de "comprovação de moralidade" para as professoras, havia brechas que permitiam a sobrevivência daquelas que transgrediam as normas; fugiam, assim, às imagens idealizadas. Isto que constatamos, em relação às professoras, é possível perceber em outras profissões. Ou seja, fora da carreira de esposa, havia uma grande quantidade de funções, possíveis de serem exercidas pelas mulheres. Além disso, nessas funções não se exigia, como na de esposa, um rígido controle sobre seu sexo.

No entanto, o casamento era ainda a única carreira que poderia garantir uma melhoria no padrão de vida para as mulheres. Aquelas que transgrediam tal regra geralmente viviam no limite da sobrevivência. Podemos afirmar que o

"descuido" das mulheres da classe média com a sua "honra" representava um violento empobrecimento. Havia, porém, o caso de mulheres da camada popular, que adquiriam bens através da transgressão. Era o caso das concubinas. Em Desterro, nos processos judiciais, é possível encontrar dois exemplos significativos.

Em 1883, Maria José da Silva, menor de 21 anos, tornou-se proprietária de uma chácara. Ela era agregada de Nicolau José Nekel, o qual, conforme acusaram seus credores e herdeiros, comprou uma chácara para Maria José, e ainda fez-lhe a doação de uma mobília de jacarandá, antes de falecer¹⁷⁸.

Em 1885, Maria Duarte, escrava de Manoel Antônio Vitorino Menezes, recebeu, em testamento deste, além da liberdade, a quantia de "dois contos e quinhentos mil réis, e seu filho recém-nascido "um conto e quinhentos mil réis". Recebeu, ainda, "todos os utensílios, roupas e todos os mais objetos de uso doméstico" que se encontravam na residência de Manoel Antônio Vitorino Menezes, onde Maria Duarte também residia¹⁷⁹.

Apesar de todas as tentativas dos herdeiros, as duas mulheres, Maria José e Maria Duarte, garantiram suas propriedades. O filho de Maria Duarte, ainda, constou em processo como filho adúltero de Manoel Antônio Vitorino Menezes¹⁸⁰.

Os casos acima apontados podem indicar que, apesar de todo o rigor e das inúmeras imagens idealizadas ligando a mulher ao lar, havia, na "moralidade" dessa sociedade, brechas que permitiam, não só a sobrevivência, como a melhoria no padrão de vida daquelas que fugiam às normas sociais.

Além das mulheres das camadas populares que, no último quartel do século XIX, improvisavam meios de sobrevivência, e as da classe média que procuravam complementar os rendimentos familiares com seu trabalho de costura, de modista e de professora, também muitas mulheres da elite de Desterro, naquela época, envolveram-se com a acumulação e a preservação de suas propriedades e rendas.

Nos processos judiciais, encontram-se inúmeros exemplos de mulheres que, desmentindo imagens idealizadas que as descreviam como frágeis e necessitadas da proteção do pai, irmão, filho ou marido, defendiam seus interesses, moviam processos, defendiam suas propriedades. Alguns exemplos são ilustrativos desses atos.

Em 1876, Gaspar Xavier das Neves morreu, quando estava processando Leonel Heliodoro da Luz, exigindo que desocupasse uma fazenda que lhe coubera como herança. Após sua morte, Maria Luiza das Dores Neves, sua viúva, prosseguiu o processo⁽¹⁰¹⁾.

Durante o século XIX não havia, na cidade, instituições bancárias. Os empréstimos eram feitos entre comerciantes a juros bastante altos⁽¹⁰²⁾. Entre as pessoas que emprestavam dinheiro a juros, encontravam-se algumas mulheres. Anna Joaquina Xavier e Maria Benedita Xavier, em 1879, processavam Manoel da Rocha Linhares e José Maria das Chagas por não terem pago a dívida e os juros⁽¹⁰³⁾.

Em 1879, com a morte de seu marido Manoel de Almeida Valgas, sua viúva Clarinda d'Abreu Valgas organizou o inventário, cobrou dúvidas, exigiu novas avaliações de bens e tornou-se a tutora dos filhos, provando, com 3 testemunhas, que "vivia honradamente"⁽¹⁰⁴⁾. Em 1881, D. Clarinda pediu, em juízo, autorização para negociar com bens de seus filhos. Ela queria comprar apólices da dívida pública nacional, alegando que "estas geram mais juro"⁽¹⁰⁵⁾.

Em 1881, Angela Maria Letto, com 20 anos, pedia para obter a maioridade, ou seja, o direito de reger sua pessoa e seus bens. Ela era órfã e vivia em companhia do irmão. Afirmava, então, que "vive honestamente, é solteira e recatada". Para obter a maioridade, apresentou três testemunhas masculinas de que era "honestas e tem capacidade para reger sua pessoa e seus bens"⁽¹⁸⁶⁾.

Em 1882, Francelina Maria de Araújo cobrava, na justiça, uma hipoteca que Manoel Joaquim de Carvalho devia ao seu finado marido, Achili Silva⁽¹⁸⁷⁾.

São, assim, inúmeros os casos de mulheres que, sozinhas, solteiras ou viúvas, regiam seus bens, cobravam dívidas, instauravam processos. Diferentes da imagem de fragilidade, veiculada pelos jornais da época e importantes na determinação das distinções sociais.

Por outro lado, são também inúmeros os exemplos de homens que, talvez confiantes na imagem de fragilidade e dependência feminina, tão divulgada, tentavam enganá-las.

Em 1874, José Silveira de Souza Fagundes, filho adotivo de Luis da Costa Fagundes e Jacintha Rosa de Jesus, tentou impedir que Luiza Eufrásia de Jesus e Maria Caetana, também filhas adotivas, recebessem sua parte na herança. Ele alegava que a sua adoção estava plenamente legalizada, diferente daquela das irmãs adotivas. As duas mulheres constituíram advogado, e, na primeira instância, perderam a causa. Recorreram e ganharam, finalmente⁽¹⁸⁸⁾.

Em 1883, Maria Antônia de Medeiros, casada, 48 anos, analfabeta, teve sua propriedade arrendada pelo escrivão Antônio José Conrado, sem sua autorização. Mesmo analfabeta, ela processou o escrivão⁽¹⁸⁹⁾.

Em 1887, Rosa Casimira Vianna desencadeou um processo contra seu procurador João Maria Cardoso, o qual, após a

morte do marido de Rosa, tinha sido indicado por ela para cuidar dos negócios. Quando João passou a receber aluguéis e créditos da empresa sem prestar contas, Rosa denunciou-o e instaurou-se um processo⁽¹⁹⁰⁾.

Em 1883, Júlio Leon Silva instaurou um processo, visando reger os bens de sua irmã Maria Helena Silva. Alegava Júlio que, após a perda do marido e de um filho, Maria Helena "mais desmemoriada ficou pelos sentimentos que inspiram o amor maternal e fraternal, pois foram perdas sensíveis e irreparáveis para aquela que já sofria de sandice". No entanto, a "sandice" de Maria Helena não a impediu de mover um processo contra o irmão, acusando-o de "sonegador da herança da mãe". Após exames médicos e inúmeros recursos, Maria Helena foi julgada "apta para cuidar de si"⁽¹⁹¹⁾.

Como podemos constatar, as "criaturas frágeis" defendiam-se. Muitas vezes, até se utilizavam das imagens de fragilidade que circulavam na defesa de seus interesses. Um exemplo dessa utilização de imagem foi o telegrama que, em 1880, Maria Joaquina Lopes enviou ao Presidente da Província. Neste, ela pedia que a estrada projetada não passasse pelos fundos de sua propriedade, e lamentava que as ameaças policiais "se façam sobre a fragilidade de uma mulher na ausência de seu marido"⁽¹⁹²⁾.

Todas essas mulheres que, através de suas ações, defendiam suas propriedades e rendimentos, colaboravam na sobrevivência da família e improvisavam formas de subsistência; desmentiam, no cotidiano, as imagens idealizadas que eram veiculadas nos jornais da época, e que faziam parte das normas culturais.

A presença dessas mulheres nas repartições públicas, movendo processos, e nas ruas, vendendo, lavando roupas, praticando a prostituição, provendo de inúmeras formas a

sobrevivência; em suas casas, costurando ou lecionando para as crianças, em casa e na escola, mostram a participação das mulheres no dia a dia de uma cidade, que se urbanizava, e cuja elite pressionava o poder público para tornar o espaço urbano livre de "indesejáveis".

A fraca acumulação que se processou impediu, não só a concretização das aspirações da elite quanto à "limpeza da cidade", como dificultou a formação de uma esfera pública e a delimitação da esfera íntima familiar em relação à esfera privada. Com a Proclamação da República, a elite local, amparada pelo poder público, tentará implementar medidas mais efetivas de reformas urbanas.

A República que, no Brasil, promoveu a institucionalização de forças sociais que vinham se formando desde meados do século XIX, representou, em Desterro/Florianópolis, após as crises dos primeiros anos, a concretização de aspirações por reformas urbanas e sociais, reclamadas desde o último quartel do século XIX. Estas reformas, que se expressaram, principalmente, em investimentos de controle e segregação das camadas populares, tiveram, em relação às mulheres, algumas especificidades.

No controle da circulação das mulheres pobres urbanas, a polícia passou a ter uma atuação mais efetiva adotando novas técnicas de registro e identificação. Na determinação de papéis sociais voltados para a família, a escola pública, que a partir das primeiras décadas do século XX se tornou mais numerosa, através de programas e livros escolares tentou delimitar, para as mulheres das camadas populares, o espaço doméstico como o legítimo "lugar da mulher".

Todos estes investimentos públicos tornaram mais difícil, para as mulheres das camadas populares, a busca da

sobrevivência. A desqualificação de sua atuação no espaço urbano sancionava preconceitos e violência, muitas vezes cometidas pelas próprias autoridades do poder público.

A transição da Monarquia para a República, que de início causou tanta luta política em Desterro, desenbocando na Revolução Federalista de 1893, representou, inicialmente, pouca diferença para as mulheres pobres, alvos da repressão policial. Através dos ofícios da polícia, razões sumárias são dadas para a prisão dessas mulheres. Em 1890, Marcolina Viana⁽¹⁹³⁾, Benedita Dolores⁽¹⁹⁴⁾ e Maria Antônia⁽¹⁹⁵⁾, foram presas por embriaguês; Maria Antônia da Conceição⁽¹⁹⁶⁾, "para correção"; Maria Magdalena, por desordem⁽¹⁹⁷⁾.

Embora fossem tão sumários, os registros das prisões das mulheres, estes foram se tornando cada vez menos explicativos. Os ofícios passaram a informar que as mulheres estavam sendo presas "por ordem do delegado" ou "por ordem do subdelegado", sem maiores explicações para as detenções.

Assim, neste mesmo ano de 1890, atribuíam-se a prisão de Marcolina Vianna, Luiza⁽¹⁹⁸⁾, Felicidade Joaquina da Conceição⁽¹⁹⁹⁾, Maria Magdalena⁽²⁰⁰⁾, Amélia Rosa de Jesus⁽²⁰¹⁾, Maria Antônia⁽²⁰²⁾, Laurência da Conceição, Ignez Alexandra⁽²⁰³⁾, Maria Amália⁽²⁰⁴⁾ e de outras, à "ordem do delegado" ou "por ordem do subdelegado".

Muitas dessas mulheres eram frequentemente presas. Marcolina Vianna, Amélia Rosa de Jesus e Felicidade Joaquina da Conceição foram presas "por ordem do delegado" inúmeras vezes, naquele ano de 1890.

Estas prisões - "por ordem do delegado" ou do subdelegado - foram uma constante nos anos de 1891 e seguintes; eram prisões sem qualquer julgamento e sem qualquer explicação.

Durante os períodos mais críticos das disputas políticas, ou seja, durante a Revolução Federalista e no início do primeiro governo após a Revolução, constata-se uma sensível redução nos registros policiais, normalizados somente a partir de 1898.

Nestas fases críticas, a presença do exército dispensava não só o registro mais pormenorizado das prisões, como, muitas vezes, a própria prisão, haja vista os degolamentos praticados pelos federalistas e os fuzilamentos pelos legalistas.

Desta fase, as fontes históricas escritas deixaram em silêncio a atuação das mulheres das camadas populares. A disputa entre as elites ocupava quase todo o espaço nos registros oficiais.

No primeiro governo de Hercílio Luz, os registros policiais inauguraram um novo termo para justificar as prisões. Em 1898 as mulheres passaram, então, a serem "presas para averiguações policiais"⁽²⁰⁵⁾. Em 1908, um outro tipo de crime passou a ser imputado às mulheres. Elas eram detidas "por andarem vagando alta noite pelas ruas, perturbando o sossego público"⁽²⁰⁶⁾ e, em 1909, "por andarem, fora de hora, vagando pelas ruas da cidade"⁽²⁰⁷⁾. A estabilidade política e a acomodação das elites trazia, de volta, a preocupação com o espaço urbano, e conseqüentemente maiores repressões policiais às mulheres pobres urbanas.

Todas as justificativas dúbias e sumárias de prisão dessas mulheres estavam ligadas a uma expectativa de "ordem urbana", que retornava com mais força em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Conforme ARAÚJO, no início deste século, em Florianópolis, ocorreu:

"um diversificado movimento no sentido de remodelar, sanear e ajustar as práticas de convívio urbano aos imperativos advindos com as novas forças que ali se instalavam, e que, cada vez mais, se

pautavam por uma crescente mercantilização das relações sociais"⁽²⁰⁰⁾.

A elite local, apoiada, agora, cada vez mais pelo poder público, ansiava por "promover um amplo reajustamento social de sua população aos imperativos e às territorialidades burguesas de organização social"⁽²⁰¹⁾. Tal empreendimento contava, dentre outros fatores, com a força policial que afastava das ruas elementos considerados desabonadores da imagem ideal de cidade que fazia parte de suas aspirações, e que no início do século XX aperfeiçoava-se.

Especificamente em relação às mulheres pobres urbanas, havia - além das tentativas de "reajustamento social" dirigidas à sua classe -, toda uma preocupação centrada em expectativas de comportamento considerado como "próprio para mulheres". Isto permitia à polícia usar, "sem traumas", toda uma série de repressões e arbitrariedades, pois tratava-se, não só de gente pobre, como de mulheres que fugiam às normas próprias de "sua natureza".

Possivelmente, muitas dessas mulheres que frequentavam a cadeia de Florianópolis eram trabalhadoras urbanas avulsas, exercendo inúmeras atividades que poderiam abranger venda ambulante de artigos, trabalhos domésticos em casas alheias, lavagem de roupas, prostituição, etc. Atividades, muitas vezes, realizadas consecutiva e simultaneamente. Compunham formas improvisadas de sobrevivência, numa cidade que as expulsava das áreas centrais e de ocupações mais rentáveis. Essas mulheres, junto com outros trabalhadores pobres, constituíam um "exército de reserva", que, neste fim do século XIX e início do XX, via restringirem-se, a cada dia, oportunidades de

ganho, à medida em que o porto de Florianópolis e, conseqüentemente, o seu comércio, entravam em declínio.

Um controle mais eficaz da prática cotidiana das mulheres pobres é constatado nos relatórios de polícia, a partir de 1910. Nestes, além do nome da presa, a polícia passou a incluir uma série de dados, tais como: cor, idade (se maior ou menor de idade), estado civil, naturalidade, profissão, instrução, tipo de crime, data de entrada e de saída da prisão e, por fim, nome da autoridade que a ordenou⁽²¹⁰⁾.

Através desses relatórios, é possível saber-se a profissão, a cor, o estado civil e o motivo da prisão dessas mulheres. Assim, nos anos de 1910 a 1911 foram presas 55 mulheres, num total de 281 prisões realizadas, conforme o Quadro I.

QUADRO I

Distribuição das prisões de mulheres por profissão, cor, estado civil e crime nos anos de 1910-1911.

PROFISSÃO		COR DA PELE		ESTADO CIVIL		RAZÃO DA PRISÃO	
Domésticas	18	Branças	22	Solteiras	47	Gatunagem	1
Criadas	4	Pretas	22	Casadas	8	Embriaguês	20
Lavadeiras	2	Pardas	11			Desordem	14
Sem profissão	22					Vagabunda	14
Serventes	1					Furto	4
Lavradoras	2					Sofre das faculdades	1
Cosinheiras	4					Tentativa de suicídio	1
Jornaleira	1						
Meretriz	1						
TOTAL	55		55		55		55

Apesar de o contingente populacional de Florianópolis ser eminentemente branco à época, por conta de uma escravidão em pequena quantidade - como já esclarecemos no primeiro capítulo -, observa-se um forte contingente de negras e pardas nos relatórios da polícia. Esse quadro denuncia a dificuldade que existia em ser, nesta cidade; pobre, mulher e negra.

Através do Quadro I, pode-se perceber que a quantidade de mulheres solteiras era muito superior ao de casadas. É possível que muitas dessas mulheres solteiras fossem mães, com filhos de uniões consensuais. Uniões estas que se sucediam, ao ritmo de uma vida que improvisava inúmeras formas de sobrevivência. O casamento institucional não fazia parte de suas histórias; no entanto, poderia ter sido almejado em determinados momentos de suas vidas, devido aos valores sociais que permeavam a sociedade em que viviam.

Essa presença marcante de mulheres solteiras nas áreas urbanas foi, da mesma forma, apontada por Maria Odila Leite da Silva Dias em São Paulo, no século XIX, onde, "quarenta e trinta e seis por cento dos fogos urbanos, nos maços de 1804 e 1836, eram constituídos por mulheres sós, chefes de família"⁽²¹¹⁾.

Entre essas mulheres e homens, frequentadores dos registros policiais, os papéis sociais de esposo e esposa, tão caros aos valores morais que marcavam as distinções sociais, eram difíceis de serem seguidos. Implicavam em possuir rendas determinadas, propriedades, uma certa estabilidade financeira e, ainda, valores de domesticidade que não faziam parte de suas experiências de sobrevivência, à margem do processo produtivo. No entanto, ao fazer o registro, os órgãos policiais marcavam as diferenças, identificando as solteiras e as casadas. Os valores que determinavam o registro dessa distinção pertenciam a uma

classe que desejava uma sociedade formada por famílias criadoras de trabalhadores, de cidadãos ordeiros e "não só de parentes" (212).

Estes registros, que distinguem as solteiras das casadas, denunciam a presença de imagens, de expectativas desses funcionários dos órgãos policiais em relação ao comportamento feminino. As mulheres pobres estavam sendo julgadas por essas imagens. Nelas, as mulheres eram vistas como destinadas, "naturalmente", ao casamento e à maternidade. A frequência de mulheres solteiras em tais registros denuncia não só a desqualificação dessas mulheres, como, também, a de suas uniões consensuais consideradas ilegítimas.

A lista de profissões femininas também permite notar os valores e as imagens idealizadas de mulher que permeavam a feitura desses registros. A quantidade de mulheres identificadas como "sem profissão" e "domésticas" indica que, possivelmente, tais mulheres viviam de inúmeras atividades; muitas delas, talvez, como extensão de afazeres domésticos: fabricação de comidas, de objetos de adorno, de limões de chero, que eram vendidas no centro da cidade por elas mesmas, ou pelos "pombeiros" que circulavam pelas ruas. Esses trabalhos deviam mesclar-se com furtos e prostituição eventual, haja vista o número de mulheres presas por "vagabundagem".

As reformas urbanas das primeiras décadas do século XX, em Florianópolis tornaram difícil, especialmente, a permanência de dois tipos de trabalho feminino, muitas vezes executados simultaneamente: a lavagem de roupas e a prostituição.

A canalização dos cursos de água, como o da Bulha, onde foi aberta a Avenida Hercílio Luz; o aterro de áreas consideradas insalubres; a retirada da população pobre das

áreas centrais, vinculada, na época, às questões de salubridade; a delimitação dos espaços sociais tudo isso impediu que as lavadeiras continuassem exercendo seu trabalho nos córregos que cortavam o centro urbano, e que ficavam próximos, tanto das freguesas quanto das casas das lavadeiras.

Nesta ocasião os registros policiais ficaram repletos de ocorrências envolvendo as lavadeiras, as quais eram presas por "desordem". Foram os casos: em 1911, de Florinda Joana⁽²¹³⁾; em 1918, de Maria do Nascimento e Isabel Antunes dos Santos⁽²⁷⁾. Algumas vezes, essas "desordens", que deveriam ser brigas entre elas, ou com outras, resultavam em ferimentos, como, em 1914, fez Antônia Lopes dos Santos⁽²¹⁵⁾; ou em homicídio, crime de que foram acusadas, em 1911, a lavadeira Maria Gonçalves Martins⁽²¹⁶⁾ e, em 1914, Marcolina da Conceição⁽²¹⁷⁾.

A canalização dos córregos das áreas centrais devia estar deslocando para os demais cursos d'água as lavadeiras que trabalhavam naqueles que ora eram objeto de reformas. As disputas nos córregos, que permaneciam sem canalização, deviam estar motivando as disputas entre as lavadeiras, registradas a partir de 1911 e coincidentes com o início das obras de saneamento urbano.

A preocupação com a salubridade motivou, também, tentativas mais efetivas, no início do século XX, para regulamentar a prostituição. Os jornais de Florianópolis discutiam inúmeras medidas que estavam sendo tomadas em centros maiores, para disciplinar a prostituição. A respeito das tentativas de disciplina local, algumas notas falavam de prisões de prostitutas em Florianópolis, como neste texto do jornal O Dia, de 1903:

"No louvável intuito de converter as vadias em trabalhadoras, o honrado Sr. Dr. Prefeito de Polícia tem agido para acabar com a

vagabundagem dessas infelizes, que por aí andam, aos magotes, vivendo em cortiços, de modo a envergonhar a sociedade"⁽²¹⁰⁾.

O que os jornais refletiam era toda uma preocupação em delimitar espaços higienizados para as famílias, preocupação esta que, de longa data, vinha trazendo discussões acirradas na Europa e, no Brasil, em grandes centros. As discussões giravam em torno, ou da eliminação da prostituição, ou de sua regulamentação⁽²¹¹⁾. Em 1891, o jornal República já noticiava tentativas de regulamentação em Berlim:

"A polícia de Berlim trata de pôr em prática uma medida deveras aceitável, tal vem a ser: reunir todas as mulheres de vida fácil em ruas fechadas por meio de longos portões de ferro.

A entrada nessas ruas será proibida a todas as mulheres que não estejam inscritas na polícia e, sobretudo, a crianças adolescentes"⁽²¹²⁾.

Era a tentativa de confinamento da prostituição, buscando deixar, para a circulação das famílias, os espaços livres daquela "vergonha da sociedade". Este processo de estabelecimento de espaços familiares, que parece estar tão presente no final do século XIX na Europa e no Rio de Janeiro, configurou-se, em Florianópolis, no início do século XX. Numa correlação com os bulevares franceses, e com a Avenida Central do Rio de Janeiro, foi inaugurada, em Florianópolis, a Avenida Hercílio Luz. Iniciada em 1919 e terminada em 1922, essa avenida foi construída no bojo de uma grande preocupação com o saneamento e a modernização⁽²¹³⁾. Buscava-se, também, um espaço privilegiado para a circulação das famílias.

Porém, apesar dos desejos de controle e disciplina da população, surgia, às vezes dentro do próprio organismo que se propunha comandar estes controles, resistências, e/ou

existência de outros conceitos e relacionamentos com a classe que se pretendia disciplinar. Um exemplo disso é o ofício do Prefeito de Polícia para o Governador, em 1909. Neste, o Prefeito de Polícia queixava-se dos praças do corpo de segurança, que "procedem conforme entendem". O Prefeito de Polícia referia-se a uma briga entre duas mulheres "de vida duvidosa", na qual uma delas saiu ferida. O praça que estava na patrulha, ao invés de registrar a ocorrência e proceder como era devido, "ocultou o crime, mandando para casa a criminosa, escondendo a arma, e recomendando à ferida que não levasse o fato ao conhecimento do Oficial de ronda". Neste mesmo ofício, o Prefeito de Polícia queixava-se, ainda, de outros praças que "passeiam com meretrizes pelas ruas da cidade, dando escândalos" e, mais, daqueles que "não deixam o violão todas as noites pelas ruas da cidade, não obstante as advertências feitas" (222).

É preciso, portanto, levar em conta que, no processo de organização, exclusão e delimitação dos espaços para a pobreza urbana, em Florianópolis, a elite contou com a Polícia; todavia esta era composta por homens que, muitas vezes, "procediam conforme entendiam", ou seja, de acordo com valores que não eram, necessariamente, aqueles dos que os comandavam.

Em 1927, o Chefe de Polícia registrava, em seus relatórios, que havia necessidade de regulamentar a prática do meretrício na capital (223); porém, em 1929, queixava-se que ainda não tinha conseguido, até aquele momento, regulamentá-la, embora considerasse a tarefa de suma importância. O Chefe de Polícia argumentava que:

"A regulamentação do Meretrício, se não é remédio moral ao grande flagelo social, seria, entretanto de notável alcance preventivo, motivo por que, se faz necessária tão salutar prática" (224).

A prostituição era uma atividade desempenhada paralelamente a outras. Muitas mulheres a exerciam, ao mesmo tempo em que eram doceiras, vendedoras, costureiras, lavadeiras, etc... Era, para muitas, uma atividade eventual, o que tornava tão difícil sua regulamentação.

Formas improvisadas de sobreviver dessas mulheres, que implicavam no desempenho de inúmeras atividades ao mesmo tempo, são possíveis de captar em documentos que não tinham a intenção de registrá-los. Para encontrá-los, é preciso remexer, catar entre ofícios, notas, processos. Pinçá-los e trazê-los à luz. Mostrar papéis sociais que fogem àquilo que as normas determinavam para as mulheres. Como vemos, elas os desempenhavam no afã de sobreviverem, readaptando-se às mudanças urbanas, enfrentando a polícia, improvisando ganhos muitas vezes considerados ilegais para o poder público, que dia a dia interferia na existência delas.

Estas, no entanto, improvisavam e resistiam: em 1901, Carolina Tombresck bancava "o jogo do bicho"⁽²²⁵⁾; neste mesmo ano, Domingas Meirelles era acusada de ser cafetina⁽²²⁶⁾; em 1902, Maria Luiza Genoveva Rita, Maria Francisca e Maria Joaquina eram presas por furto e prática de feitiçaria⁽²²⁷⁾; em 1911, Donata Maria da Conceição era meretriz⁽²²⁸⁾.

Por seu lado, as mulheres da classe média, no início do século XX, continuaram, principalmente, a ser costureiras, modistas e professoras. Em 1904, no jornal O Dia, circulava um anúncio de "Oficina de Costura, especializada em vestidos e coletes sob medida"⁽²²⁹⁾. No Guia do Estado de Santa Catarina de 1927, Domingas Bruggeman, Theodora Cuneo e Stella Sohn estavam registradas como modistas⁽²³⁰⁾. Em entrevista, Luiza Nahas Bonnassis, nascida em 1896, informou que contribuía para a renda familiar com seu trabalho de modista e costureira⁽²³¹⁾.

As poucas indústrias existentes na cidade subaproveitavam a mão-de-obra feminina. Restavam poucas alternativas numa cidade como Florianópolis onde os rendimentos de muitas famílias "distintas" dependiam, cada vez mais, dos cargos públicos. Nas lembranças das mulheres das camadas populares, entretanto, consta, também, o trabalho em fábrica: era o caso da indústria de bordados do grupo Carl Hoepcke, que utilizava mão-de-obra eminentemente feminina. Anete, filha de Dona Maria dos Passos Costa, contou, em entrevista recente, que trabalhou, quando tinha 18 anos, na fábrica de bordados do Hoepcke⁽²³²⁾.

Enquanto, para as mulheres das camadas populares, a sobrevivência continuou sendo garantida, principalmente pelas formas costumeiras, em vista do reduzido mercado de trabalho formal, para as mulheres da classe média, na segunda década do século XX, começaram a aparecer algumas alternativas profissionais novas.

Em 1917, criou-se o primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado - o Instituto Politécnico. Nele estudavam pessoas de ambos os sexos. Na primeira turma matricularam-se, junto com os rapazes, algumas moças: no curso de Farmácia matricularam-se 2 alunas e 3 alunos; no de Odontologia, 4 alunas e 3 alunos; no de Agrimensura, 7 alunos e nenhuma aluna; no de Comércio, 12 alunos e nenhuma aluna. Entretanto, em 1919, no curso de Datilografia desse Instituto, formaram-se 12 alunas e nenhum aluno⁽²³³⁾.

O Instituto Politécnico encerrou suas atividades em 1935, por ordem do então Ministro da Educação e Saúde Pública. Vários alunos conseguiram, com dificuldades, o reconhecimento de seus diplomas somente em 1956⁽²³⁴⁾.

O Instituto Politécnico representou, portanto, por algum tempo, para as mulheres da classe média, a possibilidade de exercer uma profissão, fora das carreiras

de professora e de esposa. Os cursos de Farmácia, Odontologia e Comércio contaram com presenças femininas entre seus alunos. O curso de Dactilografia era eminentemente feminino, com poucos homens entre seus alunos. Assim, em Florianópolis, além das carreiras de esposa e professora, a de datilógrafa parecia ser a mais nova opção que muitas jovens estavam adotando, haja vista o reduzido número de mulheres nos demais cursos da Escola Politécnica⁽²³⁵⁾.

Enquanto, para algumas moças da elite e da classe média de Florianópolis, abriam-se, nas primeiras décadas do século XX, possibilidades de novas profissões além das tradicionais, este mesmo período caracterizou-se por investimentos do poder público na divulgação dos modelos de esposa e mãe para as camadas populares, através da escola pública.

Michel Foucault relata que, na Europa, em meados do século XIX, teve início toda uma política de divulgação e controle do corpo e da sexualidade nas camadas populares⁽²³⁶⁾. Jacques Donzelot aponta, também, na Europa da segunda metade do século XIX, a "familiarização das camadas populares", onde, apoiados principalmente na figura da mulher, pretendia-se que esta vigiasse a vida profissional do marido, da qual dependia a sua promoção. Esta familiarização implicava em considerar o trabalho industrial feminino como ocasionalmente necessário. Caso o homem melhorasse sua situação profissional, ela deveria retornar ao lar.

"(...) E, em seguida, nesse movimento, orientar-se para profissões administrativas, assistenciais e educativas que correspondam melhor à sua natural vocação. Essa inflexão introduzida na carreira feminina restituiu ao homem, senão a realidade, pelo menos a impressão de seu antigo poder patriarcal, assegurando-lhe a responsabilidade principal no abastecimento do lar. (...)"⁽²³⁷⁾.

A "familiarização das camadas populares" em Florianópolis foi realizada através da educação nas escolas públicas. Os anos 10 do século XX, com o governo de Vidal José de Oliveira Ramos, representaram um período de intensa reforma do ensino público no Estado de Santa Catarina.

A Primeira República não colocou em prática, de início, o "fervor ideológico" de redenção do país pela educação⁽²³⁸⁾, tão divulgado pela propaganda republicana e caro à "geração setenta" do século XIX⁽²³⁹⁾. Em Santa Catarina, como no restante do país, a administração republicana, de início, pouco se empenhou no campo da educação⁽²⁴⁰⁾. Somente a partir dos anos 10 do século XX é que medidas efetivas em prol da educação das camadas populares foram tomadas pelo poder público.

Naquela época, a preocupação com a instrução pública, em Santa Catarina, prendia-se às aspirações de "modernidade" que a "ignorância" impedia alcançar. Em mensagem ao Legislativo, o governador Gustavo Richard, em 1908, acusava os pais de Santa Catarina de negligenciarem o futuro dos filhos, mantendo-os na ignorância, "incompatível com as exigências do século"⁽²⁴¹⁾. A mensagem do governador baseava-se nas aspirações da intelectualidade dos grandes centros do país de "integrar o Brasil na civilização ocidental"⁽²⁴²⁾. Isto implicava em políticas que iam desde as reformas urbanas pautadas pela preocupação com a salubridade até o combate policial aos desocupados e "inconvenientes" do centro urbano, implementadas, principalmente, a partir dos anos 10 em Florianópolis. A educação da camada popular, neste caso, correspondia a um discurso que apontava a "ignorância" da população como a responsável pela dificuldade de inserção do país no rol das nações civilizadas.

A reforma do ensino de Santa Catarina, que foi iniciada nesse período, teve como modelo a reforma realizada em São Paulo por volta de 1893, empreendida pelo então governador Bernardino de Campos. Na ocasião, para orientar os trabalhos em Santa Catarina, foi solicitada ao governo de São Paulo a disponibilidade do professor Orestes Guimarães. Este e sua esposa, a professora Cacilda Guimarães, empreenderam a reforma do ensino catarinense, o qual ficou, a partir de então até 1940, sob a influência do modelo paulista⁽²⁴³⁾.

A reforma do ensino significou, além de uma nova concepção pedagógica, a reforma da Escola Normal, a criação de grupos escolares e de Escolas Complementares, bem como a adoção de novos programas de ensino em 1911; mais tarde, em 1915, surgiram as Escolas Reunidas, intermediárias entre a antiga Escola Isolada e o Grupo Escolar⁽²⁴⁴⁾. A partir de 1920, as escolas públicas primárias do Estado passaram a adotar livros didáticos produzidos exclusivamente para elas, uniformizando, assim, programas e conteúdos.

Nos programas escolares adotados a partir de 1911, e nos livros escolares publicados a partir de 1920, observa-se a divulgação, para as camadas populares de valores de domesticidade e de trabalho. Com programas diferenciados para meninos e meninas, ensinava-se para os primeiros o amor ao trabalho e a busca da profissão, e para as meninas o reforço do papel de dona-de-casa como o único legítimo para o seu sexo.

No Programa das Escolas Isoladas de 1911, a ginástica para ambos os sexos, no 3º ano, era: "movimento de cabeça, do tronco, pescoço e membros superiores e inferiores". Porém, para os meninos, e somente para eles, ainda havia: "pulo em distância, altura e profundidade, corridas"⁽²⁴⁵⁾.

No Programa dos Grupos Escolares, em 1911, além da ginástica, os trabalhos manuais eram ministrados de forma diferente para cada sexo. Assim, ambos, no primeiro ano, aprendiam:

"Dobramento de papel. Fazer com o auxílio de papel objetos usuais, como chapéus, caixinhas, etc...
Tecidos de papel. Alinhavos em cartão, à vista de modelos apropriados e quadrados.
Modelagem: construção da esfera, do cubo e do cilindro, etc..."(246).

Porém, para as meninas, eram acrescentadas as seguintes atividades: "posição das mãos e modo de segurar a agulha, crochet simples". Do segundo ano em diante, não havia mais Trabalhos Manuais para meninos. Somente as meninas possuíam esta disciplina. No quarto ano, as meninas aprendiam:

"Pontos russos e ornamentos. Pontos de marca, letras e nomes. Camisas, aventais, lenços, toalhas, babadouros, etc..., para aplicação de estudos anteriores; serzidos, remendos, etc..."(247).

No programa das Escolas Complementares de 1928, além dos Trabalhos Manuais próprios para as meninas, havia, também, o Desenho, ministrado de forma diferente para cada um dos sexos. Assim, no 3º ano, ensinava-se para as meninas: "1) tipos variados de letras; 2) desenho para recortes usuais de costura". Para os meninos, ensinava-se: "1) desenho de objetos de instrumentos agrários (enxada, foice, machado, pá, ancinho); desenho de instrumentos de uso dos carpinteiros e pedreiros; desenhos de peças de carroçaria (parafusos, rodas, raio); 2) esboço de pequenas plantas (croquis)"(248).

Programas de ensino diferentes para meninos e meninas não eram novidade nas escolas. No século XIX, já eram muito diferentes os currículos dos cursos oferecidos aos meninos

daqueles das meninas⁽²⁴⁹⁾; a novidade, neste início do século XX, era que este programa diferenciado, preparando as meninas para o lar, destinava-se às camadas populares, objeto de preocupação e investimentos públicos de maior envergadura.

Nos livros escolares de autoria de Henrique da Silva Fontes - publicados a partir dos anos 20 e adotados nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina - ficavam bem definidas as funções das mulheres. Elas destinavam-se aos papéis de esposas, mães e donas-de-casa. As imagens femininas, reproduzidas nos vários textos, em muito assemelhavam-se àquelas veiculadas pelos jornais e divulgadas para um outro público: a elite e a classe média.

A Cartilha Popular, publicada inicialmente em 1920 e várias vezes editada, era quase toda escrita no masculino. Nela, a única referência às mulheres era a avó, através da frase: "a vovó é velhinha". Os meninos, também, são personagens em várias frases desta cartilha. Aparecem, por exemplo, como "cesteiros", "calados", etc... Havia, ainda, referências a um "pai" e a um "caixeiro"⁽²⁵⁰⁾. Observando-se essa cartilha, até parecia que no mundo só havia homens e meninos, e que as mulheres e meninas eram minoria absoluta.

Seria interessante registrar a ambiguidade da situação: nessa cartilha, meninos e meninas aprendiam a ler preferencialmente com mulheres, numa cidade onde a maioria da população era composta pelo sexo feminino. Além disso, em Desterro, as atividades pesqueiras e marítimas da população, mantinham, comumente, os homens separados da convivência familiar, deixando as crianças em contato prolongado com as mães. Apesar disso, como já afirmamos, na cartilha as mulheres constituíam minoria absoluta.

Fúlvia Rosemberg, em Literatura Infantil e Ideologia, demonstrou que, nos atuais livros de literatura infantil, as

mulheres e meninas literalmente desaparecem: "passamos a constituir 1/3 da humanidade, contido nos livros infanto-juvenis"⁽²⁵¹⁾. Na Cartilha Popular de 1920, as mulheres nem chegam a constituir 1/3.

No Primeiro Livro de Leitura, de Henrique da Silva Fontes, aparecem mais algumas personagens femininas. Neste livro, os papéis normativos, as imagens femininas e masculinas estavam bem delimitadas. Os homens aparecem, sempre, vinculados a alguma profissão. Eles são lavradores, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, negociantes, médicos, professores e soldados. Os meninos apresentam-se como personagens aventureiros e audazes.

Num dos textos, sob o título "Confiança em Deus", um padrinho diz ao afilhado, de 3 anos, que chorava com medo de trovoadas:

"(...) Um homem não chora de medo. Tem coragem. Vamos, dá um viva para espantar o medo"⁽²⁵²⁾.

Neste livro, havia poucas referências às mulheres e meninas. Uma mãe aparece referida como mediadora na briga entre dois irmãos⁽²⁵³⁾; uma menina má, que pisou na cauda do gato, foi castigada com a fuga do bichinho⁽²⁵⁴⁾, e outra menina, Aurélia, irmã de Célia, que era caridosa, ajudava a irmã doente⁽²⁵⁵⁾. Portanto, além de raras referências, as mulheres e meninas aparecem, em geral, nos seus papéis normativos de mães, irmãs, etc. Os meninos agem independentemente de sua condição de filhos ou irmãos, embora também cumpram estes papéis.

No Segundo Livro de Leitura, de Henrique da Silva Fontes, também de 1920, as meninas ganham a "síndrome" do "irmão mais velho que sabe tudo"⁽²⁵⁶⁾. Nele, as meninas aprendem sempre com a mãe ou com um irmão mais velho. Falando de livros infantis, Fúlvia Rosenberg nota essa

"síndrome", que ela denomina de "catatonia observante", em que os personagens são uma menina e seu irmão mais velho. O irmão, que é ativíssimo, faz e acontece, enquanto a irmã "catatônica" fica olhando⁽²⁵⁷⁾. No citado livro de Henrique Fontes, da mesma forma, as meninas têm sempre um irmão, mais velho, que é o sujeito da história, e que lhes ensina inúmeras verdades. Quanto aos meninos, estes aprendem com outros homens: com o pai⁽²⁵⁸⁾, com o professor⁽²⁵⁹⁾ ou com outros homens adultos⁽²⁶⁰⁾. Nestes textos, os meninos são sempre os mais aplicados da escola⁽²⁶¹⁾.

No Terceiro Livro de Leitura, também publicado em 1920, os meninos eram considerados os "homens do amanhã"⁽²⁶²⁾. Novamente as mulheres eram registradas nos papéis de "extremosas mães"⁽²⁶³⁾, filhas⁽²⁶⁴⁾ e donas-de-casa⁽²⁶⁵⁾. Algumas exceções, porém, surgem. Uma cozinheira⁽²⁶⁶⁾, uma mendiga⁽²⁶⁷⁾, lavadeiras⁽²⁶⁸⁾ e vendedoras de pinhão⁽²⁶⁹⁾. Estes eram os novos papéis femininos, que esse livro incluía.

Com relação aos meninos, um novo personagem entra em cena: o escoteiro. A coragem e as aventuras dos escoteiros eram frequentemente enaltecidos⁽²⁷⁰⁾. Dos "homens do amanhã", esperava-se a grande virtude da coragem⁽²⁷¹⁾. Das meninas, que fossem piedosas e compadecidas⁽²⁷²⁾.

O Quarto livro de leitura, publicado em 1930 traz um conteúdo diferente daqueles de 1920. Neste, os ideais de nacionalismo, reacendidos com a primeira guerra mundial⁽²⁷³⁾, nos grandes centros, estavam presentes. Entre os 85 textos que compõem este livro, 29 deles enaltecem a pátria e a família⁽²⁷⁴⁾. Neste livro, o "investimento familista" nas camadas populares, feito até então em nome da "modernidade" e da "civilização", passa a revestir-se de um forte sentido nacionalista.

Nesse Quarto livro de leitura eram delineadas as virtudes da esposa ideal: ser econômica e organizada.

"O capricho, a arte feminina, o asseio, a alegria e a paz conseguem fazer de um interior modesto um meio muito mais simpático e convidativo que o de muitas suntuosas habitações, às quais apenas a riqueza e o luxo emprestam a aparente e ilusória impressão de bem-estar"⁽²⁷⁵⁾.

A imagem das mulheres no papel social de mãe era semelhante àquelas divulgadas pelos jornais do final do século XIX e início do XX. Um dos textos, "Ser mãe", já fora publicado, em 1903, pelo jornal República.

"Ser mãe

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
O coração. Ser mãe é ter no alheio
Lábio, que suga, o pedestal do seio
Onde a vida, onde o amor cantando vibra

Ser mãe é ser um anjo que se libra
Sobre um berço dormindo! É ser anseio
E ter temeridade, é ser receio.
É ter força que os males equilibra.

Todo o bem que a mãe goza é bem do filho
Espelho em que se mira afortunado,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho

Ser mãe é andar chorando num sorriso
Ser mãe é ter mundo e não ter nada
Ser mãe é padecer num paraíso!"⁽²⁷⁶⁾.

Este poema, de Coelho Neto, conhecido e citado até os dias atuais, era publicado no Quarto livro de leitura e significava reatualização, em 1930, de imagens já divulgadas no século anterior para outra classe social, diferente daquela envolvida pela escola pública.

Um outro texto, também muito conhecido, "A Leoa", de Raimundo Corrêa, mostrava que até as feras possuíam amor materno⁽²⁷⁷⁾. Naquele livro de leitura pontuavam várias

imagens de mãe; nelas se dizia que a natureza as determinou para serem sempre amorosas, e capazes de se sacrificarem pelos filhos.

"(...) Tu ofenderes a tua mãe! Tua mãe, que daria um ano de felicidades para poupar-te um só momento de dor! Tua mãe, que mendigaria para ti, e que se deixaria matar para te salvar a vida!"⁽²⁷⁸⁾

Diferente dos livros publicados na década de 20, este dos anos 30, além de explicitar os papéis de homens e mulheres e de divulgar as virtudes domésticas para as mulheres, reforçava imagens idealizadas e recorrentes. Entretanto, por conta do novo nacionalismo, surge nesse livro a imagem ambígua da heroína. Três textos referiam-se a elas. Em "Heroínas brasileiras", de autoria de Osório Duque Estrada, eram reverenciadas: Anita Garibaldi, Clara Camarão, Ana Neri, Baronesa de Porto Carreiro. Ainda eram referidas algumas mulheres que haviam lutado, como guerreiras, na guerra do Paraguai: Florisbela, Maria Curupaiti e Chica Biriba⁽²⁷⁹⁾. Num outro texto, de Lemos de Brito, com o título de "Uma heroína", contava-se a história de Maria Quitéria⁽²⁸⁰⁾.

Esta forma ambígua de abordar o nacionalismo, apontando imagens idealizadas de esposa e mãe e, ao mesmo tempo, divulgando o "culto a heroínas guerreiras" que assumem papéis viris e que abandonam o lar e os ideais domésticos, foi analisada por Miriam Lifchitz Moreira Leite, a respeito da segunda metade do século XIX. A citada autora constatou que este culto às heroínas guerreiras "representava uma construção enviesada, na medida em que o século XIX foi essencialmente o período em que se cultuou a missão "natural" da mulher para o casamento, a criação dos filhos e a vida no lar"⁽²⁸¹⁾.

A autora lembra, também, que esta "construção enviesada" não ocorreu somente na segunda metade do século XIX, "mas em diferentes momentos de exacerbação do nacionalismo"⁽²²²⁾. Em Santa Catarina, o retorno desse tema ambíguo das "heroínas guerreiras" percebe-se no Quarto livro de leitura, publicado em 1930 e reeditado por vários anos seguidos, servindo às escolas públicas do Estado.

As contradições das imagens, neste livro de leitura, ficam ainda mais explícitas quando se observa que, no mesmo texto, aparecem também referências a outro tipo de heroína: a mãe que estimula os filhos a irem para a guerra, e que é apresentada como um "belo tipo d'alma de mulher, digna de ser imitada"⁽²²³⁾.

Convém destacar que, enquanto livros como este de Henrique da Silva Fontes eram adotados nas escolas públicas do Estado, e, portanto, divulgados na camada popular, pelos jornais, Antonieta de Barros conclamava as mães a se unirem contra a guerra, que as transformava "em simples fornecedoras de carnes para canhões"⁽²²⁴⁾.

Ao mesmo tempo em que os livros de Henrique da Silva Fontes circulavam nas camadas populares, os textos de Antonieta de Barros eram divulgados pelos jornais, atingindo outras classes sociais. Enquanto ideais de domesticidade eram divulgados para as camadas populares através da escola pública, as mulheres da elite e da classe média ganhavam publicidade nos jornais: as primeiras pelas suas atividades culturais e beneficentes, e as segundas por sua paulatina inserção em ocupações costumeiramente masculinas. Fica configurada, assim, a importância da família e dentro dela, das mulheres, para as políticas do poder público e seus embates.

As mulheres têm sido alvo privilegiado quando se trata de disciplinar as camadas populares. São também as

principais referências quando se pretende estabelecer distinções que diferenciam das demais camadas sociais, as famílias de prestígio envolvidas nas disputas políticas.

Neste trabalho não cabe responder se estas imagens foram eficientes, e/ou se mudaram efetivamente a vida das mulheres. No entanto, em Desterro/Florianópolis, em épocas diferenciadas, tanto as elites como as camadas populares conviveram com uma profusão de imagens femininas idealizadas. Isto significa que, estas imagens, fizeram parte do cotidiano dessas mulheres como parâmetros para sua avaliação e até para sua auto-imagem. Porém, pudemos constatar que isso não impediu que muitas mulheres, nesta cidade, defendessem suas propriedades e rendas, lutassem por seus direitos e proovessem sua existência e a de seus filhos.

Nas camadas populares de Florianópolis, os "investimentos familistas" do poder público encontraram limites na reduzida acumulação de riquezas que aí se processou. A divulgação dos ideais de trabalho e domesticidade implicava em determinar, como legítimos, para os homens o trabalho assalariado, e para as mulheres a função de esposa e mãe. Porém, tais ideais não encontravam, na cidade, oferta de emprego correspondente. Dessa forma, inúmeros componentes da camada popular permaneceram retirando a sobrevivência de trabalhos informais e, no interior da Ilha, das atividades pesqueiras e lavoura de subsistência.

Esta precariedade do mercado de trabalho formal impediu a constituição de uma divisão rígida de papéis sexuais. Nas visões de mundo das camadas populares, as mulheres continuaram mantendo uma importância que extrapolava os papéis de esposa e mãe.

D. Geni, em entrevista recente, já citada, explicitou a importância das mulheres para a sobrevivência das famílias nas camadas populares:

"Aqui, o que valia era a mulher, se esperasse pelo marido, vou dizer..." (2003)

N O T A S

- ‘1’ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. Revista de História (nova série) nº 114, jan./jun. 1983, USP. p. 31-45.
- ‘2’ Relatório da Exposição Provincial de Santa Catarina em 1866 - Catálogo de objetos expostos em Desterro. Typografia Mercantil. Acervo: setor de obras raras BC/UFSC.
- ‘3’ Idem. Idem. Exemplo: "Produto 620 - chinelas bordadas de bastidor de lã, produtora a neta do expositor Antônio Lopes da Silva"; "Produto 652 - quadro de flores artificiais, produtora a senhora do expositor Dr. Henrique Schutel"; "Produto 648, 649 - dois porta-relógios, um de chamalote bordado e outro de vidrilhos, produtoras as filhas do expositor Francisco José de Oliveira".
- ‘4’ Idem, produtos nº 623, 624 e 625.
- ‘5’ HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 45, gráfico nº V.1 "Comércio da Província de Santa Catarina em milhões de contos de réis - 1840-1888" aponta o período 1865-1869 como o período de maior crescimento das exportações catarinenses, onde o porto de Desterro se destaca, em especial na exportação da farinha de mandioca.
- ‘6’ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo: PUC, 1989, 216p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989 e

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. São Paulo: PUC, 1990, 330p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990; são trabalhos recentes que, fugindo à regra, tem incluído as mulheres, independentes dos papéis normativos.

- «7» Citada por vários historiadores entre eles: PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua História. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. p. 112 e CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.1, Notícia, p. 20.
- «8» PIAZZA, Walter F. Op. cit.. p. 114, traz os nomes de todas as filhas. PAULI, Evaldo. A fundação de Florianópolis. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 106, nos informa que Maria Pires Fernandes pertencia a uma das mais importantes famílias de São Paulo.
- «9» CABRAL, Oswaldo R. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979, v.2, Memória, p. 541-8.
- «10» Idem. v.1, Notícia, p. 8.
- «11» Ibidem. p. 163.
- «12» Idem. v.2, Memória, p. 38.
- «13» Ibidem. p. 53.
- «14» Ibidem. p. 517.
- «15» Idem. v.1, Notícia, p. 398.
- «16» Ibidem. p. 398.
- «17» Idem. v.2, Memória, p. 239.
- «18» Ibidem. p. 239.

- «19» Ibidem. p. 473.
- «20» Ibidem. p. 314.
- «21» Idem. v.1, Notícia, p. 70.
- «22» Idem. v.2, Memória, p. 166.
- «23» Ibidem. p. 171.
- «24» Ibidem. p. 165.
- «25» Ibidem. p. 166.
- «26» Ibidem. p. 186.
- «27» Idem. v.1, Notícia, p. 187.
- «28» Idem. v.2, Memória, p. 424.
- «29» PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo: USP, 1984, 303p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1984, analisou as diversas atividades, úteis à urbanização, realizadas por trabalhadores informais em São Paulo.
- «30» HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução por Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 43.
- «31» DIAS, M.O.L.S.. Mulheres sem história. Op. cit.. p. 31-45.
- «32» ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (Org.). A Mulher, a cultura e a sociedade. Tradução por Cila Ankier e

- Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-64.
- ‘33’ BECK, Anamaria. Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 13-4.
- ‘34’ CABRAL, O.R.. Op. cit.. v.1, Notícia. p. 353.
- ‘35’ Entrevista concedida por D. Francisca, com 97 anos e D. Ricardina com 67 anos, em 25/06/1989, no Pântano do Sul, Florianópolis, à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores.
- ‘36’ Entrevistas feitas pela Profa. Maria Bernardete Ramos Flores com D. Inácia, 65 anos, em 4/06/1989, com D. Nilza, 71 anos, em 04/07/1989, D. Maria, 83 anos, em 24/05/90.
- ‘37’ Entrevista com D. Francisca, citada.
- ‘38’ Entrevista concedida por Maria dos Passos Costa, 83 anos e sua filha Anete em 24/05/1990, à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores.
- ‘39’ VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina - A Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 191. Este texto foi publicado pela primeira vez em 1900. É possível que a forma da produção da farinha, bem como a composição feminina na produção, não tenha se alterado muito nos atuais engenhos do interior da Ilha, os quais, a cada dia são em menor número.
- ‘40’ Entrevista com Maria dos Passos Costa e sua filha Anete. Citada. Obs.: Procurou-se manter as palavras ditas, corrigindo levemente para melhor compreensão.
- ‘41’ VÁRZEA, V.. Op. cit.. p. 191

- «42» CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1982. p. 21.
- «43» Entrevistas com D. Nilza, D. Maria e D. Francisca. Citadas.
- «44» Entrevista concedida por D. Geni Peixoto Pinheiro, 68 anos, em 27/07/1988 à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores.
- «45» Entrevista com D. Inácia. Citada.
- «46» Ver mulheres pescadoras em: GJERSTAD, Ole. Mulheres Moçambicanas. Maputo(?), Moçambique, Organização das Mulheres Moçambicanas, 1984(?). 120p. p. 58, 84-85.
- «47» VÁRZEA, V.. Op. cit.. p. 169.
- «48» OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 123.
- «49» HUBENER, L.M.. Op. cit.. p. 35
- «50» Ibidem. p. 20.
- «51» OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 150.
- «52» Ibidem. p. 151-60.
- «53» Ofícios diversos à Câmara Municipal de Desterro, 9/07/1834, Obras Raras, BC/UFSC.
- «54» Idem para 1854.
- «55» BC/UFSC, Ofícios à Câmara Municipal de Desterro, 20/08/1850, Angélica Maria da Conceição.
- «56» Idem, 27/08/1850, Ana Joaquina de Campos.
- «57» Idem, 27/08/1850, Maria Rita Conceição.
- «58» Idem, 26/08/1850, Anna Pereira da Costa. O termo "pombiar" refere-se às "pombeiras" ou seja, às

vendedoras ambulantes que penduravam cestas, com os produtos, em varas colocadas sobre os ombros.

- ‘59’ Idem, 26/08/1850, Maria Antonieta Michant.
- ‘60’ SILVA, Pedro Ferreira. Reminiscências. Blumenau em Cadernos. (artigo publicado pela primeira vez em 1907), Tomo IV, setembro de 1959, nº 9, p. 165-7.
- ‘61’ CABRAL, O.R.. v.1., Notícia. Op. cit.. p. 351.
- ‘62’ CARDOSO, Fernando Henrique. & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960. p. 25-6.
- ‘63’ CABRAL, O.R.. v.1, Notícia. Op. cit.. p. 355.
- ‘64’ Ibidem. p. 357.
- ‘65’ Ibidem. p. 357.
- ‘66’ Ibidem. p. 353.
- ‘67’ Ibidem. p. 354.
- ‘68’ Ibidem. p. 355.
- ‘69’ Ibidem. p. 353.
- ‘70’ Ibidem. p. 355.
- ‘71’ CABRAL, O.R.. v.2, Memória. Op. cit.. p. 285.
- ‘72’ Ibidem. p. 59.
- ‘73’ Ibidem. p. 264.
- ‘74’ Jornal do Comércio, nº 10, 21/04/1880, p.4, c. 3.
- ‘75’ Idem, nº 185, 10/08/1884, p. 1, c. 3.
- ‘76’ Apud ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. p. 87.

- '77' Recenseamento de 1872. Apud CARDOSO, F.H. & IANNI, O.
Op. cit.. p. 64-5.
- '78' Ibidem. p. 64-5.
- '79' VÁRZEA, V.. Op. cit.. p. 32.
- '80' Ibidem. p. 32-3.
- '81' Recenseamento de 1872. Apud CARDOSO, F.H. & IANNI, O..
Op. cit.. p. 64-5.
- '82' Relação das casas com cercado no campo público denominado Campo Novo pela margem da praia até o fantolo - realizado por Francisco Maria da Cunha Júnior, fiscal da freguesia de Canasvieiras, em Canasvieiras, 07/03/1882 - Obras raras: BC/UFSC.
- '83' WOOLF, Virgínia. Um teto todo seu. Tradução por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 141.
- '84' MICHEL, Andrée. Não aos estereótipos!: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares. Tradução por Zuleika Alambert, Violette Nagib Amary. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina; (Paris); UNESCO, 1989, p. 20.
- '85' Correspondência de diversos ao Presidente da Província, 16/03/1882 - APESC.
- '86' Idem, 18/03/1882.
- '87' Idem, 19/03/1882.
- '88' Idem, Idem.
- '89' Idem, agosto a dezembro de 1884.
- '90' Ofício nº 77 da Cia. de Aprendizes-Marinheiros para o Presidente da Província em 22/11/1887.
- '91' CABRAL, O.R.. v.1, Notícia. Op. cit.. p. 196.

- '92' BC/UFSC. Ofício da Comissão Sanitária do Distrito para o Presidente da Câmara Municipal em 27/05/1880.
- '93' CABRAL, O.R.. v.2, Memória. Op. cit.. p. 228-34.
- '94' Ofício nº 164, da Secretaria da Polícia para o Presidente da Província, em 2/09/1879 - APESC.
- '95' Ofício nº 87, de 19/04/1882.
- '96' Ofício nº 291, de 21/12/1880.
- '97' Ofício nº 04 de 09/01/1877.
- '98' Ofício nº 124 de 01/09/1877.
- '99' Ofício nº 13 de 15/01/1878.
- '100' Ofício nº 120 de 12/06/1880.
- '101' Ofício nº 90 de 15/04/1871.
- '102' Ofício nº 106 de 26/04/1871.
- '103' Ofício nº 173 de 13/11/1876.
- '104' CABRAL, O.R.. v.1, Notícia. Op. cit.. p. 66.
- '105' Relatório do Secretário de Polícia de Santa Catarina ao Presidente da Província, 17/02/1872 - APESC.
- '106' Ofício nº 253, Secretaria de Polícia de Santa Catarina, em 31/10/1872, dirigido ao Presidente da Província.
- '107' Idem, Idem.
- '108' CORREA, Marisa. Morte em família. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 26, citado por ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.5, nº 10, p. 123-46, março/agosto de 1985.

- «109» Ofício nº 12, de 21/01/1873, da Secretaria de Polícia de Santa Catarina ao Presidente da Província.
- «110» Ofício nº 104, de 15/05/1874. Idem, Idem.
- «111» Ofício nº 426, em 25/10/1892. Idem, Idem.
- «112» Mapa demonstrativo dos presos recolhidos ao xadrez da polícia, no ano de 1883, p. 33.
- «113» Ofício nº 313, de 16/08/1889 e nº 318, de 26/08/1889.
- «114» Ofício nº 54, de 18/03/1889.
- «115» Ofício nº 80, de 3/04/1889.
- «116» Ofício nº 83, de 4/04/1889.
- «117» Ofício nº 113, de 23/04/1889.
- «118» Ofício nº 232 da Secretaria da Polícia para o Presidente da Província, em 25 de julho de 1887.
- «119» DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 24, afirma que as mulheres em São Paulo, "tinham o costume sugestivo de abandonar os nomes da família e adotar nomes próprios, (...)".
- «120» OLIVEIRA, H.L.P.. Op. cit.. p. 330.
- «121» CABRAL, O. R.. v.2, Memória. Op. cit.. p.334.
- «122» Relatório que o Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, no ato de abertura de sua sessão ordinária, em 25 de março de 1870. Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1870. p. 19.
- «123» Ofício nº 34, do Comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina para o Presidente da Província, 27/06/1887.

- «124» Ofício nº 37, da Inspeção Geral de Instrução Pública da Província para o Presidente da Província, 17/04/1872.
- «125» Ofício nº 37, do Comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina para o Presidente da Província em 08/07/1887. Neste ofício, o Comandante informava que Izabel Maria do Espírito Santo, mãe de Demétrio José Honório, não dava qualquer informação que impedisse a manutenção do alistamento do menino, como por exemplo: "não apresenta documentos que provem ser mãe do menor, tais como certidões de casamento, de óbito de seu marido e que, como tal, prove ser cabeça de casal, afim de obstar o seu alistamento, assim como não apresenta certidão de idade nem provas de estar ele empregado e ter ela meios necessários para a manutenção do menor que diz ser seu filho, tornando-o assim pernicioso à sociedade".
- «126» DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução por M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 75-80.
- «127» Ofício nº 249 da Secretaria da Polícia de Santa Catarina para o Presidente da Província, em 21/09/1870.
- «128» Ofício nº 246 de 19/09/1870.
- «129» Ofício nº 249, 250, 253 e 254 referem-se ao caso de Rufina Maria das Dores.
- «130» Ofício nº 142 de 06/06/1872 e nº 159 de 21/06/1872.
- «131» Ofício nº 93 de 16/04/1872 e nº 94 de 20/04/1872. Este ofício da Secretaria de Polícia refere-se ao mesmo caso citado na nota nº 124. A diferença está em que o ofício citado na nota 124 era redigido pelo

inspetor da Instrução pública e este é escrito pela polícia. Temos assim duas versões de um mesmo caso.

- '132> Ofício nº 150 de 11/06/1872.
- '133> Ofício nº 204 de 02/07/1887.
- '134> Ofício nº 13 da Secretaria da Polícia da Província de Santa Catarina para o Presidente da Província em 17/01/1871.
- '135> Ofício nº 1 do Comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina para o Presidente da Província em 02/01/1888.
- '136> Ofício nº 14 de 02/01/1888.
- '137> Ofício nº 20 de 17/01/1890.
- '138> Relatório anexo ao ofício nº 84 de 30/12/1885.
- '139> Ofício nº 226 da Secretaria de Polícia para o Presidente da Província em 19/11/1874. Antônio José da Silva foi mandado para a Escola de Aprendizes-Marinheiros por não ter bom comportamento, e por "ter deflorado mulher virgem". Este e outros exemplos mostram que, realmente, a Escola era considerado lugar de castigo.
- '140> Ofício nº 25, de 3/02/1873.
- '141> Ofício nº 452, de 31/12/1886.
- '142> CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo - Juqueri, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 58.
- '143> Ofício nº 6, de 10/01/1874.
- '144> Ofício nº 179, de 15/09/1879.
- '145> Ofício nº 148, de 6/08/1879.

- «146» Relatório de 31/05/1889, do Chefe de Polícia para o Presidente de Província.
- «147» Ofício nº 97, do Prefeito de Polícia para o Governador do Estado, 22/04/1908.
- «148» Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo engenheiro civil Hercílio Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.
- «149» Ofício nº 57, da Câmara Municipal para o Presidente da Província, em 11/01/1888.
- «150» Relatório do Chefe de Polícia para o Presidente da Província, em 31/05/1889.
- «151» ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 212.
- «152» SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.
- «153» APESC, caixa nº 28, pasta 372. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Manifestação de Revistas. Apelação crime: João Pereira do Nascimento (recorrente) Francisco Motta Spezim (recorrido) Desterro, 1878.
- «154» Idem, folha nº 199.
- «155» Idem, folhas nºs 150-165.
- «156» Idem, folha nº 199.
- «157» Termo usado por ESTEVES, M.A. Op. cit.. p. 44.
- «158» Jornal do Comércio, nº 57, 14/03/1883, p.1, c. 3.

- «159» Idem, nº 146, 26/06/1884, p.1, c. 4.
- «160» SOUZA, Gilda de Mello e. O espírito das roupas. A moda no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 22-5.
- «161» Jornal do Comércio, nº 15, 20/01/1886, p.1, c. 3.
- «162» SOUZA, G.M.. Op. cit.. p. 130.
- «163» SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Tradução por Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 93.
- «164» SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 38.
- «165» Jornal do Comércio, nº 39, 17/04/1887, p.4, c. 1.
- «166» Idem, nº 205, 16/09/1885, p. 4, c. 1.
- «167» APESC, caixa nº 39, pasta nº 528. Processo. Tribunal da Relação em Porto Alegre. Apelação-Crime. Juiz de Direito (apelante) João Pedro Ferreira de Macedo (apelado), São José, 1884.
- «168» Jornal do Comércio, nº 317, 28/01/1887, p.1, c. 4.
- «169» Relatório com que o Sr. Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro passou a administração da Província ao Sr. Dr. Francisco José da Rocha em setembro de 1885, Desterro, Typografia da Regeneração, p. 26.
- «170» Ofício nº 45 da Inspeção Geral da Instrução Pública para o Presidente da Província em 22/04/1870.
- «171» Idem, Ofício nº 13 de 28/01/1870.
- «172» Idem, Ofício nº 76 de 23/06/1870.

- «173» RODRIGUES, Leda Maria Pereira. A instrução feminina em São Paulo. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962. p. 69.
- «174» Carta de Francisca Carolina Wellington para o Diretor da Instrução Pública em 05/03/1881.
- «175» Ofício nº 55 da Inspeção Geral da Instrução Pública para o Presidente da Província em 31/05/1873.
- «176» Ofício da Instrução Pública para o Presidente da Província em 25/11/1880.
- «177» Idem janeiro de 1881.
- «178» APESC, caixa nº 7, pasta nº 101. Processo. Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-Civil. José Nekel Ferreira Brito & Cia (apelante) D. Maria José da Silva (apelada), Desterro, 26/06/1883.
- «179» APESC, caixa nº 6, pasta nº 94. Testamento - Manoel Antônio Victorino de Menezes (falecido) Isabel Francisca de Menezes e outros (herdeiros), Desterro 22/04/1885.
- «180» APESC, caixa nº 5, pasta nº 74. Processo. Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-Civil. Francisco Gonçalves Ferreira e sua mulher (apelante) Manoel Antônio Victorino Menezes (apelado), 1885.
- «181» APESC, caixa nº 28, pasta nº 371. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Manifestação de Revista. Apelação-Civil. Leonel Heliodoro da Luz e sua mulher (recorrente), viúva e herdeiros do Coronel Gaspar Xavier das Neves (recorrido), São José, 1876.
- «182» HUBENER, L.M.. Op. cit.. p. 75.
- «183» APESC, caixa nº 15, pasta 206. Processo. Tribunal da Relação de Porto Alegre. 20/11/1879.

- «184» APESC, caixa nº 15, pastas nº 203 e 204. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Apelação-Civil. Clarinda d'Abreu Valgas e outros (apelantes) à herança de Manoel d'Oliveira Valgas, falecido (apelado), Desterro, 1879.
- «185» F.M.F., caixa nº 1, de 1881 - Vara da família - Licença para venda - Clarinda de Abreu Valgas, 19/08/1881.
- «186» F.M.F., caixa nº 1, de 1881. Ângela Maria Isetto - Justificação.
- «187» APESC, caixa nº 5, pasta nº 73. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Embargos infrigentes. Francelina Maria de Araújo (embargante); Manoel Joaquim de Carvalho (embargado), Desterro, 17.08/1882.
- «188» APESC, caixa nº 41, pasta nº 547. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Apelação-Civil. Luiza Eufrásia da Silveira e outros (apelantes); José Silveira de Souza Fagundes (apelado), São José, 1874.
- «189» APESC, caixa nº 34, pasta nº 445. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Recurso-Crime. Juiz de Direito (recorrente); Antônio José Conrado (recorrido), São José, 1883.
- «190» APESC, caixa nº 40, pasta nº 533. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Apelação-Comercial, Rosa Casimira Vianna (apelante); João Maria Cardozo (apelado), Desterro, 1887.
- «191» APESC, caixa nº 34, pasta nº 446. Processo. Tribunal de Relação em Porto Alegre. Carta testemunhal. Júlio Leon Silva (suplicante), Desterro, 1883.
- «192» APESC, Correspondência de diversos ao Presidente da Província, novembro/desembro 1880.

- (193) Ofício da Secretaria da Polícia para o Governo do Estado, nº 49, de 30/04/1890.
- (194) Ofício nº 62, de 9/05/1890.
- (195) Ofício nº 104, de 7/06/1890.
- (196) Ofício nº 58, de 7/05/1890.
- (197) Ofício nº 52, de 2/05/1890.
- (198) Ofício nº 136, de 4/07/1890.
- (199) Ofício nº 140, de 5/07/1890.
- (200) Ofício nº 142, de 7/07/1890.
- (201) Ofício nº 165, de 24/07/1890.
- (202) Ofício nº 114, de 13/06/1890.
- (203) Ofício nº 181, de 06/08/1890.
- (204) Ofício nº 265, de 24/09/1890.
- (205) Ofício nº 215, de 11/11/1898; Ofício nº 44, de 24/01/1899; Ofício nº 31, de 30/01/1900; Ofício nº 41, de 5/02/1900.
- (206) Ofício nº 34, de 17/02/1908.
- (207) Ofício nº 75, de 25/03/1909.
- (208) ARAÚJO, H.R. Op. cit.. p. 11
- (209) Ibidem. Idem.
- (210) Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado, Relação dos presos correccionais recolhidos ao posto policial desta chafatura, de outubro de 1910 a 10 de maio de 1911.
- (211) DIAS, M.O.L.S.. Op. cit.. p. 20.

- (212) ESTEVES, M.A.. Op. cit.. p. 31.
- (213) Relatório do chefe de Polícia - Mapa de Inquéritos Policiais - outubro e 1910 a maio de 1911.
- (214) Idem para 1918.
- (215) Idem para 1914.
- (216) Idem para 1911.
- (217) Idem para 1914.
- (218) Jornal O Dia, nº 553, 07/11/1903, p.2, c. 3.
- (219) Sobre as discussões em torno da prostituição no Rio de Janeiro, ver ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989. 149p.
- (220) Jornal República, nº 618, 22/12/1891, p. 1, c. 1.
- (221) ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. p. 20.
- (222) Ofício nº 105, do Prefeito de Polícia para o Governador do Estado, em 31/03/1909.
- (223) ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. p. 54.
- (224) Relatório da Chefatura de Polícia. Apresentado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça em 10/06/1929.
- (225) Idem Ofício nº 206 de 20/06/1901.
- (226) Ofício nº 137 de 15/04/1901.
- (227) Idem Ofício nº 275 de 21/11/1902.
- (228) Relatório do Chefe de Polícia. Mapa dos presos recolhidos entre 1910 e 1911.

- (229) Jornal O Dia, nº 1034, 28/06/1904, p.3, c. 3. Também nº 1035, 29/06/1904, p. 3, c. 3.
- (230) ENTRES, Godofredo (Org.). Guia do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Alberto Entres, 1927. p. 81.
- (231) Entrevista concedida por Luiza Nahas Bonnassis, nascida em 15/12/1896, a Joana Maria Pedro.
- (232) Entrevista concedida por Maria dos Passos Costa, 83 anos e sua filha Anete em 24/05/1990 à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores.
- (233) VIEIRA, Amazile de Hollanda. Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis. Florianópolis: A & P, 1986. p. 67-92.
- (234) Ibidem. p. 66-102.
- (235) Ibidem. p. 75-94.
- (236) FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I - a vontade de saber. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 119.
- (237) DONZELOT, J.. Op. cit.. p. 41-2.
Também RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 218p., aponta o processo de familiarização das camadas populares no Brasil.
- (238) NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. v.9, Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 261.
- (239) OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 79-81.

- (240) ARAÚJO, H.R.. Op. cit.. p. 115.
- (241) Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo, em 2 de agosto de 1908, Typ. Boehm: Joinville, 1908, p. 14.
- (242) OLIVEIRA, L.L.. Op. cit.. p. 113.
- (243) FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p. 87-110.
- (244) Ibidem. p. 98-100.
- (245) Programa de ensino para as Escolas Isoladas, aprovado e mandado observar pelo decreto nº 587, de 22/04/1911, p. 21. O regulamento de 1892 já exigia "Trabalho de Agulha" para as meninas. Em 1875, no ofício nº 65 da Inspeção Geral de Instrução Pública para o Presidente da Província, o Inspetor pedia a nomeação de uma professora para ser a examinadora "a respeito de trabalhos de agulha".
- (246) Programa dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina - Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 587, de 22/04/1911. p. 4.
- (247) Idem. Idem. p. 15.
- (248) Programa de Ensino das Escolas Complementares, aprovado pelo Decreto nº 2.218, de 24 de outubro de 1928. p. 18.
- (249) LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo. Ciência e cultura, 42(2): 144-149, fev.(1990). p. 147.

- <250> FONTES, Henrique da Silva. Cartilha popular. Série Fontes, Florianópolis: Imprensa Oficial, 1948 (a primeira edição é de 1920). 45p.
- <251> ROSEMBERG, Fúlvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1984. p. 89-90.
- <252> FONTES, Henrique da Silva. Primeiro livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tip. Livraria Central de Alberto Entres, 1945, (1.ed. de 1920). p. 22.
- <253> Ibidem. p. 54. Também sobre mães nas p. 10-11.
- <254> Ibidem. p. 27.
- <255> Ibidem. p. 15.
- <256> FONTES, Henrique da Silva. Segundo livro de leitura. Adotado nas escolas públicas isoladas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Cysne, 1920. p. 9.
- <257> ROSEMBERG, F.. Op. cit.. p. 96-7.
- <258> FONTES, H.. Segundo livro de leitura. Op. cit.. p. 51, 63.
- <259> Ibidem. p. 102, 19.
- <260> Ibidem. p. 56, 72.
- <261> Ibidem. p. 72, 102.
- <262> FONTES, H. Terceiro livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Alberto Entres, 1941 (primeira edição é de 1920). p. 11.
- <263> Ibidem. p. 30.
- <264> Ibidem. p. 40.

- <265> Ibidem. p. 48.
- <266> Ibidem. p. 48.
- <267> Ibidem. p. 88.
- <268> Ibidem. p. 90.
- <269> Ibidem. p. 109.
- <270> Ibidem. p. 10-1, 21.
- <271> Ibidem. p. 28.
- <272> Ibidem. p. 89.
- <273> OLIVEIRA, L.L.. Op. cit.. p. 133.
- <274> FONTES, Henrique da Silva. Quarto livro de leitura. (Série Fontes). Florianópolis: Alberto Entres, 1940 (primeira edição á de maio de 1930). Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. 168p.
- <275> Ibidem. p. 26.
- <276> Jornal República, nº 95, 16/06/1903, p. 2, c. 1-2.
- <277> FONTES, H.S.. Quarto livro de leitura. Op. cit.. p. 21.
- <278> Ibidem. p. 13.
- <279> Ibidem. p. 94.
- <280> Ibidem. p. 102.
- <281> LEITE, M.L.M.L.. Op. cit.. p. 145.
- <282> Ibidem. p. 147.
- <283> FONTES, H.S.. Quarto livro de leitura. Op. cit.. p. 100

- '284' BARROS, Antonieta. Farrapos de idéias. Florianópolis: Elegraf, 1971. p. 178.
- '285' Entrevista concedida por Geni Peixoto Pinheiro, 68 anos, em 27/07/1988 à Profa. Maria Bernardete Ramos Flores.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A - FONTES PRIMÁRIAS

A.1 - Manuscritos

A.1.1 - Acervo do setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ofícios diversos à Câmara Municipal de Desterro entre 09/07/1834 até 07/04/1854.

Relação das casas com cercado no campo público denominado Campo Novo pela margem da praia até o Fantolo - realizado por Francisco Maria da Cunha Júnior, fiscal da freguesia de Canasvieiras - 07/03/1882.

Ofício da Comissão Sanitária do Distrito para o Presidente da Câmara Municipal em 27/05/1880.

A.1.2 - Acervo do Forum Municipal de Florianópolis.

Caixa nº 1 de 1881 - Vara da Família - Licença para venda. Clarinda de Abreu Valgas, 19/08/1881.

Caixa nº 1 de 1881 - Vara da Família - Justificação. Angela Maria Isetto.

A.1.3 - Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ofícios da Inspeção Geral de Instrução Pública da Província para o Presidente da Província - 1870-1885.

Ofícios da Secretaria da Polícia de Santa Catarina para os Presidentes da Província e Governadores do Estado. 1870-1913.

Relatório do Secretário de Polícia de Santa Catharina ao Presidente da Província - 17/02/1872.

Caixa nº 41, pasta nº 547. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-Civil. Luiza Eufrásia da Silveira e outros (apelantes); José Silveira de Souza Fagundes (apelado). São José, 1874.

Caixa nº 28, pasta nº 371. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Manifestação de Revista. Apelação-Civil. Leonel Heliodoro da Luz e sua mulher (recorrente); viúva e herdeiros do Coronel Gaspar Xavier das Neves (recorrido). São José, 1876.

Caixa nº 28, pasta nº 372. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Manifestação de Revistas. Apelação-crime. João Pereira do Nascimento (recorrente); Francisco Motta Spezim (recorrido). Desterro, 1878.

Caixa nº 15, pastas nº 203 e 204. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-Civil. Clarinda d'Abreu Valgas e outros (apelantes); à herança de Manoel d'Oliveira Valgas, falecido (apelado). Desterro, 1879.

Caixa nº 15, pasta nº 206. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. 20/11/1879.

Ofício de Francisca Carolina Willington ao Diretor da Instrução Pública, 05/03/1881.

Caixa nº 5, pasta nº 73. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Embargos infrigentes. Francelina Maria de Araújo (embargante); Manoel Joaquim de Carvalho (embargado). Desterro, 17/08/1882.

Correspondências de diversos ao Presidente da Província, 1882-1884.

Mapa demonstrativo dos presos recolhidos ao xadrez da polícia, no ano de 1883.

- .Caixa nº 34, pasta nº 445. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Recurso-crime. Juiz de Direito (recorrente); Antônio José Conrado (recorrido). São José, 1883.
- .Caixa nº 7, pasta nº 101. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-civil. José Nekel Ferreira Brito & Cia. (apelante); D. Maria José da Silva (apelada). Desterro, 1883.
- .Caixa nº 34, pasta nº 446. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Carta Testemunhal. Júlio Leon Silva (suplicante). Desterro, 1883.
- .Caixa nº 39, pasta nº 528. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-crime. Juiz de Direito (apelante); João Pedro Ferreira de Macedo (apelado). São José, 1884.
- .Caixa nº 5, pasta nº 74. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-civil. Francisco Gonçalves Ferreira e sua mulher (apelante); Manoel Antônio Victorino Menezes (apelado). 1885.
- .Caixa nº 6, pasta nº 94. Testamento - Manoel Antônio Victorino de Menezes (falecido); Isabel Francisca de Menezes e outros (herdeiros). Desterro, 1885
- .Caixa nº 40, pasta nº 533. Processo - Tribunal de Relação de Porto Alegre. Apelação-comercial. Rosa Casimira Vianna (apelante); João Maria Cardozo (apelado). Desterro, 1887.
- .Ofícios do Comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina para o Presidente da Província, 1887-1890.
- .Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província. 1888.
- .Relatório do Chefe de Polícia para o Presidente da Província em 31/05/1889.

Relatórios do Chefe de Polícia - Mapa de Inquéritos Policiais - 1910, 1911, 1914 e 1918.

Relatório apresentado ao Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, governador do Estado. Relação dos presos correccionais recolhidos ao posto policial desta Chefatura, outubro de 1910 a 10 de maio de 1911.

Relatório da Chefatura de Polícia apresentado ao Sr. Secretário do Interior e Justiça em 10/06/1929.

A.2 - Impressos

A.2.1 - Acervo do setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório da Exposição Provincial de Santa Catarina em 1866. Catálogo de objetos expostos em Desterro. Desterro: Typografia Mercantil, 1866.

MIRA, Crispim. Terra Catarinense. Florianópolis: Moderna, 1920. 279p.

ENTRES, Godofredo (Org.). Guia do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Alberto Entres, 1927.

A.2.2 - Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Florianópolis - SC.

BRASIL. Synopse do Recenseamento. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística - 31/12/1900. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905.

A.2.3 - Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

PERIÓDICOS

Jornais de Desterro/Florianópolis:

- . Jornal do Comércio - 1880-1894.
- . República - 1890-1896, 1898-1903, 1918-1923.
- . O Dia - 1901-1905.
- . A Época - 1917.
- . Pena, Agulha e Colher - 1918.
- . A Gazeta - 1941.

LIVROS

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Ensaio oratório na tribuna evangélica. Colleção de sermões, panegyricos, orações de ação de graças e fúnebres. Florianópolis: Typografia Catatinense, 1862. 213p.

BOITEUX, José Arthur. Anuário Catharinense para 1904. Florianópolis: Moderna, 1904. 190p.

SOUZA, Delminda Silveira de. Lizes e Martyrios. Florianópolis: Gutenberg, 1908. 352p.

----- . Cancioneiro. Florianópolis: Typografia da Livraria Central, 1914. 87p.

----- . Passos dolorosos. Kevelaer (Rhenânia): Butzon Becker, 1931. 30p.

FONTES, Henrique da Silva. Cartilha Popular. Série Fontes. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1948 (1ª edição é de 1920). 45p.

----- . Primeiro livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tip. Livraria Central de Alberto Entres, 1945 (1ª edição é de 1920). 61p.

----- . Segundo livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Cysne, 1920. 124p.

----- . Terceiro livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Alberto Entres, 1941 (1ª edição é de 1920). 143p.

----- . Quarto livro de leitura. Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Alberto Entres, 1940 (1ª edição é de 1930). 168p.

SILVA, Pedro Ferreira. Reminiscências. Blumenau em cadernos. Blumenau, v.4, nº 9, p. 165-7, set. 1959 (artigo publicado pela primeira vez em 1907).

BARROS, Antonieta (Maria da Ilha). Farrapos de Idéia. Florianópolis: Elegraf, 1971. 234p.

A.2.4 - Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

. Relatório que o Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, no ato de abertura de sua sessão ordinária, em 25/03/1870. Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1870.

. SANTA CATARINA: Regulamento para o Atheneu Provincial. Acto de 22/06/1874. Florianópolis, [s.n.], 1874.

Fala dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina pelo Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva em 21/03/1875. Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1875.

Fala com que o Dr. Antônio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigéssima quarta legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 06/10/1882. Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1882.

Relatório com que o Desembargador João Rodrigues Chaves passou a administração da Província ao Dr. Joaquim Augusto do Livramento; terceiro Vice-Presidente, em 09/03/1882. Desterro: Gabinete-Typographico, 1885.

Relatório com que o Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro passou a administração da Província ao Dr. Francisco José da Rocha em setembro de 1885. Desterro: Typografia da Regeneração, 1885.

SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrução Pública. Florianópolis: [s.n.], 1892.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na instalação da terceira sessão ordinária da terceira legislatura em 10/08/1897, pelo Governador Dr. Hercílio Pedro da Luz. Florianópolis: Gabinete Typographico, 1897.

Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na segunda sessão da sétima legislatura do Congresso Representativo. Joinville: Typ. Boehn, 1908.

Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na terceira sessão da sétima legislatura do Congresso Representativo em 16/08/1909. Joinville: Typ. Boehn, 1909.

SANTA CATARINA. Programa de ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas, aprovado e mandado observar pelo decreto nº 587 de 22/04/1911.

Mensagem apresentado ao Congresso Representativo, em 22/07/1920, pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: [s.n.], 1920.

SANTA CATARINA. Programa de ensino das Escolas Complementares, aprovado pelo decreto nº 2.218 de 24/10/1928.

A.2.5 - Obras reeditadas

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina - A Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1975. 226p.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina. Tradução por Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978. 209p.

SANTA CATARINA, Ilha de. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX. Compilado por Paulo Berger. Florianópolis: Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. 328p.

A.3 - Fontes orais: entrevistas

Francisca, 97 anos e Ricardina, 67 anos em 25/06/1989, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Geni Peixoto Pinheiro, 68 anos, em 27/07/1988, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Iaponan Soares, conversa informal em 07/01/1992.

Idalina da Silva Ávila, 92 anos, em 16/10/1989, gravada por Joana Maria Pedro.

Inácia, 65 anos, em 04/06/1989, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Irene Silva Beck, 75 anos, em 20/06/1911, gravada por Joana Maria Pedro.

Luiza Nahas Bonassis, 95 anos, em 21/06/1991, gravada por Joana Maria Pedro.

Maria, 83 anos, em 24/05/1990, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Maria Cordélia Gomes de Albuquerque, 70 anos, em 20/06/1991, gravada por Joana Maria Pedro.

Maria dos Passos Costa, 83 anos e sua filha Anete, em 24/05/1990, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Nilza, 71 anos, em 04/07/1989, gravada por Maria Bernardete Ramos Flores.

Walter Fernando Piazza, conversa informal em 23/10/1991.

B - FONTES SECUNDÁRIAS

B.1 - Artigos

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, v.5, nº 8 e 9, p. 35-68, set.1984/abr./1985.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. Revista Brasileira de História, São Paulo: Marco Zero, v.5, nº 8 e 9, p. 117-38, set./84/abr./85.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. Revista de História: nova série. São Paulo, USP, nº 114, p. 31-45, jan./jun. 1983.
- FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexão em torno do (não-)casamento entre pequeno-burguesas do início do século. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, nº 18, p. 99-120, ago./set. 1989.
- FOSTER, Thomas. History, critical theory, and women's social practices: "Women's time and housekeeping. Signs: journal of women in culture and society, 1988, v.14, ano 1.
- GALBERTO, Hermesília. Arcipreste Joaquim Gomes D'Oliveira Paiva: Notícia bio-bibliográfica. Signo. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, nº 2, ano 2, p. 121-3, 1969.
- Jornal A Ponte, nº 89, primeira semana de maio de 1981, p. 4-6.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo. Ciência e Cultura. SBPC, 42(2), p. 144-9, fev. 1990.
- LIMA, Lana Jorge da Gama. Aprisionado o desejo. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 65-88.
- PIAZZA, Walter F. As aventuras e desventuras do Frei Agostinho da Trindade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3ª fase, nº 7, p. 82-126, 1986/1987.
- SALIBA, Elias Thomé. Juó Bananére: testemunho da belle époque paulista. O Estado de São Paulo, ano VIII, nº 545, p. 8, 19/01/1991.

- WELTER, Bárbara. The cult of true womanhood: 1820-1860. In: GORDON, Michael (ed.). American family in social - historical perspective. New York: Saint Martin Press, 1973. p. 224-50.
- ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.5, nº 10, p. 123-46, mar./ago. 1985.

B.2. Livros

- ALBERT, P. e TERROU, F. História da imprensa. Tradução por Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 121p.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, PUC, 1989. 216p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 279p.
- ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Cultrix, 1967. 219p.
- . Quincas Borba. São Paulo: Formar, [s.d.]. 143p.
- BADINTER, Elizabeth.. Um amor conquistado. O mito do amor materno. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução por Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, Brasília: UnB, 1987. 419p.

- BAKHTIN, Mikhail (Volochenov). Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução por Miguel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990. 196p.
- BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (Org.). Mulher, mulheres. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1983. 135p.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo I. Fatos e mitos. Tradução por Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1967. v.1. 312p.
- O segundo sexo II. A experiência vivida. Tradução por Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1967. 501p.
- BECK, Anamaria. Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC, 1983. 39p.
- BENJAMIN, Walter. Paris do segundo império. In: Obras escolhidas III. Tradução por José Carlos Martins. São Paulo: Brasiliense, 1989. 271p.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Mulheres de ontem? Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. 214p.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988. 269p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.
- BOITEUX, José. A imprensa catarinense (Conferência). Rio de Janeiro: Alexandre Borges & C., 1911. 23p.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Poranduba catarinense. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1957. 197p.

- BROWN, Judith C. Atos impuros - a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. Tradução por Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1987. 237p.
- BOXER, C.R. A mulher na expansão ultramarina Ibérica. Tradução por Saúl Barata. Lisboa: Horizonte, 1977. 168p.
- BRUSCHINI, M. Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). Vivência. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1980. 288p.
- BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981. 168p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A medicina teológica e as benzedadeiras - suas raízes na história e sua persistência no folclore. São Paulo: Departamento de Cultura, 1958. 204p.
- História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. 458p.
- Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.1; Notícia, 515p.
- Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.2, Memória, 575p.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960. 286p.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, 166p.
- Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 196p.

- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Tradução por Guy Reynaud, revisão técnica de Luís Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.
- CEAG - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: um estudo das alterações estruturais (séc. XVII - 1960). Florianópolis: CEAG, 1980. 217p.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e boteguim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. 249p.
- . Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 287p.
- CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX. Tradução por Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 367p.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1990. 157p.
- . Os governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis: UFSC, 1983. 356p.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Org.). Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989. 312p.
- . Uma Questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.
- CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1982. 169p.

- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juqueri, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 217p.
- DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna. Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 308p.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. 198p.
- D'INCAO, Maria Angela (Org.). Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989. 160p.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 209p.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução por Ruy Jungman, Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 271p.
- ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989. 149p.
- ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.
- FARGE, Arlette. Famílias, a honra e o sigilo. In: CHARTIER, Roger (Org.). História da vida privada. Tradução por Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v.3, p. 581-617.

- FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. 219p.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989. 94p.
- . O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. 158p.
- FLANDRIM, Jean-Louis. A jovem nos antigos provérbios franceses. In: O sexo e o Ocidente. Tradução por Jean Progin. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 275-9.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade de saber. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 152p.
- . História da sexualidade II: O uso dos prazeres. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de Jose Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 232p.
- . História da sexualidade III: O cuidado de si. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de Jose Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246p.
- . La verdad y las formas jurídicas. México: Gedisa, 1983. 175p.
- . Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução por Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1984. 280p.
- GAY, Peter. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. Tradução por Per Salter. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 405p.

- GJERSTAD, Ole. Mulheres moçambicanas. [Maputo], Moçambique: Organização das Mulheres Moçambicanas, (1984 ?). 120p.
- GOMES, Manoel. Memória barriga-verde. Florianópolis: Lunardelli, 1990. 184p.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução por Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.
- HÄHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. Tradução por Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981. 140p.
- HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981. 120p.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984. 191p.
- LOPES, Maria Antónia. Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 232p.
- LUPI, João Eduardo Pinto Bastos e LUPI, Suzana Maria. São João do Rio Vermelho - Memória dos Açores em Santa Catarina. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, [1988 ?]. 96p.
- LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 146p.
- MALUF, Sonia Weidner. Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Florianópolis, UFSC, 1989. 224p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

- MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina de 1889 a 1900. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1982. 127p.
- MELO, Osvaldo Ferreira (Org.). História sócio-cultural de Florianópolis. Florianópolis: Clube Doze de Agosto; IHGSC; Lunardelli, 1991. 216p.
- MELO, Osvaldo Ferreira. Introdução à história da literatura catarinense. Porto Alegre: Movimento, 1980. 108p.
- MICHEL, Andrée. Não aos estereótipos!: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares. Tradução por Zuleika Alambert e Violette Nagib Amary. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina; Paris: UNESCO, 1989. 109p.
- MORAES, Laura do Nascimento Rotolo. Catálogo analítico-descriptivo dos jornais de Desterro, 1894-1914: o jornal como fonte histórica. Florianópolis, UFSC, 1985. 380p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1978. v.9, p. 261-91.
- NIETZSCHE, Friederich. Genealogia da moral: um estudo polêmico. Tradução por Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988. 206p.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo, PUC, 1990. 330p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990. 208p.

- PAULI, Evaldo. A fundação de Florianópolis. Florianópolis: Edeme, 1973. 162p.
- PEDRO, Joana Maria et alii. Negro em terra de branco. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 64p.
- PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227p.
- PERROT, Michelle et alii (Org.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução por Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v.4, 637p.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da História. Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332p.
- PERROT, Michelle e PAIRE, Alain (Org.). Une histoire des femmes est - elle possible? Paris/Marseille: Rivages, 1984.
- PIAZZA, Walter Fernando. A igreja em Santa Catarina - notas para sua história. Florianópolis: IOESC, 1977. 313p.
- PIAZZA, Walter Fernando (Org.). Dicionário político catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. 635p.
- PIAZZA, Walter Fernando. O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional. Florianópolis: UFSC; Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande; Florianópolis: FCC Edições, 1988. 172p.
- O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis: UDESC, 1985. 232p.
- Santa Catarina sua História. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. 748p.

- PIAZZA, Walter Fernando e MELO, Osvaldo Ferreira. A epopéia acoriana (1748/1756) - Influência cultural dos Acores em Santa Catarina. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1987. 38p.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo: USP, 1984. 303p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1984.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 218p.
- RODRIGUES, Leda Maria Pereira. A instrução feminina em São Paulo. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962. 245p.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (Org.). A mulher, a cultura e a sociedade. Tradução por Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 254p.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1984. 135p.
- ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina Pahim. A educação da mulher. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. 181p.
- SACHET, Celestino e SOARES, Iaponan (Org.). Presença da literatura catarinense. Florianópolis: Lunardelli, 1989. 264p.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979. 384p.
- SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. 194p.

- SCHILICHTING, Aida Melo. Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis, 1914-1930. O jornal como fonte histórica. Florianópolis: UFSC, 1989. 1038p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- SENNET, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Tradução por Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 448p.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 257p.
- SILVEIRA, Adília dos Santos. Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Desterro, 1850-1894. O jornal como fonte histórica. Florianópolis: UFSC, 1981. 685p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 583p.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.
- SOUZA, Gilda de Mello e. O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 255p.
- TELLES, Norma. Encantacões: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX. São Paulo: PUC, 1987. 531p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, 1987.
- THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1. 204p.

- . A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. Tradução por Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2. 347p.
- . A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores. Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3. 461p.
- . A miséria da teoria. Tradução por Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p.
- . Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Crítica, 1984. 319p.
- VERÍSSIMO, José. O modernismo. In: História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 233-9.
- VIEIRA, Amazile de Hollanda. Instituto Polytécnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis. Florianópolis: A & P, 1986. 128p.
- WOOLF, Virgínia. Um teto todo seu. Tradução por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 149p.

A N E X O S

ANEXO 1
Número de Fichas por Jornal

A N O S	Jornal do Comércio	Jornal República	Jornal O Dia	T O T A L
1 8 8 0	20			20
1 8 8 1	96			96
1 8 8 2	54			54
1 8 8 3	54			54
1 8 8 4	111			111
1 8 8 5	51			51
1 8 8 6	55			55
1 8 8 7	20			20
1 8 8 8	47			47
1 8 8 9	23			23
1 8 9 0	12	10		22
1 8 9 1	25	45		70
1 8 9 2	25	78		103
1 8 9 3	39	9		48
1 8 9 4	3	4		7
1 8 9 5		4		4
1 8 9 6		13		13
1 8 9 8		4		4
1 8 9 9		3		3
1 9 0 0		4		4
1 9 0 1		3	111	114
1 9 0 2		12	120	132
1 9 0 3		14	155	169
1 9 0 4			75	75
1 9 0 5			418	418
1 9 1 8		3		3
1 9 1 9		43		43
1 9 2 0		37		37
1 9 2 1		45		45
1 9 2 2		61		61
1 9 2 3		89		89
T O T A L	635	481	879	1995

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 2

Textos sobre mulheres publicados no Jornal do Comércio

C Ó D I G O S	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	TOTAL
0 - Sem Codificação		2	2		1	2	1		2							10
1 - Educação das Mulheres							1	2			1		3	2		9
2 - Mulher e natureza X Homem e cultura	1	1		2	3	1	1		3		1	9		4		26
3 - Mãe e civilização	1	6		7	7	5	3		2			3	5			39
4 - Feminismo e emancipação feminina	2	3	2	4	7	4	2	2	2	1		1	1	5	1	37
5 - Sogra		6	3	2			3	1	3						4	22
6 - Violência contra mulheres		13	12	4	3	1	5	3	11	9	2	2	4			69
7 - Mulheres violentas	1	9	4	6	12	9	6		7	5	1	1				61
8 - Novas profissões para as mulheres	2	8	2	2	13	3	1	2	5	6	2					46
9 - Heroínas, artistas, atletas, mulheres famosas	1	4	9	14	16	5	12	4	2		2			2	1	72
10 - Mulher e Casamento	1	2	3	2	8	2	1		2	1	1		2	3		28
11 - Mulher objeto		4	2	3	2	2	2		1	1	1	2	4	1	1	26
12 - Mulheres falam demais	1	1	1		1	1			1					2		8
13 - O poder das mulheres	3	3		3			1		1			2	1	2		16
14 - Mulheres em papéis normativos			3	1	17	9	8									38
15 - Clubes e associações beneficentes		1			2							1	3	1		8
16 - Modelos ideais, receitas de mulher, mandamentos	1	2							1			3	1	5		13
17 - Modas	1	1	1		3	1	2		1							10
18 - Expressões de misoginia	5	26	10	3	8		3	5	3		1	1	1	8		74
19 - Contra homens		4		1	5	2	1	1								14
140- Mulheres da sociedade local com nomes completos, sem a referência masculina					3	4	2									9
T O T A L	20	96	54	54	111	51	55	20	47	23	12	25	25	39	3	635

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 3

Textos sobre mulheres publicados no Jornal República

C ó D I G O S	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1918	1919	1920	1921	1922	1923	TOTAL
0 - Sem Codificação		1	2	1	1					1		2		2	4		2	3	2	21
1 - Educação das Mulheres		1	2					1							1	1	1		1	8
2 - Mulher e natureza X Homem e cultura		3	6									1			1			3		14
3 - Mãe e civilização		1	2										2		1	1		1	1	9
4 - Feminismo e emancipação feminina	2	4	21	3		1	1		1						7	4	3	3	7	57
5 - Sogra		10	4		1		4													19
6 - Violência contra mulheres	1	1	4			2				1		1	1		6	5	4	2	2	30
7 - Mulheres violentas	1		2				1	2		1		1		1	2	1	2	2	1	17
8 - Novas profissões para as mulheres	1	2	1												6				2	12
9 - Heroínas, artistas, atletas, mulheres famosas		1						1	1		1				8	17	18	14	37	98
10 - Mulher e Casamento	3	4	4			1		1		1			2						3	19
11 - Mulher objeto	1	4	4	1			1					2						1	1	15
12 - Mulheres falam demais		4	1																	5
13 - O poder das mulheres		6	2								1									9
14 - Mulheres em papéis normativos															2	6	7	27	29	71
15 - Clubes e associações beneficentes												4	7		4	1	6	4	2	28
16 - Modelos ideais, receitas de mulher, mandamentos		1	2		2								2							7
17 - Modas			1													1	1	1		4
18 - Expressões de misoginia	1	2	20	4		1	5		1		1			1						36
19 - Contra homens																				0
140- Mulheres da sociedade local com nomes completos, sem a referência masculina																			2	2
T O T A L	10	45	78	9	4	4	13	4	3	4	3	12	14	3	43	37	45	61	89	481

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 4

Textos sobre mulheres publicados no Jornal O Dia

C ó D I G O S	1901	1902	1903	1904	1905	TOTAL
0 - Sem Codificação	4	1	2		37	44
1 - Educação das Mulheres	1					1
2 - Mulher e natureza X Homem e cultura	3	2	1	1	40	47
3 - Mãe e civilização	1	1	3		10	15
4 - Feminismo e emancipação feminina	8	13	1	1	2	25
5 - Sogra	2	6	3	2		13
6 - Violência contra mulheres	8	5	3		9	25
7 - Mulheres violentas	10	2	1		4	17
8 - Novas profissões para as mulheres	1	2		1	24	28
9 - Heroínas, artistas, atletas, mulheres famosas	5	10	6	3	29	53
10 - Mulher e Casamento	8	6	8	1		23
11 - Mulher objeto	3	3	2		3	11
12 - Mulheres falam demais		2	1		2	5
13 - O poder das mulheres	3	2				5
14 - Mulheres em papéis normativos	33	30	79	47	148	337
15 - Clubes e associações beneficentes	5	3	6	3	29	46
16 - Modelos ideais, receitas de mulher, mandamentos		2	1	1	1	5
17 - Modas		2			4	6
18 - Expressões de misoginia	11	14	13		8	46
19 - Contra homens		3	2			5
140- Mulheres da sociedade local com nomes completos, sem a referência masculina	5	11	23	15	68	122
T O T A L	111	120	155	75	418	879

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 5

Jornais Juntos: O Dia, Jornal do Comércio e República - Textos sobre mulheres

C Ó D I G O S	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1918	1919	1920	1921	1922	1923	TOTAL
0 - Sem Codificação		2	2		1	2	1		2			1	2	1	1					1	4	3	2		37	2	4		2	3	2	75
1 - Educação das Mulheres							1	2			1	1	5	2				1			1						1	1	1		1	18
2 - Mulher e natureza X Homem e cultura	1	1		2	3	1	1		3		1	12	6	4							3	3	1	1	40		1		3		87	
3 - Mãe e civilização	1	6		7	7	5	3		2			4	7								1	1	5		10		1	1		1	1	63
4 - Feminismo e emancipação feminina	2	3	2	4	7	4	2	2	2	1	2	5	22	8	1	1	1		1		8	13	1	1	2		7	4	3	3	7	119
5 - Sogra		6	3	2			3	1	3			10	4	4	1		4				2	6	3	2								54
6 - Violência contra mulheres		13	12	4	3	1	5	3	11	9	3	3	8			2				1	8	6	4		9		6	5	4	2	2	124
7 - Mulheres violentas	1	9	4	6	12	9	6		7	5	2	1	2				1	2		1	10	3	1		4	1	2	1	2	2	1	95
8 - Novas profissões para as mulheres	2	8	2	2	13	3	1	2	5	6	3	2	1								1	2		1	24		6				2	86
9 - Heroínas, artistas, atletas, mulheres famosas	1	4	9	14	16	5	12	4	2		2	1		2	1			1	1		6	10	6	3	29		8	17	18	14	37	223
10 - Mulher e Casamento	1	2	3	2	8	2	1		2	1	4	4	6	3			1		1		9	6	10	1							3	70
11 - Mulher objeto		4	2	3	2	2	2		1	1	2	6	8	2	1		1				3	5	2		3				1	1		52
12 - Mulheres falam demais	1	1	1		1	1			1			4	1	2								2	1		2							18
13 - O poder das mulheres	3	3		3			1		1			8	3	2								4	2									30
14 - Mulheres em papéis normativos			3	1	17	9	8					1	3	1							33	30	79	47	148		2	6	7	27	29	446
15 - Clubes e associações beneficentes		1			2							1	3	1							5	7	13	3	29		4	1	6	4	2	82
16 - Modelos ideais, receitas de mulher, mandamentos	1	2							1			4	3	5	2							2	3	1	1							25
17 - Modas	1	1	1		3	1	2		1				1									2			4			1	1	1		20
18 - Expressões de misoginia	5	26	10	3	8		3	5	3		2	3	21	12		1	5			1	11	15	13		8		1				156	
19 - Contra homens		4		1	5	2	1	1														3	2									19
140- Mulheres da sociedade local com nomes completos, sem a referência masculina					3	4	2														5	11	23	15	68						2	133
T O T A L	20	96	54	54	111	51	55	20	47	23	22	70	103	48	7	4	13	4	3	4	114	132	169	75	418	3	43	37	45	61	89	1995

A N E X O 6

Classificação dos textos dos jornais

Fiz a classificação por assunto, da seguinte forma:

- 0 - Sem codificação: alguns textos que envolviam mulheres mas que não consegui classificar em qualquer das divisões feitas.
- 1 - Educação das mulheres: textos sobre escolas para as mulheres e recomendações sobre como deveria ser sua educação.
- 2 - Mulher e Natureza X Homem e Cultura: textos envolvendo este tema, abordando tanto o lado "bom" quanto o lado "mau" da ligação da mulher com a natureza.
- 3 - Mãe e civilização: enaltecimento das mães e sua função civilizadora, bem como infanticídios e maus tratos aos filhos.
- 4 - Feminismo e emancipação feminina: reivindicações políticas do movimento feminino, comentários sobre o feminismo, críticas, bem como defesas, do movimento feminista.
- 5 - Sogra: artigos, notícias, piadas envolvendo as sogras.
- 6 - Violência contra mulheres: notícias e piadas sobre violências físicas cometidas contra as mulheres, bem como referências ao tráfico de mulheres, seduções, explorações, etc...
- 7 - Mulheres violentas: variadas formas de violência cometidas pelas mulheres.

- 8 - Novas profissões para as mulheres: a ocupação, por parte das mulheres, de funções tradicionalmente exercidas por homens.
- 9 - Heroínas, artistas, atletas, mulheres famosas: Tratam-se, em geral, de notícias onde os nomes completos de mulheres famosas eram registrados nos jornais. Classifiquei neste item, também, os textos enaltacendo santas e heroínas.
- 10 - Mulher e casamento: textos que discutem a importância do casamento para as mulheres, o número reduzido de homens e as artimanhas femininas para conseguir um marido.
- 11 - Mulher objeto: classifiquei, neste item, textos que ligavam a mulher a objetos variados, inclusive alimentos. Também ficaram neste item textos sobre prostituição, bem como notícias de rifa de mulheres e sobre a beleza e juventude necessárias.
- 12 - Mulheres falam demais: artigos, notícias e piadas com este tipo de argumentação.
- 13 - O poder das mulheres: textos que expressam preocupação com o poder que as mulheres têm sobre os homens.
- 14 - Mulheres em papéis normativos: neste ítem, ficaram as referências às mulheres quando estas apareciam na condição de: mães, avós, filhas, irmãs, sogras, noivas, primas, etc... de algum homem, registradas, em geral, nas colunas sociais.
- 15 - Clubes e associações beneficentes: fundação e atividades de clubes culturais e associações beneficentes femininas.
- 16 - Modelos ideais, receitas de mulher, mandamentos: artigos, geralmente em forma humorística, expressando

os mandamentos de boa esposa, e conselhos a respeito da honra e virtude femininas.

- 17 - Modas: notícias sobre modas, anúncios de revistas e de lojas.
- 18 - Expressões de misoginia: piadas, provérbios, textos onde as mulheres eram acusadas desde mentirosas, infiéis, interesseiras, ignorantes, preguiçosas, falsas.
- 19 - Contra os homens: piadas onde as mulheres depunham contra os homens.
- 140- Mulheres da sociedade local com seus nomes completos, sem a referência masculina. Estes nomes passaram a surgir no jornal O Dia relacionados às nomeações, remoções e exonerações de professoras e outras funcionárias públicas. Além delas, algumas damas da sociedade, de família conhecida, que dispensavam o acompanhamento masculino, aparecem nos demais jornais. Também alunas das escolas secundárias da cidade, por ocasião de exames.